Assembleia Geral das Nações Unidas realiza três fóruns em sequência: Povos Indígenas, Migração e Florestas. É o multilateralismo funcionando e tratando de temas vitais para o mundo no século XXI

Diários da Flotilha: Cadernos trazem os relatos comoventes do dia a dia dos voluntários que buscam abrir caminhos marítimos para ajuda humanitária ao povo palestino em Gaza

OMS realiza na semana que vem a Assembleia Mundial da Saúde, o fórum anual mais importante da Saúde Global, que reúne em Genebra todos os ministros da saúde do mundo para definir a agenda comum de trabalho 2026-2027

#7
30 DE ABRIL A
12 DE MAIO DE 2026

Cadernos

FIOCRUZ DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

PUBLICAÇÃO DIGITAL

FIOCRUZ / VPSGRI / OBSERVATÓRIO DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE









SUMÁRIO

04 - Sumário Executivo - *Paulo M. Buss, Fabiane Gaspar e Sebastián Tobar*

Sistema Nações Unidas

23 - Brincando com fogo: até que a ficha caia - *Santiago Alcázar*

28 - Um Estadista em Washington - *Adhemar Bahadian*

30 - O silêncio que grita: venda, exploração e abuso sexual infantil e as crianças e conflitos armados - *Fabiane Gaspar e Armando De Negri Filho*

38 - Entre surtos, soberania e biofabricação: desafios contemporâneos da saúde global - *Paula Reges, Luana Bermudez e Luiz Augusto Galvão*

49 - Entre o "Phase Down" e o "Phase Out": Santa Marta e as Novas Frentes da Governança Climática - *Danielly Magalhães e Luiz Augusto Galvão*

60 - O Mundo do Trabalho e a Guerra, Parte II: impactos desproporcionais sobre as trabalhadoras migrantes - *Frederico Peres*

71 - O Relatório Mundial de Migração da OIM de 2026 - *Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura*

76 - Violência facilitada pela tecnologia contra meninas e mulheres: panorama global dos impactos e manifestações da violência em ambientes digita *Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos, Maria Teresa Rossetti Massari e Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes*

83 - Revisitando a agenda de redução do consumo de sal: o risco da estagnação das políticas regionais - *Eduardo Nilson e Denise Oliveira e Silva*

95 - *Lead with Youth*: Um Panorama Global sobre a Participação Juvenil na Governança Educacional - *Fabiane Gaspar, Gisele Sanglard, Heliton Barros e Vitor Rodrigues*

102 - O Plano do Banco Mundial e as suas Metas até 2030 para a Saúde Global - *Isis Pillar Cazumbá*

106 - Ações do Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB/BAD) nas crises humanitárias por deslocamentos forçados na África - *Laura Tavares Soares*

124 - Multilateralismo em Transição: Reforma da OMC, Medidas Não Tarifárias e a Agenda de Desenvolvimento da OMPI em 2026 - *Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário*

Movimentos sociais globais e saúde

134 - Crises globais contemporâneas e seus impactos sobre a saúde, a equidade e o multilateralismo - *Laurenice Pires, Matheus dos Santos da Silveira, Renan Amaral Oliveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Marciglei Brito Morais, Ana Carol Aldapi Vaquera, Patrícia Lewis Carpio, Diana Zeballos e Luis Eugênio de Souza*

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

151 - Sul Global - R*egina Ungerer, Erica Kastrup e Rychard L. Monteiro*

170 - G20, G7 e OCDE - *Pedro Burger, Vitória Kavanami, Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar e João Miguel Estephanio*

182 - Bolsa de Grãos dos BRICS garantirá segurança alimentar e reunião de chanceleres aponta relações sino-russas inabaláveis - *Claudia Hoirisch*

186 - Econômica, securitária, política: as crises que fizeram "morada" na América Latina - *Sebastián Tobar e Sâmia de Brito*

199 - Soberania sanitária na produção de antibióticos: a capacidade da ALC de competir no cenário geopolítico global - *Sebastián Tobar e Daniel Ricchion*

203 - XVII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Saúde

212 - 12º Fórum regional africano sobre o desenvolvimento sustentável - *Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá e Felix Rosenberg*

231 - Na Europa, a guerra na Ucrânia dá sinais de desgaste enquanto tensões globais e alertas sanitários crescem - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*

238 - Trabalho Natural - *André Costa Lobato, Anabela Santiago, Alexandra Rodrigues Sanches e Rafael Aguilar-Zamudio*

248 - Diário da Flotilha pela Liberdade de Gaza - *Juan Garay e André Sales*

259 - Problemas y retos de la Salud Pública contemporánea - *Saul Franco*

267 - Feito rocha - *Ângelo Cavalcante*

269 - Estante de livros, vídeos e outros que tais

271 - Editores e autores dos cadernos

276 - Produtos do Observatório de Saúde Global e Diplomacia da saúde

277 - Ficha catalográfica

Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde 06/2026

30 de abril a 12 de maio de 2026

Sumário Executivo

Aproxima-se a realização da **79ª. Assembleia Mundial da Saúde (AMS),** de 18 a 23 de maio, em Genebra. É o mais importante foro global dedicado à saúde, realizado anualmente pela instituição-líder da saúde no sistema multilateral, a **Organização Mundial da Saúde (OMS).** Apesar do momento difícil que atravessa a OMS e o multilateralismo em geral, a importância da Assembleia 2026 pode ser medida pela amplitude dos temas que estão agendados para o debate e decisões, os quais apresentamos e comentamos a seguir.

A *agenda da AMS 2026* discutirá uma ampla gama de temas de *governança global e da saúde*, com foco na *reforma da arquitetura global de saúde* e a *Iniciativa UN80*, que trata da reforma do sistema ONU como um todo, e saúde na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nada de 'estruturante' está ainda proposto em qualquer das duas reformas, a não ser eventuais '*downsizings*', com fusão de estruturas e não ocupação de cargos e vagas abertas no sistema. Espera-se intervenções dos delegados de países à AMS sobre o tema.

Em *doenças infecciosas e parasitárias*, e na *preparação e resposta a enfermidades e emergências*, elenca centralmente temas como: Implementação do Regulamento Sanitário Internacional (2005) e o Acordo sobre Pandemias. Nesta área, abordará também o trabalho da OMS em emergências de saúde (incluindo o Relatório do Comitê Independente de Supervisão e Assessoria do Programa de Emergências de Saúde da OMS); o recente surto de hantavírus; eliminação da malária; doença do mpox; poliomielite; Agenda de Imunização 2030; Roteiro para Doenças Tropicais Negligenciadas 2021–2030; Estratégia para o Fim da Tuberculose; e Projeto de plano de ação global atualizado sobre resistência antimicrobiana.

Certamente será objeto de apresentação do DG e discussões o rumoroso caso de enfermidade pelo *hantavírus* a bordo de navio de cruzeiro que resultou na morte de três passageiros e infectou pelo menos 11 pessoas, acendendo um alerta sanitário internacional. A embarcação havia partido de Ushuaia, na Argentina, com destino final a Cabo Verde. Numa dramática parada no porto de Tenerife (Ilhas Canárias, Espanha) a OMS e o governo espanhol deram uma lição de tratamento adequado aos casos, segundo os protocolos do Regulamento Sanitário Internacional (RSI). Pedro Sanches, chefe do governo espanhol, e Tedros Adhanom, DG da OMS, deram importante testemunho da importância da cooperação multilateral para o enfrentamento de surtos por patógenos infecciosos. Leia o artigo de ***Reges, Bermudez e Galvão*** neste fascículo.

No âmbito dos *sistemas de saúde* discutirá temas recorrentes, como cobertura universal de saúde; atenção primária à saúde; prevenção e controle de doenças não transmissíveis e saúde mental, além de incluir aqui o controle do tabaco; produtos médicos de qualidade inferior e falsificados; o Código de Práticas Globais da OMS sobre o Recrutamento Internacional de Pessoal de Saúde; harmonização de abordagens regulatórias, governança e padrões para dados, saúde digital e inteligência artificial no setor da saúde; e fortalecimento da reabilitação nos sistemas de saúde. Também introduz discussões novas: estratégia global para cuidados integrados de emergência, terapia intensiva e cirurgia (2026–2035); o aumento da

disponibilidade, do acesso ético e da supervisão do transplante de células, tecidos e órgãos humanos; e doenças raras como prioridade global em saúde para a equidade e inclusão.

No âmbito do que a OMS denomina *promoção da saúde*, a AMS discutirá: Bem-estar e promoção da saúde; Resultados da Comissão da OMS sobre Conexão Social; Nutrição materna, infantil e de crianças pequenas; Projeto de estratégia sobre a economia da saúde para todos; e Saúde dos povos indígenas – tema proposto pelo Brasil em 2023, mas que só vem à agenda para ter aprovado o adiamento da apresentação do seu Plano de Trabalho Mundial à AMS para 2027.

No espaço da *resposta humanitária em saúde*, a AMS discutirá a situação na Ucrânia; as condições de saúde no território palestino ocupado, incluindo Jerusalém Oriental, e nas Colinas de Golã sírias ocupadas. Notória é a ausência de ponto de pauta sobre os conflitos no continente africano, incluindo o Sudão e o SAHEL.

Também estão incluídos na agenda os *informes de progressos de 19 decisões e resoluções* de Assembleias anteriores. São políticas definidas pelo coletivo de ministros da saúde do mundo, por proposição de um país, grupos de países ou pelo próprio secretariado em anos anteriores e que continuam vigindo como orientações políticas globais. Os países aderem voluntariamente a estas políticas e as implementam, segundo a prioridade que conferem a elas nos respectivos programas nacionais de saúde. Os *'informes de progresso'* são preparados pelo Secretariado e vem relacionados a seguir (tema, resolução e ano de aprovação):

- Participação social para a cobertura universal de saúde, saúde e bem-estar (resolução WHA77.2 (2024)
- Aumento do acesso ao oxigênio medicinal (resolução WHA76.3 (2023)
- Dimensão de saúde pública do problema mundial das drogas (decisão WHA75.20 (2022)
- Estratégias globais do setor de saúde sobre, respectivamente, HIV, hepatite viral e infecções sexualmente transmissíveis (resolução WHA75.20 (2022)
- Melhoria do acesso à tecnologia assistencial (resolução WHA71.8 (2018)
- Erradicação da dracunculíase (resoluções WHA64.16 (2011) e WHA78.14 (2025)
- Saúde reprodutiva: estratégia para acelerar o progresso rumo à consecução das metas e objetivos de desenvolvimento internacional (resolução WHA57.12 (2004)
- Disponibilidade, segurança e qualidade dos produtos sanguíneos (decisão WHA75.17) (2022)
- Estratégia da OMS sobre pesquisa para a saúde (resolução WHA63.21 (2010)
- Estratégia global e plano de ação sobre saúde pública, inovação e propriedade intelectual (resolução WHA75.14) (2022)
- Fortalecimento da gestão de riscos biológicos em laboratório (resolução WHA77.7 (2024)
- Preparação para pandemia de influenza: compartilhamento de vírus da influenza e acesso a vacinas e outros benefícios (resolução WHA64.5 (2011)
- Erradicação da varíola: destruição de estoques do vírus da varíola (resolução WHA60.1 (2007)
- Redução dos riscos à saúde pública associados à venda de animais selvagens vivos de espécies de mamíferos em mercados tradicionais de alimentos – prevenção e controle de infecções (decisão WHA75.23 (2022)

- Estratégia global da OMS para segurança alimentar (decisão WHA75.22) (2022)
- Aceleração dos esforços para a prevenção de deficiências de micronutrientes e suas consequências, incluindo espinha bífida e outros defeitos do tubo neural, por meio do enriquecimento seguro e eficaz dos alimentos (resolução WHA76.19 (2023)
- Década do Envelhecimento Saudável 2020–2030 (decisão WHA73.12 (2020)
- Estratégia para integrar a análise e as ações de gênero no trabalho da OMS (resolução WHA60.25 (2007)

O **Comitê B** discutirá dezenas de assuntos de natureza administrativa e gerencial do âmbito da OMS

Como sabemos, a eleição para Diretor Geral da OMS está programada para se realizar em 2027; por esta razão, o processo eleitoral já começa e espera-se a presença de diversos pré-candidatos, com discussões políticas paralelas que terão importância para o amadurecimento do processo.

A agenda da AMS é proposta pelo Comitê Executivo, na sua reunião tradicionalmente realizada em janeiro do ano em curso https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA79/A79_2-en.pdf. O acesso aos documentos que informam os debates, bem como as resoluções que estão submetidas à discussão e aprovação da Assembleia, encontram-se disponíveis em https://apps.who.int/gb/e/e_wha79.html. Cada ponto de pauta listado acima tem um documento de referência que pode ser acessado pelos interessados nos seis idiomas oficiais das Nações Unidas.

Estão programados cerca de 190 eventos paralelos organizados por governos ou organizações da sociedade civil parceiras da OMS, sobre uma ampla variedade de temas https://whaguide.com/page/3/?gad_source=1&gad_campaignid=23814831534.

As sessões da Assembleia serão transmitidas ao vivo, com acesso aos interessados em https://www.who.int/about/governance/world-health-assembly/seventy-ninth oferecendo interpretação simultânea disponível em árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol.

Nossos analistas de OMS trarão ampla análise dos resultados da 79ª. AMS no próximo fascículo dos Cadernos.

As guerras

No que se refere a um dos mais trágicos, sinistros e impactantes *determinantes da saúde* humana e planetária hoje, as *guerras em curso*, as notícias continuam indignando e entristecendo a todos os comprometidos com a paz, o bem-estar, o desenvolvimento, a solidariedade e a saúde humana e do planeta.

A situação atual da guerra entre *Irã, Estados Unidos e Israel* é de um cessar-fogo extremamente frágil e um impasse crítico nas negociações de paz. O conflito, iniciado em 28/02, com ataques contra alvos em Teerã, vive seu momento de maior incerteza política. Trump classificou a contraproposta do Irã para encerrar a guerra como ‘totalmente inaceitável’, ‘estúpida’ e ‘lixo’, e que o cessar-fogo atual está ‘por um fio’. Segundo fontes internacionais, o documento iraniano, mediado pelo Paquistão, exige o fim total das hostilidades (incluindo no

Líbano contra o Hezbollah), a suspensão de sanções ao petróleo, indenizações pelos danos da guerra e o fim do bloqueio naval.

A questão nuclear continua a ser um dos principais pontos de total desacordo entre as partes, pois o Irã propôs transferir parte de seu urânio enriquecido para um terceiro país, mas se recusa a desmantelar suas instalações. Já os EUA e Israel exigem a total suspensão do programa por pelo menos 20 anos.

A situação no Estreito de Hormuz continua sendo o principal ponto de tensão logística e militar, pois o Irã mantém o controle sobre o canal, ameaçando os países que seguirem as sanções americanas de que terão problemas ao passar pelo local. O bloqueio afetou severamente o mercado global, com o petróleo Brent superando os US$ 104 por barril recentemente.

A despeito da ampla vantagem militar e os significativos danos à infraestrutura e baixas no alto escalão do regime iraniano, analistas indicam que o Irã consegue resistir com uma estratégia de "guerra assimétrica" e utilizando grupos aliados na região. Estimativas apontam que mais de 1.900 civis morreram no Irã desde o início do conflito. A guerra alcançou o Líbano, onde Israel realiza ofensivas contra o Hezbollah, que afetam milhares de libaneses, muitos mortos, feridos e sequelados, e obrigados a deslocamentos dentro do território nacional e em direção a países vizinhos.

Trazemos, neste fascículo, comoventes depoimentos de ***Juan Garay***, pesquisador visitante sênior do Observatório de SG e DS da Fiocruz, enviados de um dos barcos da *Flotilha Global Sumud*, onde se encontra, em artigo assinado com ***André Sales.*** A Flotilha carrega comida, medicamentos e outros itens indispensáveis para o bem-estar humano, além de especialistas em assistência humanitária e de saúde para Gaza. Já foi abordada pela marinha israelense, desviada de rumo e teve dois de seus líderes presos e levados para Israel. Os governos do Brasil, Turquia, Bangladesh, Colômbia, Jordânia, Líbia, Malásia, Maldivas, Mauritânia, Paquistão, África do Sul e Espanha https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/nota-conjunta-brasil-espanha-sobre-sequestro-em-aguas-internacionais emitiram nota contundente, na qual "*condenam, nos termos mais enérgicos, o ataque israelense à Flotilha Global Sumud, uma iniciativa humanitária civil pacífica destinada a chamar a atenção da comunidade internacional para a catástrofe humanitária em Gaza*". Os governos do Brasil e da Espanha emitiram nota protestando pela prisão de dois cidadãos dos respectivos países e continuam acompanhando seus casos, que inclui a exigência de suas imediatas libertações https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/nota-conjunta-brasil-espanha-sobre-sequestro-em-aguas-internacionais

Na *Ucrânia,* a guerra, que já dura mais de quatro anos, vive um momento de impasse militar e tentativas diplomáticas externas, mas ainda sem qualquer resolução definitiva à vista. A Rússia continua mantendo o controle de aproximadamente 19,5% do território ucraniano, embora tenha sido noticiado que recentemente a Ucrânia conseguiu recuperar cerca de 400 km² em contra-ataques nas regiões de Dnipropetrovsk e Zaporíjia. O conflito estaria estabilizado em uma guerra de exaustão tecnológica e logística, marcada pelo uso intensivo de drones e ataques de longo alcance contra infraestruturas energéticas e portuárias. Entre 9 e 11 de maio, houve um cessar-fogo de três dias proposto por Trump; no entanto, a Ucrânia acusou a Rússia de violar a trégua com novos ataques de drones e mísseis logo após o período. Ademais, o Kremlin afirmou recentemente que um acordo definitivo ainda está distante devido à complexidade das exigências territoriais.

O mais grave em todo este longo e penosos processo é a estimativa que fazem especialistas de que o conflito já tenha causado mais de 1 milhão de baixas (mortos e feridos) somando ambos os lados, sendo considerado o conflito mais letal em solo europeu desde a Segunda Guerra Mundial. Ademais, o impacto humanitário é imenso, com milhões de civis enfrentando crises de energia, abastecimento de água, aquecimento e dificuldades no acesso a serviços de saúde.

No *Sudão*, continua a severa crise humanitária**.** O país possui mais de 2 milhões de deslocados internos e outros 2,2 milhões de refugiados vivendo em nações vizinhas como Uganda e Etiópia. O Sudão do Sul também é o destino de centenas de milhares de pessoas que fogem da guerra no vizinho Sudão (país ao norte), o que sobrecarrega ainda mais a infraestrutura local precária. A insegurança alimentar e a saúde de milhares de civis, principalmente crianças e mulheres estão profundamente comprometidas. A população sofre com desnutrição aguda e surtos de doenças (como sarampo e cólera), agravados por enchentes recorrentes e pela falta de financiamento para agências como o ACNUR e para outros organismos.

A situação no *Sahel* (Burkina Faso, Mali, Níger) continua extremamente ameaçadora para as populações, dados os confrontos militares em curso, como o avanço de grupos jihadistas, golpes militares, crises humanitárias e o cerco à capital do Mali. A região é hoje o maior epicentro global de mortes atribuídas a ações terroristas, com a Aliança dos Estados do Sahel (AES) lutando para conter a violência.

Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) aborda povos indígenas, migração e florestas

A AGNU realizou nas últimas semanas três fóruns de muita relevância para o debate sobre estes temas de imenso impacto nas relações internacionais e na saúde humana e planetária, sobre os quais recolhemos as principais informações e documentos para acessos dos nossos eleitores interessados.

Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas (UNPFII)

O *Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas (UNPFII)* https://social.desa.un.org/issues/indigenous-peoples/unpfii é um órgão consultivo de alto nível do *Conselho Econômico e Social (ECOSOC)*. O Fórum foi estabelecido em 28 de julho de 2000 pela resolução 2000/22 , com o mandato de tratar de questões indígenas relacionadas ao desenvolvimento econômico e social, cultura, meio ambiente, educação, saúde e direitos humanos. O Fórum Permanente é um dos três órgãos da ONU com mandato para tratar especificamente de questões relativas aos povos indígenas. Os outros são o *Mecanismo de Peritos sobre os Direitos dos Povos Indígenas* e o *Relator Especial sobre os Direitos dos Povos Indígenas*, este localizado no Conselho de Direitos Humanos. A *25ª. sessão do Fórum* https://social.desa.un.org/issues/indigenous-peoples/unpfii/25th-session se realizou de 20 de abril a 1º. de maio de 2026, em Nova York, tendo como tema '*Garantir a saúde dos povos indígenas, inclusive em contextos de conflito*' https://docs.un.org/es/E/C.19/2026/L.5 e https://social.desa.un.org/sites/default/files/UNPFII2026/UNPFII25%20Concept%20Note%20-%20Agenda%20Item%203.pdf embora também tenha se debruçado sobre outros temas.

Segundo Fórum Internacional de Revisão das Migrações

O Fórum se realizou de 4 a 8 de maio de 2026 na sede das Nações Unidas em Nova York, para analisar o *progresso na implementação do Pacto Global para as Migrações* *https://docs.un.org/en/A/RES/73/195* e *definir as diretrizes para os próximos cinco anos* https://migrationnetwork.un.org/international-migration-review-forum-2026. O programa desenvolvido conteve: uma audiência multissetorial (4/05); Quatro mesas-redondas interativas com múltiplas partes interessadas (5 e 6 de maio); Debate sobre políticas (6 de maio) e Sessões Plenárias (7 e 8 de maio). Ao final (08/05), foi emitida uma Declaração de Progresso, documento final negociado entre os governos participantes do Fórum https://documents.un.org/doc/undoc/ltd/n26/102/78/pdf/n2610278.pdf Ela reflete a avaliação coletiva dos Estados-Membros sobre o progresso na implementação do Pacto Global para as Mudanças Climáticas (GCM), identifica as lacunas e os desafios remanescentes e define as prioridades e os compromissos para acelerar a implementação nos próximos anos. apontando o realizado e as diretrizes futuras.

Na contramão de todos os Estados-membros, Departamento de Estado dos EUA emitiu nota https://www.state.gov/releases/office-of-the-spokesperson/2026/05/the-united-states-rejects-international-migration-review-forum/ na qual afirma que "os Estados Unidos não participaram do Fórum Internacional de Revisão da Migração e não apoiarão a declaração de "progresso" de 8 de maio.

O *GT sobre Migração e Refúgio do CRIS,* liderado por ***Rafael França***, analisa neste fascículo o *Relatório Mundial de Migração da OIM de 2026*, importante documento lançado durante o Fórum. Na última semana, o Seminário Avançado sobre SG E DS da Fiocruz abordou o tema *"Migrantes e refugiados no centro da crise humanitária global"*, disponível em português em: https://www.youtube.com/watch?v=o0s4jvxFT8U

Fórum das Nações Unidas sobre Florestas (UNFF21)

As florestas tropicais estão entre os ecossistemas com maior biodiversidade do mundo e desempenham um papel crucial na regulação climática, nos meios de subsistência e no desenvolvimento sustentável. Elas abrigam grande parte da biodiversidade global e sustentam milhões de pessoas, mas continuam a enfrentar as maiores taxas de desmatamento, impulsionadas principalmente por mudanças no uso da terra e práticas insustentáveis. São vitais para a saúde humana e planetária. Precisam ser amadas e respeitadas.

O *21º. Fórum das Nações Unidas sobre Florestas (UNFF21)* se realiza em Nova York, de 11 a 15 de maio, reunindo Estados-Membros, membros da Parceria Colaborativa sobre Florestas, Grandes Grupos e outras partes interessadas e parceiros para promover a cooperação internacional em matéria de florestas e gestão florestal sustentável.

As discussões se concentrarão no progresso da implementação do Plano Estratégico das Nações Unidas para as Florestas 2017-2030 e no avanço das Metas Globais para as Florestas , bem como na situação do Fundo Fiduciário e na continuidade do trabalho da Rede Global de Facilitação do Financiamento Florestal . O Fórum também realizará intercâmbios iniciais sobre os preparativos para a revisão final de 2030 do Acordo Internacional sobre Florestas.

No fascículo 8, nossos analistas de saúde e ambiente, ***Magalhães e Galvão,*** abordarão os resultados do Fórum.

Líderes mundiais se movimentam: Lula, Trump e Xi Jin Ping

Na última semana, **Lula visitou Trump** na Casa Branca, quando foram abordados temas econômicos e políticos do interesse dos dois países. A opinião quase unânime dos analistas políticos brasileiros, norte-americanos e de quase todo o mundo foi de que a visita não poderia ter sido mais bem sucedida para o presidente brasileiro. Não foi realizada coletiva à imprensa conjunta dos dois presidentes, nem emitido comunicado conjunto. Lula utilizou muito bem os espaços com a mídia pós-encontro, com ares de felicidade e de quem deu os recados que queria. Para todos os temas sensíveis tratados (tarifas, crime organizado e outros) foram constituídos grupos de trabalho para detalhar em 30 dias os acordos aparentemente obtidos e limar as diferenças que permanecem. Temas sensíveis como Cuba, a guerra dos EUA-Israel contra o Irã e a Palestina lamentavelmente não foram tratados, nem Lula deu notícias de que deixara algum recado. O experimentado embaixador **Bahadian** publicou artigo no seu blog – que reproduzimos neste fascículo – analisando o encontro. O título escolhido por ele já diz tudo: "*Um Estadista em Washington*".

A circulação de líderes globais continua. Nesta semana, *Trump vai a Pequim para se encontrar com Xi Jin Ping.* A visita ocorre em meio a duas guerras que Trump iniciou e que deram errado: a de fevereiro deste ano junto com Israel contra o Irã e a guerra comercial que iniciou contra a China em abril de 2025. Em ambas, depende da boa vontade dos chineses em negociar. Que, por sua vez, querem menos interferência dos EUA sobre a questão Taiwan.

A saúde como tal não entrou em nenhuma destas agendas. Mas como estes movimentos políticos são determinantes da saúde!

Lula recebe Bachelet e reafirma apoio do Brasil à sua candidatura para a ONU

O presidente Lula recebeu Michelle Bachelet no Palácio do Planalto, em 11 de maio, e confirmou o apoio do Brasil à candidatura da ex-presidente do Chile à Secretaria Geral da ONU, em eleição que se realiza em setembro, em votação no Conselho de Segurança das Nações Unidas, em Nova York. José Antonio Kast, o presidente de extrema-direita do Chile, retirou o apoio à candidatura da sua compatriota na mesma semana que assumiu o poder. México também contina sustentando a candidatura de Bachelet. Os outros candidatos são Rebeca Grynspan (Costa Rica), Rafael Rossi (Argentina) e Macky Sall (Senegal).

Brasil lança candidatura ao Conselho de Direitos Humanos

O Brasil lançou, no dia 7 de maio último, sua candidatura ao *Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH)*, para o mandato 2027-2029. Atualmente em seu sexto mandato, o país é um dos membros mais presentes no órgão em seus 20 anos de existência. Segundo nota do Itamaraty, ao lançar a candidatura, o Brasil reafirma seu compromisso com o sistema multilateral, com uma ordem internacional ancorada no Direito Internacional e com a promoção e proteção universal dos direitos humanos, sem distinção. Afirma que os compromissos da candidatura brasileira se fundamentam na promoção de uma sociedade de nações justa, pautada pela diversidade, inclusão e participação social, com foco central no desenvolvimento sustentável e no combate à fome e às desigualdades. Signatário dos principais tratados internacionais de direitos humanos, ainda segundo a nota, o Brasil projeta no CDH sua identidade de nação democrática e plural, regida pelo Estado Democrático de Direito e pelo respeito inalienável à dignidade da pessoa humana.

Profissionais de saúde argentinos reagem à decisão de Milei de retirar a Argentina da OMS

A Federação Sindical de Profissionais de Saúde (Fesprosa) vai a Genebra para participar da Assembleia Mundial da Saúde e denunciar à organização que a decisão de Javier Milei "não representa o povo argentino." Na carta que levarão a Genebra, médicos, pesquisadores, universidades e organizações sociais argumentam que a decisão do governo foi tomada "sem debate público, sem consulta à comunidade científica e sem a participação dos agentes de saúde", e que "romper o vínculo com a OMS não fortalece nenhuma soberania. Isso enfraquece a capacidade do Estado de garantir direitos***".*** Além disso, alertam que deixar a OMS "compromete seriamente a capacidade do país de proteger a saúde de sua população" e denunciam que a ruptura faz parte de "um processo mais amplo de enfraquecimento da saúde pública e desmantelamento das capacidades técnicas acumuladas ao longo de décadas."

=======

Como os mencionados acima, muitos outros eventos magnos e documentos são analisados em informes dos nossos analistas, cobrindo amplo espectro dos *determinantes sociais da saúde*, no que talvez seja uma das maiores riquezas destes Cadernos: reunir, dar visibilidade e analisar criticamente documentos originados de instituições multilaterais e acadêmica, assim como de movimentos sociais globais, dialogando com as visões e necessidades do Brasil. Confira nos vários informes.

Nos próximos meses, a medida que se aproxima o *Fórum Político de Alto Nível* (HLPF, na siga em inglês), a se realizar em meados de julho, no âmbito do *ECOSOC*, e seguindo o fluxo político anual das instituições internacionais, mais documentos e declarações surgirão, principalmente em torno dos *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)* que estarão em foco neste ano: *ODS 6 (Água Potável e Saneamento)***:** Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos; *ODS 7 (Energia Acessível e Limpa):* Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas; *ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura)***:** Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e fomentar a inovação; *ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis):* Tornar as cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; e, como em todos os anos, o *ODS 17 (Parcerias para o Desenvolvimento):* Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Não se pode ignorar os esforços do Brasil com relação a impulsionar a inclusão de um *18º ODS* focado na *igualdade étnico-racial (contra o racismo e desigualdades sociais)* no contexto da Agenda 2030, tema que será abordado no relatório nacional voluntário do país neste ano.

Também é digno de nota, para a atenção dos leitores, os balanços regionais que vem sendo feitos pelas diversas Comissões Econômicas Regionais do sistema ONU (equivalentes à CEPAL), a exemplo das Comissões Econômicas da Europa https://unece.org/ que realizou seu fórum dias 21-22 de abril, e da Comissão da Ásia-Pacífico https://www.unescap.org/, em 23-24 de abril. Neste fascículo trazemos a análise do Fórum Regional da África para o Desenvolvimento Sustentável https://www.uneca.org/eca-events/arfsd2026, em artigo liderado por ***Augusto Paulo Silva***.

Como dizíamos na apresentação do fascículo 6, paradoxos existem. As guerras no Oriente Médio escancararam a dependência estrutural de combustíveis fósseis em que vive o mundo, abrindo uma séria discussão sobre alternativas energéticas menos vulneráveis a

interesses geopolíticos e econômicos e mais agressivas para o ambiente. A **1ª Conferência Internacional sobre a Transição para Além dos Combustíveis Fósseis**, realizada em Santa Marta, Colômbia, de 24 a 29 de abril https://ipam.org.br/conferencia-de-santa-marta-marca-virada-global-na-corrida-pelo-fim-dos-fosseis/, que reuniu representantes de mais de 50 países, discutiu o abandono progressivo de carvão, gás e petróleo, e a ampliação do uso de energias alternativas (solar**,** eólica biomassa etc.). Nossos analistas ***Magalhães e Galvã***o comentam os resultados do evento neste fascículo.

Regiões, territórios e temas em foco

Nossos analistas apresentam a seguir, em seus respectivos informes, as diversas **instituições do sistema multilateral** e temas de que elas se ocupam: *desenvolvimento, direitos humanos, trabalho, saúde da mulher e da criança, fome e segurança alimentar, comércio e propriedade intelectual, meio ambiente, saúde, educação e cultura, migração e refúgio, entre outros, e incluindo as instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) e os bancos regionais de desenvolvimento*. Sempre que possível buscando explicar os nexos e impactos destes temas sobre a saúde humana e planetária**.** Também buscamos cobrir o posicionamento da *sociedade civil global de interesse público e de interesse privado*, ator de enorme importância nos destinos da saúde global e da diplomacia da saúde.

Pesquisador e analista responsável por acompanhar a complexidade das **Nações Unidas**, ***Alcázar*** nos alerta que "brincando com fogo" é a expressão que melhor define a situação em que se encontra o mundo. Dizem alguns que uma nova pandemia pode surgir. Não se sabe se será como a Covid-19, quando pegou a todos de surpresa. A próxima poderá ser mais letal. Preocupa que não estejamos preparados. Políticas de ajuste fiscal, com cortes em áreas como ciência, saúde, proteção social – combinadas com o descaso com o meio ambiente oferecem oportunidades para doenças emergentes. Nada disso é novo. Quando os países tomaram a decisão política de ingressar na Organização das Nações Unidas, estava implícito que regrariam as suas respectivas políticas nacionais em conformidade com os objetivos de velar pela paz e a segurança, reconhecer e respeitar os direitos humanos e cooperar para o desenvolvimento. Pouco se fez. Por isso o despreparo

O informe de ***Gaspar e Negri Filho*** analisa dois relatórios, o da Representante Especial para Crianças e Conflitos Armados (2024-2025) e o relatório final da Relatora Especial sobre Venda, Exploração e Abuso Sexual de Crianças (2026). Os dados revelam níveis recordes de violações graves contra crianças em conflitos, aumento da violência sexual e exploração digital. Apesar de avanços pontuais, persistem lacunas na implementação, responsabilização do setor privado e proteção de grupos invisibilizados. Recomenda-se ação urgente e integrada.

Os temas abordados por ***Reges, Bermudez e Galvão*** sobre a **OMS** analisam, sob diferentes perspectivas, os desafios contemporâneos da governança global da saúde, em um contexto marcado por crescente interdependência sanitária, disputas geopolíticas e transformações na arquitetura internacional de preparação e resposta a emergências. O *surto de hantavírus* associado a um cruzeiro internacional evidencia como eventos localizados rapidamente adquirem dimensão transnacional, mobilizando mecanismos do Regulamento Sanitário Internacional (RSI), cooperação laboratorial, compartilhamento genômico e coordenação multinacional. O episódio funciona como exemplo concreto das tensões discutidas nas *negociações do Anexo sobre Acesso a Patógenos e Compartilhamento de Benefícios (PABS)*

do *Acordo de Pandemias*, especialmente em torno de soberania biológica, compartilhamento de sequências genéticas e acesso equitativo a tecnologias em saúde. Paralelamente, os textos discutem o impasse político nas negociações multilaterais em Genebra, revelando divergências estruturais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento sobre equidade, inovação e repartição de benefícios. Por fim, a designação da *Fiocruz* como *Centro Regional de Treinamento em Biofabricação da OMS* é apresentada como expressão de uma mudança de paradigma na saúde global, baseada no fortalecimento de capacidades regionais, formação de força de trabalho especializada e diversificação geográfica da produção de tecnologias em saúde como pilares centrais da segurança sanitária global.

Magalhães e Galvão abordam temas na área de **saúde e ambiente**. A **Primeira Conferência sobre a Transição para o Fim dos Combustíveis Fósseis** reuniu governos, especialistas, setor privado e sociedade civil para discutir estratégias de redução da dependência global de petróleo, carvão e gás natural após os compromissos estabelecidos no "*Global Stocktake*" da COP28. O encontro evidenciou divergências entre países favoráveis ao *phase out* dos combustíveis fósseis e aqueles que defendem um *phase down* gradual associado ao uso de tecnologias de captura de carbono e expansão do gás natural como combustível de transição. A Conferência de Viena sobre clima e energia fortaleceu o diálogo multilateral sobre transição energética, segurança climática e cooperação internacional. O evento destacou disputas relacionadas ao financiamento climático, justiça energética e expansão do gás natural em meio ao atual contexto geopolítico, servindo também como preparação para os próximos ciclos de negociações climáticas internacionais.

O **Summit de Clima e Saúde 2026** da *National Academy of Medicine* reuniu lideranças científicas e formuladores de políticas para discutir os impactos das mudanças climáticas sobre a saúde humana e fortalecer a integração entre clima e saúde nas agendas globais. O encontro abordou preparação para a COP31, inteligência artificial aplicada ao clima e saúde, sistemas de saúde resilientes e a consolidação da Coalizão Global das Academias de Medicina em Clima e Saúde, reforçando o entendimento da crise climática como uma emergência de saúde pública global.

O relatório ***Safe Disposal of Unused Medicines: A One Health Approach for National Systems*****,** desenvolvido pelo *United Nations Environment Programme*, propõe sistemas integrados para o descarte seguro de medicamentos humanos e veterinários. O documento alerta que o descarte inadequado de antibióticos, hormônios, quimioterápicos, opioides e antiparasitários pode causar impactos ambientais, contaminar recursos hídricos e contribuir para a resistência antimicrobiana. Entre as recomendações estão sistemas de devolução de medicamentos, fortalecimento regulatório, campanhas de conscientização e integração entre saúde humana, animal e ambiental por meio da abordagem One Health.

Peres parte do reconhecimento de estarmos vivendo uma grave crise humanitária que, em diversas partes do planeta, tem custado a vida e forçado o deslocamento de milhões de pessoas, dentre as quais centenas de milhares de trabalhadoras e trabalhadores, que se encontram em situação de extrema vulnerabilidade e profundamente expostos a abusos (de distintas ordens), exploração e abandono. Seja em Gaza, no Sudão ou no Irã, trabalhadores passam por dificuldades extremas para encontrar oportunidades de trabalho e emprego, muitos destes sendo forçados a recorrer à chamada "economia de sobrevivência", situação onde acabam aceitando trabalhos que ficam muito aquém de suas aspirações ou qualificações, com condições de trabalho e remuneração muito piores daquelas encontradas em tempos de paz,

incidindo de forma desproporcional sobre trabalhadoras e trabalhadores mais vulnerabilizados — mulheres, pessoas com deficiência, trabalhadores autônomos, migrantes, entre outros —, mas também atingindo trabalhadores mais qualificados. Nesses contextos, e como estratégia para a superação das múltiplas crises no mundo do trabalho, associadas direta e indiretamente às guerras e conflitos armados, ao redor do planeta, destaca-se a importância da implementação de programas de emergência para a geração de trabalho e emprego, aliados à promoção das redes de proteção social e apoio a trabalhadoras e os trabalhadores afetados. Ampliar a proteção social no contexto da garantia do trabalho e do emprego decente, mesmo em situações de crise, é condição básica para a garantia de direitos fundamentais e da dignidade humana, incluindo o apoio aos grupos mais vulnerabilizados e às famílias deslocadas pela impossibilidade de viver e trabalhar em seus territórios de origem. As instituições e organizações do setor Trabalho, seja nos territórios impactados por conflitos ou globalmente, precisam contribuir para a pavimentação de caminhos rumo à paz e à reconstrução, como única forma de garantia de condições de vida e trabalho decentes para suas populações.

O informe elaborado pelo ***Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global*** apresenta uma síntese das principais informações presentes no Relatório Mundial de Migração, elaborado pela **Organização Internacional da Migração (OIM)**. O relatório, publicado anualmente desde 2000, tem como objetivo apresentar a atuação da OIM na proteção e suporte às pessoas migrantes, dados globais e regionais e análises de questões emergentes, a fim de subsidiar a tomada de decisões na formulação de políticas públicas, na pesquisa e nas comunidades. No documento, a OIM destaca a necessidade de tratar os fluxos migratórios como fenômenos complexos, que estão imersos em contextos de conflitos armados, mudanças climáticas, desigualdade social e transformações tecnológicas, em contraste com um debate público e midiático por vezes minado por desinformação sobre a temática. No ano em que a OIM completa 75 anos, os desafios para a governança das migrações no mundo são ampliados diante de 120 milhões de pessoas deslocadas globalmente, incluindo refugiados, pessoas em busca de asilo e deslocadas internamente. Apenas em 2024, estima-se o deslocamento de 65,8 milhões de pessoas dentro das fronteiras de seus países, em sua maioria motivadas por desastres, e as tendências migratórias de longo prazo permanecem (migrantes são 3,7% da população). Os capítulos do relatório abordam os seguintes temas: (i) panorama das migrações globais; (ii) dados estatísticos sobre migrações internacionais; (iii) dinâmicas migratórias regionais; (iv) migração e desenvolvimento sustentável; (v) desafios para a migração regular e políticas migratórias restritivas; (vi) mudanças climáticas e migrações; (vii) deslocamento interno; (viii) intersecções entre pessoas com deficiência e migrações.

Com foco na **saúde da mulher e da criança**, ***Vilella, Massari e Gomes*** apresentam uma síntese de publicações da ONU Mulheres sobre violência facilitada pela tecnologia contra meninas e mulheres, e apresenta de forma mais detalhada o relatório recém-publicado *Tipping Point: Online Violence Impacts, Manifestations and Redress in the AI Age.* Define-se o conceito de violência facilitada pela tecnologia e suas principais manifestações, bem como sua natureza desproporcionalmente dirigida a meninas e mulheres. Os dados mostram que a violência facilitada pela tecnologia contra mulheres na vida pública gera graves impactos na saúde mental, na liberdade de expressão, na segurança e participação pública, no acesso à justiça, além de revelar o crescimento alarmante de novas formas de abuso facilitadas por inteligência artificial, como *deepfakes* e compartilhamento não consensual de imagens.

No campo da **segurança alimentar e nutricional global**, ***Nilson e Oliveira*** aproveitam a Semana Mundial de Conscientização Sobre o Sal (*World Salt Awareness Week*) para falar dos avanços e desafios no enfrentamento deste problema de saúde pública global, incluindo a situação da agenda no Brasil. O consumo excessivo de sal é um dos principais fatores de risco dietético para a morbimortalidade por doenças cardiovasculares e as políticas mais usto-efetivas para seu enfrentamento são conhecidas, contudo o progresso nessa agenda tem sido mais lento do que o necessário.

Gaspar, Sanglard, Barros e Rodrigues analisam os principais pontos do Relatório Global de Monitoramento da Educação 2026 (GEM Report), intitulado *Lead with Youth*, publicado pela **UNESCO** em parceria com o Escritório das Nações Unidas para a Juventude. O documento examina como jovens e estudantes participam – ou são excluídos – das decisões sobre educação ao redor do mundo. A partir de dois levantamentos respondidos por 93 governos e 101 organizações juvenis e estudantis, o relatório traça um panorama global sobre mecanismos de consulta, engajamento e representação jovem na legislação e política educacional. Os resultados mostram que, embora haja avanços em processos consultivos, a participação genuína ainda é rara e a maioria das organizações juvenis sente que suas vozes não são efetivamente consideradas.

Analisando as **instituições financeiras internacionais**, ***Cazumbá*** afirma que mesmo tendo a saúde como uma das principais áreas de atuação, o **Banco Mundial** entendeu que precisava fazer mais para o setor, especialmente para a população que vive nos países de baixa e média renda. A instituição financeira vem monitorando estes países por muitos anos e identificou que a saúde vem sofrendo com a falta de acessibilidade e qualidade nestes lugares. Em 2024, o Banco Mundial lançou uma meta ambiciosa de fornecer serviços de saúde para 1,5 bilhão de pessoas até 2030. A estratégia do Banco é que todas as pessoas tenham um padrão básico de atendimento em todas as etapas da vida. Para o Banco, ao alcançar este feito, o desenvolvimento destes países será ampliado.

Tavares se inspira no último Seminários Avançados sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde, intitulado “Migrantes e refugiados no centro da crise humanitária global”, ocorrido em 6 de maio de 2026, sobre crises humanitárias por migrações e deslocamentos forçados no mundo. A autora aborda o papel do **Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB/BAD)** no continente certamente mais afetado por essas crises: a África, região do mundo com maior prevalência de *deslocamentos forçados* resultantes de *conflitos e violência*, em um contexto que já possui múltiplos e complexos problemas sociais e econômicos. Nesse cenário, onde se superpõe a brutal redução da ajuda financeira internacional, se destaca a importância do AfDB/BAD no financiamento não apenas de ações de emergência, mas também de intervenções mais permanentes e estruturais, caminhando na direção de uma transição de abordagens de socorro para abordagens de desenvolvimento sustentável.

Chamas e Cesário analisam desenvolvimentos recentes na **Organização Mundial do Comércio (OMC)**, na **Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)** e na **Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)** durante 2026, destacando a transformação da governança multilateral em comércio, desenvolvimento e propriedade intelectual. As discussões da OMC após a MC14 revelaram esforços para preservar convergências políticas sobre comércio eletrônico, reforma do sistema de solução de controvérsias e negociações relacionadas ao desenvolvimento, mantendo simultaneamente a continuidade institucional. Os relatórios da UNCTAD demonstraram o impacto crescente das

medidas não tarifárias e das assimetrias de capacidades produtivas sobre os países em desenvolvimento, enfatizando os constrangimentos estruturais que limitam sua participação no comércio global e a importância da cooperação regulatória entre países do Sul Global. A Agenda para o Desenvolvimento da OMPI destacou iniciativas relacionadas à inovação em saúde, transferência de tecnologia, conhecimentos tradicionais, cooperação Sul-Sul e fortalecimento institucional em propriedade intelectual.

O ***GT sobre Movimentos Sociais Globais e Saúde***, liderado por ***Luis Eugênio de Sousa,*** acompanhou na quinzena analisada, 46 das 62 Organizações da Sociedade Civil (OSC). Manifestaram-se sobre questões relacionadas à saúde global. As manifestações recentes concentraram-se em conflitos violentos, crises humanitárias, mudanças climáticas e governança global. As organizações de interesse público denunciaram violações de direitos em diferentes regiões do mundo, agravadas por guerras, deslocamentos forçados, insegurança alimentar e destruição de infraestrutura essencial, especialmente em Gaza, no Líbano e no Congo. Também cobraram o cumprimento de acordos internacionais e maior proteção aos serviços de saúde em conflitos armados. A 1ª Conferência Internacional sobre a Transição para Longe dos Combustíveis Fósseis, realizada em Santa Marta, Colômbia, foi destacada como um marco relevante para a estabilidade climática e energética global. Conflitos, mudanças climáticas, desinformação e instabilidade econômica configuram uma "policrise" que ameaça a vida no planeta. As organizações de interesse privado, por sua vez, priorizaram temas como vacinação, inteligência artificial aplicada ao desenvolvimento de vacinas, doenças infecciosas emergentes, saúde climática e governança global em saúde. As manifestações da sociedade civil desta quinzena reiteram a percepção da fragilidade das organizações multilaterais e levam ao questionamento sobre como construir novos acordos internacionais capazes de garantir a dignidade humana, a soberania dos povos e uma saúde efetivamente universal e equitativa.

Ungerer, Kastrup e Monteiro abordam o **UNOSSC** que deu continuidade à divulgação de seu novo Marco Estratégico 2026–2029 do *United Nations Office for South-South Cooperation* posiciona a cooperação Sul-Sul e triangular como eixo central para acelerar os ODS. O plano reforça o papel do UNOSSC como articulador global de conhecimento, parcerias e financiamento, propondo a criação de uma Aliança Global voluntária para cooperação Sul-Sul e triangular. Já o **Brasil** ampliou sua atuação em cooperação Sul-Sul em saúde, agricultura e desenvolvimento social. *Brasil e Cabo Verde* firmaram projeto para fortalecer a regulação sanitária, farmacêutica e alimentar, com apoio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e da Agência Brasileira de Cooperação. No *Zimbábue*, missão técnica do projeto "Cotton Zimbabwe" promoveu capacitação em extensão rural e uso de máquinas agrícolas no setor algodoeiro. Já uma delegação da *Etiópia* realizou intercâmbio no Brasil sobre financiamento ao desenvolvimento rural, inovação e gestão pública. Além disso, *Brasil e Organização Internacional do Trabalho* lançaram projeto regional para fortalecer políticas de cuidado, igualdade de gênero e proteção social em países do Sul Global. O **G-77 e China**, representado pelo Uruguai, apresentou posições em várias consultas das Nações Unidas enfatizando solidariedade ao Sul global. Pediram resposta ambiciosa e operacional à elevação do nível do mar, priorizando adaptação, financiamento concessional e respeito a saberes tradicionais; defenderam a Cooperação Sul-Sul como complementar à Norte-Sul, pedindo financiamento previsível, transferência tecnológica e liderança dos Estados em BAPA+40; solicitaram que o "Elements Paper" da revisão da Nova Agenda Urbana priorize implementação, habitação e apoio a países vulneráveis; e, em matérias administrativas e financeiras, exigiram liquidação de pendências de missões de paz, pontualidade nas contribuições, transparência e reforço de

capacidade operacional e comunicacional da ONU. Reiteraram disposição negociadora e foco em meios de implementação. O **Movimento dos Não Alinhados** ampliou sua atuação em diplomacia parlamentar, saúde global e soberania digital. A Rede Parlamentar do MNA fortaleceu cooperação interparlamentar ao firmar acordo com a Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo. Paralelamente, analistas do Sul Global propuseram um "MNA Digital" para enfrentar dependências tecnológicas e proteger dados de saúde, defendendo soberania em inteligência artificial e negociação coletiva com Big Techs. Na saúde global, o MNA articulou posições em defesa de um sistema obrigatório de repartição de benefícios no Tratado de Pandemias da Organização Mundial da Saúde, alinhando-se ao Grupo Africano e ao G77+China. A preparação para a 79ª Assembleia Mundial da Saúde deverá testar a capacidade do movimento de atuar de forma coordenada e influente. O **Centro Sul** destacou impasses nas negociações da Organização Mundial da Propriedade Intelectual sobre proteção internacional de conhecimentos tradicionais e expressões culturais. Países em desenvolvimento defenderam um instrumento juridicamente vinculante, enquanto países desenvolvidos bloquearam avanços. O Centro Sul também criticou a lentidão na implementação da Agenda de Desenvolvimento da OMPI e reforçou a necessidade de flexibilidades do Acordo TRIPS para alcançar os ODS. Entre as publicações recentes, destacam-se análises sobre a atuação histórica do Centro Sul em propriedade intelectual e desenvolvimento, parcerias farmacêuticas cubanas e o acordo comercial Reino Unido–Índia, com foco em patentes, saúde pública e preservação de espaço regulatório para políticas de desenvolvimento.

Hoirisch informa que alguns países **BRICS** começaram a discutir a cooperação estratégica na Bolsa de Grãos da associação. A iniciativa russa para criar uma Bolsa de Cereais visa fortalecer o comércio agrícola intrabloco, permitindo que os membros do grupo formem indicadores de preços independentes, o que acarretará a diminuição da influência do dólar. Em abril de 2026, o chanceler da Rússia Sergei Lavrov realizou visita oficial a Pequim para se reunir com seu homólogo chinês Wang Yi para discutir temas como o conflito EUA-Irã, a dinâmica no Indo-Pacífico, a crise ucraniana e o Oriente Médio. As partes abordaram a cooperação bilateral em fóruns como ONU, BRICS (incluindo a Cúpula do grupo prevista para dias 12 e 13 de setembro), OCX, G20 e APEC. A reunião serviu para alinhar posições, o que sublinha o aprofundamento das relações bilaterais, em meio a tensões globais.

O informe de ***Burger, Estephanio e coautores*** analisa a repercussão da União Africana à exclusão da África do Sul e os esforços do continente para garantir a continuidade de sua agenda no **G20**. Examina a reaproximação diplomática dos Estados Unidos com a Rússia em contraste com o veto a Pretória, além da reestruturação do B20 sob liderança corporativa exclusiva. Aborda as primeiras sinalizações do Reino Unido para a presidência de 2027, focando na geração de empregos e na retomada da estabilidade multilateral. O **G7** intensificou debates sobre segurança econômica e redução da dependência ocidental da China no fornecimento de minerais críticos e terras raras, considerados estratégicos para a transição energética e setores de alta tecnologia. A França lidera iniciativas para reconstruir capacidades industriais domésticas e fortalecer cadeias de suprimento resilientes, combinando políticas industriais, incentivos estatais e cooperação internacional. Os destaques da **OCDE** se dividem entre a publicação de um relatório sobre pesquisa da OCDE sobre primeira infância e desenvolvimento infantil, a edição de 2026 do relatório periódico sobre receitas fiscais na ALC, de um estudo sobre inserção produtiva de pessoas com deficiência na Croácia, um estudo sobre saúde.

No informe sobre **América Latina e Caribe (ALC),** nossos analistas ***Tobar e Brito*** afirmam que o cenário de crise econômica e securitária influencia tomadas de decisão políticas e eleitorais na América Latina. Na Argentina e na Bolívia, os governos passam por fraco desempenho econômico e mobilização de setores domésticos já movimenta Buenos Aires e La Paz. Na Colômbia, no Equador e no México, a crise securitária tem afetado eleições, mobilizado a oposição e aberto espaço para ingerência externa. O hantavírus é o tema de destaque na vigilância na América do Sul, após turistas serem infectados em viagem por Ushuaia. No seguimento das organizações regionais, destacamos que o Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) participou de eventos sobre vacinação e lançou nota sobre o hantavírus; a Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central (COMISCA) participou de reuniões sobre o Plano de Saúde da região, medicamentos biotecnológicos e programas sobre doença renal e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) discute o impacto do EL Niño para a região amazônica em 2026.

O ***GT Fiocruz sobre África***, liderado por ***Augusto Paulo Silva***, relata as conclusões do 12º Fórum regional africano sobre desenvolvimento sustentável, realizado em Adis Abeba em abril de 2026. A "Declaração de Adis Abeba" sublinha a urgência de acelerar a implementação das Agendas 2030 (ONU) e 2063 (União Africana), dado que o progresso em indicadores críticos como água, energia e industrialização está aquém das metas. O texto destaca a necessidade de financiamento inovador, soberania financeira e reformas na arquitetura financeira global para enfrentar o défice de investimento em África. Propõe ações coordenadas em áreas como resiliência climática, infraestrutura digital e nexo água-alimento-energia, reforçando o compromisso de "não deixar ninguém para trás".

No seu informe sobre a **Europa**, ***Freire*** aborda a guerra na Ucrânia que apresentou os primeiros sinais concretos de desgaste após quatro anos de conflito, com tentativas de cessar-fogo entre Rússia e Ucrânia mediadas pelos Estados Unidos. Enquanto isso, a Europa vive uma reorganização estratégica. Donald Trump reduziu a presença militar dos EUA na Alemanha após críticas do chanceler alemão Friedrich Merz, levando Berlim a acelerar planos para transformar suas forças armadas no “exército mais poderoso da Europa”, com investimentos em tecnologia militar, inteligência artificial e defesa aérea independente. No Oriente Médio, o Irã alertou países europeus contra intervenções militares no Estreito de Ormuz, após a França anunciar o envio do porta-aviões Charles de Gaulle para a região. Paralelamente, o premiê espanhol Pedro Sánchez intensificou críticas a Israel e aos EUA pela guerra em Gaza, defendendo o Tribunal Penal Internacional e homenageando a relatora da ONU Francesca Albanese. Na área da saúde global, o surto de hantavírus no navio de cruzeiro MV Hondius mobilizou autoridades internacionais após mortes e casos confirmados entre passageiros de vários países. A OMS mantém o risco global como baixo, mas monitora possíveis transmissões humanas da rara variante Andes do vírus. Por fim, cientistas alertaram para os impactos das mudanças climáticas no Ártico após a Islândia deixar de ser o único país sem mosquitos. O avanço desses insetos evidencia profundas transformações ecológicas e aumenta preocupações sobre novos riscos sanitários e ambientais globais.

Em seu artigo sobre a **China**, ***Lobato e parceiros*** informam que a Justiça da China proíbe empregadores de justificar demissões com base na substituição de trabalhadores por ferramentas de inteligência artificial, instruindo empregadores a investirem em treinamento e readequação dos postos de trabalho. Brasil se torna maior receptor de investimentos chineses em 2025 e libera visto para cidadãos da república popular por até 30 dias. Ministério do

Comércio faz primeira aplicação de pacote legislativo anti-sanções, proibindo empresas de aplicarem restrições unilaterais dos EUA. O 38.º Mês Patriótico da Saúde foi marcado pela passagem de uma abordagem centrada na "higiene" para uma abordagem mais ampla de "saúde". A conferência deu atenção às doenças transmitidas por mosquitos, como a dengue e a chikungunya, defendendo uma estratégia baseada em três medidas práticas: eliminar águas paradas, controlar mosquitos adultos e prevenir picadas. Segundo as novas "Medidas para Avaliação da Efetividade da Construção da Bela China", metas ambientais de províncias e localidades serão observadas diretamente pelo governo central. O documento estabelece que a supervisão será conduzida por órgãos centrais do Partido, responsáveis por monitorar o cumprimento das metas ambientais nas províncias chinesas, incluindo qualidade do ar, água e solo, combate à poluição, preservação ecológica e transição para modelos de desenvolvimento de baixo carbono. Feriado dos trabalhadores marca expansão do setor de serviços na economia.

Estante



A seção traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras para que possamos compartilhar diversas contribuições a cada fascículo editado. A ESTANTE fica no final do fascículo, antes da lista de autores e dos créditos dos *Cadernos*.

Seminário Avançado da Fiocruz debate a contribuição de Milton Santos à saúde em seminário de homenagem ao centenário do grande geógrafo brasileiro



Pesquisadores da Fiocruz que utilizaram o marco conceitual da geografia social de Milton Santos nas suas pesquisas conversam sobre a contribuição do grande geógrafo à saúde em seminário que se realiza dia 20 de maio, de 10 às 12h.

Ministério da Saúde convoca conferências preparatórias para a Conferência Nacional dos ODS



O Ministério da Saúde realiza, neste mês de maio, em parceria com movimentos sociais e instituições, Conferências Livres, uma das etapas preparatórias para a 1ª Conferência Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que ocorrerá entre os dias 29 de junho e 2 de julho, em Brasília. Os encontros visam elaborar propostas de recomendações do Brasil para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. As Conferências Livres organizadas pelo MS e parceiros, focadas no ODS 3 – Saúde e Bem-Estar, são direcionados a estratégias públicas, com destaque para dois grupos sociais: o Grupo da Terra (14 de maio, 9h-17h) e o Grupo Periferia, Favelas e Comunidades Urbanas (19 de maio, 9h-17h), ambas em formato virtual. Inscrições abertas mediante preenchimento do formulário de inscrição. A mobilização conta com a parceria de instituições como o Conselho Nacional de Saúde (CNS), o Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (Cebes), o Mapa dos Movimentos Sociais, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e a Frente pela Vida. Mais informações em: Ministério da Saúde mobiliza sociedade na elaboração de propostas para a Agenda 2030 da ONU — Ministério da Saúde

Surto de enfermidade por hantavírus em navio assusta o mundo e mobiliza resposta multilateral



O rumoroso caso de enfermidade pelo **hantavírus** a bordo do navio *MV Hondius,* que resultou na morte de três passageiros e infectou pelo menos 11 pessoas, assustou o mundo e em muitas pessoas reacendeu a memória da Covid19 e o medo de uma nova pandemia. A embarcação havia partido de Ushuaia, na Argentina, com destino a Cabo Verde. A embarcação transportava 147 pessoas, das quais 88 passageiros e 59 tripulantes de 23 nacionalidades diferentes. Segundo a OMS, os primeiros passageiros contraíram o vírus ainda em terra, na Argentina, onde a doença é endêmica. Três óbitos foram confirmados: um casal de holandeses e um cidadão alemão. Os passageiros foram retirados sob forte esquema de isolamento e com trajes de proteção especial no porto de Granadilla, em Tenerife, Ilhas Canárias, de forma inédita na presença do próprio DG da OMS e da Ministra da Saúde da Espanha. Todos foram repatriados em voos fretados diretos para cumprir quarentena. A embarcação segue agora tripulada por cerca de 30 funcionários em direção a Rotterdam, na Holanda, onde passará por desinfecção. De acordo a OMS, a variante encontrada na maior parte dos testes positivos é a *cepa Andes,* que é de circulação rara, apresentando a capacidade de transmissão direta entre seres humanos por meio de contato físico muito próximo e prolongado. O hantavírus convencional é transmitido apenas pela

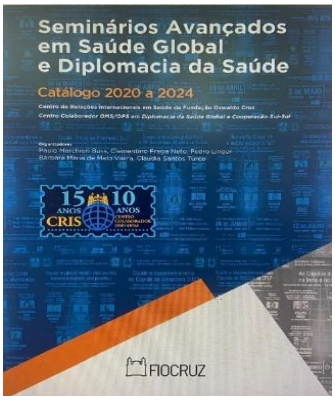
inalação de partículas da urina, fezes ou saliva de roedores silvestres infectados. A chefe de preparação e resposta a epidemias e pandemias da OMS, *Maria Van Kerkhove*, explicou que o risco global para a população continua sendo considerado absolutamente baixo. A OMS e o governo espanhol deram uma lição de tratamento adequado aos casos, segundo os protocolos do Regulamento Sanitário Internacional (RSI). *Pedro Sanches*, chefe do governo espanhol, e *Tedros Adhanom*, DG da OMS, que esteve pessoalmente em Tenerife, deram importante testemunho da importância da cooperação multilateral para o enfrentamento de surtos por patógenos infecciosos. O Ministério da Saúde do Brasil emitiu nota confirmando que as medidas internacionais adotadas isolaram a ameaça e que o surto no cruzeiro não representa risco de contágio para o território brasileiro. Os casos de hantavirose registrados internamente acontecem de forma isolada, associados estritamente à atividade agrícola e a galpões que estocam grãos em áreas rurais. Leia mais no site da OMS: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/hantavirus. Leia o artigo de ***Reges, Bermudez e Galvão*** neste fascículo.

Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia de Saúde há 6 anos servindo a comunidade global



Com seu primeiro número tendo sido lançado em março de 2020, por ocasião da decretação pela OMS da Covid-19 como pandemia, os Cadernos se transformaram numa referência para a comunidade global da saúde e da diplomacia neste campo político e de conhecimento contemporâneo. Mais de 130 fascículos já foram lançados, a base de 22 a 23 por ano, com cerca de 280 páginas em média por quinzena, ou seja, mais de 5.000 páginas por ano. Cada fascículo contém em torno de 22 a 25 artigos de atualidades, escrito por cerca de 60 autores, que compartilham em torno de 500 referências de artigos, relatórios, declarações etc. sobre este dinâmico campo das relações internacionais em saúde. Todos os fascículos dos Cadernos estão disponíveis para exame ou *download* no site: Cadernos CRIS/Fiocruz: Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde | Portal Fiocruz Para 2026 está programada a edição de 23 fascículos.

Catálogo de Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2020-2025



A coleção dos 137 Seminários do CRIS realizados de 2020 a 2025, com uma breve descrição e os links para acesso às versões em português, espanhol e inglês, está disponível para acesso ou download nos seguintes endereços: https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global ou https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN. Tem se mostrado um recurso excelente para ensino e aprendizagem em saúde global e diplomacia da saúde, com cerca de 700 painelistas brasileiros e internacionais, abordando temas como a agenda da saúde global e ambiental, direitos humanos, *One Health*, C&T em saúde, os grandes eventos mundiais realizados nos últimos 6 anos, entre tantos outros temas de interesse para profissionais da

saúde, da diplomacia e dos movimentos sociais. Para 2026 estão programados 23 seminários; os que já foram realizados neste ano estão disponíveis online no YouTube da Fiocruz.

====*====

Duas mensagens nos estimulam a persistir, nos *Cadernos*, com nossa mensagem pacifista e de lutas pela justiça social e a saúde e bem-estar globais. Como diz **Milton Nascimento**, Doutor *Honoris Causa* da Fiocruz, mantemos essa "*estranha mania de ter fé na vida*"; e, como nos impele **Antonio Gramsci**, filósofo marxista italiano, diante dos absurdos que verificamos globalmente, continuamos a nos guiar pelo "*pessimismo da razão e o otimismo da vontade*".

Produtos do *Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz* e do *Centro Colaborador em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul da OMS/OPS na Fiocruz*, os *Cadernos* e os *Seminários Avançados* são tributos que prestamos a tais posições. Queremos sempre sua companhia. Boa leitura!

Rio de Janeiro, Manguinhos, 15 de maio de 2026

Paulo M. Buss, Fabiane Gaspar e Érica Kastrup

Editor e editoras-associadas

Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde



Brincando com fogo: até que a ficha caia

Jugando con fuego: hasta que caiga el telón

Playing with fire: until the penny drops

Santiago Alcázar

Resumo. Brincando com fogo é a expressão que melhor define a situação em que se encontra o mundo. Dizem alguns que uma nova pandemia pode surgir. Não se sabe se será como a Covid-19, quando pegou a todos de surpresa. A próxima poderá ser mais letal. Preocupa que não estejamos preparados. Políticas de ajuste fiscal, com cortes em áreas como ciência, saúde, proteção social – combinadas com o descaso com o meio ambiente oferecem oportunidades para doenças emergentes. Nada disso é novo. Quando os países tomaram a decisão política de ingressar na Organização das Nações Unidas, estava implícito que regrariam as suas respectivas políticas nacionais em conformidade com os objetivos de velar pela paz e a segurança, reconhecer e respeitar os direitos humanos e cooperar para o desenvolvimento. Pouco se fez. Por isso o despreparo

Palavras-chave: ONU; pandemia; preparação.

Resumen. *Jugando con fuego es la expresión que mejor retrata la situación del mundo em que vivimos. Algunos dicen que una nueva pandemia pude surgir. No se sabe si será como la Covid-19, cuando sorprendió a todos. La próxima pandemia podrá ser más letal. Preocupa que nos estemos preparados. Políticas de ajuste, con corte em áreas como ciencia, salud y protección social – combinadas con ele descuido con el medio ambiente, ofrecen oportunidades para el surgimiento de nuevas enfermedades. Nada de eso es nuevo. Cuando los países tomaron la decisión política de ingresar en la Organización de Naciones Unidas, estaba subentendido que tendrían que ajustar sus respectivas políticas a los objetivos de velar por la paz y la seguridad, por el reconocimiento y respeto de los derechos humanos y por la cooperación para el desarrollo. Poco se hizo. Por eso no estamos preparados*

Palavras clave: *ONU; pandemia; preparación.*

Abstract. *Playing with fire is what better describes the world we live in. Experts say a new pandemic might emerge. Nobody knows if it will be like Covid-19, that surprised everyone. The next pandemic might be more lethal. Adjustment policies, cuts in science, health and social protection – combined with neglect of the environment offer opportunities for the emergence of new diseases. Nothing of this is new. When countries decided to join the UN, it was implicitly understood that they would adjust their respective policies to the objectives of ensuring peace and security, recognition and respect of human rights and cooperation for development. Little was done. This is why we are not prepared.*

Keywords: *UN; pandemic; preparedness*

Cansamos de ouvir que a Covid-19 pegou a todos de surpresa. O que causa surpresa é que tenha sido uma surpresa. Afinal de contas, todas as condições para uma pandemia estavam dadas, tanto as de natureza ambientais, quanto as de natureza biológica. Os especialistas haviam advertido que era provável o surgimento de uma pandemia. E veio a Covid-19.

Hoje as condições se repetem e os especialistas voltam a advertir que é muito provável que tenhamos uma nova pandemia. Ninguém pode dizer quando ela vira, como será ou quão grave serão as suas consequências. Mas ela virá e o mundo continua despreparado.

Aquecimento global força mudanças de habitats de animas silvestres. Essas mudanças, por sua vez, provocam alteração na distribuição populacional de vetores e hospedeiros. O resultado é a emergência de doenças. Essa dinâmica é bem conhecida de ambientalistas e biólogos. O hantavírus que, há uns dias, infectou passageiros a bordo de um cruzeiro que partiu de Ushuaia, na Argentina, é um exemplo dessa dinâmica.

Aquecimento global, desmatamento, urbanização, agricultura intensiva têm as impressões digitais da ação humana. O planeta, a única plataforma para suportar a vida tal como a conhecemos, traz as cicatrizes do castigo a que é submetido.

Algo está terrivelmente errado com as políticas e decisões que tomamos. Se fossem outras as políticas e as decisões, o planeta não carregaria o peso do descuido; não sofreríamos da crise do aquecimento global; nem do desmatamento criminal; nem da urbanização desordenada e não pensada; nem da agricultura de cobiça intensiva.

Há pouco mais de 80 anos, o mundo despertava para os horrores da maior calamidade humana jamais vivida até então. A 2ª Guerra deixara entre 70 e 85 milhões de mortos, aproximadamente 3% da população mundial da época, dois terços dos quais eram civis. Milhares de cidades, vilarejos e aldeias devastadas. Milhares de quilómetros de estrada e de vias férreas arruinadas. Fabricas, pontes, usinas de energia, veículos de transporte destruídas. A barbárie e a desolação chocaram. Ninguém tinha clareza sobre nada, como se havia chegado a isso que tanto espanto causava.

Alguns líderes, no entanto, sabiam, porque eles próprios haviam provocado todo esse horror. Talvez preocupados com manter alguma legitimidade pós-desastre fizeram uma aposta colossal. Decidiram criar a Organização das Nações Unidas, iniciativa voltada para a paz e a segurança, para a promoção dos direitos humanos e para o desenvolvimento.

A ideia era que os países se unissem na Organização das Nações Unidas – para tentar um novo começo – e fazer tábula rasa sobre os crimes de guerra cometidos para vencer a Guerra – para legitimar o novo começo. Os Tribunais de Nuremberg e de Tóquio foram estabelecidos para julgar os crimes cometidos pelos adversários, não para os que autorizaram bombardear Dresden, Hiroshima e Nagasaki.

Assim, a Organização das Nações Unidas seria erguida em cima de 3 ideias-pilares: paz e segurança; direitos humanos; desenvolvimento. Ninguém poderia opor-se em sã consciência a essas 3 ideias-pilares. Para arrematar, decidiram que a legitimidade das 3 ideias-pilares recairia, não sobre eles, os altos dignatários, mas diretamente sobre os povos por meio da expressão de grande apelo popular *Nós, os povos*.

Nós, os povos são as primeiras palavras do preâmbulo da Carta, o instrumento constitutivo da Organização das Nações Unidas, concluída na cidade de São Francisco, em 1945.

Foi a fórmula encontrada para passar pano e legitimar os perpetradores de crimes que assim se alçaram em proprietários da nova ordem internacional que estava para nascer.

Paz, direitos humanos e desenvolvimento circulavam em corredores e salas, vertidas ao francês, inglês, chinês, russo, português e espanhol. Eram ouvidas, lidas e escritas em telegramas e despachos internos, em chancelarias, em cafés, em pequenos círculos.

As ideias têm vida. Ninguém sabe de onde vêm. Surgem, como algo trazido pelo vento. Envolvem-se nas conversas com outras ideias. São trocadas, modificadas, melhoradas, pioradas. Sobrevivem em um sopro. Semeiam tempestade. Espalham-se por toda parte. Não são propriedade de ninguém. Respondem a perguntas profundas, imemoriais. Iguais e diferentes, fazem-se presentes quando menos se espera e surpreendem.

É pouco provável que os líderes que levaram adiante o projeto da ONU terão imaginado a profundidade encerrada nas 3 ideias-pilares. Em primeiro lugar, porque são pilares, essas ideias reforçam-se mutuamente. Cada uma depende das outras duas e não podem ser tratadas de maneira independente. Em segundo lugar, as 3 ideias-pilares são abraçadas por um cinturão que as mantêm unidas. Esse cinturão é a solidariedade. Porque se é solidário, trabalha-se para a paz e a segurança. Porque se é solidário, reconhecem-se e respeitam-se os direitos humanos. Porque se é solidário, coopera-se para o desenvolvimento.

É pouco provável que, ao assinarem a Carta, os chefes vitoriosos terão tido noção das implicações nela subentendidas. As 3 ideias-pilares são o coração da Carta e o que elas dizem é que elas devem servir de Norte para a formulação e execução de todas as políticas dos Estados membros, sejam elas internas ou externas. É preciso ter clareza sobre isto. O sentido da Carta é que os governos dos países (dos povos) tenham sempre presente que as suas políticas e decisões podem ter impacto sobre a paz e a segurança, sobre os direitos humanos e sobre o desenvolvimento. Há um entendimento tácito ao subscrever a Carta de fazer do impacto nas 3 ideias-pilares o ponto de partida e a lente definidora para examinar as respectivas políticas.

Em setembro de 2006, às margens da 61ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, os ministros de negócios estrangeiros de África do Sul, Brasil, França, Indonésia, Noruega, Senegal e Tailândia decidiram trabalhar para inserir a saúde na política exterior de seus respectivos países. Após negociações que se estenderam por seis meses, o resultado foi a adoção da *Declaração de Oslo intitulada Saúde Global: um assunto urgente da política exterior de nosso tempo*, concluída em março de 2007, em Oslo.

Diz a Declaração:

> *Vida e saúde são os nossos bens mais preciosos. Há crescente consenso de que investimento em saúde é fundamental para o crescimento econômico e para o desenvolvimento. Cremos que a saúde como um tema da política exterior precisa inserir-se na agenda internacional. Por essa razão decidimos fazer do impacto na saúde um ponto de partida e uma lente definidora que cada um de nossos países usarão para examinar pontos cruciais de nossas respectivas políticas exteriores, bem como de nossas respetivas estratégias de desenvolvimento.*

A Declaração de Oslo põe em termos explícitos o que está implícito na Carta de São Francisco. O que a Declaração diz claramente com respeito à saúde é o mesmo do que está

implícito na Carta. Os governos dos países devem guiar-se pelo reconhecimento e respeito dos direitos humanos, pela cooperação solidária para o desenvolvimento e pela manutenção da paz e da segurança, tanto no plano interno, quanto no plano externo[1]. As 3 ideias-pilares são a pedra fundamental da Organização e, deveria também ser a dos Estados membros da Organização das Nações Unidas.

Não foi o que aconteceu. A África do Sul, membro fundador da Organização, iniciou a sua política de apartheid em 1948. Israel, admitido em 1948, havia levado a efeito atos terroristas contra a população árabe e hoje continua com políticas fascistas contra os palestinos na Palestina ilicitamente ocupada. Os EUA, principal promotor das Nações Unidas, têm longa e triste história de racismo e belicosidade. As ditaduras na Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai, para citar somente aquelas com as quais temos mais familiaridade, obviamente não se guiaram pelas 3 ideias-pilares nas sessões de tortura e nos assassinatos

O conflito Leste-Oeste politizou a questão dos direitos humanos - os países ocidentais favorecendo os direitos civis e políticos; os países a Leste, os direitos econômicos, sociais e culturais. A unidade das 3 ideias-pilares foi assim despedaçada.

O FMI e o Banco Mundial, que fazem parte do Sistema Nações Unidas e tinham como objetivo inicial funcionar como instituições auxiliares para o desenvolvimento, ao final de década de 1970 mudaram a orientação para a lógica do mercado financeiro.

A década perdida, 1980, foi a do aumento da desigualdade, da fome e da pobreza. Com o fim da Guerra Fria veio o Consenso de Washington com as suas bandeiras de ajuste fiscal, privatização, desregulamentação, livre mercado – acentuou ainda mais as inequidades, o desemprego e a pobreza. As teses neoliberais em voga contradiziam as 3 ideias-pilares da Carta ao tempo em que chocavam e frustravam os que ainda tinham fé num mundo melhor.

Seguiu-se a década de 1990 com as conferências das Nações Unidas sobre temas sociais, até então silenciados pela lógica da Guerra Fria. A agenda progressista dos temas sociais esbarrou na fria realidade do sistema financeiro internacional, ajustado para seguir as regras do mercado, não necessariamente condizentes com os propósitos das Nações Unidas.

A agenda progressista dos temas sociais avançados naquelas conferências da ONU esbarraria na fria realidade do sistema financeiro internacional, ajustado para seguir as regras de mercado que pediam mais ajuste, mas privatização e mais desregulamentação. A tensão entre os que lucravam e os que perdiam aumentava a cada dia.

A tensão estourou em 1999, na batalha de Seattle, quando a Organização Mundial de Comércio – também parte do Sistema Nações Unidas – realizou reunião naquela cidade para continuar na agenda neoliberal, contrária aos anseios por uma agenda mais humana.

Talvez preocupados com o aumento das tensões, os líderes adotaram em Conferência das Nações Unidas, realizada em 2000, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), um conjunto de metas que tinham que ser alcançadas até o ano 2015. Não obstante as boas intenções, os ODM ficaram aquém do esperado, pois mais uma vez esses objetivos não se coadunavam com a lógica do sistema financeiro internacional.

[1] O preâmbulo da Constituição de 1988 reflete bem o preâmbulo da Carta com as suas 3 ideias-pilares.

Felizmente, 2015 não a constatação de um fracasso. Havia ainda um tom de otimismo, de que era possível reverter as injustiças sociais. Os líderes tentaram de novo, desta vez com um projeto muito mais amplo e ambicioso que, certamente, faria honra às 3 ideias-pilares. Adotaram a Agenda 2030, com a esperança de ser a primeira geração a acabar com a fome e a pobreza e, talvez, a última a poder salvar o planeta. A Agenda 2030 é o mapa de caminho de consenso para alcançar o desenvolvimento puxando a agenda dos direitos humanos e servindo de base para a paz e a segurança internacional.

No mesmo ano de 2015, foi adotado por consenso o Acordo de Paris, que procura manter a temperatura global em nível compatível com a preservação do ecossistema[2].

A Agenda 2030 e o Acordo de Paris são complementares. Enquanto a Agenda propõe o caminho para o desenvolvimento, levando adiante a agenda de direitos humanos, bem como a de manutenção da paz e segurança, o Acordo aponta para a transição de um modelo de produção e consumo de energia para outro, novo e renovável. O desafio é enorme. Aproximadamente 85% de toda a energia produzida e consumida no mundo é de origem fóssil. Ademais dos custos volumosos, a transição envolve tecnologias ainda não totalmente dominadas por um único país. O que está em jogo, portanto, é saber qual modelo será vencedor. O país que conseguir impor um novo modelo para produção e consumo de energia renovável será a nova potência hegemônica. Estamos no limiar de uma nova era e, como das vezes anteriores, com a faca entre os dentes.

Como sempre aconteceu ao longo de 80 anos de história, as 3 ideias-pilares que poderiam orientar as políticas e decisões para um mundo melhor, serão postas de lado, aguardando a próxima pandemia que pede licença para nos açoitar. Como sempre, continuamos despreparados. Como sempre, esqueceremos os nossos erros e repetiremos o que há de pior em nós. Até que a ficha caia.

[2] Manter a temperatura no máximo 2º C acima da média pré-industrial, fazendo o possível para que não passe de 1,5º C.

Um Estadista em Washington[1]

Un estadista en Washington

A Statesman in Washington

Adhemar Bahadian

A polarização política interna no Brasil cega a dimensão do país nesta hora de angústia e guerras no mundo.

A visita de trabalho de Lula a Trump teve dimensão igual, ou talvez maior, do que a visita de Estado do Rei Charles III, que a antecedeu de poucos dias. Certo, por ser visita de trabalho e não de Estado, Lula não teve a possibilidade de falar ao Congresso americano. Charles III não foi submetido às sempre arriscadas entrevistas à imprensa no Salão Oval. Lula também não. As semelhanças não terminam aí.

O Rei nem de longe abordou os terríveis rumores de que os Estados Unidos poderiam se tornar neutros ou até apoiar a reclamação argentina sobre as Ilhas Malvinas. Lula jamais questionou a eventual intrusão de Trump na corrida eleitoral brasileira em outubro próximo.

Os governos passam e os Estados permanecem. As relações históricas entre os Estados Unidos e o Reino Unido tornam impensáveis eventuais traições ou artimanhas. Nossas relações com os Estados Unidos não são da mesma dimensão. Porém, são estreitas e igualmente históricas. Os Estados Unidos foi o primeiro país a reconhecer nossa independência e assumimos o nome de Estados Unidos do Brasil. Durante a Primeira República foi inquestionável a "aliança não- escrita" entre os dois países, o que muito ajudou em nossos pleitos jurídicos de limites territoriais em tribunais internacionais. O Brasil foi o único país latino-americano a enviar tropas para ajudar os aliados na Segunda Guerra Mundial, além de facilitar a aviação militar norte-americana com bases no Nordeste brasileiro, indispensáveis para os ataques no "front" africano.

Tivemos, e continuamos a ter, problemas de natureza econômica e política com os Estados Unidos e fomos sempre adversários leais e competentes em órgãos multilaterais de comércio, sobretudo depois dos anos 1960, no GATT, na OMC e na ONU. Nada, porém, nos fez tratar os Estados Unidos de forma arrogante ou capciosa. Da mesma forma que nunca, tampouco, pleiteamos "relações carnais" ou qualquer outro tipo de temor reverencial.

Ernesto Geisel e Antônio Francisco Azeredo da Silveira aprofundaram nosso diálogo com os Estados Unidos, resguardando sempre nossa universalidade diplomática. Kissinger telefonava para Silveira sempre que estavam em jogo os processos de independência de Angola e Moçambique, no que nossas posições eram divergentes. Nunca houve ameaças de pressões indevidas.

---

[1] Publicado originalmente em https://adhemarbahadian.substack.com/p/o-fio-e-a-trama8-a-trama-exposta3?r=1kyk5f&utm_medium=ios&triedRedirect=true. Republicado com autorização do Autor.

Nada do que recordei acima foi preciso Lula recordar a Trump. A marca do Estadista se revelou desde o primeiro instante. Revejam as fotos do cumprimento de mãos que Lula faz a Trump na entrada da Casa Branca. Observem o toque de Lula no braço de Trump. O sorriso imediato de Trump. O degelo.

A imprensa brasileira fica a perguntar: mas, não houve resultado? Foi só papo?

Lamento esta atitude. Esperava-se uma briga de galos e havia até os que torciam por uma "bronca" de Trump em Lula. Ledo engano. Lula falou pelo Brasil, mas deixou uma mensagem que interessa a todo o mundo democrático.



O respeito a soberania dos Estados, pedra angular da diplomacia brasileira desde os tempos da Conferência de Haia, com Rui Barbosa. Falou de comércio sem fronteiras, em que se comercia com países e não com ideologias, e falou no direito ao desenvolvimento e em nossa disponibilidade de receber o concurso do capital estrangeiro, desde que em conformidade com as leis brasileiras.

Lula representa, queiramos ou não, o melhor do Brasil. Sua história pessoal é um atestado de que um homem pobre, um torneiro mecânico pode se tornar um Estadista de dimensão internacional. Está no nível de grandes homens do século XX, como Nelson Mandela.

A maior riqueza do Brasil não é apenas as terras raras. A maior de nossas riquezas é nosso povo, que elegeu Lula três vezes e certamente o reelegerá pela quarta.

Ele está acima dos partidos de esquerda ou de direita. Mas, nunca jamais, em tempo algum, se meteu a Messias. Que Deus o guarde.

O silêncio que grita: venda, exploração e abuso sexual infantil e as crianças e conflitos armados

El silencio que grita: trata, explotación, abuso sexual infantil, y los niños y los conflictos armados

The silence that screams: trafficking, exploitation, child sexual abuse, and children and armed conflict

Fabiane Gaspar e Armando De Negri Filho

Resumo. O presente informe analisa dois relatórios, o da Representante Especial para Crianças e Conflitos Armados (2024-2025) e o relatório final da Relatora Especial sobre Venda, Exploração e Abuso Sexual de Crianças (2026). Os dados revelam níveis recordes de violações graves contra crianças em conflitos, aumento da violência sexual e exploração digital. Apesar de avanços pontuais, persistem lacunas na implementação, responsabilização do setor privado e proteção de grupos invisibilizados. Recomenda-se ação urgente e integrada.

Palavras-chave: violações graves; exploração sexual infantil; conflitos armados; responsabilização.

Resumen. *Este informe analiza dos documentos de la ONU: el informe de la Representante Especial para Niños y Conflictos Armados (2024-2025) y el informe final de la Relatora Especial sobre Venta, Explotación y Abuso Sexual de Niños (2026). Los datos muestran niveles récord de violaciones graves contra niños en conflictos, aumento de la violencia sexual y explotación digital. A pesar de algunos avances, persisten brechas en la implementación, la rendición de cuentas del sector privado y la protección de grupos invisibilizados. Se recomienda acción urgente e integrada.*

Palabras clave*: violaciones graves; explotación sexual infantil; conflictos armados; rendición de cuentas.*

Abstract. *This report analyzes two UN documents: the report of the Special Representative for Children and Armed Conflicts (2024-2025) and the final report of the Special Rapporteur on the Sale, Sexual Exploitation and Sexual Abuse of Children (2026). Data reveal record levels of grave violations against children in conflicts, increased sexual violence, and digital exploitation. Despite some progress, gaps persist in implementation, private sector accountability, and protection of invisible groups. Urgent and integrated action is recommended.*

Keywords*: grave violations; child sexual exploitation; armed conflict; accountability.*

Introdução

O presente informe tem por objetivo analisar, em perspectiva integrada, dois documentos oficiais das Nações Unidas submetidos ao Conselho de Direitos Humanos (CDH) e à Assembleia Geral (AGNU), respectivamente. O primeiro documento, intitulado "Crianças e Conflitos Armados" (A/HRC/61/37), abrange o período de dezembro de 2024 a dezembro de 2025 e foi apresentado nos termos da resolução 78/187 da Assembleia Geral. O relatório é assinado pela Representante Especial Vanessa Frazier, nomeada em outubro de 2025, e detalha as atividades do mandato, as tendências preocupantes e os progressos alcançados na proteção de crianças afetadas por conflitos armados.

O segundo documento, "Protegendo crianças da venda, exploração sexual e abuso sexual: progresso, novas fronteiras e o caminho a ser seguido" (A/HRC/61/45), de 7 de janeiro de 2026, é o relatório final da Relatora Especial Mama Fatima Singhateh, apresentado ao Conselho de Direitos Humanos em sua 61ª sessão regular. O texto reflete sobre os seis anos de mandato da Relatora, identificando avanços, lacunas persistentes e novas fronteiras no combate à venda, exploração sexual e abuso sexual de crianças.

Ambos os relatórios convergem ao reconhecer a gravidade das violações de direitos humanos contra crianças em contextos de vulnerabilidade exacerbada, seja por conflitos armados, seja por crises humanitárias, tecnológicas ou climáticas.

I. Relatório da Representante Especial para Crianças e Conflitos Armados (dezembro 2024 – dezembro 2025)

A. Tendências e violações graves

O relatório inicia destacando que, em 2024, as violações graves contra crianças em conflitos armados atingiram níveis sem precedentes pelo terceiro ano consecutivo, com um aumento de 25% em relação a 2023. As Nações Unidas verificaram 41.370 violações graves contra 22.495 crianças, sendo um terço do sexo feminino. Grupos armados não estatais foram responsáveis por quase 50% dessas violações, enquanto forças governamentais foram as principais perpetradoras de assassinatos, mutilações, ataques a escolas e hospitais e negação de acesso humanitário.

Destacam-se como violações mais frequentes: assassinato (4.676) e mutilação (7.291) de 11.967 crianças; negação de acesso humanitário (7.906); recrutamento e uso de crianças (7.402); e sequestro (4.573). Houve um aumento expressivo de detenções de crianças por suposta associação a grupos armados (de 2.491 em 2023 para 3.018 em 2024).

Quadro 1 – Tipos de violação mais frequentes (2024)

Tipo de violação grave	Número de ocorrências	Observação
Assassinato	4.676	11.967 – total de crianças mortas ou mutiladas
Mutilação	7.291	Número incluído no total acima
Negação de acesso humanitário	7.906	-----

Recrutamento e uso de crianças	7.402	------
Sequestro	4.573	------

Fonte: Relatório Crianças e Conflitos Armados (DOC A/HRC/61/37)

Os territórios com maior número de violações verificadas foram Israel e o Território Palestino Ocupado (8.554), República Democrática do Congo (4.043), Somália (2.568), Nigéria (2.436) e Haiti (2.269). Os maiores aumentos percentuais ocorreram no Líbano (545%), Moçambique (525%), Haiti (490%), Etiópia (235%) e Ucrânia (105%).

O relatório aponta que a violência sexual, incluindo estupro, aumentou 35% em relação a 2023, com casos de estupro coletivo em ascensão, sendo utilizada como tática deliberada de guerra. Ataques a escolas e hospitais totalizaram 2.374, um aumento de 44% em relação ao ano anterior.

Em 2025, as tendências permaneceram igualmente graves, agravadas pela redução do financiamento humanitário e pelo desengajamento de operações de paz, o que impactou negativamente a capacidade de verificação e resposta das Nações Unidas.

B. Progressos e engajamento com partes em conflito

Apesar do cenário desolador, o relatório documenta avanços significativos em diversos países. No Afeganistão, o engajamento com o Talibã resultou na libertação e reintegração de crianças e na desocupação de escolas usadas para fins militares. Em Burkina Faso, a ONU apoiou o treinamento das forças de defesa e segurança para prevenir violações graves. No Chade, na região da Bacia do Lago Chade, o Ministério das Forças Armadas, em parceria com o UNICEF, capacitou novos recrutas militares em proteção infantil.

Em Camarões, Mali e Moçambique, houve avanços na adoção de protocolos de transição de crianças associadas a forças armadas e grupos armados para atores civis. Na República Democrática do Congo, o Ministério da Defesa emitiu um memorando interno reafirmando a proibição do recrutamento de crianças e promovendo a responsabilização de perpetradores, inclusive com condenações judiciais.

No Iraque, o governo libertou 220 crianças detidas por motivos de segurança nacional e repatriou 1.529 crianças do nordeste da Síria. Devido à redução das violações, o Secretário-Geral removeu o Iraque, o Paquistão e as Filipinas de seu próximo relatório sobre crianças e conflitos armados.

Na Somália, o Exército Nacional e a Polícia foram retirados da lista de violadores por recrutamento e uso de crianças. No Sudão, houve a libertação de 71 crianças detidas e a nomeação de um ponto focal militar para desenvolver um novo plano de ação. Na Ucrânia, o plano de prevenção conjunto foi estendido até agosto de 2026.

C. Questões de preocupação contínua

O relatório enfatiza que o mandato de crianças e conflitos armados, estabelecido em 1996 pela Assembleia Geral, atua na interseção das agendas de paz e segurança, direitos humanos e desenvolvimento. O Mecanismo de Monitoramento e Relato (MRM) é destacado

como uma ferramenta única que reúne atores humanitários, de desenvolvimento e de paz, tendo contribuído para a libertação de mais de 220.000 crianças de forças e grupos armados.

A Representante Especial também atua como *amicus curiae* no Tribunal Penal Internacional (TPI) e contribui para a revisão da Política sobre a Infância liderada pelo gabinete do Procurador do TPI. A possibilidade de um instrumento juridicamente vinculativo sobre a prevenção e a punição de crimes contra a humanidade representa uma oportunidade crucial para melhorar a proteção das crianças afetadas por conflitos e seu acesso à justiça.

Uma das maiores preocupações é a violação sistemática do direito à vida das crianças. O relatório menciona que, em 2024, muitas mortes e mutilações resultaram do uso de artefatos explosivos em áreas povoadas, minas terrestres e dispositivos explosivos improvisados. Na Faixa de Gaza, o uso de explosivos em áreas populosas foi a principal causa de fatalidades, e restrições impostas por Israel levaram à morte de crianças por inanição, com fome classificada como ocorrente em agosto de 2025 na província de Gaza.

A urbanização dos conflitos, ataques a infraestruturas civis e o surgimento de tecnologias emergentes (armas autônomas, inteligência artificial) são apontados como fatores que agravam a vulnerabilidade infantil. Empresas militares e de segurança privadas também dificultam a responsabilização.

D. Conscientização, parcerias e cooperação regional

A Representante Especial realizou diversas atividades de sensibilização, incluindo mais de 30 comunicados de imprensa e participação em eventos de alto nível. Lançou a campanha "*Prove It Matters* (Mostre que Isso Importa, em tradução livre) para mobilizar a comunidade internacional em torno da Convenção sobre os Direitos da Criança, com mais de 36 Estados reafirmando seu compromisso.

Coletou e disseminou boas práticas, como a *Guidance Note for Teachers and Educators* (Nota de orientação para professores e educadores, em parceria com a UNESCO) e a publicação *Denial of Humanitarian Access to Children: A Guidance Note* (Negação do acesso humanitário a crianças: uma nota orientativa, com UNICEF e outros).

Estabeleceu parcerias com a União Africana (projeto de fortalecimento de parcerias regionais), União Europeia e Comissão Europeia (sessões informativas, treinamentos, paraequipes que trabalham diretamente com a proteção dos direitos humanos), Liga dos Estados Árabes (workshops sobre proteção infantil e educação em conflitos), Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e Organization for Security and Co-operation in Europe (OSCE).

No sistema ONU, colaborou com o Conselho de Segurança, o Conselho de Direitos Humanos, o Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos e diversos mecanismos de direitos humanos, além de organizações da sociedade civil e universidades.

E. Recomendações

A Representante Especial formula recomendações que incluem:

(i) cumprimento do direito internacional humanitário e dos direitos humanos;

(ii) ratificação e implementação de instrumentos como a Convenção sobre os Direitos da Criança e seus Protocolos Facultativos, a Declaração sobre Escolas Seguras e os Princípios de Vancouver;

(iii) combate ao uso de armas explosivas em áreas povoadas e eliminação de minas;

(iv) garantia de acesso humanitário seguro e sem entraves;

(v) regulamentação de novas tecnologias, incluindo a proibição de sistemas de armas autônomas letais sem controle humano;

(vi) inclusão de disposições de proteção infantil em mandatos de operações de paz;

(vii) programas de reintegração sustentáveis e sensíveis a gênero e idade;

(viii) fortalecimento da responsabilização e combate à impunidade, com legislação que criminalize violações e promova a abordagem centrada no sobrevivente;

(ix) alocação de recursos suficientes ao Escritório da Representante Especial.

II. Relatório da Relatora Especial sobre Venda, Exploração Sexual e Abuso Sexual de Crianças (2026)

A. Atividades do mandato

A Relatora Especial Mama Fatima Singhateh, em seu relatório final, informa que não realizou visitas a países durante o período devido à crise de liquidez do orçamento regular da ONU. No entanto, transmitiu comunicações conjuntas a governos, emitiu comunicados de imprensa e anunciou a seleção de sua segunda conselheira jovem (Felicity Feleke, da Etiópia) para amplificar as vozes de crianças e jovens.

Apresentou seu relatório à Assembleia Geral em outubro de 2025, com foco na exploração sexual de crianças em situação de rua, e organizou eventos paralelos com a participação ativa de crianças com experiência de vida nas ruas de Bangladesh, Índia e Filipinas. Também participou de conferências sobre tráfico de pessoas e deu palestras sobre acesso à justiça e reabilitação para crianças vítimas.

B. Questões e tendências relativas ao mandato

A Relatora destaca vários temas recorrentes durante seus seis anos de mandato:

1. **Riscos do ambiente digital**: A tecnologia facilitou a exploração sexual, com uso de *deepfakes*, inteligência artificial para gerar materiais de abuso sexual infantil (CSAM), criptomoedas para pagamentos anônimos e criptografia de ponta a ponta que dificulta a detecção. Há lacunas na harmonização legal, na capacidade técnica e na cooperação transfronteiriça.

2. **Pandemias e crises humanitárias**: A COVID-19 exacerbou as vulnerabilidades, com aumento da violência doméstica e exploração online devido ao fechamento de escolas. A Relatora também tratou da falta de responsabilização por abuso sexual infantil em operações de paz e contextos humanitários, pedindo uma cláusula específica na renovação do mandato.

3. **Turismo, viagens e entretenimento**: O turismo e a indústria do entretenimento foram identificados como setores que expõem crianças a riscos de exploração sexual, exigindo regulamentação e políticas de tolerância zero.

4. **Vítimas invisíveis**: Meninos e crianças com identidade de gênero não-conforme são frequentemente negligenciados. A Relatora dedicou um relatório à dimensão de gênero, destacando que meninos permanecem "vítimas ocultas". Crianças em situação de rua também são sistematicamente excluídas das políticas públicas.

5. **Reparações centradas na vítima**: A Relatora observou que raramente se concede reparação integral a crianças vítimas de exploração sexual. Defendeu medidas que vão além da compensação monetária, incluindo reabilitação, medidas de satisfação e garantias de não repetição.

C. Conquistas do mandato

Entre as principais conquistas, destacam-se:

(i) a elevação da conscientização global sobre o tema;

(ii) a revisão do nome do mandato, substituindo os termos "prostituição infantil" e "pornografia infantil" por "exploração sexual" e "material de abuso sexual infantil", eliminando terminologias estigmatizantes;

(iii) o estabelecimento do primeiro posto de conselheiro juvenil para um relator especial, garantindo participação significativa de jovens;

(iv) a adoção de uma abordagem prática, com a criação de uma *checklist* para Estados implementarem medidas de prevenção e proteção, influenciando reformas legislativas em países como México e Montenegro.

D. Lacunas e novas fronteiras

O relatório identifica lacunas críticas:

1. **Riscos digitais em rápida evolução**: as salvaguardas não acompanham o avanço tecnológico. Em 2025, relatos de CSAM gerado por IA aumentaram de 6.835 para 440.419 no primeiro semestre. O *off-platforming* e os espaços de realidade estendida criam novos desafios. Falta alfabetização digital para crianças, cuidadores e educadores.

2. **Implementação fragmentada**: mesmo com leis existentes, a aplicação é desigual, especialmente em estados descentralizados. Falta coordenação intersetorial e capacitação técnica de profissionais.

3. **Dados e monitoramento**: A falta de sistemas de dados centralizados e desagregados (por idade, gênero, deficiência, localização) impede políticas baseadas em evidências. A subnotificação é crônica, e os métodos de coleta não são comparáveis globalmente.

4. **Novos fatores de risco**:

   - **Conflitos prolongados**: 520 milhões de crianças vivem em zonas de conflito; a violência sexual aumentou 35%.

- **Mudanças climáticas**: desastres climáticos aumentam a vulnerabilidade ao tráfico e à exploração sexual.
- **Deslocamento forçado**: crianças deslocadas internamente (43,1 milhões entre 2016-2021) enfrentam risco aumentado em abrigos superlotados.
- **Exploração online durante emergências**: países afetados por conflitos têm maior número de endereços IP associados a CSAM.
- **Indústrias extrativistas**: a mineração de minerais críticos para a transição energética cria zonas de exploração sexual e tráfico.
- **Comportamentos sexuais prejudiciais entre crianças**: a perpetração por pares é comum, mas faltam estratégias preventivas especializadas.

5. **Responsabilidade do setor privado**: Empresas de tecnologia, turismo e instituições financeiras são insuficientemente responsabilizadas. Apenas 17% dos relatórios corporativos analisados pela UNICEF continham divulgações significativas sobre direitos da criança no ambiente digital.

E. Recomendações

A Relatora formula 19 recomendações direcionadas aos Estados, incluindo: (i) ratificação de instrumentos internacionais (Protocolo Opcional à CDN, Convenção da ONU sobre Cibercrime); (ii) harmonização legislativa com terminologia sensível à criança; (iii) criação de mecanismos transversais de coordenação; (iv) investimento em capacidade forense digital; (v) fortalecimento de sistemas de prevenção e identificação precoce; (vi) capacitação de profissionais; (vii) criação de bancos de dados integrados; (viii) combate à impunidade; (ix) inclusão de alfabetização digital como disciplina obrigatória; (x) integração da proteção infantil em planos de resposta a emergências e políticas climáticas; (xi) pesquisa sobre comportamentos sexuais prejudiciais e indústrias extrativistas; (xii) responsabilização obrigatória do setor privado (avaliações de impacto nos direitos da criança, (xiii) *due diligence*; (xiv) cooperação internacional entre instituições financeiras e aplicação da lei; e (xv) reconhecimento de datas simbólicas – 12 de abril como Dia Internacional da Criança de Rua e 16 de abril como Dia do Guarda-Chuva Azul para proteção de meninos contra violência sexual.

Considerações Finais

Em conjunto, os dois relatórios revelam um panorama alarmante, porém matizado, da situação dos direitos da criança no cenário global. O relatório da Representante Especial para Crianças e Conflitos Armados demonstra que, apesar de uma legislação internacional robusta e de esforços contínuos de engajamento com partes em conflito, as violações graves – especialmente assassinatos, mutilações, negação de acesso humanitário e violência sexual – atingiram níveis recordes.

A banalização do sofrimento infantil em conflitos como os de Israel e Palestina, Sudão, Haiti e Ucrânia evidencia um fracasso sistêmico na implementação do direito internacional humanitário. Ao mesmo tempo, o relatório aponta para uma via promissora: a combinação de monitoramento rigoroso, planos de ação e responsabilização judicial tem produzido resultados concretos, como a retirar da lista as forças armadas da Somália e a remoção de países da lista

do Secretário-Geral. Contudo, a redução do financiamento humanitário e o desengajamento de operações de paz ameaçam esses ganhos.

O relatório da Relatora Especial sobre Venda, Exploração e Abuso Sexual de Crianças complementa essa análise ao focar em violações que ocorrem tanto em contextos de conflito quanto em situações de aparente normalidade, como o ambiente doméstico, o turismo e o espaço digital. O acesso ao mundo digital e criação de novas tecnologias de forma acelerada das interações humanas, potencializada pela pandemia causada pela Covid-19, criou novas fronteiras para o abuso – a inteligência artificial generativa, a criptografia e as criptomoedas representam desafios que ultrapassam a capacidade regulatória dos Estados.

A persistência de lacunas na coleta de dados, na implementação fragmentada de leis e na invisibilidade de grupos específicos (meninos, crianças em situação de rua, crianças com identidade de gênero diversa) demonstra que a abordagem tradicional, focada quase exclusivamente em meninas vítimas de abuso *offline*, é insuficiente.

Ambos os relatórios convergem em recomendações fundamentais:

- a necessidade de responsabilização efetiva dos criminosos (incluindo atores estatais e privados);
- a alocação robusta de recursos para sistemas de proteção infantil;
- a integração da perspectiva da criança em todas as políticas de paz, segurança,
- clima e desenvolvimento; e
- a participação significativa de crianças e jovens na formulação de soluções.

A nomeação de uma nova Representante Especial e a transição para um novo mandato da Relatora Especial podem representar uma oportunidade para renovar o compromisso político e financeiro com a proteção integral das crianças afetadas por conflitos, exploração e abuso, em um mundo cada vez mais complexo e interconectado.

Referências

Nações Unidas. (2025). *Report of the Special Representative of the Secretary-General for Children and Armed Conflict* (A/HRC/61/37). Nações Unidas, Conselho de Direitos Humanos, 61ª sessão. Disponível em: https://docs.un.org/A/HRC/61/37 Acesso em: 06 mai.2026

Nações Unidas. (2026). *Protecting children from sale, sexual exploitation and sexual abuse: progress, new frontiers and the path forward – Report of the Special Rapporteur on the sale, sexual exploitation and sexual abuse of children, Mama Fatima Singhateh* (A/HRC/61/45). Nações Unidas, Conselho de Direitos Humanos, 61ª sessão. Disponível em: https://docs.un.org/A/HRC/61/45 Acesso em: 06 mai.2026

Entre surtos, soberania e biofabricação: desafios contemporâneos da saúde global

Entre brotes epidémicos, soberanía y biofabricación: desafíos contemporáneos para la salud global

Between outbreaks, sovereignty, and biofabrication: contemporary challenges to global health.

Paula Reges, Luana Bermudez, Luiz Augusto Galvão

Resumo. Os textos reunidos neste fascículo analisam, sob diferentes perspectivas, os desafios contemporâneos da governança global da saúde, em um contexto marcado por crescente interdependência sanitária, disputas geopolíticas e transformações na arquitetura internacional de preparação e resposta a emergências. O surto de hantavírus associado a um cruzeiro internacional evidencia como eventos localizados rapidamente adquirem dimensão transnacional, mobilizando mecanismos do Regulamento Sanitário Internacional (RSI), cooperação laboratorial, compartilhamento genômico e coordenação multinacional. O episódio funciona como exemplo concreto das tensões discutidas nas negociações do Anexo sobre Acesso a Patógenos e Compartilhamento de Benefícios (PABS) do Acordo de Pandemias, especialmente em torno de soberania biológica, compartilhamento de sequências genéticas e acesso equitativo a tecnologias em saúde. Paralelamente, os textos discutem o impasse político nas negociações multilaterais em Genebra, revelando divergências estruturais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento sobre equidade, inovação e repartição de benefícios. Por fim, a designação da Fiocruz como Centro Regional de Treinamento em Biofabricação da OMS é apresentada como expressão de uma mudança de paradigma na saúde global, baseada no fortalecimento de capacidades regionais, formação de força de trabalho especializada e diversificação geográfica da produção de tecnologias em saúde como pilares centrais da segurança sanitária global.

Abstract. *The texts gathered in this issue analyze, from different perspectives, the contemporary challenges of global health governance in a context marked by increasing health interdependence, geopolitical disputes, and transformations in the international architecture for emergency preparedness and response. The hantavirus outbreak associated with an international cruise ship demonstrates how localized events quickly acquire a transnational dimension, mobilizing mechanisms of the International Health Regulations (IHR), laboratory cooperation, genomic sharing, and multinational coordination. This episode serves as a concrete example of the tensions discussed in the negotiations of the Pathogen Access and Benefit-Sharing*

Annex (PABS) of the Pandemics Agreement, especially regarding biological sovereignty, genetic sequence sharing, and equitable access to health technologies. In parallel, the texts discuss the political impasse in the multilateral negotiations in Geneva, revealing structural divergences between developed and developing countries on equity, innovation, and benefit-sharing. Finally, the designation of Fiocruz as a WHO Regional Training Center in Biofabrication is presented as an expression of a paradigm shift in global health, based on strengthening regional capacities, training a specialized workforce, and geographically diversifying the production of health technologies as central pillars of global health security.

Resumen. *Los textos reunidos en este número analizan, desde diferentes perspectivas, los desafíos contemporáneos de la gobernanza sanitaria mundial en un contexto marcado por la creciente interdependencia sanitaria, las disputas geopolíticas y las transformaciones en la arquitectura internacional para la preparación y respuesta ante emergencias. El brote de hantavirus asociado a un crucero internacional demuestra cómo los eventos localizados adquieren rápidamente una dimensión transnacional, movilizando mecanismos del Reglamento Sanitario Internacional (RSI), la cooperación entre laboratorios, el intercambio genómico y la coordinación multinacional. Este episodio sirve como ejemplo concreto de las tensiones debatidas en las negociaciones del Anexo de Acceso a Patógenos y Distribución de Beneficios (PABS) del Acuerdo sobre Pandemias, especialmente en lo que respecta a la soberanía biológica, el intercambio de secuencias genéticas y el acceso equitativo a las tecnologías sanitarias. Paralelamente, los textos analizan el estancamiento político en las negociaciones multilaterales de Ginebra, revelando divergencias estructurales entre países desarrollados y en desarrollo en materia de equidad, innovación y distribución de beneficios. Finalmente, la designación de Fiocruz como Centro Regional de Capacitación en Biofabricación de la OMS se presenta como una expresión de un cambio de paradigma en la salud mundial, basado en el fortalecimiento de las capacidades regionales, la formación de una fuerza laboral especializada y la diversificación geográfica de la producción de tecnologías sanitarias como pilares centrales de la seguridad sanitaria mundial.*

Palavras-chave: Saúde Global, Hantavirus, PABS

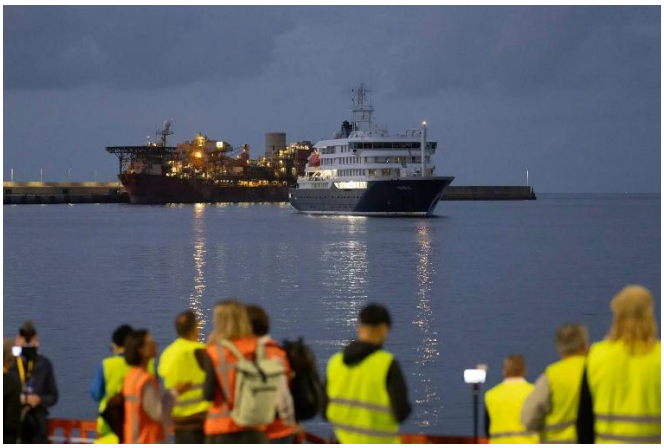
Hantavírus é uma história que já vimos antes?

A atual ocorrência de casos de hantavirose por vírus Andes (ANDV) associada a um navio de cruzeiro internacional recoloca no centro da agenda global debates fundamentais sobre vigilância epidemiológica, preparação para emergências sanitárias e governança internacional da saúde. Embora a Organização Mundial da Saúde (OMS) avalie o risco global do evento como baixo, o episódio mobilizou uma resposta internacional coordenada envolvendo múltiplos países, pontos focais nacionais do Regulamento Sanitário Internacional (RSI 2005), laboratórios de referência, evacuações médicas e mecanismos de comunicação de risco. Mais do que um evento isolado, o surto revela tensões e desafios contemporâneos da saúde global em um cenário pós-COVID-19, no qual doenças zoonóticas, circulação internacional de pessoas e fragilidades da cooperação internacional permanecem profundamente interligadas (1).

As hantaviroses constituem zoonoses causadas por vírus da família Hantaviridae, transmitidos principalmente pelo contato com secreções de roedores infectados. Nas Américas, o vírus Andes é responsável pela maior parte dos casos da síndrome cardiopulmonar por hantavírus (SCPH), caracterizada por evolução rápida, insuficiência respiratória grave e elevada

letalidade. Diferentemente de outros hantavírus identificados na Europa e Ásia, o ANDV possui uma característica epidemiológica particularmente relevante: a possibilidade, ainda que limitada, de transmissão entre humanos. Essa especificidade transforma o atual evento em um caso de interesse internacional não apenas pela gravidade clínica observada, mas também pelo potencial de disseminação em ambientes fechados e altamente conectados, como embarcações internacionais.

O episódio envolvendo o cruzeiro MV Hondius explicita como a mobilidade global contemporânea pode atuar como vetor de amplificação de riscos sanitários. A investigação epidemiológica preliminar sugere que o caso índice provavelmente adquiriu a infecção durante atividades de ecoturismo na América do Sul, especialmente em áreas endêmicas da Argentina e Chile. A partir daí, o ambiente confinado do navio, marcado por convivência prolongada, espaços compartilhados e circulação internacional de passageiros, criou condições propícias para transmissão secundária. O fato de passageiros terem desembarcado em diferentes territórios, incluindo Santa Helena, África do Sul, Suíça e outros países europeus, exigiu rápida ativação de mecanismos de rastreamento internacional de contatos.



Nesse contexto, o RSI (2005) emerge como um instrumento central da resposta global. O regulamento, juridicamente vinculante para os Estados Partes da OMS, estabelece obrigações relacionadas à detecção, notificação e resposta coordenada a eventos que possam constituir Emergências de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). O acionamento dos Pontos Focais Nacionais do RSI permitiu compartilhamento rápido de informações epidemiológicas, listas de passageiros, dados laboratoriais e coordenação de medidas sanitárias entre países afetados. A resposta ao surto evidencia uma das principais funções do RSI: garantir que ameaças sanitárias transfronteiriças sejam tratadas de forma cooperativa, baseada em evidências e proporcional ao risco.

Ao mesmo tempo, o evento também expõe limites históricos do RSI, já amplamente debatidos durante a pandemia de COVID-19. Embora o sistema tenha possibilitado comunicação relativamente rápida entre os países envolvidos, persistem desafios relacionados à harmonização de capacidades nacionais, à transparência das notificações, à coordenação logística e à implementação equitativa de medidas de resposta. A própria necessidade de evacuações internacionais complexas, envolvendo Cabo Verde, Holanda, África do Sul e Espanha, demonstra como a operacionalização prática da cooperação internacional ainda depende fortemente da capacidade instalada de alguns poucos países e instituições.

Além disso, o episódio ocorre em um momento particularmente sensível para a governança global da saúde: as negociações sobre o anexo do Acordo de Pandemias no âmbito da OMS. Embora o surto atual não configure uma pandemia nem uma ESPII declarada, ele funciona como um exemplo concreto dos dilemas que motivaram as negociações do tratado pandêmico. Questões como compartilhamento rápido de informações, acesso equitativo a capacidades laboratoriais, fortalecimento de sistemas de vigilância, cooperação científica, logística internacional e coordenação de respostas multilaterais aparecem de maneira evidente no manejo do evento.

O caso também reforça a importância da abordagem “One Health” (Uma Só Saúde), amplamente incorporada nas discussões do Acordo de Pandemias. A provável origem zoonótica do caso índice, associada a atividades ambientais em áreas endêmicas, evidencia a crescente interface entre saúde humana, ecossistemas e mudanças ambientais. A expansão de atividades de ecoturismo, transformações climáticas, alterações em habitats silvestres e mudanças nos padrões de interação humano-animal ampliam oportunidades de emergência e reemergência de patógenos. Assim, eventos como esse demonstram que preparação pandêmica não pode se restringir à capacidade hospitalar ou vigilância clínica, exigindo integração entre saúde pública, vigilância ambiental e monitoramento de riscos ecológicos.

Outro elemento relevante diz respeito à comunicação de risco. A carta pública do Diretor-Geral da OMS à população de Tenerife (2) revela uma dimensão política e social frequentemente negligenciada em emergências sanitárias: a necessidade de construir confiança pública em meio a memórias traumáticas recentes da COVID-19. Ao afirmar que “este não é outro COVID”, Tedros Adhanom Ghebreyesus buscou evitar reações desproporcionais, estigmatização e pânico social. O discurso também enfatizou solidariedade internacional, responsabilidade compartilhada e cumprimento das obrigações internacionais previstas no RSI. Esse aspecto é particularmente significativo em um cenário global marcado por crescente desinformação, fadiga social pós-pandêmica e politização das respostas sanitárias.

A gestão do desembarque do navio em Tenerife também suscita reflexões importantes sobre ética, soberania e solidariedade internacional. A decisão da Espanha de receber a embarcação foi apresentada como um “dever moral” e uma obrigação compatível com o RSI. Entretanto, episódios semelhantes durante a COVID-19 demonstraram que medidas relacionadas a fronteiras, portos e circulação internacional frequentemente se tornam objeto de disputas políticas e pressões domésticas. Assim, o caso atual evidencia como mecanismos multilaterais dependem não apenas de normas técnicas, mas também de confiança política e disposição dos Estados em cooperar em situações potencialmente sensíveis.

Do ponto de vista epidemiológico, o surto também reacende debates sobre preparação para agentes infecciosos de alta letalidade, ainda que de baixa transmissibilidade. A taxa de letalidade observada até o momento — cerca de 38% — reforça a gravidade clínica do ANDV. Embora a transmissão sustentada entre humanos permaneça limitada, o evento demonstra como patógenos relativamente raros podem gerar elevada mobilização internacional quando associados à circulação global e à incerteza científica. Em um contexto de crescente preocupação com doenças emergentes, a capacidade de detectar rapidamente padrões incomuns e responder antes da amplificação internacional torna-se componente essencial da segurança sanitária global.

Além disso, a resposta ao surto evidencia o papel estratégico das redes laboratoriais internacionais e da cooperação científica. O envolvimento de instituições na África do Sul, Suíça, Senegal, Países Baixos, Reino Unido e Argentina demonstra a importância da capacidade distribuída de diagnóstico molecular, sequenciamento genômico e compartilhamento de amostras. Esses elementos dialogam diretamente com temas centrais das negociações do acordo pandêmico, especialmente aqueles relacionados ao acesso equitativo a benefícios derivados do compartilhamento de patógenos e à construção de capacidades regionais de resposta.

Por fim, o episódio das hantaviroses associadas ao cruzeiro internacional deve ser compreendido não como um prenúncio inevitável de uma nova pandemia, mas como um alerta sobre a permanência de vulnerabilidades estruturais da saúde global. O evento evidencia avanços importantes desde a COVID-19, especialmente em coordenação internacional e vigilância, mas também demonstra que desafios relacionados à governança, comunicação, capacidade operacional e equidade permanecem centrais. Em um mundo caracterizado por intensa mobilidade humana, mudanças ambientais e circulação acelerada de informações, surtos localizados podem rapidamente adquirir relevância internacional.

Nesse sentido, a atual emergência oferece uma oportunidade relevante de reflexão sobre o futuro da arquitetura global de preparação e resposta a emergências sanitárias. O fortalecimento do RSI, a consolidação de mecanismos vinculantes de cooperação no âmbito do acordo pandêmico e a ampliação de capacidades regionais de vigilância e resposta permanecem fundamentais. Mais do que responder a crises específicas, trata-se de construir uma governança global da saúde capaz de enfrentar um cenário epidemiológico cada vez mais complexo, interdependente e marcado por incertezas.

PABS em um mundo sem fronteiras epidemiológicas

As negociações mais recentes do Anexo sobre o Sistema de Acesso a Patógenos e Compartilhamento de Benefícios (PABS) do Acordo de Pandemias revelam, de forma particularmente clara, as profundas tensões estruturais que seguem marcando a governança global da saúde. A incapacidade de conclusão das negociações durante a sexta reunião do grupo de trabalho intergovernamental (IGWG6), realizada entre abril e maio de 2026, demonstra que os desacordos não são apenas técnicos ou redacionais, mas refletem visões distintas sobre soberania, equidade, inovação, propriedade de recursos biológicos e distribuição de poder no sistema internacional.



O prolongamento do mandato negociador para além da 79ª Assembleia Mundial da Saúde evidencia que permanece inconclusa a principal pergunta política subjacente ao PABS: como equilibrar o compartilhamento rápido de patógenos e informações genéticas com mecanismos efetivos e vinculantes de repartição de benefícios? Em última instância, o impasse atual reflete o legado das assimetrias observadas durante a pandemia de COVID-19, quando países de alta renda concentraram acesso a vacinas, diagnósticos e terapêuticos, apesar de muitos dos dados epidemiológicos, amostras biológicas e sequências genéticas terem sido compartilhados por países do Sul Global.

Nesse contexto, o Grupo Africano e o chamado Grupo da Equidade têm insistido na necessidade de um sistema juridicamente robusto, baseado em obrigações vinculantes para fabricantes e usuários do sistema. A preocupação central desses países reside na tentativa de evitar a repetição de um cenário em que patógenos e sequências sejam compartilhados rapidamente em nome da segurança sanitária global, mas os benefícios resultantes — vacinas, diagnósticos, medicamentos e tecnologias — permaneçam concentrados em poucos países e empresas.

Por outro lado, países desenvolvidos, especialmente aqueles com forte presença da indústria farmacêutica, seguem defendendo modelos mais flexíveis, argumentando que obrigações excessivamente rígidas poderiam desestimular pesquisa, inovação e rapidez no desenvolvimento de contramedidas médicas. O centro do conflito reside justamente na interpretação do princípio de “equal footing” entre acesso e repartição de benefícios previsto no artigo 12 do Acordo de Pandemias. Enquanto países em desenvolvimento entendem que o compartilhamento de patógenos deve necessariamente gerar obrigações claras e automáticas de repartição de benefícios, parte dos países desenvolvidos sustenta leitura mais flexível, segundo a qual acesso e benefícios devem apenas receber “igual atenção”, sem necessariamente estabelecer mecanismos jurídicos estritos de condicionalidade.

As discussões sobre Emergências de Saúde Pública de Importância Internacional (PHEIC) ilustram bem essas tensões. A proposta europeia de limitar obrigações obrigatórias de compartilhamento de contramedidas médicas apenas a PHEIC causadas por patógenos com potencial pandêmico introduziu uma nova camada de complexidade jurídica e operacional. A reação do Grupo Africano demonstra preocupação legítima de que a criação de categorias diferenciadas de PHEIC possa enfraquecer compromissos de solidariedade internacional justamente em momentos críticos.

Além disso, a própria definição do que constitui um “patógeno com potencial pandêmico” permanece profundamente controversa. Trata-se de um conceito aparentemente técnico, mas carregado de implicações políticas, econômicas e jurídicas. A ausência de consenso sobre esse ponto evidencia como a arquitetura normativa global ainda enfrenta dificuldades para traduzir conceitos epidemiológicos dinâmicos em categorias jurídicas operacionalizáveis.

É precisamente nesse contexto que o atual surto associado ao hantavírus Andes em um navio de cruzeiro internacional ganha relevância extraordinária para o debate sobre o PABS. O caso funciona quase como um “teste de estresse” da própria arquitetura de governança que está sendo construída em Genebra. O episódio expõe, em tempo real, os desafios concretos que os negociadores tentam resolver abstratamente nas salas de negociação multilaterais.

Ao descrever o evento, já se observa a dimensão transnacional do problema: um navio de bandeira holandesa, com passageiros de 23 nacionalidades, partindo da América do Sul,

passando por territórios ultramarinos britânicos, arquipélagos remotos e águas internacionais, envolvendo evacuações médicas para África do Sul, Países Baixos, Alemanha e Suíça. O evento mobilizou mecanismos do Regulamento Sanitário Internacional (RSI), laboratórios internacionais, compartilhamento genômico, rastreamento multinacional de contatos e coordenação logística entre múltiplas jurisdições.

O caso evidencia que o debate sobre acesso a patógenos e compartilhamento de benefícios deixou de ser uma discussão abstrata ou hipotética. Ele está acontecendo agora, diante de uma emergência sanitária concreta. E talvez uma das principais contribuições desse episódio seja justamente revelar como os modelos jurídicos tradicionais de soberania biológica encontram dificuldades diante da realidade epidemiológica contemporânea.

Uma das perguntas centrais levantadas pelo surto é aparentemente simples, mas profundamente complexa: quem é, afinal, o "provedor" desse patógeno? O vírus Andes é endêmico na Argentina e no Chile. O provável caso índice adquiriu a infecção durante atividades ambientais na América do Sul. A confirmação laboratorial ocorreu na África do Sul. O sequenciamento envolveu laboratórios em diferentes continentes. A notificação internacional ocorreu via Reino Unido, devido à vinculação de Santa Helena. Novas amostras poderão ser isoladas e estudadas na Alemanha, Suíça ou Holanda.

Essa cadeia fragmentada desafia diretamente os pressupostos tradicionais dos regimes de acesso e repartição de benefícios inspirados no Protocolo de Nagoya, que partem da ideia de existência relativamente clara de um recurso genético associado a um território soberano específico. No caso atual, o patógeno circula simultaneamente entre múltiplas jurisdições, sistemas laboratoriais e fluxos internacionais de informação científica.

As sequências genéticas digitais tornam o problema ainda mais complexo. O genoma do vírus Andes já circula há décadas em bancos públicos internacionais graças a pesquisas anteriores realizadas principalmente na Argentina e no Chile. Assim, caso uma futura vacina, antiviral ou diagnóstico venha a ser desenvolvido, como identificar exatamente qual sequência foi utilizada? Seria possível rastrear uma única origem? Ou estaríamos diante de uma sequência consenso construída a partir de múltiplos bancos de dados, múltiplos pacientes e múltiplas amostras coletadas em diferentes países?

Essas perguntas colocam enorme pressão sobre a própria noção contemporânea de soberania sobre patógenos. E talvez esse seja um dos aspectos mais sensíveis das negociações atuais. Vírus não respeitam fronteiras nacionais, cadeias logísticas ou categorias jurídicas tradicionais. A circulação contínua de informação biológica em escala global torna cada vez mais difícil sustentar modelos lineares de controle de acesso baseados exclusivamente em territorialidade.

O caso do hantavírus também desafia diretamente a tentativa de limitar obrigações do PABS apenas a "patógenos com potencial pandêmico". O Andes hantavirus é praticamente o único hantavírus com transmissão interpessoal documentada, mas nunca produziu disseminação pandêmica sustentada. Então ele se enquadra ou não na categoria pretendida pelos negociadores? O exemplo demonstra como classificações aparentemente objetivas podem rapidamente tornar-se zonas cinzentas quando confrontadas com eventos reais.

Nesse sentido, o debate deixa de ser apenas sobre "quem compartilha" e passa a envolver uma questão mais ampla: como regular a circulação global contínua de informações

biológicas distribuídas em redes científicas internacionais? Alguns especialistas têm defendido, inclusive, que insistir em mecanismos rígidos de controle do ponto de acesso talvez seja menos eficiente do que construir sistemas robustos e juridicamente vinculantes de compartilhamento de benefícios ao longo de toda a cadeia de inovação. Outros questionam se a própria noção clássica de "soberania sobre patógenos" continua plenamente compatível com a natureza intrinsecamente transnacional das ameaças biológicas contemporâneas.

Talvez o principal aprendizado do caso atual seja justamente mostrar que o desafio central do PABS não é apenas jurídico, mas político e operacional. Trata-se de construir um sistema que consiga simultaneamente incentivar compartilhamento rápido de dados e amostras, garantir confiança entre os países e assegurar acesso equitativo aos benefícios derivados desse compartilhamento.

O surto atual também revela outro elemento importante: apesar das tensões políticas e do enfraquecimento recente do multilateralismo, os mecanismos internacionais continuam sendo mobilizados em situações concretas de emergência. Mesmo diante do anúncio da Argentina de retirada da OMS, o país segue cooperando ativamente com investigações epidemiológicas, rastreamento de exposições e compartilhamento de informações. Isso demonstra que emergências sanitárias frequentemente ultrapassam disputas políticas conjunturais, impondo a necessidade prática de cooperação internacional.

Por fim, o caso das hantaviroses associadas ao cruzeiro internacional reforça uma percepção crescente no campo da saúde global: os marcos jurídicos e institucionais existentes talvez estejam evoluindo mais lentamente do que a dinâmica das emergências sanitárias contemporâneas. Em um mundo marcado por mobilidade intensa, circulação digital de dados genômicos, cadeias científicas distribuídas e riscos zoonóticos crescentes, os instrumentos internacionais precisarão adaptar-se a uma realidade muito mais fluida do que aquela imaginada quando muitos desses mecanismos foram concebidos.

O desafio colocado às negociações do PABS é justamente esse: construir um sistema suficientemente flexível para responder à complexidade epidemiológica do século XXI, mas suficientemente robusto para enfrentar desigualdades históricas no acesso a tecnologias e contramedidas médicas. O caso do hantavírus mostra que esse debate não pertence ao futuro. Ele já está acontecendo, em tempo real, diante de uma emergência sanitária concreta que atravessa continentes, fronteiras e jurisdições em questão de dias.

Capacidades para produzir o futuro: a rede global de biofabricação da OMS e os desafios da saúde global

A recente designação da Fiocruz pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como Centro Regional de Treinamento em Biofabricação para as Américas representa mais do que um reconhecimento institucional (3). Trata-se de um movimento estratégico inserido em uma transformação mais ampla da governança global da saúde, na qual a capacidade de produzir localmente vacinas, medicamentos biológicos e outras tecnologias em saúde passa a ser compreendida como componente central da segurança sanitária internacional. Em um cenário marcado pelas lições da pandemia de COVID-19, pelas negociações do Acordo de Pandemias e pelas crescentes tensões em torno do acesso equitativo a tecnologias de saúde, a criação da Rede Global de Força de Trabalho em Biofabricação da OMS (4) revela uma mudança importante

de paradigma: não basta ampliar infraestrutura produtiva ou promover transferência tecnológica; é necessário construir capacidades humanas, científicas e regulatórias sustentáveis.

A iniciativa da OMS surge em um contexto no qual a pandemia evidenciou profundas assimetrias globais na produção e distribuição de vacinas, diagnósticos e terapêuticos. Embora o debate internacional frequentemente tenha se concentrado em propriedade intelectual, financiamento ou compartilhamento de patógenos, tornou-se igualmente evidente que muitos países careciam de recursos humanos especializados para absorver, adaptar e sustentar tecnologias complexas de biofabricação. A dependência de poucos polos globais de produção revelou não apenas desigualdades econômicas, mas também fragilidades estruturais na formação de capacidades técnicas e industriais.

Nesse sentido, a estratégia adotada pela OMS representa uma inflexão importante. Ao criar uma rede distribuída de centros regionais de treinamento, a organização reconhece que a construção de resiliência sanitária depende da formação de ecossistemas regionais integrados de produção, inovação e qualificação profissional. O foco desloca-se da mera transferência pontual de tecnologia para a construção de capacidades permanentes ao longo de toda a cadeia de valor da biofabricação, incluindo pesquisa e desenvolvimento, bioprocessamento, controle de qualidade, ciência regulatória, desenvolvimento clínico e escalonamento produtivo.

A escolha da Fiocruz para liderar essa iniciativa nas Américas possui forte significado político, institucional e geopolítico. A designação reconhece a trajetória histórica da instituição na consolidação do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) brasileiro, especialmente por meio de Bio-Manguinhos e Farmanguinhos, ambos próximos de completar cinco décadas de atuação. Mais do que uma capacidade industrial consolidada, a Fiocruz representa um modelo singular de articulação entre produção pública, ciência, formação de recursos humanos e cooperação internacional em saúde.

Ao destacar a Fiocruz como referência regional, a OMS também sinaliza a importância crescente de modelos de cooperação Sul-Sul e de diversificação geográfica da produção de tecnologias em saúde. Durante a pandemia de COVID-19, a excessiva concentração produtiva em poucos países de alta renda produziu gargalos de acesso que afetaram de forma particularmente severa países de baixa e média renda. A resposta atual da OMS busca justamente reduzir essa vulnerabilidade estrutural por meio da regionalização de capacidades produtivas e formativas.

Esse movimento dialoga diretamente com debates contemporâneos sobre soberania sanitária e autonomia estratégica. A experiência recente demonstrou que dependência extrema de cadeias globais concentradas pode comprometer a capacidade de resposta em momentos críticos. Entretanto, a discussão atual ultrapassa a ideia tradicional de autossuficiência nacional. O que emerge é uma lógica de interdependência regional estruturada, baseada em redes de produção, formação e cooperação técnica capazes de ampliar a resiliência coletiva frente a futuras emergências sanitárias.

Nesse cenário, a biofabricação assume papel central não apenas como atividade industrial, mas como elemento estratégico da arquitetura contemporânea da saúde global. A produção de imunobiológicos, anticorpos monoclonais e terapias avançadas tornou-se parte fundamental das disputas geopolíticas associadas à inovação biomédica. Países capazes de desenvolver e produzir tecnologias complexas ampliam não apenas sua capacidade de resposta

sanitária, mas também sua inserção internacional, capacidade de negociação e autonomia política.

Entretanto, a própria OMS reconhece que infraestrutura física e transferência tecnológica, isoladamente, são insuficientes. A escassez global de profissionais qualificados em áreas como bioprocessamento, ciência regulatória e boas práticas de fabricação constitui hoje um dos principais gargalos para a expansão sustentável da produção regional. Assim, ao enfatizar a formação de força de trabalho especializada, a OMS sinaliza uma compreensão mais sofisticada da preparação pandêmica: sistemas resilientes dependem tanto de fábricas quanto de pessoas, instituições e capacidades regulatórias.

A dimensão regulatória, aliás, ocupa posição particularmente relevante nesse debate. A pandemia evidenciou como as desigualdades na capacidade regulatória afetam diretamente o acesso a tecnologias em saúde. Países sem estruturas robustas de avaliação, certificação e monitoramento enfrentam dificuldades para internalizar tecnologias, garantir qualidade produtiva e participar de cadeias globais de inovação. A formação em ciência regulatória e conformidade, prevista na iniciativa da OMS, aponta para uma visão integrada de fortalecimento sistêmico.

A designação da Fiocruz também reforça o papel crescente da América Latina nas discussões sobre segurança sanitária global. Historicamente marcada por dependência tecnológica e limitações produtivas, a região passou a ocupar espaço mais estratégico nos debates internacionais sobre produção regional de vacinas e medicamentos. A experiência acumulada por instituições como Fiocruz e Instituto Butantan durante a COVID-19 demonstrou a importância da existência de capacidades produtivas públicas capazes de internalizar tecnologias em situações de emergência.

Além disso, a iniciativa ocorre em um momento de intensificação das discussões multilaterais sobre preparação e resposta a pandemias. Os debates em torno do Acordo de Pandemias e do sistema de acesso a patógenos e compartilhamento de benefícios (PABS) têm evidenciado que equidade em saúde não pode ser reduzida apenas ao acesso final a produtos. É necessário considerar toda a cadeia de inovação, produção e distribuição. Nesse sentido, fortalecer capacidades regionais de biofabricação torna-se parte essencial de qualquer estratégia séria de democratização do acesso a tecnologias de saúde.

O próprio discurso do diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, ao mencionar que imunobiológicos estão transformando prevenção e cuidado, mas que seu impacto depende de “qualidade, equidade e confiança”, revela a centralidade política da questão. A desigualdade no acesso a produtos biológicos não decorre apenas de limitações financeiras, mas também da distribuição profundamente desigual das capacidades científicas, produtivas e regulatórias globais.

Ao mesmo tempo, a iniciativa também levanta desafios importantes. A construção de capacidades sustentáveis em biofabricação exige investimentos contínuos, estabilidade institucional, financiamento de longo prazo e integração entre academia, indústria e sistemas de saúde. Além disso, a própria sustentabilidade econômica de plataformas produtivas regionais dependerá da capacidade de articular políticas industriais, compras públicas, inovação e cooperação internacional de maneira coordenada.

Outro aspecto relevante é o fato de que a estratégia da OMS aponta para uma transformação gradual da lógica tradicional da cooperação internacional em saúde. Historicamente baseada em assistência técnica verticalizada e transferência unidirecional de conhecimento do Norte para o Sul, a nova arquitetura proposta pela rede de biofabricação sugere maior valorização de capacidades regionais e circulação horizontal de expertise. A presença de centros na África, América Latina, Ásia e Oriente Médio sinaliza reconhecimento crescente de que a preparação pandêmica precisa ser construída de forma descentralizada e multipolar.

Por fim, a criação da Rede Global de Força de Trabalho em Biofabricação da OMS evidencia que a preparação para futuras emergências sanitárias depende cada vez mais da capacidade de integrar saúde pública, política industrial, inovação científica e cooperação internacional. O fortalecimento da formação em biofabricação representa não apenas uma estratégia técnica, mas uma escolha política relacionada ao tipo de arquitetura global da saúde que se pretende construir nas próximas décadas.

A designação da Fiocruz, nesse contexto, ultrapassa o reconhecimento institucional e assume dimensão estratégica para a América Latina e para o Sul Global. Em um cenário de crescente complexidade epidemiológica, fragmentação geopolítica e disputas por tecnologias críticas, ampliar capacidades regionais de produção e formação torna-se elemento central da soberania sanitária contemporânea. Mais do que responder à próxima pandemia, trata-se de construir sistemas capazes de reduzir desigualdades históricas e ampliar a capacidade coletiva de resposta diante de um futuro sanitário cada vez mais interdependente e incerto.

Referências

1. World Health Organization. Hantavirus cluster linked to cruise ship travel, Multi-country [Internet]. Disponível em: https://www.who.int/emergencies/disease-outbreak-news/item/2026-DON600. Acesso em 11 maio 2026
2. World Health Organization. Message by the WHO Director-General to the people of Tenerife regarding the hantavirus response [Internet]. Who.int. Disponível em: https://www.who.int/news/item/09-05-2026-message-by-the-who-director-general-to-the-people-of-tenerife-regarding-the-hantavirus-response. Acesso em 11 maio 2026.
3. Fiocruz. OMS designa Fiocruz como Centro Regional de Treinamento em Biofabricação nas Américas [Internet]. Agência Fiocruz de Notícias. 2026. Disponível em: https://agencia.fiocruz.br/oms-designa-fiocruz-como-centro-regional-de-treinamento-em-biofabricacao-nas-americas. Acesso em 11 maio 2026.
4. World Health Organization. WHO expands global biomanufacturing workforce network to strengthen equitable access and health security. Disponível em:: https://www.who.int/news/item/29-04-2026-who-expands-global-biomanufacturing-workforce-network-to-strengthen-equitable-access-and-health-security. Acesso em 11 maio 2026

Entre o "*Phase Down*" e o "*Phase Out*": Santa Marta e as Novas Frentes da Governança Climática

Entre el "Phase Down" y el "Phase Out": Santa Marta y las Nuevas Fronteras de la Gobernanza Climática

Between "Phase Down" and "Phase Out": Santa Marta and the New Frontiers of Climate Governance

Danielly Magalhães e Luiz Augusto Galvão

Resumo: A Primeira Conferência sobre a Transição para o Fim dos Combustíveis Fósseis reuniu governos, especialistas, setor privado e sociedade civil para discutir estratégias de redução da dependência global de petróleo, carvão e gás natural após os compromissos estabelecidos no "Global Stocktake" da COP28. O encontro evidenciou divergências entre países favoráveis ao phase out dos combustíveis fósseis e aqueles que defendem um phase down gradual associado ao uso de tecnologias de captura de carbono e expansão do gás natural como combustível de transição. A Conferência de Viena sobre clima e energia fortaleceu o diálogo multilateral sobre transição energética, segurança climática e cooperação internacional. O evento destacou disputas relacionadas ao financiamento climático, justiça energética e expansão do gás natural em meio ao atual contexto geopolítico, servindo também como preparação para os próximos ciclos de negociações climáticas internacionais. O Summit de Clima e Saúde 2026 da National Academy of Medicine reuniu lideranças científicas e formuladores de políticas para discutir os impactos das mudanças climáticas sobre a saúde humana e fortalecer a integração entre clima e saúde nas agendas globais. O encontro abordou preparação para a COP31, inteligência artificial aplicada ao clima e saúde, sistemas de saúde resilientes e a consolidação da Coalizão Global das Academias de Medicina em Clima e Saúde, reforçando o entendimento da crise climática como uma emergência de saúde pública global. O relatório Safe Disposal of Unused Medicines: A One Health Approach for National Systems, desenvolvido pelo United Nations Environment Programme, propõe sistemas integrados para o descarte seguro de medicamentos humanos e veterinários. O documento alerta que o descarte inadequado de antibióticos, hormônios, quimioterápicos, opioides e antiparasitários pode causar impactos ambientais, contaminar recursos hídricos e contribuir para a resistência antimicrobiana. Entre as recomendações estão sistemas de devolução de medicamentos, fortalecimento regulatório, campanhas de conscientização e integração entre saúde humana, animal e ambiental por meio da abordagem One Health.

Palavras-chave: Mudanças climáticas; saúde global; combustíveis fósseis; One Health; resistência antimicrobiana.

Resumen: *La Primera Conferencia sobre la Transición hacia el Fin de los Combustibles Fósiles reunió a gobiernos, especialistas, el sector privado y la sociedad civil para discutir estrategias de reducción de la dependencia global del petróleo, el carbón y el gas natural tras los compromisos establecidos en el "Global Stocktake" de la COP28. El encuentro puso en evidencia divergencias entre países favorables al phase out de los combustibles fósiles y aquellos que defienden un*

phase down gradual asociado al uso de tecnologías de captura de carbono y a la expansión del gas natural como combustible de transición. La Conferencia de Viena sobre clima y energía fortaleció el diálogo multilateral sobre transición energética, seguridad climática y cooperación internacional. El evento destacó disputas relacionadas con el financiamiento climático, la justicia energética y la expansión del gas natural en medio del actual contexto geopolítico, sirviendo también como preparación para los próximos ciclos de negociaciones climáticas internacionales. El Climate and Health Summit 2026 de la National Academy of Medicine reunió a líderes científicos y responsables de políticas para discutir los impactos del cambio climático sobre la salud humana y fortalecer la integración entre clima y salud en las agendas globales. El encuentro abordó la preparación para la COP31, la inteligencia artificial aplicada al clima y la salud, sistemas de salud resilientes y la consolidación de la Coalición Global de las Academias de Medicina en Clima y Salud, reforzando la comprensión de la crisis climática como una emergencia de salud pública global. El informe Safe Disposal of Unused Medicines: A One Health Approach for National Systems, desarrollado por el United Nations Environment Programme, propone sistemas integrados para la eliminación segura de medicamentos humanos y veterinarios. El documento advierte que la eliminación inadecuada de antibióticos, hormonas, quimioterápicos, opioides y antiparasitarios puede generar impactos ambientales, contaminar recursos hídricos y contribuir a la resistencia antimicrobiana. Entre las recomendaciones se incluyen sistemas de devolución de medicamentos, fortalecimiento regulatorio, campañas de concienciación e integración entre la salud humana, animal y ambiental mediante el enfoque One Health.

Palabras clave: *Cambio climático; salud global; combustibles fósiles; One Health; resistencia antimicrobiana.*

Abstract: *The First Conference on the Transition Away from Fossil Fuels brought together governments, experts, the private sector, and civil society to discuss strategies to reduce global dependence on oil, coal, and natural gas following the commitments established in the COP28 Global Stocktake. The meeting highlighted tensions between countries advocating for a full phase out of fossil fuels and those supporting a gradual phase down associated with carbon capture technologies and the expansion of natural gas as a transition fuel. The Vienna Conference on climate and energy strengthened multilateral dialogue on energy transition, climate security, and international cooperation. Discussions focused on climate finance, energy justice, and the expansion of natural gas within the current geopolitical context, while also serving as preparation for upcoming international climate negotiation cycles. The report Safe Disposal of Unused Medicines: A One Health Approach for National Systems, developed by the United Nations Environment Programme, proposes integrated systems for the safe disposal of human and veterinary medicines. The document warns that the improper disposal of antibiotics, hormones, chemotherapy drugs, opioids, and antiparasitic medicines can cause environmental contamination, affect water resources, and contribute to antimicrobial resistance. Key recommendations include medicine take-back systems, stronger regulatory frameworks, public awareness campaigns, and integration between human, animal, and environmental health through a One Health approach. The 2026 Climate and Health Summit organized by the National Academy of Medicine gathered scientific leaders and policymakers to discuss the impacts of climate change on human health and strengthen the integration of climate and health into global agendas. The event addressed preparation for COP31, artificial intelligence applications in climate and health, resilient health systems, and the consolidation of the Global Coalition of Academies of Medicine on Climate and Health, reinforcing the recognition of climate change as a global public health emergency. The report Safe Disposal of Unused Medicines: A One Health*

Approach for National Systems, developed by the United Nations Environment Programme, proposes integrated systems for the safe disposal of human and veterinary medicines. The document warns that the improper disposal of antibiotics, hormones, chemotherapy drugs, opioids, and antiparasitic medicines can cause environmental contamination, affect water resources, and contribute to antimicrobial resistance. Key recommendations include medicine take-back systems, stronger regulatory frameworks, public awareness campaigns, and integration between human, animal, and environmental health through a One Health approach.

Keywords: *Climate change; global health; fossil fuels; One Health; antimicrobial resistance.*

Este informe apresenta uma síntese de debates, negociações e iniciativas internacionais recentes relacionadas às mudanças climáticas, transição energética, saúde global e sustentabilidade, com destaque para discussões sobre o fim dos combustíveis fósseis, governança climática, abordagem *One Health*, resistência antimicrobiana e fortalecimento de sistemas de saúde resilientes frente à crise climática.

Primeira Conferência sobre a Transição para o Fim dos Combustíveis Fósseis

A Primeira Conferência sobre a Transição para o Fim dos Combustíveis Fósseis (TAFF 1 — *Conference on Transitioning Away from Fossil Fuels*) foi realizada entre os dias 24 e 29 de abril de 2026, em Santa Marta, na Colômbia, reunindo representantes de 57 países, além de organizações internacionais, academia, sociedade civil, lideranças indígenas e especialistas em energia e clima.

O encontro surgiu como uma tentativa de transformar em ações concretas o compromisso firmado na COP28 de "transition away from fossil fuels", aprofundando o debate sobre como acelerar a redução da dependência global de carvão, petróleo e gás. Entre os principais objetivos da conferência estavam o fortalecimento da cooperação internacional para a transição energética, a discussão de mecanismos de financiamento para países em desenvolvimento, a elaboração de estratégias nacionais de descarbonização e a construção de caminhos socialmente justos para trabalhadores e populações dependentes das cadeias fósseis.

As negociações

Ao longo das negociações, os países discutiram temas centrais como eliminação gradual de subsídios aos combustíveis fósseis, expansão das energias renováveis, financiamento climático, comércio internacional e segurança energética. Houve avanços importantes na consolidação de uma agenda política mais estruturada para a transição energética global, incluindo o apoio à criação de roteiros nacionais de transição, o fortalecimento da cooperação técnica entre países e a proposta de estabelecimento de um Painel Global para a Transição Energética (*Global Energy Transition Panel*), voltado à produção de evidências científicas e recomendações políticas. Também ganhou força o reconhecimento de que a transição deve incorporar princípios de justiça climática, proteção social e desenvolvimento sustentável, especialmente para países mais vulneráveis e economias altamente dependentes da exportação de combustíveis fósseis.

Divergências entre as delegações

Entretanto, as negociações também evidenciaram profundas divergências políticas e econômicas entre os países. Um dos principais impasses esteve relacionado ao uso da expressão

“phase-out” (eliminação total) versus “phase-down” (redução gradual) dos combustíveis fósseis. Países mais vulneráveis às mudanças climáticas, pequenos Estados insulares e diversas nações europeias defenderam metas mais ambiciosas e cronogramas claros para eliminação do petróleo, carvão e gás. Por outro lado, países produtores de petróleo e gás argumentaram que a transição deve respeitar diferentes contextos nacionais, prioridades de desenvolvimento e necessidades de segurança energética.

O posicionamento do Brasil durante as discussões buscou manter uma postura intermediária e pragmática, alinhada à tradição diplomática brasileira nas negociações climáticas. O país evitou apoiar explicitamente um “phase-out” imediato e rígido dos combustíveis fósseis, defendendo uma abordagem que considere as diferentes realidades nacionais, capacidades econômicas e trajetórias de desenvolvimento. Nesse contexto, o Brasil se aproximou mais da lógica de “phase-down”, ou seja, uma redução gradual e planejada do uso de combustíveis fósseis, acompanhada de financiamento, transferência tecnológica e medidas de justiça social.

A delegação brasileira também enfatizou o princípio das “responsabilidades comuns porém diferenciadas”, argumentando que países historicamente responsáveis pelas maiores emissões devem liderar a transição energética e apoiar financeiramente os países em desenvolvimento. Ao mesmo tempo, o Brasil buscou destacar sua matriz elétrica relativamente limpa, baseada majoritariamente em fontes renováveis, e apresentou o país como potencial liderança em bioenergia, hidrogênio verde e soluções de transição energética sustentável.

Entretanto, a posição brasileira gerou algumas tensões e ambiguidades percebidas por observadores internacionais. Embora o governo tenha defendido metas climáticas ambiciosas e fortalecido sua imagem internacional em torno da proteção da Amazônia e da transição ecológica, houve questionamentos sobre a continuidade da expansão da exploração de petróleo e gás no país, especialmente em áreas consideradas sensíveis, como a Margem Equatorial. Isso levou parte da sociedade civil e de países mais ambiciosos a cobrar maior clareza sobre até que ponto o Brasil estaria disposto a apoiar uma eliminação efetiva dos combustíveis fósseis no longo prazo.

Durante as negociações, o Brasil também demonstrou preocupação em evitar que a agenda de transição energética se transformasse em barreira ao desenvolvimento econômico dos países do Sul Global. Assim, o país defendeu que qualquer avanço em direção à redução dos combustíveis fósseis deve estar acompanhado de garantias de financiamento climático, proteção ao desenvolvimento industrial e ampliação do acesso à energia, especialmente para populações vulneráveis.

O papel do gás natural como “combustível de transição” também gerou forte debate, assim como propostas relacionadas à criação de um tratado internacional sobre combustíveis fósseis, considerada prematura ou excessivamente restritiva por alguns governos. Outro ponto de tensão foi o financiamento da transição, especialmente diante das preocupações de países em desenvolvimento sobre acesso a recursos, transferência de tecnologia e possíveis impactos econômicos e sociais da descarbonização acelerada.

Disputas políticas

Ao mesmo tempo, a conferência evidenciou uma disputa política sobre quem irá liderar — e quem irá financiar — a transição energética global. Países em desenvolvimento insistiram

que a transição não pode reproduzir desigualdades históricas nem limitar oportunidades de industrialização do Sul Global. Diversas delegações argumentaram que muitos países ricos construíram seu desenvolvimento com base em combustíveis fósseis e agora pressionam economias emergentes a acelerar uma transição sem oferecer apoio financeiro e tecnológico suficiente. Assim, financiamento climático, acesso a tecnologias limpas e justiça distributiva tornaram-se elementos centrais da agenda política do encontro.

Transição justa e proteção social

Outro eixo político importante foi a disputa em torno do conceito de "transição justa". Países latino-americanos, africanos e representantes de trabalhadores defenderam que o processo de descarbonização precisa incorporar proteção social, requalificação profissional e geração de alternativas econômicas para regiões dependentes da produção de petróleo, carvão e gás. Houve também discussões sobre soberania energética, já que alguns governos demonstraram preocupação de que metas rígidas possam aumentar dependência tecnológica de países industrializados ou comprometer a segurança energética nacional.

A conferência também reforçou a crescente politização da relação entre clima, comércio e competitividade econômica. Foram debatidos os impactos de mecanismos como taxação de carbono nas fronteiras, cadeias produtivas verdes e novos mercados associados à transição energética, incluindo minerais críticos, hidrogênio verde e tecnologias de captura de carbono. Alguns países alertaram para o risco de novas formas de protecionismo climático, enquanto outros defenderam que instrumentos econômicos serão fundamentais para acelerar a descarbonização global.

O Brasil teve um papel relevante nesse debate político ao defender uma agenda que combina ambição climática com desenvolvimento econômico e combate às desigualdades. A diplomacia brasileira procurou posicionar o país como um ator de mediação entre países mais ambiciosos e economias dependentes de combustíveis fósseis, reforçando temas como justiça climática, financiamento para adaptação e valorização das soluções baseadas na natureza. Ao mesmo tempo, o Brasil buscou ampliar seu protagonismo geopolítico no contexto da preparação para a COP31, defendendo que a transição energética global deve considerar as necessidades e prioridades do Sul Global e reconhecer diferentes trajetórias nacionais de desenvolvimento.

Gás Natural

A questão do gás natural foi um dos temas mais controversos da conferência, refletindo um debate que já vem ocorrendo nas COPs climáticas nos últimos anos. Diversos países produtores de gás defenderam que o combustível deve ser reconhecido como uma alternativa "de transição" para substituir fontes mais intensivas em emissões, especialmente o carvão. O argumento central apresentado por esses governos é que o gás natural poderia contribuir para reduzir emissões no curto prazo enquanto sistemas energéticos renováveis ainda estão em expansão, além de oferecer maior estabilidade energética e segurança de abastecimento. Países exportadores de gás e algumas economias emergentes também ressaltaram que investimentos em gás continuam sendo estratégicos para crescimento econômico, geração de emprego e combate à pobreza energética.

Por outro lado, países mais vulneráveis às mudanças climáticas, pequenos Estados insulares, representantes da sociedade civil e parte da comunidade científica criticaram fortemente essa abordagem. Esses grupos argumentaram que a expansão da infraestrutura de

gás natural cria um “lock-in fóssil”, ou seja, prolonga a dependência de combustíveis fósseis por décadas, dificultando o alcance das metas do Acordo de Paris. Também foram levantadas preocupações sobre as emissões de metano associadas à cadeia produtiva do gás, já que o metano possui um potencial de aquecimento global significativamente superior ao dióxido de carbono no curto prazo. Assim, para esses atores, considerar o gás como solução climática representaria um risco de atrasar investimentos em energias renováveis e eficiência energética.

Próximas etapas

Apesar das divergências, a conferência consolidou um espaço político relevante para aprofundar as discussões sobre o futuro energético global e sinalizou um crescente alinhamento internacional em torno da necessidade de reduzir a dependência de combustíveis fósseis. Como próximos passos, os participantes acordaram em dar continuidade aos grupos de trabalho temáticos, desenvolver propostas concretas de cooperação técnica e financiamento, e avançar na elaboração de recomendações para futuras negociações climáticas internacionais, incluindo a COP31. Como principal encaminhamento político da conferência, os países participantes concordaram em manter o processo da TAFF como um espaço contínuo de articulação internacional sobre a transição para o fim dos combustíveis fósseis. O objetivo agora é transformar as discussões iniciais em propostas mais concretas de cooperação, financiamento e planejamento da transição energética, aumentando a influência do tema nas negociações climáticas formais da UNFCCC e nas futuras COPs.

Entre os próximos passos definidos estão a continuidade dos grupos de trabalho temáticos criados durante a conferência, que irão aprofundar discussões sobre financiamento da transição, eliminação de subsídios fósseis, impactos sociais e trabalhistas, segurança energética, comércio internacional e mecanismos de apoio aos países em desenvolvimento. Também deverá avançar a proposta de criação do *Global Energy Transition Panel*, pensado como uma plataforma técnico-científica para apoiar governos na elaboração de estratégias nacionais de descarbonização e monitoramento de progresso.

Outro foco importante será o desenvolvimento de “roadmaps” nacionais de transição energética, com incentivo para que os países apresentem metas, cronogramas e estratégias mais claras para reduzir a dependência de combustíveis fósseis. Diversas delegações também defenderam que os resultados da TAFF sejam levados para os debates preparatórios da COP31, fortalecendo a pressão política por metas mais ambiciosas relacionadas ao setor energético.

A próxima conferência, a TAFF 2, está prevista para ocorrer em 2027 em Tuvalu, um pequeno Estado insular do Pacífico altamente vulnerável aos impactos das mudanças climáticas. A escolha de Tuvalu teve forte simbolismo político e diplomático, reforçando a centralidade das demandas dos países mais vulneráveis e a urgência da transição energética global diante do aumento do nível do mar, eventos extremos e ameaças existenciais enfrentadas por ilhas do Pacífico. Espera-se que até lá os países avancem em compromissos mais concretos, especialmente relacionados a financiamento climático, metas de redução de combustíveis fósseis e mecanismos de apoio para uma transição justa.

Para mais informações sobre as discussões da conferência, acesse aqui.

Fórum Internacional de Energia e Clima de Viena

O Fórum Internacional de Energia e Clima de Viena 2026 (IVECF 2026) foi realizado nos dias 9 e 10 de abril de 2026, no Palácio Hofburg, em Viena, Áustria, reunindo governos, organizações internacionais, instituições financeiras, setor privado, academia, sociedade civil, juventude e representantes de países em desenvolvimento. O IVECF 2026 foi uma conferência global, e não apenas europeia, embora tenha sido realizada em Vienna e tenha contado com forte liderança institucional europeia, especialmente do governo da Áustria e de organizações sediadas na Europa, como a United Nations Industrial Development Organization (UNIDO) e o International Institute for Applied Systems Analysis (IIASA).

O fórum reuniu representantes de governos de diferentes regiões do mundo, incluindo países da África, América Latina, Ásia, Pacífico e Oriente Médio, além de bancos multilaterais, agências da ONU, setor privado, academia, juventude e sociedade civil. Grande parte das discussões foi justamente centrada nos desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento para financiar e implementar a transição energética e a industrialização verde.

Sob o tema “Powering Prosperity, Security and Stability”. O fórum teve como principal objetivo discutir como a transição energética e a industrialização verde podem contribuir simultaneamente para ação climática, desenvolvimento econômico, estabilidade geopolítica e segurança energética. O encontro também buscou fortalecer a implementação do Acordo de Paris, apoiar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e avançar a agenda da Declaração de Belém, com forte foco em países menos desenvolvidos (LDCs), pequenos Estados insulares (SIDS) e contextos vulneráveis.

As discussões do fórum foram organizadas em torno de dois grandes eixos: o diálogo global sobre industrialização verde e a implementação regional e nacional da transição energética. Ao longo das sessões, os participantes debateram financiamento climático, expansão de energias renováveis, segurança energética, descarbonização industrial, cadeias produtivas sustentáveis, inovação tecnológica e fortalecimento do multilateralismo. Houve avanços importantes no reconhecimento de que a transição energética não deve ser vista apenas como uma agenda ambiental, mas também como uma estratégia econômica e de desenvolvimento industrial. Os participantes defenderam a necessidade de ampliar investimentos públicos e privados, fortalecer bancos multilaterais de desenvolvimento e criar mecanismos financeiros capazes de acelerar a implementação de projetos de energia limpa e infraestrutura resiliente.

Entre os principais resultados do encontro esteve o lançamento do programa *Global Programme on Climate Resilient Renewable Energy Systems in SIDS (G-RES)*, liderado pela UNIDO com apoio do Global Environment Facility (GEF), voltado à promoção de sistemas energéticos renováveis resilientes em pequenos Estados insulares. O governo austríaco também anunciou novo financiamento para apoiar a iniciativa. Outro resultado político importante foi a adoção da “Vienna Call to Action“, documento que reforça a necessidade de integrar políticas climáticas, energéticas e industriais, defendendo a transição verde como motor de prosperidade compartilhada, estabilidade e segurança global. O fórum também discutiu a construção de um plano de implementação de cinco anos para operacionalizar compromissos associados à Declaração de Belém e fortalecer a cooperação internacional em torno da industrialização verde.

Apesar do clima de cooperação, as negociações evidenciaram divergências importantes entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Um dos principais impasses esteve relacionado ao financiamento da transição energética e ao acesso desigual a tecnologias limpas.

Países do Sul Global defenderam que não será possível acelerar a descarbonização sem ampliação significativa do financiamento climático, transferência tecnológica e maior flexibilidade para trajetórias nacionais de desenvolvimento. Também surgiram preocupações sobre o risco de novas formas de protecionismo verde, especialmente associadas a mecanismos de taxação de carbono, exigências comerciais ambientais e competição global por minerais críticos e tecnologias estratégicas. Alguns países enfatizaram que a industrialização verde não pode reproduzir desigualdades históricas nem aprofundar dependências econômicas entre Norte e Sul Global. Ao mesmo tempo, países europeus e organizações multilaterais pressionaram por metas mais rápidas de descarbonização industrial e maior alinhamento das políticas nacionais com os objetivos climáticos globais.

O Brasil participou das discussões defendendo uma abordagem que associe transição energética, desenvolvimento sustentável e justiça climática, reforçando a importância de financiamento internacional e valorização das diferentes realidades nacionais. O país também buscou ampliar seu protagonismo internacional no contexto da preparação para a COP30, destacando oportunidades ligadas à bioeconomia, energias renováveis, hidrogênio verde e industrialização sustentável.

Como próximos passos, o IVECF 2026 deverá alimentar as negociações internacionais sobre clima, energia e desenvolvimento sustentável nos próximos anos, incluindo os debates relacionados à COP31 e à futura agenda global pós-2030. Os participantes concordaram em fortalecer mecanismos de cooperação internacional, mobilização financeira e implementação de projetos concretos de industrialização verde. Também foi reforçada a intenção de acompanhar os compromissos assumidos na Vienna Call to Action e avançar no desenvolvimento do plano quinquenal associado à Declaração de Belém, buscando transformar as discussões políticas em ações concretas de implementação.

Summit de Clima e Saúde da Academia Nacional de Medicina dos EUA — 2026

A Academia Nacional de Medicina (NAM) realizou seu 3º Summit anual de Clima e Saúde em 8 de abril de 2026, no edifício da Academia Nacional de Ciências em Washington, D.C., com participação presencial e virtual. O evento reuniu líderes do setor de saúde para explorar os mais recentes avanços, inovações e oportunidades na interseção entre clima e saúde, com o objetivo de reforçar a importância do tema para o país e além, equipando os participantes com perspectivas práticas e caminhos para ação coletiva.

Programação do Summit 2026

O evento contou com keynote de abertura de María Neira (ex-diretora de Saúde Pública da OMS) e um painel plenário sobre a visão de 25 anos para a saúde climática e planetária. Entre as sessões simultâneas destacaram-se:

- Pontos de entrada do setor de saúde na ação climática global, com foco na preparação para a COP31
- Soluções comunitárias hiperlocais como modelo para ação climática e de saúde em escala nacional
- Métricas e indicadores para desempenho transformador do setor de saúde

- Inteligência Artificial aplicada ao clima e à saúde: inovação e governança
- Caminhos estaduais e locais para um setor de saúde mais resiliente e sustentável

A Coalizão Global das Academias de Medicina

Em novembro de 2025, academias nacionais de medicina e divisões médicas de academias de ciências de todo o mundo anunciaram a Coalizão Global das Academias de Medicina em Clima e Saúde (Global Coalition of Academies of Medicine on Climate and Health). Trata-se de uma colaboração para fortalecer a base científica das respostas aos riscos de saúde relacionados ao clima.

A Coalizão foi fundada por Victor J. Dzau, presidente da NAM e Eliette Bouskela, presidente da Academia de medicina do Brasil. O Dr. Dzau afirmou que a saúde deve estar no centro de toda ação climática, e que a Coalizão traz autoridade científica e independência das academias nacionais para ajudar os países a traduzir evidências em ações e políticas que protejam a saúde das pessoas hoje, enquanto constroem sistemas de saúde resilientes e de baixo carbono para o futuro.

Apoio ao Plano de Ação de Saúde de Belém (COP30)

A Coalizão declarou apoio ao Plano de Ação de Saúde de Belém (BHAP) — o marco lançado pelo Brasil na COP30 para integrar a saúde às estratégias de adaptação e mitigação climática. Os membros da Coalizão emitiram conjuntamente uma declaração de apoio às prioridades do BHAP, que foi lida numa sessão plenária do Dia da Saúde na COP30, em Belém.

O Plano de Ação de Saúde de Belém, lançado pela Organização Mundial da Saúde na COP30, contempla 60 ações voltadas tanto à adaptação às mudanças climáticas quanto ao enfrentamento dos riscos climáticos à saúde de 3,3 bilhões de pessoas.

O objetivo da Coalizão é elevar o enquadramento da crise climática como crise de saúde, catalisar compromissos em nível nacional e demonstrar a determinação da comunidade global de saúde em implementar a agenda de clima e saúde como prioridade mundial.

Por que o Clima é uma Emergência de Saúde

As mudanças climáticas representam uma das mais graves ameaças à saúde humana no século XXI, atuando como multiplicador de riscos — incluindo morbidade por calor extremo, doenças respiratórias e cardiovasculares, insegurança alimentar e hídrica, expansão geográfica de patógenos infecciosos, e muito mais.

Papel das Academias Nacionais

As academias nacionais de medicina ocupam uma posição de influência única na interseção entre ciência, política e confiança pública. Como vozes confiáveis em seus respectivos países, são essenciais para avançar as prioridades de saúde pública e orientar a formulação de políticas baseadas em evidências.

Em conjunto, o Summit de 2026 e a Coalizão Global sinalizam um esforço crescente e coordenado da comunidade científica internacional para colocar a saúde humana no centro da resposta global às mudanças climáticas, com especial atenção à implementação concreta do Plano de Belém.

Descarte Seguro de Medicamentos Não Utilizados: Uma Abordagem de Saúde Única para Sistemas Nacionais

O relatório *Safe Disposal of Unused Medicines: A One Health Approach for National Systems*, desenvolvido pelo United Nations Environment Programme em colaboração com parceiros internacionais de saúde e meio ambiente, aborda o crescente desafio global relacionado ao descarte inadequado de medicamentos humanos e veterinários. A publicação reconhece que resíduos farmacêuticos descartados incorretamente em lixo doméstico, sistemas de esgoto ou aterros podem gerar impactos significativos sobre ecossistemas, recursos hídricos, biodiversidade, saúde humana e animal, além de contribuir para o agravamento da resistência antimicrobiana (AMR). O relatório adota uma abordagem baseada em *One Health*, enfatizando a interdependência entre saúde humana, animal e ambiental.

O documento destaca que grandes quantidades de medicamentos permanecem sem utilização devido à superprescrição, interrupção de tratamentos, mudanças terapêuticas, vencimento de produtos, distribuição inadequada e perdas logísticas. Entre os principais grupos de medicamentos identificados como prioritários para controle e descarte seguro estão antimicrobianos, hormônios, antineoplásicos/quimioterápicos, analgésicos, medicamentos psiquiátricos, anti-inflamatórios, antiparasitários veterinários e substâncias controladas. O relatório enfatiza que alguns desses compostos possuem elevada persistência ambiental, potencial ecotoxicológico e capacidade de afetar organismos aquáticos, fauna silvestre e microbiomas ambientais.

O UNEP destaca preocupação especial com:

- antibióticos e antimicrobianos, devido à seleção de microrganismos resistentes;
- hormônios e desreguladores endócrinos, capazes de afetar reprodução e desenvolvimento de espécies aquáticas;
- medicamentos citotóxicos e quimioterápicos, associados à toxicidade ambiental e ocupacional;
- antiparasitários veterinários, que podem impactar solos, insetos e biodiversidade;
- opioides e substâncias controladas, devido ao risco de uso indevido e contaminação ambiental.

O relatório aponta que, apesar do reconhecimento crescente do problema, muitos países ainda não possuem sistemas nacionais estruturados para coleta, segregação, transporte, tratamento e descarte final de medicamentos não utilizados. A ausência de regulamentação clara, infraestrutura especializada, financiamento contínuo e conscientização pública limita respostas efetivas, especialmente em países de baixa e média renda.

Como resposta, a publicação propõe um conjunto de recomendações organizadas em quatro pilares estratégicos:

1. Prevenção da geração de resíduos farmacêuticos

- aprimorar práticas de prescrição racional;
- reduzir desperdícios nas cadeias de suprimento;
- ajustar volumes de dispensação às necessidades reais dos pacientes;
- fortalecer adesão terapêutica e acompanhamento clínico;
- melhorar gestão de estoques em hospitais, farmácias e serviços veterinários

2. Sistemas seguros de recolhimento e descarte

- implementar programas nacionais de devolução de medicamentos (*take-back systems*);
- criar pontos seguros de coleta em farmácias, hospitais e unidades veterinárias;
- evitar descarte em vasos sanitários, pias ou lixo doméstico;
- fortalecer tecnologias adequadas de tratamento, como incineração em alta temperatura e métodos ambientalmente seguros para resíduos perigosos

3. Fortalecimento regulatório e governança

- desenvolver legislações específicas para resíduos farmacêuticos;
- definir responsabilidades compartilhadas entre governo, indústria farmacêutica, distribuidores e consumidores;
- integrar o tema aos Planos Nacionais de Ação sobre Resistência Antimicrobiana;
- criar sistemas de monitoramento ambiental e vigilância de contaminação farmacêutica

4. Educação, conscientização e capacitação

- promover campanhas públicas sobre descarte seguro;
- capacitar profissionais da saúde humana e animal;
- integrar o tema aos currículos de saúde, farmácia, veterinária e meio ambiente;
- fortalecer abordagens intersetoriais baseadas em *One Health*.

O documento também enfatiza a necessidade de articulação entre ministérios da saúde, meio ambiente, agricultura, saneamento, autoridades regulatórias, setor farmacêutico e sociedade civil. Segundo o relatório, políticas integradas de descarte seguro de medicamentos podem gerar benefícios ambientais, fortalecer sistemas de saúde, reduzir riscos de resistência antimicrobiana e contribuir para o cumprimento de metas globais relacionadas à saúde, biodiversidade e desenvolvimento sustentável.

Por fim, o UNEP conclui que a implementação de sistemas nacionais de descarte seguro de medicamentos deve ser tratada como prioridade de saúde pública e ambiental, especialmente diante do aumento global do consumo farmacêutico, da intensificação da poluição química e dos riscos associados à resistência antimicrobiana.

O Mundo do Trabalho e a Guerra, Parte II: impactos desproporcionais sobre as trabalhadoras migrantes

El mundo del trabajo y la guerra, Parte II: Impactos desproporcionados en las trabajadoras migrantes

The World of Work and The War, Part II: Disproportionate Impacts on Migrant Women Workers

Frederico Peres

Resumo: O presente informe parte do reconhecimento de estarmos vivendo uma grave crise humanitária que, em diversas partes do planeta, tem custado a vida e forçado o deslocamento de milhões de pessoas, dentre as quais centenas de milhares de trabalhadoras e trabalhadores, que se encontram em situação de extrema vulnerabilidade e profundamente expostos a abusos (de distintas ordens), exploração e abandono. Seja em Gaza, no Sudão ou no Irã, trabalhadores passam por dificuldades extremas para encontrar oportunidades de trabalho e emprego, muitos destes sendo forçados a recorrer à chamada "economia de sobrevivência", situação onde acabam aceitando trabalhos que ficam muito aquém de suas aspirações ou qualificações, com condições de trabalho e remuneração muito piores daquelas encontradas em tempos de paz, incidindo de forma desproporcional sobre trabalhadoras e trabalhadores mais vulnerabilizados — mulheres, pessoas com deficiência, trabalhadores autônomos, migrantes, entre outros —, mas também atingindo trabalhadores mais qualificados. Nesses contextos, e como estratégia para a superação das múltiplas crises no mundo do trabalho, associadas direta e indiretamente às guerras e conflitos armados, ao redor do planeta, destaca-se a importância da implementação de programas de emergência para a geração de trabalho e emprego, aliados à promoção das redes de proteção social e apoio a trabalhadoras e os trabalhadores afetados. Ampliar a proteção social no contexto da garantia do trabalho e do emprego decente, mesmo em situações de crise, é condição básica para a garantia de direitos fundamentais e da dignidade humana, incluindo o apoio aos grupos mais vulnerabilizados e às famílias deslocadas pela impossibilidade de viver e trabalhar em seus territórios de origem. As instituições e organizações do setor Trabalho, seja nos territórios impactados por conflitos ou globalmente, precisam contribuir para a pavimentação de caminhos rumo à paz e à reconstrução, como única forma de garantia de condições de vida e trabalho decentes para suas populações.

Palavras-chave: Trabalho decente; guerra; paz; condições de trabalho e emprego; vulnerabilização social.

Resumen: *Este informe parte del reconocimiento de que estamos viviendo una grave crisis humanitaria que, en diversas partes del mundo, ha costado la vida y provocado el desplazamiento de millones de personas, incluyendo a cientos de miles de trabajadores que se encuentran en una situación de extrema vulnerabilidad y profundamente expuestos a abusos (de*

diversa índole), explotación y abandono. Ya sea en Gaza, Sudán o Irán, los trabajadores enfrentan enormes dificultades para encontrar trabajo y oportunidades laborales, muchos de los cuales se ven obligados a recurrir a la llamada "economía de supervivencia", una situación en la que terminan aceptando empleos que distan mucho de sus aspiraciones o cualificaciones, con condiciones laborales y salarios mucho peores que los que existían en tiempos de paz. Esto afecta de manera desproporcionada a los trabajadores más vulnerables — mujeres, personas con discapacidad, trabajadores autónomos, migrantes, entre otros —, pero también impacta a trabajadores más cualificados. En estos contextos, y como estrategia para superar las múltiples crisis en el mundo del trabajo, directa e indirectamente asociadas a las guerras y conflictos armados en todo el planeta, destaca la importancia de implementar programas de emergencia para la generación de trabajo y empleo, junto con la promoción de redes de protección social y el apoyo a los trabajadores afectados. Ampliar la protección social en el marco de la garantía del trabajo y empleo decentes, incluso en situaciones de crisis, es una condición básica para garantizar los derechos fundamentales y la dignidad humana, incluyendo el apoyo a los grupos y familias más vulnerables desplazados por la imposibilidad de vivir y trabajar en sus territorios de origen. Las instituciones y organizaciones del sector Trabajo, ya sea en territorios afectados por conflictos o a nivel global, deben contribuir a allanar el camino hacia la paz y la reconstrucción, como única vía para garantizar condiciones de vida y trabajo dignas para sus poblaciones.

Palabras clave: *Trabajo decente; Guerra; Paz; Condiciones de trabajo y empleo; Vulnerabilidad social.*

Abstract: *This report acknowledges the existence of a significant humanitarian crisis that has resulted in the loss of lives and the displacement of millions globally, including hundreds of thousands of workers who are in a state of extreme vulnerability and are acutely susceptible to various forms of abuse, exploitation, and neglect. In Gaza, Sudan, and Iran, workers encounter significant challenges in securing employment, often compelled to engage in the "survival economy," where they accept positions that do not meet their aspirations or qualifications, enduring working conditions and compensation that are markedly inferior to those experienced during peacetime. This disproportionately harms the most vulnerable workers—women, individuals with disabilities, self-employed individuals, migrants, among others—while also affecting more skilled workers. In these contexts, as a strategy to address the numerous crises in the labor sector, directly and indirectly linked to global wars and armed conflicts, the significance of instituting emergency programs for job creation is emphasized, alongside the enhancement of social protection networks and assistance for impacted workers. Enhancing social protection to ensure decent work and employment, even during crises, is essential for upholding fundamental rights and human dignity, particularly for the most vulnerable groups and families displaced due to the inability to live and work in their native regions. Labor sector institutions and organizations, both in conflict-affected regions and globally, must facilitate the path to peace and reconstruction, as this is the sole means to ensure dignified living and working circumstances for their populations.*

Keywords: *Adequate employment; Conflict; Tranquility; Labor and employment conditions; Societal vulnerability.*

Introdução

O presente artigo retoma o tema abordado no artigo publicado em 2 de abril último (https://cadernossaudeglobalfiocruz.net/csgf/article/view/197), a partir de um Estudo Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a Recomendação n.º 205, de 2017 (Emprego e ao Trabalho Decente para a Paz e a Resiliência), que se encontra disponível em: https://www.ilo.org/es/resource/prueba-de-conferencia/ilc/ilc114/el-empleo-y-el-trabajo-decente-para-la-paz-y-la-resiliencia. Para além da persistência (e do recrudescimento) de diversos conflitos, ao redor do planeta, resultando em perdas incalculáveis de vidas humanas, patrimônio material e imaterial, além do apagamento de histórias e projetos de vida em sociedade, a volta ao tema também se dá em função de uma matéria, publicada pela Folha de São Paulo em 6 de abril, assinada pelo jornalista Renan Marra e intitulada "Guerra no Oriente Médio amplia exploração e abandono de trabalhadoras migrantes", que se encontra disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2026/04/guerra-no-oriente-medio-amplia-exploracao-e-abandono-de-trabalhadoras-migrantes.shtml?utm_source=sharenativo&utm_medium=social&utm_campaign=sharenativo.

No texto, Marra descreve algumas histórias impactantes sobre a vulnerabilização extrema de trabalhadoras migrantes em contextos de conflito armado, ponto que igualmente foi abordado pelo Estudo Geral da OIT, anteriormente discutido. E que, também, conecta a reportagem à agenda da 114a Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, a realizar-se em junho próximo, ressaltando o imperativo de avançarmos na direção de condições globais de trabalho justas, equânimes e sustentáveis para todas e todos, independente de gênero, raça e condição social.

Com olhar mais direcionado ao Oriente Médio, o jornalista inicia seu texto com o reconhecimento de estarmos vivendo uma grave crise humanitária que, na região, tem custado a vida e forçado o deslocamento de milhares de pessoas, dentre as quais um grupo em particular se destaca pela extrema vulnerabilidade e exposição a abusos (de distintas ordens), exploração e abandono: as mulheres migrantes que atuam como trabalhadoras domésticas. Condição que, segundo o autor, é *"o reflexo de uma cultura que invisibiliza e dificulta a proteção sobretudo das mulheres que atuam no setor"*.

Segundo dados da Federação Internacional de Trabalhadoras Domésticas (IDWF, sigla em língua inglesa), citados pelo autor no texto, a maioria das mulheres migrantes que atuam como trabalhadoras domésticas, na região, migra sob regimes profundamente coercitivos, trabalhando sob o chamado "sistema kafala", um regime de monitoramento de trabalhadoras e trabalhadores migrantes, predominante em países do Oriente Médio e do Norte da África, que vincula a condição legal de um/a imigrante diretamente ao seu empregador (ou *kafeel*, que na língua árabe significa garantidor ou protetor).

As trabalhadoras domésticas migrantes constituem a espinha dorsal da economia do cuidado na região, sustentando a organização dos lares, cuidando das famílias e contribuindo fortemente para as economias nacionais. Segundo dados da OIT, citados na reportagem da Folha de São Paulo, o trabalho doméstico representa aproximadamente 12,3% do emprego no Oriente Médio e mais de 32% do emprego feminino nos Estados árabes — percentuais bastante superiores à média global, de 2,3%. Segundo a reportagem, parte da explicação se deve à baixa participação feminina em outras áreas do mercado de trabalho da região.

No entanto, alerta a IDWF, em tempos de guerra, as trabalhadoras domésticas migrantes são as primeiras a serem abandonadas e excluídas de qualquer rede de proteção (https://idwfed.org/calls-to-action/migrant-domestic-workers-and-the-escalating-war-in-the-middle-east/). Atualmente, encontram-se imersas em uma catastrófica crise humanitária, decorrente da escalada da guerra na região, consequência da campanha militar dos EUA e de Israel sobre o Irã. Segundo a IDWF, centenas (talvez milhares) de trabalhadoras domésticas migrantes estão isoladas em residências particulares, com acesso limitado a informações, comunicações ou canais de evacuação. Muitas têm seus passaportes e documentos confiscados pelos empregadores (*kafeel*), têm contato limitado com suas famílias em seus países de origem e, frequentemente, são excluídas de medidas de proteção de emergência ou têm o acesso a abrigos antibombas negado.

Segundo Adriana Paz Ramírez, uma liderança global na luta pela proteção de trabalhadoras e trabalhadores migrantes e que, desde 2023, ocupa o cargo de Secretária-Geral da Federação Internacional de Trabalhadoras Domésticas (IDWF):

> *Há poucas horas [em 6/4/2026], já havia 15 países afetados por esta guerra, muitos civis morreram e, como era de se esperar, as trabalhadoras migrantes estão entre os primeiros da lista. Trabalhadoras domésticas migrantes estão presas dentro de casas ou abandonadas nas ruas, sem abrigos para se refugiarem e com poucos ou nenhum recurso para buscar repatriação para seus países de origem. Essa exclusão sistêmica da proteção causa vulnerabilidade sistêmica e sacrifícios inimagináveis para as trabalhadoras migrantes e suas famílias, que são os primeiros a pagar o preço em conflitos geopolíticos.*

A Secretária-Geral da IDWF lembra, ainda, que trabalhadoras domésticas migrantes — em particular aquelas com documentos retidos pelos *kafeel* — sem acesso à informação, a meios de comunicação ou, mesmo, apoio de suas embaixadas, ficam impossibilitadas de viajar e buscar abrigos disponíveis em outros países, onde poderiam encontrar proteção para a situação emergencial vivida. Destaca que muitas dessas trabalhadoras foram deslocadas das residências onde trabalhavam e viviam, abandonadas por seus empregadores e/ou deixadas sem acesso a necessidades básicas, abrigo ou assistência médica. E que o isolamento a que estão sendo submetidas pode possibilitar que os empregadores adotem práticas trabalhistas irregulares, como jornadas excessivas, sem direito a folgas, ausência de remuneração, restrição de intervalos e de alimentação adequada, entre outras.

Dados mais recentes da OIT, de 2021 (https://www.ilo.org/regions-and-countries/arab-states/ilo-arab-states/countries-covered/ilo-qatar/labour-migration-arab-states), estimavam que, no ano de 2019, aproximadamente 24 milhões de trabalhadoras e trabalhadores migrantes estavam empregados nos países do Oriente Médio, representando 14% de todos os trabalhadores migrantes no mundo. Trabalhadores que, no contexto atual de conflitos armados na região, encontram-se em situação de risco e impossibilitados de retornar aos seus países de origem, sobretudo aqueles que desempenham atividades de trabalho “invisíveis”, como as trabalhadoras domésticas, e que, silenciosamente, mantêm o funcionamento das sociedades, inclusive nos enclaves de luxo da região — poupados temporariamente dos impactos mais

graves e diretos da guerra, mas também atingidos pelas restrições de mobilidade, como o fechamento de aeroportos e do espaço aéreo regional.

Em um recente posicionamento sobre a escalada do conflito no Oriente Médio (https://idwfed.org/calls-to-action/migrant-domestic-workers-and-the-escalating-war-in-the-middle-east/), a IDWF afirma, de forma categórica, que nenhum/a trabalhador/a deve enfrentar a guerra sozinho ou sem acesso a informações e segurança e, nesse sentido, conclama que governos, empregadores e embaixadas possam:

- Garantir segurança e proteção: fornecer aos trabalhadores migrantes acesso a informações, apoio emergencial, abrigos e inclusão em protocolos de evacuação segura, independentemente de sua situação migratória;
- Criar/Oferecer canais de informação de emergência: estabelecer linhas diretas e sistemas de comunicação acessíveis para que os trabalhadores migrantes recebam instruções e atualizações de segurança em tempo hábil;
- Permitir passagem segura e repatriação: os países de destino e as embaixadas dos países de origem devem coordenar o apoio logístico e financeiro necessário para que os trabalhadores possam retornar para casa;
- Proteger trabalhadores indocumentados: garantir acesso à evacuação, abrigos, atendimento médico e assistência sem risco de detenção ou deportação;
- Garantir o acesso a documentos de identidade: os empregadores devem devolver imediatamente os passaportes e documentos pessoais;
- Promover a reparação de salários: garantir indenização e proteção financeira para os trabalhadores demitidos ou abandonados durante a guerra. Os governos devem implementar medidas financeiras, apoio de emergência e fornecer redes básicas de segurança econômica para os trabalhadores e suas famílias.

Organizando respostas à crise de crises

A reportagem da Folha de São Paulo cita algumas iniciativas em curso, visando apoiar mulheres trabalhadoras domésticas impactadas pelos conflitos no Oriente Médio. Uma dessas iniciativas vem sendo desenvolvida pela Rede de Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Domésticos (DoWAN, sigla em língua inglesa), organização com sede em Serra Leoa e que, até o início da guerra no Irã, apoiava a aproximadamente 10-15 trabalhadoras domésticas migrantes na região, por semana, e que viu esse número saltar para mais de 250 trabalhadoras/semana desde o início dos ataques.

Outra organização, a Reagrupamento dos Migrantes da África Negra (Reman, na sigla em francês), tem atuado na região e, assim como a DoWAN, registra aumento significativo de pedidos de ajuda (de menos de 100 para 465 por semana). Em ambos os casos, as organizações prestam serviços como consultoria jurídica, distribuição de alimentos, medicamentos e produtos básicos a migrantes em situação de vulnerabilidade — dentre os quais um quantitativo majoritário de mulheres trabalhadoras domésticas.

A Coalizão por Justiça Trabalhista para Migrantes no Golfo é outra organização que busca salvaguardar os direitos de trabalhadoras e trabalhadores migrantes, no contexto dos conflitos armados que seguem impactando as condições de vida e trabalho na região. A Coalizão

tem organizado esforços, junto a outras organizações, para ações imediatas de governos dos países de destino e de origem das trabalhadoras domésticas empregadas na região, assim como cobram suporte dos empregadores e das cadeias de suprimentos, articulando-se, ainda, com organismos internacionais para salvaguardar os direitos trabalhistas dessas mulheres trabalhadoras, em todos os países afetados pelo conflito. Em recente posicionamento, a Coalizão apela a todas as partes para que se implemente, em caráter urgente, um cessar-fogo definitivo, assim como urge às partes envolvidas no conflito o estrito respeito ao direito internacional humanitário, aos direitos humanos e à Carta da ONU (https://laborjusticegulfmigrants.org/solidarity-statement-march-2026/).

Seguindo a lógica de conversão de círculos viciosos em virtuosos — ponto explorado no Estudo Geral da OIT, que foi objeto do artigo publicado no Caderno em 6 de abril último (https://cadernossaudeglobalfiocruz.net/csgf/article/view/197) —, e na mesma linha do posicionamento da IDWF, a Coalizão conclama todas as partes envolvidas com o conflito a:

- Implementar cessar-fogo e desescalada imediatos: Todas as partes no conflito devem cessar as hostilidades e respeitar integralmente o direito internacional humanitário e o direito internacional dos direitos humanos, que protegem os direitos de todos os civis em conflitos armados, independentemente da cidadania ou nacionalidade;

- Garantir acesso igualitário à proteção emergencial: Os governos dos países de destino devem garantir que os sistemas de alerta precoce, abrigos antibombas e outras infraestruturas de proteção, bem como a assistência humanitária, sejam plenamente acessíveis a todos os indivíduos, independentemente da cidadania ou do status migratório. Os governos dos países de destino e as embaixadas dos países de origem devem fornecer informações sobre os serviços de emergência em idiomas e canais que as comunidades migrantes possam compreender e acessar, para que os trabalhadores migrantes possam receber informações e assistência precisas e oportunas;

- Garantir passagem segura e repatriação: Os governos dos países de destino e de origem devem coordenar ações para facilitar a repatriação imediata, segura e gratuita dos trabalhadores migrantes que optarem por deixar os países afetados pelo conflito. Os empregadores não devem ter permissão para impedir a saída dos trabalhadores, inclusive retendo documentos ou salários, e devem pagar imediatamente todos os salários e indenizações devidos aos trabalhadores migrantes que desejam sair;

- Resguardar a liberdade de associação: Os governos dos países de destino e os empregadores devem abster-se de qualquer ação que tenha a intenção ou o efeito de interferir na liberdade de associação dos trabalhadores migrantes e na sua capacidade de aceder às suas organizações nos países de destino ou de origem, incluindo os seus direitos à liberdade de expressão e ao acesso e transmissão de informações. A liberdade de associação é essencial para garantir que os trabalhadores migrantes tenham a capacidade de tomar decisões informadas;

- Garantir proteção para Trabalhadores Domésticos Migrantes: Os governos dos países de destino, dos países de origem e as organizações internacionais devem tomar medidas específicas para garantir o acesso à informação, aos recursos, à repatriação e à proteção contra a discriminação, a desigualdade de género e o abuso sexual para os trabalhadores domésticos migrantes empregados nos países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), que trabalham em residências privadas e enfrentam barreiras significativas à

liberdade de associação, de circulação e de acesso à informação, o que pode impedi-los de aceder a ajuda, de abandonar locais de trabalho inseguros ou de repatriar-se;

- Abolir o Sistema Kafala: Os países de destino devem desmantelar imediatamente o sistema kafala, especialmente os vistos vinculados e os requisitos de autorização de saída, para garantir que os trabalhadores migrantes tenham o direito fundamental à liberdade de circulação, aos direitos laborais fundamentais e ao acesso à justiça. Proteção e reparação salarial: Os governos devem implementar redes de segurança financeira de emergência e penalizar rigorosamente os empregadores que praticarem roubo salarial ou demissões ilegais durante esta crise.

A Coalizão, por fim, rejeita o sacrifício sistemático de vidas de migrantes em prol de ganhos geopolíticos. E manifesta sua solidariedade aos trabalhadores do Golfo, da Jordânia, do Líbano e aos trabalhadores migrantes em toda a região, apelando à comunidade internacional para que priorize a segurança, a dignidade e os direitos humanos de todos os migrantes.

Notícias do front

Irã

Após dois meses do início dos ataques dos Estados Unidos e Israel ao seu território, o Irã vem registrando aumento crescente nos índices de desemprego. Principalmente por conta da destruição de instalações industriais, que paralisou a produção em diversos setores da indústria nacional e vem afetando, particularmente, os trabalhadores iranianos.

Reportagem da Deutsche Welle de 15 de abril último (https://www.dw.com/en/iran-sees-hundreds-of-thousands-of-jobs-lost-due-to-war/a-76794860) mostra que após reiteradas (e fracassadas) tentativas de negociação da paz entre os Estados Unidos e o Irã, intermediadas pelo Paquistão, seguem os bloqueios no Estreito de Ormuz que, além de buscarem reduzir as receitas com a exportação de petróleo, pelo Irã, e impedir que Teerã cobre pedágio pela passagem por essa rota marítima estratégica, também serve para impedir que mercadorias cheguem aos portos iranianos — tática de impor restrições e dificuldades à população, como estratégia (ainda longe de ser alcançada) de mobilizá-la contra o atual governo do país.

Segundo o sindicalista Ismail Abdi, ouvido pela DW na reportagem, a continuidade da guerra — seja por ações militares ou na forma de bloqueios/tensões regionais —, exerce forte pressão sobre as pessoas comuns, especialmente trabalhadores da indústria, professores e outros assalariados, enfraquecendo o poder de negociação destes trabalhadores e empurrando os salários ainda mais para perto de um ponto de colapso total. O sindicalista lembra que quando fábricas, oficinas ou postos de serviços são fechados ou têm suas atividades reduzidas, os trabalhadores terceirizados, diaristas e aqueles em empregos informais são os primeiros a sofrer.

Segundo a reportagem, a guerra vem trazendo graves consequências para a economia do Irã, que há tempos tem sido fragilizada por problemas de gestão, corrupção e sanções internacionais. Entre os setores mais impactados, a siderurgia merece destaque, sobretudo considerando seu papel como um dos principais motores da economia iraniana — de acordo com a Associação Mundial do Aço (https://worldsteel.org/media/press-releases/2026/december-2025-crude-steel-production-2025-global-crude-steel-production/), o Irã figura entre os 10 maiores produtores de aço do mundo, ao lado de países como China, Estados Unidos e Alemanha.

Um exemplo da crise pode ser observado na interrupção de operações da siderúrgica Mobarakeh, uma das mais importantes do país, localizada em Isfahan, após um segundo ataque conjunto entre Estados Unidos e Israel, no final de março. Sob a premissa que os ataques buscam enfraquecer as capacidades militares do Irã, já que o aço é uma matéria-prima essencial para a produção de bens militares, como mísseis, drones e navios, as agressões comprometem fortemente as cadeias de suprimentos automotivas, a produção de eletrodomésticos, a indústria de embalagens e conservas e o setor da construção civil, colocando dezenas de milhares de trabalhadoras e trabalhadores em situação de completa vulnerabilidade. Principalmente considerando que mais de 10 mil trabalhadores deste setor desenvolvem suas atividades laborais como diaristas ou mediante vínculos precários de trabalho.

Enquanto dezenas de milhares de trabalhadores da siderurgia são mantidos afastados de seus ambientes de trabalho, por tempo indeterminado, sem garantia de salários ou da continuidade de seus vínculos empregatícios, cabe considerar que uma paralisação da produção siderúrgica também pode desencadear uma reação em cadeia, forçando dezenas de outros setores, que dependem do aço e de outros metais, a interromperem suas operações.

Ataques a plantas petroquímicas também terão repercussões enormes no mercado de trabalho, afirmou Umud Shokri, estrategista de energia e pesquisador sênior visitante da Universidade George Mason, ouvido pela DW na reportagem. Os ataques a importantes polos petroquímicos, como os ocorridos em Asaluyeh, no campo de gás de South Pars, em Mahshahr e em Shiraz, causaram danos significativos e paralisaram diversas instalações, comprometendo as cadeias produtivas do setor. E impactando fortemente o mundo do trabalho, no país. Em Mahshahr, por exemplo, onde mais de 30.000 pessoas trabalham, registra-se uma forte onda de demissões repentinas e cortes salariais, indicando que os danos da guerra vão muito além das próprias instalações e das cadeias de suprimentos: interferem diretamente nas receitas do Estado — comprometendo programas e serviços como os de saúde e educação — e na garantia das condições mínimas de vida das pessoas direta e indiretamente vinculadas a este setor, no país.

Outro setor da economia, que vem sendo fortemente impactado pela guerra no Irã, é o setor de serviços digitais, incluindo a plataforma de transporte por aplicativo Snapp, frequentemente descrita como o "Uber iraniano". A reportagem lembra que apesar das restrições à Internet, impostas pelas autoridades desde o início da guerra, como estratégia para evitar possíveis protestos, os serviços mediados por plataformas digitais continuam operando no país, apesar do reduzido número de usuários, devido à guerra, seja por restrições de deslocamentos ou por não terem mais condições de usá-los (restrições financeiras). Como decorrência, milhares de trabalhadores *freelancers*, sobretudo programadores e produtores de conteúdo, perderam a capacidade de trabalhar, sendo forçados a retornar ao mercado de trabalho tradicional, já bastante fragilizado e limitado em função da guerra.

Ismail Abdi destaca que, a curto prazo, essa situação leva à queda da renda real e ao aumento da pobreza entre os trabalhadores e, a longo prazo, aumenta o risco da exploração do trabalhador, que muito provavelmente será levado a sujeitar-se a condições de emprego mais precárias, com menos proteção (física e social) e menor remuneração.

Gaza

Em comunicado de imprensa publicado em 21 de abril último (https://news.un.org/en/story/2026/04/1167345), a Organização das Nações Unidas (ONU) aborda uma

face pouco explorada da crise humanitária vivida na Faixa de Gaza e demais territórios ocupados da Palestina: a dramática crise do trabalho e do emprego na região. O comunicado desvela a situação vivida por jovens palestinos, muitos com formação universitária e até mesmo cursos de pós-graduação, deixando de lado a carreira e o sonho de colocar em prática suas habilidades e competências profissionais, na maioria dos casos conquistadas com muito esforço, diante das restrições impostas à população local, há décadas, para fazer qualquer atividade de trabalho, com o único objetivo de sobreviver.

Entre os diversos casos abordados no comunicado está o de Abdullah al-Khawaja, um engenheiro elétrico, recém-formado que, por conta da guerra e dos bombardeios, teve que se deslocar de Rafah para Khan Younis e, agora, trabalha atrás de uma pequena barraca de venda de especiarias, abdicando da carreira para a qual se preparava há anos. O engenheiro resume a situação atual em que se encontra em palavras curtas e duras: *"a guerra destruiu todos nossos sonhos e todos os canais de comunicação com nossas ambições foram cortados".*

Assim como ele, muitos foram forçados a recorrer à chamada "economia de sobrevivência", aceitando trabalhos que ficam muito aquém de suas aspirações, aceitando condições de trabalho e remuneração muito aquém do que seria esperado em tempos de paz, especialmente para trabalhadores mais qualificados. No mesmo mercado em que Abdullah trabalha, vendendo especiarias, há outros exemplos que retratam a "economia da sobrevivência": jovens com diploma universitário e formação avançada em suas áreas de estudo vendendo doces e bebidas em barracas, produtos de limpeza na rua e materiais de escritório de porta em porta.

Segundo o comunicado, as experiências desses jovens palestinos refletem uma realidade de trabalho e emprego cada vez mais precária no enclave devastado, onde a taxa de desemprego ultrapassou os 80% e grande parte da população se concentra em garantir o essencial para a sobrevivência. Segundo dados do Escritório Central de Estatísticas da Palestina, citados pela ONU em seu comunicado, o preço de produtos básicos na Faixa de Gaza aumentou 37,9% em fevereiro de 2026, intensificando ainda mais a pressão sobre as famílias.

Um relatório conjunto, elaborado pela Organização das Nações Unidas e a União Europeia (https://unsco.unmissions.org/en/news/final-gaza-rapid-damage-and-needs-assessment), estima que as necessidades de recuperação e reconstrução de Gaza cheguem a US$ 71,4 bilhões ao longo de 10 anos, incluindo US$ 26,3 bilhões a serem aplicados em um período inicial de 18 meses, apenas para restabelecer serviços básicos, reconstruir infraestrutura e promover a retomada mínima da economia. Este mesmo relatório afirma que a economia de Gaza contraiu 84%, o que evidencia a profundidade da crise no mundo do trabalho que vem levando milhares de profissionais graduados e trabalhadores qualificados a recorrerem a atividades informais, apenas para sobreviver.

Os dados referentes ao mundo do trabalho no Território Ocupado da Palestina e, em particular, na Faixa de Gaza, são impactantes e se somam a outros indicadores, que dão concretude à crise humanitária pela qual a região passa. Mais de 60% da população de Gaza perdeu suas casas e 1,9 milhão de pessoas foram deslocadas, muitas vezes repetidamente. Mulheres, crianças, pessoas com deficiência, entre outros grupos da população mais vulnerabilizada, são as mais afetadas. Em pouco mais de dois anos de conflito, mais de 71.000 palestinos morreram e mais de 171.000 foram feridos, segundo dados do relatório conjunto ONU/UE, além de um número impreciso, porém grande, de desaparecidos sob os escombros.

Sudão

Em Abril de 2026, ao completarem 3 anos de guerra no Sudão, a Organização das Nações Unidas para Migração (IOM) lançou uma série de registros, em formato *storytelling* (https://storyteller.iom.int/stories/after-war-and-loss-one-young-man-begins-again-djibouti), sobre os impactos da guerra nas vidas de jovens sudaneses, incluindo aqueles relacionados ao trabalho e ao emprego. Um dos registros trouxe à tona a história de Amar, jovem estudante de um curso técnico em refrigeração e sistemas de climatização que, com a guerra, teve que deixar sua cidade natal, Al Jazeera, para buscar emprego, sobretudo após o fechamento das escolas e da perda de emprego de seu pai, professor de história e geografia.

Decidiu buscar trabalho na Arábia Saudita. Encontrou exploração, violência e ameaça física e mental. Ao decidir voltar para o Sudão, encontrou problemas migratórios na fronteira entre a Etiópia e o Djibouti, sendo acolhido, posteriormente, em um centro da IOM na capital do país, a Cidade de Djibouti. Recentemente, Amar recebeu seu certificado de solicitante de asilo no Djibouti, um documento pequeno, mas que abre portas para novas possibilidades. Seu desejo? Um emprego e um lugar para morar, que o permita restabelecer a dignidade perdida nos tempos mais difíceis pelos quais passou, e que lhe dê condições mínimas para ajudar a família e, tão logo seja possível, regressar à sua terra natal.

O desejo de Amar é o mesmo de muitos jovens obrigados a emigrar do Sudão, pela guerra. E que, dificilmente, serão alcançados por uma geração inteira de jovens que não conseguiram ou não puderam deixar o país, por conta da guerra civil. Segundo relatório recente (https://undpsudan.exposure.co/beyond_conflict_report) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), cerca de 19 milhões de crianças em idade escolar tiveram sua educação interrompida, uma catástrofe demográfica que moldará a força de trabalho do Sudão, seus indicadores de saúde e sua vida cívica por décadas. Universidades foram incendiadas e saqueadas. Programas de formação, capacitação profissional e estágios foram abandonados e milhões estão perdendo anos preciosos de experiência acadêmica, prática e profissional enquanto o país aguarda a paz.

Nesse cenário desalentador, estimativas consideradas no relatório apontam que a pobreza extrema deve se agravar, atingindo quase 60% da população em 2030 (aproximadamente 34 milhões de pessoas. O Sudão, neste cenário, não atingiria nenhuma das principais metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). E os impactos sociais, sobretudo nos campos da Educação e Trabalho, não deverão retornar à normalidade nem mesmo em 2043 — e isso considerando a possibilidade do conflito se encerrar neste ano de 2026.

Conclusões

Os impactos relacionados a guerras e conflitos são, frequentemente, identificados entre ataques com mísseis, avanços territoriais, perdas de vidas humanas e os confrontos diplomáticos entre as partes, deixando para trás alguns marcadores menos visíveis do sofrimento humano, mais silenciosos e não menos degradantes. Os conflitos no Sudão, em Gaza e, mais recentemente, no Irã começam a expor a vulnerabilidade de milhões de trabalhadores migrantes — de marinheiros a funcionários civis, de trabalhadores da construção civil a trabalhadoras domésticas — que, longe de seus países de origem, e com redes de suporte extremamente frágeis, ajudam a sustentar a infraestrutura da economia global, muitas vezes descobertos de quaisquer direitos trabalhistas.

Às vésperas de mais uma Conferência Internacional do Trabalho, a realizar-se de 1º a 12 de junho próximo, o tema se apresenta como um dos mais relevantes e complexos a serem enfrentados pelas organizações empenhadas com a promoção do trabalho saudável, seguro, sustentável e equitativo, como a própria OIT que, nesta seção da Conferência, abordará a questão de Gaza e dos territórios árabes ocupados a partir do Relatório do seu Diretor-Geral, intitulado "Situação dos Trabalhadores nos Territórios Árabes Ocupados", elaborado para a Conferência de 2025 (https://www.ilo.org/sites/default/files/2025-05/ILC113%282025%29-DG-APP-%5BRO-BEIRUT-250402-001%5D-Web-EN.pdf), e que figura como Anexo ao Item I da Agenda de 2026.

À guisa de conclusão, e a partir de alguns pontos-chave e recomendações do relatório — que se aplicam aos demais conflitos aqui retratados —, entende-se que a promoção de condições mínimas de trabalho e emprego, orientadas pelos princípios do trabalho saudável, seguro, sustentável e equitativo, mesmo nos contextos mais adversos, é premissa básica para a garantia da dignidade humana. É necessário e urgente avançar em estratégias para a garantia da governança do setor Trabalho, mesmo nos contextos de resposta às crises, que reconheça os impactos sobre as capacidades institucionais dos países afetados pelos conflitos, comprometendo as condições mínimas para a implementação de políticas de emprego e proteção social.

Nesses contextos, e como estratégia de primeira ordem, destaca-se a importância da implementação de programas de emergência para a geração de trabalho e emprego, aliados à promoção das redes de proteção Social e apoio às vítimas da crise, incluindo as trabalhadoras e os trabalhadores afetados pelos conflitos. Ampliar a proteção social no contexto da garantia do emprego decente, mesmo em situações de crise, é condição básica para o combate à pobreza, frequentemente associada aos impactos dos conflitos sobre a população, assim como o apoio aos grupos mais vulnerabilizados, incluindo órfãos de trabalhadores vítimas dos conflitos e as famílias deslocadas pela impossibilidade de viver e trabalhar em seus territórios de origem.

Uma vez garantidas tais condições mínimas, com ações de primeira ordem, é possível pensar em uma agenda para a recuperação do trabalho e da economia, com a consequente criação de empregos. Prioridades incluem a reativação de setores essenciais da economia, a reconstrução da infraestrutura do setor Trabalho e a promoção de estratégias para a inclusão de grupos da população tradicionalmente vulnerabilizados, como as mulheres, os jovens com pouca qualificação profissional e pessoas com deficiência, entre outros grupos.

Por fim, cabe lembrar que antes de serem territórios fortemente impactados (ou, mesmo, devastados) por guerras, Gaza, Sudão e Irã, entre outras nações sob impacto de conflitos armados, ao redor do planeta, são terras com histórias, gente, paisagens e recursos naturais, patrimônios materiais e imateriais e que, no momento, vivem uma diáspora sem precedentes no que tange a trabalhadores com habilidades, conhecimentos e formação avançados, sem condições de trabalho em sua própria terra natal. As instituições/organizações do mundo do trabalho, nesses territórios e internacionalmente, precisam contribuir para a pavimentação de caminhos rumo à paz e à reconstrução, como única forma de garantia de condições de vida e trabalho decentes para suas populações.

O Relatório Mundial de Migração da OIM de 2026

El Informe Mundial sobre Migración de la OIM de 2026

The IOM 2026 World Migration Report

Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura

Resumo: Este relatório, elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global, apresenta uma síntese das principais informações presentes no Relatório Mundial de Migração, elaborado pela Organização Internacional da Migração. O relatório, publicado anualmente desde 2000, tem como objetivo apresentar a atuação da OIM na proteção e suporte às pessoas migrantes, dados globais e regionais e análises de questões emergentes, a fim de subsidiar a tomada de decisões na formulação de políticas públicas, na pesquisa e nas comunidades. No documento, a OIM destaca a necessidade de tratar os fluxos migratórios como fenômenos complexos, que estão imersos em contextos de conflitos armados, mudanças climáticas, desigualdade social e transformações tecnológicas, em contraste com um debate público e midiático por vezes minado por desinformação sobre a temática. No ano em que a OIM completa 75 anos, os desafios para a governança das migrações no mundo são ampliados diante de 120 milhões de pessoas deslocadas globalmente, incluindo refugiados, pessoas em busca de asilo e deslocadas internamente. Apenas em 2024, estima-se o deslocamento de 65,8 milhões de pessoas dentro das fronteiras de seus países, em sua maioria motivadas por desastres, e as tendências migratórias de longo prazo permanecem (migrantes são 3,7% da população). Os capítulos do relatório abordam os seguintes temas: (i) panorama das migrações globais; (ii) dados estatísticos sobre migrações internacionais; (iii) dinâmicas migratórias regionais; (iv) migração e desenvolvimento sustentável; (v) desafios para a migração regular e políticas migratórias restritivas; (vi) mudanças climáticas e migrações; (vii) deslocamento interno; (viii) intersecções entre pessoas com deficiência e migrações.

Palavras-chave: Migração; refúgio; saúde; mobilidade humana

Resumen: *Este informe, elaborado por el Grupo de Trabajo sobre Migración, Refugio y Salud Global, presenta un resumen de la información más relevante del Informe Mundial sobre Migración, elaborado por la Organización Internacional para las Migraciones. El informe, que se publica anualmente desde el año 2000, tiene como objetivo presentar la labor de la OIM en la protección y el apoyo a las personas migrantes, datos globales y regionales y análisis de cuestiones emergentes, con el fin de contribuir a la toma de decisiones en la formulación de políticas públicas, en la investigación y en las comunidades. En el documento, la OIM destaca la necesidad de abordar los flujos migratorios como fenómenos complejos, inmersos en contextos de conflictos armados, cambio climático, desigualdad social y transformaciones tecnológicas, en contraste con un debate público y mediático a veces minado por la desinformación sobre el tema. En el año en que la OIM cumple 75 años, los retos para la gobernanza de las migraciones en el mundo se amplían ante los 120 millones de personas desplazadas a nivel mundial, incluyendo*

refugiados, solicitantes de asilo y desplazados internos. Solo en 2024, se estima que 65,8 millones de personas se desplazarán dentro de las fronteras de sus países, en su mayoría debido a desastres, y las tendencias migratorias a largo plazo se mantienen (los migrantes representan el 3,7 % de la población). Los capítulos del informe abordan los siguientes temas: (i) panorama de las migraciones globales; (ii) datos estadísticos sobre migraciones internacionales; (iii) dinámicas migratorias regionales; (iv) migración y desarrollo sostenible; (v) retos para la migración regular y políticas migratorias restrictivas; (vi) cambio climático y migraciones; (vii) desplazamiento interno; (viii) intersecciones entre las personas con discapacidad y las migraciones.

***Palabras clave**: Migración; refugio; salud; movilidad humana.*

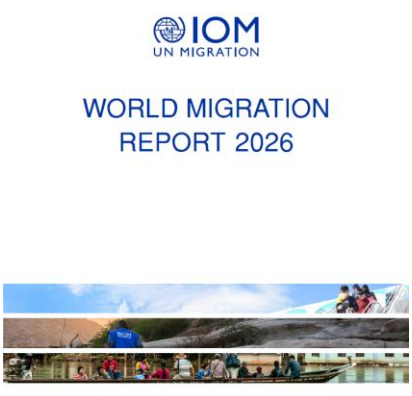
***Abstract:** This report, prepared by the Working Group on Migration, Refuge and Global Health, synthetizes the key information of the World Migration Report, developed by the International Organization for Migration. The report, published annually since 2000, aims to present IOM's actions protecting and supporting migrants, global and regional migration data and analysis of emerging issues, in order to subsidize decision-making processes in public policy, research and communities. IOM highlights the need to understand migration as a complex phenomenon, imerged in contexts of armed conflicts, climate change, social inequities and technological developments, in constrast with public and media discourses often undermined with misinformation. In the year IOM celebrates its seventy-fifth birthday, the challenges of migration governance increase in the face of 120 million people displaced globally, including refugees, asylum-seekers and internally displaced persons. In 2024 alone, there was an estimation of 65,8 million people displaced within the borders of their own countries, the vast majority motivated by disasters, and long-term tendencies remain the same (migrants represent 3,7% of global population). The chapters of the report address the following themes: (i) overview of global migration; (ii) statistics on international migration; (iii) regional dynamics; (iv) migration and sustainable development; (v) challenges to regular migration; (vi) climate change and migration; (vii) internal displacements; (viii) intersections between disabilities and migration.*

***Keywords:** Migration; Refuge; Health; Human Mobility*

Visão Geral do Relatório Mundial de Migração da OIM

(https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2026)

O primeiro capítulo do *World Migration Report 2026* apresenta uma análise introdutória do cenário migratório contemporâneo, marcado por profundas transformações globais e pela intensificação de crises interconectadas. O relatório argumenta que a migração, na atualidade, ocorre em um contexto de "disrupção" e "distorção", caracterizado pela sobreposição de conflitos armados, crises humanitárias, mudanças climáticas, desigualdades socioeconômicas, avanços tecnológicos acelerados e crescente disseminação de desinformação sobre a temática migratória. Nesse contexto, a mobilidade humana passa a ocupar posição central nos debates políticos, econômicos e sociais em escala global.



O documento destaca que os conflitos em países como Sudão, Ucrânia, Gaza, República Democrática do Congo, Síria e Mianmar contribuíram significativamente para a ampliação dos deslocamentos forçados em todo o mundo. Ao final de 2024, mais de 83 milhões de pessoas encontravam-se deslocadas internamente, representando o maior número já registrado. Paralelamente, os deslocamentos associados a desastres ambientais atingiram níveis históricos, impulsionados por secas, enchentes, ondas de calor e eventos climáticos extremos. Nesse sentido, o relatório enfatiza que as mudanças climáticas deixaram de representar apenas uma ameaça futura, consolidando-se como um fator estruturante das dinâmicas migratórias atuais, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidade social e fragilidade institucional.

O capítulo também discute os impactos das transformações tecnológicas sobre a governança migratória, sobretudo diante do uso crescente de inteligência artificial em sistemas de controle de fronteiras, emissão de vistos e monitoramento de fluxos migratórios, o que suscita preocupações relacionadas à proteção de dados, discriminação algorítmica e violações de direitos humanos. No plano demográfico e econômico, o relatório evidencia contrastes significativos entre países de alta renda, marcados pelo envelhecimento populacional e pela escassez de mão de obra, e países de baixa renda, caracterizados pelo crescimento populacional acelerado e pela limitada oferta de oportunidades econômicas. Além disso, o texto destaca o fortalecimento da xenofobia e da instrumentalização política da migração, acompanhado pela ampliação de discursos anti-imigração e pela disseminação de desinformação nas redes sociais.

O segundo capítulo traz um panorama estatístico global sobre migração internacional, reunindo dados atualizados sobre migrantes internacionais, trabalhadores migrantes, estudantes internacionais, refugiados, deslocados internos e remessas financeiras. O objetivo central é fornecer uma base empírica para compreender as dinâmicas migratórias contemporâneas em escala mundial. O relatório informa que havia aproximadamente 304 milhões de migrantes internacionais no mundo em 2024, representando 3,7% da população mundial. Embora o número absoluto tenha crescido significativamente nas últimas décadas, o documento ressalta que a migração internacional continua sendo relativamente limitada em termos proporcionais, já que a maioria das pessoas permanece vivendo em seus países de nascimento. Em relação aos corredores migratórios, o relatório identifica a rota México–Estados Unidos como a maior do mundo, envolvendo cerca de 11 milhões de pessoas. Outros corredores importantes incluem Afeganistão–Irã, Síria–Turquia e Índia–Emirados Árabes Unidos. Essas rotas demonstram como fatores econômicos, conflitos armados e proximidade geográfica moldam os fluxos migratórios internacionais.

O terceiro capítulo analisa as dinâmicas migratórias em diferentes regiões do mundo. No panorama regional apresentado pelo relatório, a África é caracterizada pela coexistência de migração intrarregional, deslocamentos forçados e migração laboral, dinâmicas fortemente influenciadas por conflitos armados, instabilidade política e desigualdades socioeconômicas. Na Ásia, destaca-se o papel central da migração laboral internacional, com milhões de trabalhadores migrando para países do Golfo e outras economias de alta renda em busca de melhores oportunidades de emprego. A Europa, por sua vez, configura-se simultaneamente como importante região de origem e destino de migrantes, sendo marcada pelo envelhecimento populacional e pela crescente dependência de mão de obra migrante em setores estratégicos da economia. Na América Latina e Caribe, o relatório aponta os impactos regionais da crise venezuelana, responsável por intensos fluxos migratórios e pressões sobre os países vizinhos. Já a América do Norte permanece como uma das principais regiões receptoras de migrantes

internacionais, enquanto a Oceania, especialmente Austrália e Nova Zelândia, apresenta a migração como elemento fundamental para o crescimento populacional, o dinamismo econômico e a sustentação do mercado de trabalho.

Ao longo do capítulo, o relatório demonstra que, embora existam tendências globais comuns, as dinâmicas migratórias variam amplamente entre regiões. Questões como desenvolvimento econômico, conflitos, políticas migratórias, integração regional e vulnerabilidade climática influenciam de modo direto os padrões de mobilidade humana. O texto reforça a necessidade de políticas regionais adaptadas às especificidades regionais, respeitando os direitos humanos e promovendo cooperação internacional.

O quarto capítulo argumenta que a migração internacional deve ser compreendida como um ativo importante para o desenvolvimento sustentável global. O texto demonstra que migrantes e refugiados contribuem significativamente para economias, sociedades e comunidades de origem e destino, por meio de transferência de conhecimentos, inovação, investimentos, participação política e social. Outro tema importante é o risco de retrocessos nas políticas migratórias globais. O relatório argumenta que o aumento do nacionalismo, da xenofobia e das restrições migratórias ameaça reduzir os impactos positivos da mobilidade humana sobre o desenvolvimento. Barreiras à migração regular, discriminação e exploração laboral comprometem o potencial transformador da migração. Como recomendações, o relatório propõe o fortalecimento de políticas de proteção social para migrantes, ampliação de vias regulares de migração, criação de parcerias de qualificação profissional e fortalecimento das instituições que podem auxiliar nos processos de migração. Também enfatiza a necessidade de políticas fundamentadas em dados confiáveis e cooperação internacional.

O quinto capítulo do texto demonstra que as vias regulares, relacionadas ao trabalho, estudo, reunificação familiar, proteção internacional, retorno e regularização, são frequentemente desiguais e seletivas, variando conforme hierarquias de desenvolvimento humano, regimes de vistos e relações geopolíticas. Nesse contexto, o acesso à mobilidade regular permanece condicionado por desigualdades estruturais globais, restringindo oportunidades sobretudo para populações de países de baixa renda e contextos politicamente instáveis.

A análise evidencia que políticas migratórias restritivas não reduzem de modo proporcional a mobilidade, mas tendem a deslocá-la para rotas mais precárias e perigosas, ampliando situações de exploração e irregularidade. Em contraposição, o capítulo argumenta que políticas de regularização e mecanismos acessíveis de migração regular favorecem a ampliação de direitos, o acesso ao mercado de trabalho e aos serviços de saúde, produzindo impactos positivos tanto para países de origem quanto de destino. Assim, defende-se que a criação de vias regulares pautadas nos direitos humanos constitui elemento central para uma governança migratória mais segura, inclusiva e eficaz.

No decorrer do capítulo seis, é examinada a relação entre mudanças climáticas e mobilidade humana, chamando atenção para os desastres ambientais e processos graduais de degradação ambiental que têm intensificado deslocamentos e migrações em diferentes regiões do mundo. O relatório argumenta que as respostas políticas continuam predominantemente reativas e emergenciais, pouco articuladas com estratégias de adaptação climática de longo prazo. Além disso, enfatiza que os impactos da mobilidade climática são heterogêneos e afetam de maneira desigual grupos vulnerabilizados. O capítulo ressalta a importância de dados

desagregados e análises territorializadas para compreender a complexidade do nexo entre clima, mobilidade, desenvolvimento e desigualdade social.

Dentro do sétimo capítulo, discorre-se sobre as mudanças recentes nas respostas internacionais ao deslocamento interno, apontando uma transição gradual de modelos estritamente humanitários para abordagens orientadas ao desenvolvimento e à construção de soluções duradouras. São destacados instrumentos como a Agenda de Ação do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Deslocamento Interno e iniciativas voltadas à coordenação e financiamento de soluções sustentáveis. Estudos de caso demonstram que planejamento participativo, fortalecimento institucional e políticas centradas em meios de vida, coesão social e igualdade de gênero podem ampliar as possibilidades de reintegração e estabilidade. Apesar disso, o relatório alerta que a insuficiência de recursos, tensões geopolíticas e ausência de vontade política permanecem comprometendo avanços mais consistentes.

Por fim, o último capítulo do texto explora as intersecções entre deficiência e migração, argumentando que pessoas com deficiência não são intrinsecamente vulneráveis, mas frequentemente expostas a condições de risco agravadas ao longo dos processos migratórios e de deslocamento. Estima-se que ao menos 62 milhões de migrantes, refugiados e deslocados internos possuam deficiências significativas, embora o número provavelmente seja subestimado devido às limitações estatísticas e conceituais existentes.

O texto evidencia que trajetórias migratórias marcadas por violência, precariedade laboral, discriminação e barreiras institucionais aumentam tanto a incidência de deficiências quanto os efeitos excludentes de ambientes inacessíveis. O capítulo identifica obstáculos recorrentes em políticas migratórias, procedimentos de asilo, sistemas de proteção social e processos de retorno, ao mesmo tempo em que destaca experiências voltadas à inclusão e acessibilidade. Como sugestão, o relatório propõe uma abordagem alternativa, combinando a transversalização da deficiência nas políticas migratórias com medidas específicas de proteção e apoio, além da participação ativa de pessoas migrantes com deficiência nos processos de formulação política e tomada de decisão.

Referência

OIM. **World Migration Report 2026**. Disponível em: https://worldmigrationreport.iom.int/what-we-do/world-migration-report-2026/foreword/foreword. Acesso em: 11 mai. 2026.

Violência facilitada pela tecnologia contra meninas e mulheres: panorama global dos impactos e manifestações da violência em ambientes digitais

Technology-facilitated violence against girls and women: a global overview of impacts and manifestations of violence in digital environments

Violencia facilitada por la tecnología contra niñas y mujeres: un panorama global de los impactos y manifestaciones de la violencia en entornos digitales

Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos
Maria Teresa Rossetti Massari
Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes

Resumo: Este artigo apresenta uma síntese de publicações da ONU Mulheres sobre violência facilitada pela tecnologia contra meninas e mulheres, e apresenta de forma mais detalhada o relatório recém-publicado *Tipping Point: Online Violence Impacts, Manifestations and Redress in the AI Age.* Define-se o conceito de violência facilitada pela tecnologia e suas principais manifestações, bem como sua natureza desproporcionalmente dirigida a meninas e mulheres. Os dados mostram que a violência facilitada pela tecnologia contra mulheres na vida pública gera graves impactos na saúde mental, na liberdade de expressão, na segurança e participação pública, no acesso à justiça, além de revelar o crescimento alarmante de novas formas de abuso facilitadas por inteligência artificial, como *deepfakes* e compartilhamento não consensual de imagens.

Palavras-chave: Violência de gênero; tecnologia digital; inteligência artificial; saúde mental.

Abstract: *This article presents a synthesis of UN Women publications on technology-facilitated violence against girls and women and provides a detailed overview of the recently published report* Tipping Point: Online Violence Impacts, Manifestations and Redress in the AI Age. *It defines the concept of technology-facilitated violence and its main manifestations, as well as its disproportionately targeted nature against girls and women. The data show that technology-facilitated violence against women in public life generates severe impacts on mental health, freedom of expression, safety and public participation, and access to justice, while also revealing the alarming growth of new forms of abuse facilitated by artificial intelligence, such as deepfakes and non-consensual image sharing.*

Keywords: *Gender-Based Violence; Digital Technology; Artificial Intelligence; Mental Health.*

Resumen: *Este artículo presenta una síntesis de publicaciones de ONU Mujeres sobre la violencia facilitada por la tecnología contra niñas y mujeres, y ofrece un panorama detallado del informe recién publicado Tipping Point: Online Violence Impacts, Manifestations and Redress in the AI*

Age. Se define el concepto de violencia facilitada por la tecnología y sus principales manifestaciones, así como su naturaleza desproporcionadamente dirigida contra niñas y mujeres. Los datos muestran que la violencia facilitada por la tecnología contra las mujeres en la vida pública genera graves impactos en la salud mental, la libertad de expresión, la seguridad y la participación pública, y el acceso a la justicia, además de revelar el crecimiento alarmante de nuevas formas de abuso facilitadas por la inteligencia artificial, como los deepfakes y el intercambio no consensuado de imágenes.

Palabras clave: *Violencia de Género; Tecnología Digital; Inteligencia Artificial; Salud Mental.*

Introdução

A violência facilitada pela tecnologia se configura como um problema global e observa-se que afeta de maneira desproporcional meninas e mulheres no mundo. Esse tipo de violência se refere a qualquer ato cometido, auxiliado, agravado ou amplificado pelo uso de tecnologias de informação e comunicação ou outras ferramentas digitais que resulte ou possa resultar em danos físicos, sexuais, psicológicos, sociais, políticos ou econômicos, além de outras violações de direitos e liberdades.

Embora não seja um fenômeno recente, a presença da tecnologia cada vez maior no cotidiano ao longo dos últimos anos tem contribuído para a transformação e ampliação dessa forma de violência no ambiente digital. E, nesse contexto acaba se configurando como uma forma de discriminação de gênero e violação dos direitos humanos, impulsionada por desequilíbrios de poder, pelo patriarcado e pela misoginia, inserindo-se em um contínuo de múltiplas formas inter-relacionadas de violência de gênero.

Além de agravar manifestações já existentes, como assédio sexual, perseguição, discurso de ódio, desinformação, difamação e falsificação de identidade, esse tipo de violência cria e incorpora novas dinâmicas e formas de abuso, como as invasões de sistemas ("*zoom bombing*"), manipulação de opinião pública, abuso baseado em vídeos, imagens, incluindo *deepfakes* (conteúdos sintéticos - vídeos, áudios ou fotos - criados com inteligência artificial, capazes de manipular rostos e vozes), *doxing* (prática de coletar e publicar informações privadas ou de identificação pessoal de alguém na internet sem consentimento), cyberbullying e aliciamento online, dentre outros, ampliando os riscos e as consequências para a segurança, o bem-estar e a participação social, política e econômica de meninas e mulheres.

A ONU Mulheres entende que embora muitos outros termos – como violência em ambiente digital ou violência online – sejam comumente usados, "violência facilitada pela tecnologia" reflete melhor como a tecnologia pode causar danos, tanto online quanto offline. O *doxing*, por exemplo, pode levar a consequências na vida real, como perseguição, ameaças e até violência física. O abuso de *deepfakes*, podem resultar em danos à reputação offline, com efeitos duradouros e devastadores na vida da pessoa. Esses exemplos mostram que o dano muitas vezes permeia ambos os espaços - online e offline.

Em uma publicação feita pela organização em novembro de 2025, foram sistematizadas algumas perguntas frequentes sobre o tema. O material aborda essas diferentes manifestações de violência em ambiente digital, além de apresentar dados globais feitos a partir de pesquisas sobre a dimensão desse fenômeno ao redor do mundo e discutir a importância de estratégias

de prevenção, proteção e responsabilização nos ambientes digitais, traduzidos a seguir neste artigo. Além disso, a publicação traz um conjunto de outros documentos e referências ao final.

Quantas meninas e mulheres sofrem violência facilitada pela tecnologia?

Milhões de meninas e mulheres são afetadas por abusos digitais e violência facilitada pela tecnologia todos os anos. Estudos sugerem que entre 16% e 58% das mulheres já sofreram esse tipo de violência e dados de diferentes regiões confirmam que ocorre em todos os lugares.

- **Estados Árabes**: 60% das mulheres usuárias da internet já sofreram violência online.
- **Europa Oriental e Ásia Central**: uma pesquisa realizada em 12 países revelou que mais de 50% das mulheres com mais de 18 anos já sofreram algum tipo de abuso facilitado pela tecnologia ao longo da vida.
- **África Subsaariana**: Um estudo realizado em cinco países revelou que 28% das mulheres sofreram violência online.
- **Europa e EUA**: Uma pesquisa com mulheres de 18 a 55 anos na Dinamarca, Itália, Nova Zelândia, Polônia, Espanha, Suécia, Reino Unido e EUA revelou que 23% delas relataram pelo menos uma experiência de abuso ou assédio online.

Quais são as formas mais comuns de abuso digital e violência facilitada pela tecnologia contra mulheres e meninas?

O assédio sexual e a perseguição são as formas mais comuns de violência facilitada pela tecnologia sofridas por meninas e mulheres. Abuso baseado em imagens (compartilhamento de fotos íntimas sem consentimento), mensagens indesejadas, publicações em redes sociais e ligações telefônicas são as táticas mais frequentes de assédio sexual. As mulheres podem ser assediadas em plataformas digitais, em seções de comentários, bombardeadas com mensagens explícitas e rastreadas por GPS e aplicativos de localização, o que desencadeia um pesadelo digital que muitas vezes se estende para suas vidas offline.

Outras formas de abuso que comumente enfrentam incluem o cyberbullying, discurso de ódio, exploração sexual, difamação, compartilhamento de imagens íntimas, extorsão sexual e pornografia de vingança.

As ferramentas e plataformas que os agressores usam para causar danos a mulheres e meninas variam de smartphones, computadores, salas de bate-papo, redes sociais, sites de jogos online, rastreadores GPS e plataformas de streaming de vídeo.

Quem corre maior risco de sofrer abusos digitais e violência contra mulheres facilitada pela tecnologia?

Embora todas as mulheres e meninas possam sofrer abuso digital, violência online ou violência de gênero facilitada pela tecnologia, alguns grupos correm maior risco.

- **Mulheres e meninas jovens**: Dado que as meninas e as mulheres jovens são mais propensas a usar a tecnologia para aprender, acessar informações e se conectar com seus pares, elas também enfrentam maior exposição à violência online. Um estudo global constatou que 58% das meninas e mulheres jovens já sofreram algum tipo de assédio online.

- **Mulheres que enfrentam múltiplas formas de discriminação:** Mulheres com deficiência, mulheres negras e indígenas e outras mulheres de cor, mulheres migrantes e pessoas LGBTIQ+ enfrentam riscos maiores de violência digital.
- **Mulheres na vida política e pública**: Defensoras dos direitos humanos, ativistas, jornalistas e legisladoras enfrentam taxas crescentes de violência tanto online quanto offline . Um estudo da UNESCO revelou que 7% das jornalistas sofreram violência online no exercício de suas funções. A União Interparlamentar constatou que 1 em cada 3 parlamentares na região da Ásia-Pacífico sofreu ataques online. Mais recentemente foi publicado um relatório com essa ênfase, que será abordado ao final do artigo.

Como impedir o abuso digital e a violência contra as mulheres facilitada pela tecnologia?

1. **Aprimorar a cooperação** entre governos, o setor tecnológico, organizações de direitos das mulheres e a sociedade civil para fortalecer as políticas de proteção às mulheres e prevenir a violência.

2. **Preencher as lacunas de dados para** melhorar a compreensão das causas dessa violência, o perfil dos agressores e para orientar os esforços de prevenção e resposta.

3. **Desenvolver e implementar leis e regulamentos com** a participação de sobreviventes e organizações de mulheres.

4. **Responsabilizar a indústria tecnológica** através do estabelecimento de padrões de transparência e prestação de contas em relação à violência digital e ao uso de dados em plataformas digitais.

5. **Integrar a cidadania digital e o uso ético de ferramentas digitais** nos currículos escolares para promover uma cultura de respeito e empatia tanto online quanto na vida real. Sensibilizar jovens — especialmente meninos e jovens adultos — cuidadores e educadores sobre comportamento online ético e responsável.

6. **Capacitar mulheres e meninas para participar e liderar** no setor de tecnologia, a fim de contribuir para o desenvolvimento e uso de ferramentas e espaços digitais seguros e livres de violência.

7. **Transformar normas sociais prejudiciais**, promovendo masculinidades positivas e combatendo narrativas nocivas e misóginas, inclusive por meio do uso da tecnologia e da inteligência artificial.

8. **Garantir que as entidades dos setores público e privado** priorizem a prevenção e a eliminação da violência digital, por meio de abordagens de design baseadas nos direitos humanos, segurança desde a concepção e investimentos adequados.

A postagem também compartilha ações a ONU Mulheres tem desenvolvido para combater a violência contra mulheres e meninas facilitada pela tecnologia, pressionando por leis que protejam meninas e mulheres, preenchendo lacunas de dados, adaptando os serviços de apoio às sobreviventes e trabalhando com homens e meninos para desafiar estereótipos de gênero e discriminação. É possível ver de forma mais detalhada acessando a matéria.

Mais recentemente, em abril de 2026, foi publicado um relatório, também da ONU Mulheres, que é a segunda parte da série Tipping Point e examina como a violência online contra

mulheres na vida pública está se tornando mais sofisticada tecnologicamente, mais invasiva e mais prejudicial na era da inteligência artificial (IA)



Fonte: ONU Mulheres

Com o título "*Tipping Point: Online Violence Impacts, Manifestations and Redress in the AI Age*", o relatório investiga a violência online direcionada a mulheres na vida pública, com foco em jornalistas, defensoras dos direitos humanos, ativistas, escritoras e outras comunicadoras públicas, o estudo mostra como a violência facilitada pela inteligência artificial, incluindo *deepfakes*, imagens/vídeos sexuais manipulados e outras formas de abuso baseado em imagens, está intensificando padrões existentes de assédio e restringindo a participação das mulheres na vida pública.

Os dados são derivados de uma pesquisa global comissionada pela ONU Mulheres, distribuída no final de 2025 em cinco idiomas (árabe, inglês, francês, português e espanhol), em parceria com a UNESCO e o Centro Internacional para Jornalistas (ICFJ).

Metodologia do estudo

A pesquisa foi realizada entre 27 de agosto e 13 de novembro de 2025. Adotou-se o método de amostragem intencional, com técnicas de amostragem em bola de neve para gerar respostas nos campos internacionais de defesa dos direitos humanos, ativismo e jornalismo. Os resultados, portanto, não são generalizáveis, embora seja legítimo extrapolar padrões que podem ter aplicabilidade mais ampla.

Para garantir a integridade dos dados e evitar respostas inválidas, a pesquisa foi distribuída digitalmente por meio das redes confiáveis da ONU Mulheres, UNESCO e ICFJ, além de organizações da sociedade civil focadas em igualdade de gênero, desenvolvimento de mídia, segurança jornalística e grupos representativos profissionais.

Após a remoção de respostas inválidas, a pesquisa gerou 1.588 respostas para análise. Para este relatório, as estatísticas foram calculadas com base nas respostas de participantes que responderam a todas as perguntas-chave, gerando uma amostra de 874 respondentes que se identificam como mulheres (641), homens (210), não binários (9), autodescritos ou que selecionaram "prefiro não dizer" (14). Considerações éticas resultaram na maioria das perguntas sendo opcionais, e algumas permitiam múltiplas seleções. Assim, o número de respostas varia entre as perguntas, e as proporções não necessariamente somam 100%.

A pesquisa foi supervisionada por pesquisadores acadêmicos afiliados à City St George's, da Universidade de Londres, que concedeu aprovação ética para o projeto. Foi refinada e testada em consultoria com um conselho consultivo internacional de 22 profissionais, acadêmicos, representantes de organizações intergovernamentais, entidades da sociedade civil e formuladores de políticas.

Principais resultados

- **Abuso baseado em imagem:** 12% das respondentes experimentaram o compartilhamento não consensual de imagens pessoais (incluindo de natureza sexual ou íntima), enquanto 6% foram alvo de *deepfakes*. Entre escritoras e outras comunicadoras públicas, 15% relataram compartilhamento não consensual de imagens e quase 10% sofreram abuso relacionado a *deepfakes*. Além disso, 27% de todas as mulheres foram alvo de avanços sexuais indesejados via mensagem direta (ex.: *cyberflashing*).
- **Impactos na saúde mental:** 24% das mulheres relataram ter sido diagnosticadas ou tratadas para ansiedade e/ou depressão ligadas à violência online, e 13% experimentaram Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT). Entre escritoras, os índices foram de 39% para ansiedade/depressão e 22% para TEPT.
- **Efeito inibidor:** 41% das entrevistadas afirmaram que a violência online as levou à autocensura nas redes sociais, e 19% relataram autocensura no trabalho. Entre jornalistas e trabalhadoras da mídia, a taxa de autocensura nas redes sociais subiu de 30% em 2020 para 45% em 2025 – um aumento de 50%.
- **Reparação Legal:** 25% das mulheres que sofreram violência online relataram a experiência à polícia, e 15% iniciaram ação legal contra agressores, facilitadores (como empresas de tecnologia) ou seus empregadores. Em comparação com 2020, jornalistas e trabalhadoras da mídia mais que dobraram as taxas de denúncia à polícia (de 11% para 22,4%) e aumentaram significativamente a iniciativa de ação legal (de 8% para 14%).
- **Barreiras na Justiça:** Das que denunciaram à polícia, apenas 10% afirmaram que acusações foram efetivamente apresentadas contra os agressores. 27% relataram relutância ou recusa da polícia em investigar, e 24% experimentaram tratamento que perceberam como culpabilização da vítima, incluindo perguntas como “O que você fez/disse para provocar o abuso?”.

Embora o relatório ofereça contribuições valiosas ao documentar a escalada da violência online contra mulheres na vida pública, especialmente no contexto da IA generativa, o que é bastante contemporâneo, algumas limitações metodológicas impõem cautela na interpretação dos dados.

A principal fragilidade está no método de amostragem. O uso de amostragem intencional combinada com bola de neve, embora justificável para populações de difícil acesso, invalida pretensões de generalização estatística. Outra limitação concerne à operacionalização de conceitos. A definição ampla de “violência online” agrupa fenômenos de gravidade dramaticamente distinta, desde comentário misógino isolado até a simulação de estupro via *deepfake,* sob uma mesma “rubrica estatística”. Isso pode comprometer a capacidade de dimensionar adequadamente as consequências mais severas.

O relatório também deixa para publicações futuras uma análise estrutural do papel das grandes empresas de tecnologia, tratadas apenas como “facilitadoras”, o que pode limitar as recomendações, que permanecem focadas em responsabilização individual.

Ainda assim, é um documento de *advocacy* poderoso e necessário, e, apesar das limitações apontadas, é um instrumento interessante para se pensar a violência de gênero na era digital. Embora seus números não sejam generalizáveis, eles indicam direções claras e

urgentes: o aumento expressivo da autocensura entre jornalistas, os alarmantes índices de impactos na saúde mental, e a emergência do abuso via IA como fenômeno em expansão.

O relatório tornar visível aquilo que frequentemente permanece invisível, que são os ataques que ocorrem no ambiente digital, mas que produzem consequências reais no corpo, na psique e na carreira das mulheres. Soma-se a isso, o fato de ao replicar perguntas da pesquisa de 2020, oferece uma análise longitudinal que, ainda que com limitações, sinaliza tendências que não podem ser ignoradas.

Para pesquisadores, formuladores de políticas e ativistas, o documento pode servira como um "mapa preliminar" de um território ainda pouco compreendido. Não oferece respostas definitivas, mas aponta caminhos possíveis para enfrentar algumas das consequências. E em um campo marcado pela escassez de dados, pela rápida transformação tecnológica e pela urgência política, o relatório organiza o conhecimento disponível, mobiliza evidências e aponta caminhos para investigação futura.

Referências

UN Women. Digital abuse, trolling, stalking and other forms of technology-facilitated violence against women [FAQ]. New York: UN Women.

UN Women. Intensification of efforts to eliminate all forms of violence against women: report of the Secretary-General 2024. New York: UN Women; 2024.

UN Women. Violence against women in the online space. New York: UN Women; nov 2021.

UN Women. The dark side of digitalization: technology-facilitated violence against women in Eastern Europe and Central Asia. New York: UN Women; nov 2023.

Association for Progressive Communications (APC). Alternate realities, alternate internets: African feminist research on feminist internet. Johannesburg: APC

Amnesty International. Amnesty reveals alarming impact of online abuse against women [press release]. London: Amnesty International; nov 2017.

UN Women. Technology-facilitated violence against women: taking stock of evidence and data collection. New York: UN Women; abr 2023.

Plan International. Free to be online? London: Plan International.

UN Women. Technology-facilitated violence against women: taking stock of evidence and data collection. New York: UN Women; abr 2023.

United Nations. Intensification of efforts to prevent and eliminate all forms of violence against women and girls: report of the Secretary-General (A/76/218). New York: UN; 2021.

UNESCO. The chilling: global trends in online violence against women journalists. Paris: UNESCO; 2021.

Inter-Parliamentary Union (IPU). Sexism, harassment and violence against women in parliaments in the Asia-Pacific region. Geneva: IPU; 2025 mar. 81 p.

UN Women. [Título não identificado na URL]. New York: UN Women.

Posetti J, Williams K, Hellmueller L, Renaud P, Shabbir N, Aboulez N. Tipping point: online violence impacts, manifestations and redress in the AI age. New York: UN Women; 2026 abr.

Revisitando a agenda de redução do consumo de sal: o risco da estagnação das políticas regionais

Una nueva mirada a la agenda de reducción del consumo de sal: el riesgo del estancamiento de las políticas regionales

Reexamining the agenda for reducing salt intake: the risk of stagnation in regional policies

Eduardo Nilson e Denise Oliveira e Silva

Resumo. Nesse informe, aproveitamos a Semana Mundial de Conscientização Sobre o Sal (World Salt Awareness Week) para falar dos avanços e desafios no enfrentamento deste problema de saúde pública global, incluindo a situação da agenda no Brasil. O consumo excessivo de sal é um dos principais fatores de risco dietético para a morbimortalidade por doenças cardiovasculares e as políticas mais usto-efetivas para seu enfrentamento são conhecidas, contudo o progresso nessa agenda tem sido mais lento do que o necessário.

Resumen. *En este informe, aprovechamos la Semana Mundial de Concienciación sobre la Sal (World Salt Awareness Week) para abordar los avances y retos a la hora de hacer frente a este problema de salud pública mundial, incluida la situación de esta agenda en Brasil. El consumo excesivo de sal es uno de los principales factores de riesgo dietéticos para la morbilidad y mortalidad por enfermedades cardiovasculares, y se conocen las políticas más eficaces para combatirlo; sin embargo, el progreso en esta agenda ha sido más lento de lo necesario.*

Abstract. *In this report, we take the opportunity presented by World Salt Awareness Week to discuss the progress and challenges in addressing this global public health problem, including the status of this agenda in Brazil. Excessive salt intake is one of the main dietary risk factors for morbidity and mortality from cardiovascular diseases, and the most cost-effective policies to address it are well known; however, progress on this agenda has been slower than necessary.*

Nesse informe, revisitamos o tema do sal e saúde, tendo em vista a Semana Mundial de Conscientização sobre o Consumo de Sal (*Salt Awareness Week*), cujo tema deste ano foi "Retire o Sal" ("*Salt it out*") e o lançamento do pacote técnico SHAKE 2.0 da Organização Mundial de Saúde, que revisa e amplia as orientações para políticas de redução do sal no mundo.

O consumo excessivo de sal está diretamente ligado a riscos graves à saúde, principalmente por elevar a pressão arterial e contribuir para a hipertensão, que por sua vez acelera doenças cardiovasculares como infartos e derrames. Além disso, associa-se a problemas renais, como insuficiência renal crônica, e a câncer gástrico devido à irritação mucosa prolongada, bem como mecanismos obesogênicos também são implicados, pois o sal estimula o consumo calórico excessivo. Globalmente, a OMS alerta que a ingestão diária acima de s 5g diários (equivalentes a 2g de sódio) respondem por milhões de mortes prematuras anuais em DCNTs, enquanto há consumo excessivo

em praticamente todas as populações, tornando o sal o nutriente crítico com a maior carga à saúde (World Health Organization (WHO), 2012).

Contudo, reduzir o esse consumo é particularmente desafiador porque o sal permeia a rotina de quase todos os humanos, atuando como ingrediente essencial na culinária e na indústria alimentícia, além de servir frequentemente como veículo para políticas de fortificação com micronutrientes. Como componente principal do sal de cozinha e de outros sais alimentares, o sódio é o verdadeiro culpado por esses desfechos adversos, embora o termo "sal" seja preferido na comunicação pública por sua simplicidade (convenção que adotaremos daqui em diante).

Diante desse cenário alarmante, a OMS delineou um pacote de "best buys", ou seja, intervenções custo-efetivas para prevenir e controlar as DCNTs, priorizando a redução do sal via reformulação de produtos industriais, disponibilização de opções com baixo teor de sal em instituições como hospitais, escolas e locais de trabalho, campanhas midiáticas e adoção de rotulagem nutricional frontal (World Health Organization (WHO), 2011)(World Health Organization (WHO), 2017)(World Health Organization (WHO), 2024). Além disso, para abordar especificamente as políticas de redução do sódio, a OMS também lançou o pacote técnico SHAKE em (World Health Organization (WHO), 2016), que foi revisado e ampliado em 2026, com base em evidências mais recentes e experiências de políticas exitosas já implementadas nos países.

Mais recentemente, tem se reforçado a necessidade de múltiplas políticas articuladas e tem crescido, em particular, a defesa por políticas relacionadas aos substitutos de sódio, como sal reduzido em sódio (agregando outros metais, como potássio e magnésio), na medida em que potencializam a redução do sódio junto com o aumento do potássio (que amplifica o benefício à saúde cardiovascular) e conseguem reduzir o sódio ingerido de todas as diferentes fontes dietéticas, desde o sal de mesa até as preparações culinárias e os alimentos processados e ultraprocessados.

A despeito das evidências científicas robustas e das orientações da OMS, o avanço na redução do consumo de sal varia de forma desigual e intermitente entre países, demandando esforços contínuos de conscientização e de fortalecimento das políticas. Mesmo em países que antes ocupavam uma posição de destaque nessas políticas, incluindo o Brasil, a prioridade a essa agenda foi diminuída e aquilo que seria uma agenda de implementação relativamente mais fácil em muitos aspectos (muitas vezes referida como um "*low hanging fruit*" em inglês).

O momento, portanto, é oportuno e crítico, tendo em vista que o problema de saúde pública representado pelo consumo excessivo de sal continua aumentando, junto com suas consequências sociais e econômicas, mas o chamamento para políticas mais custos efetivas para priorizar essa agenda deve ser ainda mais forte.

Sal, história e saúde

O sal está intimamente ligado à história da humanidade. Desde a antiguidade, o sal acompanha a trajetória humana pelo seu papel na conservação de alimentos como carnes e peixes, favorecendo a fixação de comunidades e o desenvolvimento do comércio. Sua utilidade sempre extrapolou o campo alimentar, alcançando aplicações em medicamentos, fertilizantes, tecidos e sabão (Kurlansky, 2002). Ainda, com o tempo, tornou-se commodity global, estruturando rotas comerciais e influenciando sociedades, religiões e culturas, incluindo o exemplo mais emblemático do *salarium* romano, remuneração em sal destinada aos soldados, que deu origem ao atual termo "salário" (Bloch, 1963).

Vale lembrar que, antes do advento da refrigeração, o sal era o principal recurso para inibir o crescimento de microrganismos nos alimentos, sendo, portanto, central para a segurança dos alimentos. Para além da conservação, o sal é capaz de modificar as características sensoriais de praticamente qualquer alimento, potencializando atributos considerados positivos. Outrora raro e caro, é hoje um insumo barato e amplamente disponível, o que paradoxalmente torna sua redução nos alimentos um dos maiores desafios para a tecnologia alimentar contemporânea (Henney, Taylor e Boon, 2010).

Um aspecto central na redução do sal é a percepção sensorial do sabor salgado. As evidências indicam que a aceitação e a preferência pelo sal são comportamentos adquiridos desde a infância, por meio da exposição precoce a alimentos mais salgados (Stein, Cowart e Beauchamp, 2012), embora esse padrão possa ser revertido. Sabe-se que existe um limiar de percepção que permite reduções graduais no teor de sal sem que os consumidores as percebam, variando conforme o alimento.

Outro aspecto importante é que o sal desempenha funções relevantes nas propriedades físicas de inúmeras categorias de alimentos, influenciando textura, fermentação, formação da rede de glúten e características da casca nos panificados, além de emulsificação, solubilização de proteínas e derretimento em queijos e produtos cárneos (Anvisa, 2012)(Guinee e Fox, 2004)(Reddy e Marth, 1991). Portanto, quando o sal exerce funções além da sensorial, as estratégias de redução frequentemente exigem a substituição por outros compostos capazes de desempenhar as mesmas funções.

O sódio é essencial para a vida, por conta de sua função na manutenção da homeostase celular e na regulação do equilíbrio hídrico e eletrolítico (Preuss e Clouatre, 2012), mas evolutivamente não estamos adaptados para seu consumo excessivo, que está associado ao aumento da pressão arterial, a desfechos cardiovasculares e a outras consequências à saúde (Strazzullo e Leclercq, 2014). Em verdade, do ponto de vista evolutivo, o ser humano passou milhões de anos consumindo menos de 0,1 g/dia de sódio, e o sal só integrou sistematicamente as dietas nos últimos 5.000 a 10.000 anos, portanto a programação genética humana está adaptada a uma dieta ancestral pobre em sal, com mecanismos fisiológicos voltados à sua conservação no organismo.

Em consequência, a transição para dietas com 9 g a 12 g/dia de sal, como as atuais, representa uma sobrecarga significativa aos nossos sistemas fisiológicos (Henney, Taylor e Boon, 2010). Dietas ricas em sódio estão associadas ao aumento da pressão arterial, a doenças cardiovasculares, doenças renais e risco de desmineralização óssea (Wardener, De e MacGregor, 2002) e a pressão arterial sistólica elevada contribui com até 49% dos casos de doenças isquêmicas do coração e 62% das doenças cerebrovasculares (Mackay e Mensah, 2004).

Assim, há ainda uma relação dose-resposta bem estabelecida entre consumo de sal e pressão arterial, com evidências de que reduções moderadas e prolongadas diminuem a pressão tanto em hipertensos quanto em normotensos, independentemente de sexo ou grupo étnico (He, Li e MacGregor, 2013), e de que essa relação se inicia já na infância (Cutler e Roccella, 2006). Ademais, o consumo excessivo de sal está associado a outros riscos, como câncer gástrico, cálculos renais, osteoporose e excesso de peso (He *et al.*, 2020).

Por outro lado, algumas políticas públicas têm usado o sal como veículo para a fortificação com micronutrientes, a exemplo do iodo, trazendo um desafio adicional a essa agenda. O iodo é essencial para a síntese dos hormônios tireoidianos, e sua deficiência pode ocasionar bócio, danos cerebrais irreversíveis em fetos e crianças e perdas na capacidade cognitiva mesmo em níveis subclínicos. Então, diante da baixa disponibilidade natural de iodo nos alimentos, especialmente em regiões distantes do litoral, a iodação universal do sal constitui uma das principais estratégias

preventivas. O sal reúne características que o tornam um veículo adequado: é consumido por praticamente todas as populações, sua produção concentra-se em poucos fabricantes, conta com tecnologia de baixo custo e facilmente replicável, não altera o sabor dos alimentos e o iodo permanece nos produtos industrializados (WHO, 2014).

Mais de 120 países adotam essa política, com impactos positivos no estado nutricional de iodo e na redução do bócio (Aburto *et al.*, 2014). No Brasil, por exemplo, a iodação do sal é implementada desde 1955 e tornou-se obrigatória para todo o sal de consumo humano em 1995 e, nesse período, a prevalência de bócio caiu de 20,7%, em 1955, para 1,4%, em 2000, tornando o país oficialmente reconhecido como livre do bócio (Medeiros-Neto, 2009). Dessa forma, não podemos prescindir dessa fortificação, então constitui um dos grandes desafios atuais, promover a harmonização entre as políticas de redução do consumo de sal e de iodação, para garantir que os parâmetros de iodação acompanhem as mudanças no consumo, por meio do monitoramento conjunto de sódio e iodo na dieta da população.

Estimativas do consumo de sódio e suas fontes dietéticas no Brasil e no mundo

Estudos internacionais demonstraram que, em praticamente todas as regiões do mundo, o consumo de sódio supera as necessidades fisiológicas humanas (Brown *et al.*, 2009) e o estudo de Carga Global de Doenças (GBD – *Global Burden of Disease*) aponta o consumo excessivo de sódio como o fator dietético que mais contribui para mortes prematuras e perda de anos vividos com incapacidade (DALYs) em escala global (Afshin *et al.*, 2019). No Brasil, por exemplo, cerca de 47 mil mortes anuais são atribuíveis ao excesso de sal na dieta, com custos diretos ao SUS estimados em US$ 192 milhões e custos indiretos de aproximadamente US$ 753 milhões para a economia (Nilson *et al.*, 2020).

Nos países de maior renda, o sódio provém predominantemente de alimentos industrializados e de refeições fora do domicílio, enquanto em países latino-americanos e asiáticos o sal adicionado no preparo dos alimentos ainda representa a principal fonte dietética (PAHO, 2013). Os produtos de panificação figuram como fonte relevante de sódio em praticamente todo o mundo (Elliott e Brown, 2006).

Na população brasileira, por exemplo, a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2013 estimou consumo médio de 9,34 g/dia de sal (3,74 g/dia de sódio), com maior consumo entre homens (9,63 g/dia) do que entre mulheres (9,08 g/dia) (Mill et al., 2021). Ainda, usando metodologias indiretas a partir de dados de aquisição de alimentos da Pesquisa de Orçamentos Familiares , observou-se que a participação do sal e dos temperos na dieta reduziu-se 17%, enquanto o sódio proveniente de ultraprocessados cresceu 47,6% (de 17% para 25,1%)(Nilson *et al.*, 2023). Preocupante é a distância entre autopercepção e realidade: apenas 14,2% dos adultos reconheciam seu consumo de sal como excessivo (Oliveira *et al.*, 2015), enquanto 97,6% de fato consumiam sal acima do recomendado (Mill *et al.*, 2021).

Políticas e intervenções para a redução do consumo de sal

Os países membros da Assembleia Mundial da Saúde assumiram compromisso global para redução de 30% no consumo de sal até 2025, com limite máximo recomendado de 2 g de sódio (5 g de sal) por dia para adultos. Evidências da avaliação de políticas nacionais sugerem que abordagens populacionais baseadas em estratégias integradas, especialmente reformulação mandatória de

alimentos, rotulagem nutricional e campanhas midiáticas, produzem maior impacto do que intervenções individuais e focalizadas (Hyseni *et al.*, 2017)(Vargas-Meza *et al.*, 2023).

Alinhado com essas evidências, o pacote técnico SHAKE da OMS, lançado originalmente em 2016 (World Health Organization (WHO), 2016), oferece um conjunto de cinco intervenções custo-efetivas para reduzir o consumo global de sal/sódio e combater doenças cardiovasculares, com o acrônimo representando ***S**urveillance* (vigilância), ***H**arnessing industry* (aproveitar a indústria), ***A**dopt standards for labeling and formulation* (adotar padrões para rotulagem e formulação), ***K**now your audience* (conhecer o público-alvo) e ***E**ducate and communicate* (educar e comunicar).

A vigilância (**S**) prioriza o monitoramento contínuo dos níveis de sódio na dieta populacional e em alimentos, gerando dados para metas nacionais específicas, como a redução de 30% até 2030. Já **H** e **A** focam na reformulação industrial obrigatória de produtos processados e ultraprocessado, responsáveis por grande parte do sódio consumido, com limites progressivos por categoria alimentar e rotulagem frontal clara para empoderar consumidores.

K enfatiza estratégias adaptadas a contextos locais, como campanhas em escolas e comunidades vulneráveis, enquanto **E** promove educação massiva via mídia, redes sociais e ambientes institucionais (hospitais, empresas), incentivando hábitos como cozinhar com ervas no lugar de sal e evitar ultraprocessados. Evidências mostram que esses "*best buys*" podem prevenir milhões de mortes anualmente, com sucessos em países como o Reino Unido e México.

A versão SHAKE 2.0, a ser lançada em 12/05/2026, reforça essas medidas com políticas mais obrigatórias e abrangentes no sistema alimentar, superando avanços voluntários fragmentados, conforme anunciado em materiais prévios da OMS. A SER COMPLEMENTADO

Ainda, a Semana Mundial de Conscientização Sobre o Sal, promovida pelo *World Action on Salt, Sugar & Health* (WASSH) e que tem parceria da OMS e Opas, além de outras instituições internacionais, emerge como uma iniciativa estratégica para mobilizar ações globais e locais e, em 2026, traz o tema foi “Retire o Sal” (“*Salt it out*”), destacando a importância de reduzir o consumo de sal devido a seus riscos à saúde, particularmente ao coração, ao cérebro e aos rins (WASSH, 2026).

Uma primeira mensagem chave para este ano é limitar o consumo de alimentos ricos em sal e checar os rótulos dos alimentos, buscando apoiar os consumidores na compreensão dos rótulos nutricionais em busca de sódio escondido em produtos embalados. Outro foco é cozinhar com menos sal, com dicas da WASSH para substituir sal por ervas, especiarias, limão e vinagre, transformando refeições caseiras em opções mais saudáveis sem sacrificar o sabor. Uma terceira frente é por meio da escolha de opções com baixo sal, exortando a optar por versões reduzidas de sódio em restaurantes e produtos industrializados, junto com a mensagem geral de consumir mais alimentos frescos, priorizando frutas, vegetais e preparos in natura sobre ultraprocessados. Finalmente, a estratégia de fazer advocacy para a mudança ("*Advocate for Change*") conclui as mensagens, chamando cidadãos, profissionais de saúde e formuladores de políticas a pressionarem por metas nacionais de redução de sal, inspiradas em sucessos globais.

Migrando para algumas experiências internacionais, curiosamente, um dos exemplos mais bem sucedidos e impactantes de redução populacional do consumo de sódio foi focado na substituição do sal para todas as aplicações e usos por sal reduzido em sódio. A Finlândia adotou, em escala nacional a partir da década de 1980, a substituição do sal comum por uma mistura de cloreto de sódio, potássio e magnésio (chamada Pansalt), associada a rotulagem nutricional e campanhas educativas, reduzindo o consumo de sódio em 30% a 40% ao longo de três décadas.

Enquanto isso, o Reino Unido foi pioneiro em metas de conteúdo de sódio, implementadas por meio de um programa de pactuação voluntária de metas de redução em alimentos processados

combinado a campanhas de comunicação, obtendo redução de 1,45 g/dia na ingestão de sal entre 2003 e 2011 (Wyness, Butriss e Stanner, 2012). Contudo, a adoção de uma nova estratégia nacional, o *Responsibility Deal*, com metas voluntárias e mecanismos de monitoramento mais frágeis, desacelerou esse progresso, resultando em estimativa de 9.900 casos adicionais de doenças cardiovasculares que seriam evitados com a manutenção da política anterior (Laverty et al., 2018).

Da mesma maneira, especialistas no Canadá também destacaram a necessidade de movimentar a agenda nacional de sódio após o país ser um dos países que seguiram os passos do Reino Unido no estabelecimento de metas de redução na década de 2010, mas pararam de avançar em anos seguintes e colocam-se em risco de não alcançarem os compromissos assumidos para 2025 e 2030 (Arcand e Campbell, 2022)

No campo das estratégias mandatórias para o conteúdo de sódio em alimentos, a Argentina estabeleceu limites regulatórios para diversas categorias de alimentos em 2013 e ampliou a política em 2018, enquanto a África do Sul fixou limites por lei federal em 2016, com dois terços das categorias atingindo as metas já no primeiro ano (Peters et al., 2017).

Contudo, para muitos desses países, observa-se pouco em nenhum avanços recentes, mesmo com a publicação de metas regionais atualizadas pela Opas (Pan American Health Organization (PAHO), 2021) e metas globais pela OMS (World Health Organization (WHO), 2021), que demonstram a necessidade e a factibilidade tecnológica e sensorial para reduzir mais significativamente o teor de sódio de alimentos processados e ultraprocessados nos países.

Enquanto isso, o uso de substitutos de sal vem sendo defendido como uma prioridade pelo centro colaborador da OMS para redução do sódio, o *George Institute*, da Austrália, corroborado por pesquisas populacionais na China mostrando grande impacto na redução da ingestão de sódio e na pressão arterial da população (Huang *et al.*, 2020) e muitos estudos de modelagem em diferentes países demonstrando o potencial de redução da morbimortalidade por doenças cardiovasculares, inclusive superando os potenciais riscos a grupos com doença renal crônica (Marklund *et al.*, 2022)(Aminde *et al.*, 2025).

Trajetória das políticas para redução do consumo de sal no Brasil

O plano brasileiro para a redução do consumo de sódio foi elaborado com contribuições de atores dos setores público e privado, da sociedade civil e de representações de profissionais de saúde, estruturado em eixos prioritários de ação para formulação, monitoramento e avaliação. Esses eixos abrangem: o aumento da oferta de alimentos saudáveis (básicos e minimamente processados), a reformulação de alimentos processados, ações de comunicação, educação e sensibilização da população, dos profissionais de saúde e dos manipuladores de alimentos, e orientações sobre o uso da rotulagem nutricional (Nilson, Jaime e Resende, 2013).

No campo das ações educativas e de comunicação, trabalhadas principalmente com base no Guia Alimentar para a População Brasileira (Ministério da Saúde, 2014) e no Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos (Ministério da Saúde, 2019), as iniciativas foram desenvolvidas em ambientes estratégicos e por meio de campanhas, sobretudo em mídias sociais.

O alcance dessas estratégias de comunicação, contudo, ficou aquém do necessário, pois tentativas de parceria com supermercados foram descontinuadas ainda na fase de pilotos, sem atingir escala nacional, e as campanhas publicitárias e mensagens em mídias sociais mostraram-se limitadas no tempo, com recorrentes descontinuidades.

No campo da rotulagem nutricional, a declaração obrigatória de sódio nos produtos embalados foi introduzida em 2003 e avanços adicionais, como a revisão das porções declaradas e a adoção da rotulagem nutricional frontal com declaração do excesso de sódio, açúcares adicionados e gorduras saturadas, só vieram em 2020, com implementação efetiva adiada para 2022 (Anvisa, 2020). A efetividade da rotulagem frontal, porém, foi comprometida pela adoção de um modelo de perfil nutricional menos rigoroso do que o adotado em outros países da América Latina e recomendado pela Opas, de modo que nem todos os produtos que deveriam receber o alerta de "alto em sódio" efetivamente o trazem.

Mesmo não sendo a principal fonte de sal na dieta da população brasileira, a necessidade de redução do sódio em alimentos industrializados no país é respaldada por dados recentes sobre o perfil nutricional desses produtos, que evidenciam teores elevados de sódio em grande parcela desse grupo (Canella *et al.*, 2023), incluindo os destinados ao público infantil (Rodrigues *et al.*, 2016).

O Brasil foi um dos países que mais avançaram na redução voluntária do teor de sódio em alimentos, entre 2011 e 2017, partindo da seleção das categorias prioritárias para a negociação e o estabelecimento de metas de redução baseada em microdados de pesquisas populacionais de aquisição e consumo de alimentos e em tabelas de composição, avaliando os alimentos segundo sua contribuição para a ingestão de sódio considerando o volume total consumido e o teor médio de sódio, assim como aqueles voltados, direta ou indiretamente, a públicos vulneráveis, como crianças e adolescentes (Nilson, Jaime e Resende, 2013).. A partir de 2011, foram selecionadas as seguintes categorias: pão de forma, bisnaguinhas, massas instantâneas, bolos e misturas para bolos, biscoitos (salgados, doces e recheados), batatas fritas, salgadinhos de milho, pão francês, cereais matinais, margarina, caldos e temperos, laticínios (queijo muçarela e requeijão), produtos cárneos (salsicha, presunto, hambúrguer, empanados, linguiça, salame, mortadela) e sopas.

Entre 2014 e 2018, três rodadas de monitoramento oficial das metas de redução foram realizadas, abrangendo todas as categorias prioritárias. Os resultados demonstraram cumprimento das metas pela maioria dos produtos em cada categoria, com reduções médias no teor de sódio de 5% a 20% entre 2011 e 2013 (Nilson *et al.*, 2017).

No entanto, evidenciou-se que o impacto das metas voluntárias vigentes é limitado frente à magnitude da necessidade de redução do consumo de sódio na população, sendo necessário ampliá-lo por meio de reduções ainda maiores nos teores de sódio em produtos processados e ultraprocessados, complementadas por estratégias que contemplem outras fontes dietéticas de sal.

Estudos estimaram que a aplicação das metas voluntárias brasileiras para alimentos embalados entre 2013 e 2032 poderia prevenir ou adiar aproximadamente 110.000 casos de doenças cardiovasculares e cerca de 2.600 mortes, além de gerar uma economia líquida de aproximadamente US$ 220 milhões em custos médicos ao SUS e de US$ 71 milhões em custos informais de saúde para as famílias (Nilson *et al.*, 2021).

Esses resultados são comparáveis aos obtidos na avaliação das metas de redução de sódio propostas pelo FDA nos Estados Unidos, que também reforçam a importância do compromisso contínuo do setor produtivo para maximizar os impactos na redução de adoecimentos, mortes e custos associados às doenças cardiovasculares (Pearson-Stuttard *et al.*, 2018), tendo sido avaliados até os impactos na saúde dos próprios trabalhadores do setor (Collins *et al.*, 2019).

Contudo, esses ganhos são consideravelmente menores do que os que seriam alcançados com a adoção de metas mandatórias. Um novo estudo de modelagem estimou os impactos de diferentes cenários de políticas: 1) manutenção dos limites voluntários para o teor máximo de sódio em alimentos embalados; 2) imposição de limites obrigatórios mais baixos para o teor máximo de

sódio em alimentos embalados; 3) rotulagem frontal obrigatória com alertas para excesso de sódio em alimentos, além do cenário 1; e 4) uso universal de sal de mesa com 10% de potássio, além do cenário 1. O estudo concluiu que, de 2019 a 2038, manter os atuais alvos voluntários poderia prevenir ou postergar cerca de 280.000 casos e 5.700 mortes por doenças cardiovasculares, enquanto limites obrigatórios de acordo com as menores metas globais no teor de sal em alimentos embalados poderiam prevenir ou postergar 590.000 casos e 12.000 mortes. No mesmo período, alertas de rotulagem frontal obrigatória, além dos alvos voluntários atuais, poderiam prevenir ou postergar aproximadamente 420.000 casos e cerca de 8.400 mortes por doenças cardiovasculares. Por fim, a substituição do sal de mesa regular por sal com 10% de potássio (um nível de substituição bastante baixo), poderia prevenir ou postergar aproximadamente 870.000 anos de casos e 63.000 mortes por doenças cardiovasculares. As economias estimadas relacionadas ao tratamento de doenças cardiovasculares com a implementação dos quatro cenários foram de aproximadamente Int$ 0,8 bilhão para metas voluntárias, Int$ 1,7 bilhão para metas mandatórias mais restritivas, Int$ 1,2 bilhão para a rotulagem nutricional frontal e Int$ 2,2 bilhões para o uso de sal reduzido em sódio (Nilson *et al.*, 2026).

Existem, ademais, limitações e críticas reconhecidas ao processo de pactuação e monitoramento das metas, entre as quais se destacam: a necessidade de ampliar o escopo das metas para todo o mercado de alimentos (inclusive por meio de abordagens regulatórias para estabelecer e fiscalizar limites de sódio); a capacidade analítica insuficiente do sistema de monitoramento laboratorial oficial; a definição de metas que reflitam com maior precisão a composição do mercado (metas de redução do teor médio por categoria e metas ponderadas pela participação de mercado dos produtos); a demanda por maior participação da sociedade civil no processo de negociação e monitoramento; e a necessidade de ampliar e fortalecer instrumentos e pesquisas de avaliação das políticas em nível populacional (Nilson, 2015).

Mesmo diante dessas limitações reconhecidas, a pauta da redução do consumo de sal esteve presente de forma constante na agenda do Ministério da Saúde ao longo dos anos, inclusive em sua atuação internacional, tanto na Câmara Intergovernamental de Segurança Alimentar e Nutricional (Cisan) do Mercosul quanto na coordenação da Rede de Ação da Década de Nutrição sobre redução do consumo de sódio nos países. Essa atuação colocou o Brasil em posição de liderança regional nessa agenda, liderança que, contudo, vem se perdendo.

A repactuação das metas de sódio foi interrompida para dar lugar à negociação das primeiras metas de redução de açúcar em alimentos e bebidas, entre 2016 e 2018, e a tentativa de retomada foi paralisada pela pandemia de Covid-19. Ainda assim, conversações com as indústrias foram retomadas em 2021 e 2022, orientadas pelas metas globais da OMS e pelas metas regionais atualizadas da Opas, prevendo avanços nos produtos já pactuados e a inclusão de novas categorias. Esse processo, porém, enfrentou dificuldades significativas para incorporar as novas referências e estabelecer prazos mais curtos de implementação com vistas a ampliar o impacto sobre a saúde pública.

Em meio a esse cenário de dificuldades, um aspecto positivo foi a publicação, pelo Ministério da Saúde, de um *policy brief* sobre redução do consumo de sal com base em evidências nacionais, defendendo entre outras propostas a transição para um modelo mandatório ou regulatório de metas nacionais (Ministry of Health of Brazil, 2022).

Com a mudança de gestão federal em 2023, embora houvesse expectativa de retomada de agendas anteriormente enfraquecidas ou interrompidas, a condução da política de redução do consumo de sal permaneceu indefinida, mantendo inativas as discussões sobre os limites de sódio

nos alimentos, que remontam a 2016, e os próprios trabalhos da Rede de Ação regional sobre o tema.

Mais recentemente, em 2024, surgiu uma oportunidade relevante de avançar nessa agenda por meio de políticas fiscais, no contexto da reforma tributária. Pesquisadores, organizações da sociedade civil e áreas técnicas do Ministério da Saúde defendiam a adoção do imposto seletivo para toda a categoria dos produtos ultraprocessados, que frequentemente apresentam alto conteúdo de sódio, gorduras e açúcar. A proposta final aprovada pelo Congresso Nacional, porém, restringiu o imposto seletivo às bebidas açucaradas, ainda que grande parte dos ultraprocessados permaneça na alíquota mais elevada do imposto e que a composição da cesta básica tenha sido mantida alinhada ao Guia Alimentar para a População Brasileira.

Conclusões

Concluímos, portanto, que a redução do consumo de sal pelas populações deve constituir prioridade para todos os governos nacionais, incluindo o Brasil, alcançando-se esse objetivo unicamente por meio de estratégias complementares múltiplas, que figuram entre as mais custo-efetivas para prevenção e controle das DCNTs. Com respaldo em evidências científicas robustas e experiências nacionais consolidadas, impõe-se a integração de metas de corte no sódio de alimentos (preferencialmente obrigatórias), aperfeiçoamento da rotulagem nutricional frontal, substituição parcial do sal de cozinha convencional (e possivelmente do sal usado nas indústrias de alimentos), medidas tributárias que estimulem escolhas alimentares saudáveis e agreguem impostos seletivos a alimentos não saudáveis (particularmente ultraprocessados), regulação de ambientes alimentares e publicidade, além de ações intensivas de informação, educação e comunicação voltadas à população.

Nesse contexto, as novas iniciativas da OMS, como a revisão do pacote SHAKE e os esforços da Semana Mundial de Conscientização Sobre o Sal alertam aos governos, à luz de compromissos já assumidos, bem como aos organismos internacionais e à sociedade civil, cabendo a estes, respectivamente, o suporte e prioridade aos Estados e o advocacy em prol da agenda.

Em nações como o Brasil, a descontinuidade de certas iniciativas e o enfraquecimento de outras nessa pauta agravam a carga epidemiológica e econômica desse fator de risco, afastando o país de metas globais e nacionais relativas às DCNTs. Chegamos a um momento em que, similar ao diagnosticado no Reino Unido, o excesso de sal configura-se como inimigo negligenciado no Brasil. Faz-se, assim, urgente renovar e robustecer compromissos, acelerando avanços via priorização efetiva dessa agenda estratégica.

Naturalmente, é imperativo no Brasil implementar políticas que freiem o consumo de ultraprocessados e elevem a ingestão de alimentos in natura ou minimamente processados, mas sem esquecer que o excesso de sódio na dieta dos brasileiros demanda múltiplas estratégias coordenadas. Inclusive, por um lado, o estabelecimento de limites máximos para o sódio em alimentos processados está alinhado com as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira, enquanto, no caso dos ultraprocessados, apoia uma agenda de redução de danos, e, por outro, a possível adoção de políticas para a adoção de sal reduzido em sódio, mesmo em concentrações mais reduzidas, como 10% de potássio, poderia gerar grandes impactos epidemiológicos e econômicos no país, além do fortalecimento de outras políticas de regulatórias e fiscais para a promoção de ambientes alimentares saudáveis poderiam contribuir ainda mais para a agenda da redução do sal.

No espírito do lema da Agenda 2030 de “não deixar ninguém para trás”, os compromissos contra o excesso de sal aplicam-se igualmente, pois grande parcela da população desconhece sua ingestão real, com boa fatia do sal dietético concentrada em alimentos prontos (processados e ultraprocessados), o que reforça a responsabilidade governamental ante tal vulnerabilidade populacional. Ademais, as transformações requeridas nessa frente alinham-se às defendidas para promoção da alimentação saudável e reforma dos sistemas alimentares, instrumentalizando a questão sal/sódio em padrões dietéticos para maximizar impactos na saúde pública global.

Referências

ABURTO, N. J. *et al.* **Effect of salt iodization to prevent iodine deficiency disorders: a systematic review with meta-analyses.WHO eLibrary of Evidence for Nutrition Actions (eLENA)**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/148175/9789241508285_eng.pdf?ua=1>.

AFSHIN, A. *et al.* Health effects of dietary risks in 195 countries, 1990–2017: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2017. **The Lancet**, v. 393, n. 19, p. 1958–1972, 2019.

AMINDE, L. *et al.* Hypertension – Prevention Salt substitutes and premature cardiovascular deaths in Africa : a modelling study. **European Heart Journal**, v. 46, n. Suppl 1, p. 2050, 2025.

ANVISA. **Guia de boas práticas nutricionais para pão francês**Agência Nacional de Vigilância Sanitária, , 2012. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/33916/389979/Guia+de+Boas+Práticas+Nutricionais+para+Pão+Francês/a389f51c-7e4c-4496-a1dd-33de55a48ae1>

___. **Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 429, de 8 de outubro de 2020 - Dispõe sobre a rotulagem nutricional dos alimentos embalados.** Disponível em: <http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/3882585/RDC_429_2020_.pdf/9dc15f3a-db4c-4d3f-90d8-ef4b80537380>.

ARCAND, J.; CAMPBELL, N. R. C. Dietary sodium reduction in Canada: More action is needed to reach the 2025 global targets. **CMAJ. Canadian Medical Association Journal**, v. 194, n. 10, p. E387–E388, 2022.

BLOCH, M. R. The social influence of salt. **Scientific American**, v. 209, n. 1, p. 88–99, 1963.

BROWN, I. J. *et al.* Salt intakes around the world: Implications for public health. **International Journal of Epidemiology**, v. 38, n. 3, p. 791–813, 2009.

CANELLA, D. S. *et al.* Food additives and PAHO’s nutrient profile model as contributors’ elements to the identification of ultra-processed food products. **Scientific reports**, v. 13, n. 1, p. 13698, 2023.

COLLINS, B. *et al.* FDA Sodium Reduction Targets and the Food Industry: Are There Incentives to Reformulate? Microsimulation Cost-Effectiveness Analysis. **The Milbank Quarterly**, v. 97, n. 3, p. 858–880, 2019.

CUTLER, J. A.; ROCCELLA, E. J. Salt reduction for preventing hypertension and cardiovascular disease: A population approach should include children. **Hypertension**, v. 48, n. 5, p. 818–9, 2006.

GUINEE, T.; FOX, P. Cheese: chemistry, physics and microbiology. *In*: FOX, P. *et al.* (Eds.). . **Cheese: chemistry, physics and microbiology**. 3rd. ed. [s.l.] Elsevier Academic Press, 2004. p. 207–259.

HE, F. J. *et al.* Salt Reduction to Prevent Hypertension and Cardiovascular Disease: JACC State-of-the-Art Review. **Journal of the American College of Cardiology**, v. 75, n. 6, p. 632–647, 2020.

HE, F. J.; LI, J.; MACGREGOR, G. A. Effect of longer term modest salt reduction on blood pressure: Cochrane systematic review and meta-analysis of randomised trials. **BMJ (Online)**, v. 346, p. f1325, 2013.

HENNEY, J. E.; TAYLOR, C. L.; BOON, C. S. **Strategies to reduce sodium intake in the United States**. [s.l.] National Academy of Sciences, 2010.

HUANG, L. *et al.* Interim effects of salt substitution on urinary electrolytes and blood pressure in the China Salt Substitute and Stroke Study (SSaSS). **American Heart Journal**, v. 221, p. 136–145, 1 mar. 2020.

HYSENI, L. *et al.* Systematic review of dietary salt reduction policies: Evidence for an effectiveness hierarchy? **PLoS ONE**, v. 12, n. 5, p. e0177535, 2017.

KURLANSKY, M. **Salt: a world history**. [s.l: s.n.].

MACKAY, J.; MENSAH, G. **The Atlas of of Heart Disease and Stroke**. Geneva: World Health Organization (WHO), 2004.

MARKLUND, M. *et al.* Estimated Benefits and Risks of Using a Reduced-Sodium, Potassium-Enriched Salt Substitute in India: A Modeling Study. **Hypertension**, v. 79, n. 10, p. 2188–2198, 1 out. 2022.

MEDEIROS-NETO, G. Iodine nutrition in Brazil: where do we stand? **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia e Metabologia**, v. 53, n. 4, p. 470–474, 2009.

MILL, J. G. *et al.* Fatores associados ao consumo de sal na população adulta brasileira: Pesquisa Nacional de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 2, p. 555–567, 12 fev. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Dietary Guidelines for the Brazilian Population**. Brasília, Brasil: Ministry of Health of Brazil, 2014.

___. **Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos**. Brasília, Brasil: [s.n.].

MINISTRY OF HEALTH OF BRAZIL. **Policy brief: Sodium reduction in processed and ultra-processed foods in Brazil**. Brasilia/DF: [s.n.].

NILSON, E. A. F. The strides to reduce salt intake in Brazil: have we done enough? **Cardiovascular diagnosis and therapy**, v. 5, n. 3, p. 243–247, 2015.

NILSON, E. A. F. *et al.* Sodium reduction in processed foods in Brazil: Analysis of food categories and voluntary targets from 2011 to 2017. **Nutrients**, v. 9, n. 7, p. E742, 2017.

NILSON, E. A. F. *et al.* Modelling the effect of compliance with WHO salt recommendations on cardiovascular disease mortality and costs in Brazil. **PLoS ONE**, v. 15, n. 7, p. e0235514, 2020.

___. Estimating the health and economic effects of the voluntary sodium reduction targets in Brazil: microsimulation analysis. **BMC Medicine**, v. 19, n. 1, p. 1–10, 2021.

___. Estimated health and economic effects of different salt reduction strategies on cardiovascular disease in Brazil : a microsimulation analysis. **Scientific Reports**, v. 0, n. 0, p. 1–32, 2026.

NILSON, E. A. F. F. *et al.* Trends in sodium intake and dietary sources in the Brazilian population from 2002-2003 to 2017-2018. **Cadernos de Saúde Pública**, p. Unpublished, 2023.

NILSON, E. A. F.; JAIME, P. C.; RESENDE, D. DE O. Iniciativas desenvolvidas no Brasil para a redução do teor de sódio em alimentos processados. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 32, n. 4, p. 287–92, 2013.

OLIVEIRA, M. M. DE *et al.* Consumo elevado de sal autorreferido em adultos: dados da Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 24, n. 2, p. 249–256, 2015.

PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION (PAHO). **Updated PAHO Regional Sodium Reduction Targets**. Washington, DC: [s.n.].

PEARSON-STUTTARD, J. *et al.* Estimating the health and economic effects of the proposed US Food and Drug Administration voluntary sodium reformulation: Microsimulation cost-effectiveness analysis. **PLoS Medicine**, v. 15, n. 4, p. e1002551, abr. 2018.

PREUSS, H. G.; CLOUATRE, D. L. Sodium, chloride, and potassium. *In*: ERDMAN, J. W.; MACDONALD, I. A.; ZEISEL, S. H. (Eds.). . **Present Knowledge in Nutrition: Tenth Edition**. [s.l: s.n.]. p. 475–492.

REDDY, K. A.; MARTH, E. H. Reducing the Sodium Content of Foods: A Review. **Journal of Food Protection**, v. 54, n. 2, p. 138–150, 1991.

RODRIGUES, V. M. *et al.* Comparison of the nutritional content of products, with and without nutrient claims, targeted at children in Brazil. **British Journal of Nutrition**, v. 115, n. 11, p. 2047–56, 2016.

STEIN, L. J.; COWART, B. J.; BEAUCHAMP, G. K. The development of salty taste acceptance is related to dietary experience in human infants: A prospective study. **American Journal of Clinical Nutrition**, v. 95, n. 1, p. 123–9, 2012.

STRAZZULLO, P.; LECLERCQ, C. Sodium. **Advances in Nutrition**, v. 5, n. 2, p. 188–190, 2014.

VARGAS-MEZA, J. *et al.* Effective and Scalable Interventions to Reduce Sodium Intake: a Systematic Review and Meta-Analysis. **Current Nutrition Reports 2023**, v. 1, p. 1–9, 24 maio 2023.

WARDENER, H. E. DE; MACGREGOR, G. A. Harmful effects of dietary salt in addition to hypertension. **Journal of Human Hypertension**, v. 16, n. 4, p. 213–223, 2002.

WASSH. **World Salt Awareness Week 2026**. Disponível em: <https://www.worldactiononsalt.com/awarenessweek/salt-awareness-week/world-salt-awareness-week-2026/>.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **From Burden to "Best Buys": Reducing the Economic Impact of Non-Communicable Diseases in Low- and Middle-Income CountriesWorld Economic Forum**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.who.int/nmh/publications/best_buys_summary.pdf?ua=1>.

___. **Guideline: Potassium intake for adults and children**. [s.l: s.n.].

___. **SHAKE the salt habit -The SHAKE technical package for salt reduction**. Geneva, Switzerland: [s.n.].

___. **WHO global sodium benchmarks for different food categories**. Geneva, Switzerland: [s.n.].

___. **Tackling NCDs: best buys and other recommended interventions for the prevention and control of noncommunicable diseases, second edition.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240091078>.

WYNESS, L. A.; BUTRISS, J. L.; STANNER, S. A. Reducing the population's sodium intake: The UK Food Standards Agency's salt reduction programme. **Public Health Nutrition**, v. 15, n. 2, p. 254–261, 2012.

Lead with Youth: Um Panorama Global sobre a Participação Juvenil na Governança Educacional

Lead with Youth: Un Panorama Global sobre la Participación Juvenil en la Gobernanza Educativa

Lead with Youth: A Global Overview of Youth Participation in Education Governance

Fabiane Gaspar

Gisele Sanglard

Heliton Barros

Vitor Rodrigues

Resumo: Este informe apresenta os principais pontos do Relatório Global de Monitoramento da Educação 2026 (GEM Report), intitulado *Lead with Youth*, publicado pela UNESCO em parceria com o Escritório das Nações Unidas para a Juventude. O documento examina como jovens e estudantes participam – ou são excluídos – das decisões sobre educação ao redor do mundo. A partir de dois levantamentos respondidos por 93 governos e 101 organizações juvenis e estudantis, o relatório traça um panorama global sobre mecanismos de consulta, engajamento e representação jovem na legislação e política educacional. Os resultados mostram que, embora haja avanços em processos consultivos, a participação genuína ainda é rara e a maioria das organizações juvenis sente que suas vozes não são efetivamente consideradas.

Palavras-chave: Participação juvenil; política educacional; UNESCO; engajamento estudantil; governança.

Resumen*:* Este informe presenta los puntos principales del Informe de Seguimiento de la Educación en el Mundo 2026 (Informe GEM), titulado *Lead with Youth*, publicado por la UNESCO en colaboración con la Oficina de las Naciones Unidas para la Juventud. El documento examina cómo los jóvenes y los estudiantes participan —o son excluidos— de las decisiones sobre educación en todo el mundo. A partir de dos encuestas respondidas por 93 gobiernos y 101 organizaciones juveniles y estudiantiles, el informe traza un panorama global sobre los mecanismos de consulta, involucramiento y representación juvenil en la legislación y política educativa. Los resultados muestran que, aunque hay avances en los procesos consultivos, la participación genuina sigue siendo poco frecuente y la mayoría de las organizaciones juveniles siente que sus voces no son tomadas en cuenta de manera efectiva.

Palabras clave: *Participación juvenil; política educativa; UNESCO; involucramiento estudiantil; gobernanza.*

Abstract: *This brief summarizes* presents the main points of the 2026 Global Education Monitoring Report (GEM Report), entitled *Lead with Youth*, published by UNESCO in partnership with the United Nations Youth Office. The document examines how youth and students

participate in—or are excluded from—education decisions around the world. Based on two surveys answered by 93 governments and 101 youth and student organizations, the report provides a global overview of the mechanisms for consultation, engagement, and youth representation in educational legislation and policy. The results show that, while there have been advances in consultative processes, genuine participation remains rare, and most youth organizations feel that their voices are not effectively considered.

Keywords: Youth participation; education policy; UNESCO; student engagement; governance.

1. Introdução

Jovens e estudantes têm sido historicamente excluídos das decisões que mais os afetam. Apesar de representarem o coração dos sistemas de ensino, raramente ocupam assentos nas mesas onde as políticas educacionais são debatidas e aprovadas. O Relatório Global de Monitoramento da Educação 2026, intitulado *Lead with Youth*, chega em um momento estratégico: às vésperas do encerramento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, quando a comunidade internacional começa a discutir qual será o próximo marco global para a educação.

O relatório parte de uma premissa simples, mas poderosa: políticas educacionais pensadas para os jovens precisam ser construídas com os jovens. Essa ideia não é nova, mas ainda está longe de ser prática corrente. Pela primeira vez em escala global, é documentado como isso vem sendo feito – ou deixado de ser feito – em diferentes países e contextos.

2. Contexto e Origem do Relatório

O *GEM Report* é uma publicação anual independente, produzida por uma equipe da UNESCO. Seu mandato, estabelecido pela Declaração de Incheon (2015), é monitorar e reportar o progresso em relação ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4), que trata de educação de qualidade e inclusiva. O relatório de 2026 é a edição juvenil do ciclo 2024/5, que focou no tema da liderança na educação.

A demanda por um indicador de engajamento jovem surgiu diretamente da Cúpula de Transformação da Educação, realizada em setembro de 2022 pelas Nações Unidas. Naquele evento, quase 500.000 jovens de mais de 170 países assinaram a Declaração Juvenil, exigindo que os tomadores de decisão os envolvessem de forma significativa, efetiva e segura no desenho, implementação e monitoramento das políticas educacionais.

Em resposta, o Comitê Diretivo de Alto Nível do ODS 4 decidiu que um indicador de participação jovem e estudantil deveria ser desenvolvido, atribuindo essa tarefa ao Instituto de Estatística da UNESCO e à equipe do GEM Report. O relatório de 2026 apresenta a primeira medição desse indicador proposto.

3. Metodologia

O relatório se baseia em dois levantamentos complementares, realizados entre 2024 e 2025:

3.1 Levantamento com Governos

Foram obtidas respostas de 93 países com cobertura equilibrada entre regiões. Os governos responderam a três questões centrais: (i) se existe exigência legal ou regulatória para

consultar jovens e estudantes na elaboração de novas leis ou políticas educacionais; (ii) se ocorreram consultas nos últimos três anos, e de que tipo; e (iii) se os insumos obtidos foram efetivamente incorporados às decisões finais.

3.2 Levantamento com Organizações Juvenis e Estudantis

Um mapeamento global identificou até cinco organizações representativas por país. Foram contactadas 396 organizações e 101 responderam ao questionário (cerca de uma em cada cinco mapeadas). Dois terços das respondentes estão baseadas na Europa e América do Norte, o que representa uma limitação geográfica reconhecida pelo próprio relatório. As organizações foram questionadas sobre suas características, formas de engajamento, satisfação com o processo e principais desafios.

4. Informações Principais

4.1 Mecanismos Formais: Um em Cada Três Países

O primeiro dado de destaque é que apenas 32% dos 93 países respondentes declararam ter uma exigência formal – em lei, regulamento ou outro documento oficial – para consultar jovens ou estudantes ao elaborar novas políticas educacionais. Outros 33% afirmaram não ter essa exigência formal, mas indicaram ter mecanismos de apoio ou processos consultivos com algum grau de formalização. Os 34% restantes não indicaram nenhum tipo de exigência de engajamento em nível nacional.

Há uma clara disparidade regional e socioeconômica: países de alta renda e com populações mais envelhecidas tendem a ter mecanismos mais formalizados. Países onde jovens representam mais de 45% da população são justamente os que menos possuem estruturas formais de participação.

4.2 Consultas: Mais Comuns, Mas Superficiais

Três em cada quatro países (75%) afirmaram ter realizado algum tipo de consulta com jovens ou estudantes nos últimos três anos. As modalidades mais frequentes foram reuniões públicas abertas (53%), consulta direta a grupos e organizações (52%) e consulta por escrito (44%). No entanto, o relatório destaca uma diferença importante: a maioria das consultas é de caráter genérico e não coloca as perspectivas jovens no centro das discussões.

Os temas mais comuns de consulta foram: estratégias e políticas gerais de educação (38% dos exemplos relatados), reforma curricular e avaliação (30%), inclusão e bem-estar (15%) e educação superior (16%).

Tabela 1. Tipos de consulta com jovens relatados pelos governos

Tipo de Consulta	% de Países
Reuniões públicas abertas	53%
Consulta direta a grupos	52%

Tabela 1. Tipos de consulta com jovens relatados pelos governos

Tipo de Consulta	% de Países
Por escrito formal	44%
Online / digital	37%
Por órgão formal	42%

Fonte: GEM Report 2026

4.3 A Voz das Organizações: Frustração com o Processo

As 101 organizações juvenis e estudantis que responderam ao levantamento pintam um quadro de insatisfação generalizada. Apenas 26% relataram ser engajadas com frequência pelo Ministério da Educação. Somente 19% estavam satisfeitas ou muito satisfeitas com seu nível de envolvimento – e esse índice cai ainda mais entre organizações de estudantes do ensino médio, onde 58% declararam-se insatisfeitas ou muito insatisfeitas.

Quando perguntadas sobre como melhor descreveriam seu engajamento, as organizações apresentaram o seguinte panorama:

- Apenas 8% sentiram-se valorizadas como parceiras genuínas
- 10% descreveram sua relação como de colaboração
- 29% afirmaram apenas ser consultadas
- 31% disseram ser somente informadas
- 8% relataram estar completamente excluídas do processo

Mesmo entre as organizações com assento formal em órgãos governamentais, mais de 40% declararam insatisfação com seu envolvimento real, indicando que presença formal não garante influência substantiva.

4.4 Participação Sem Impacto

Um dos achados mais reveladores diz respeito à distância entre consulta e influência. Entre as organizações que submeteram comentários em consultas, apenas 33% afirmaram que suas contribuições foram efetivamente incorporadas a alguma lei ou política. Apenas 28% receberam retorno sobre como suas sugestões foram consideradas. Somente uma em cada cinco organizações foi solicitada a liderar consultas, e menos de uma em cada seis a monitorar a implementação de políticas.

5. Formas de Liderança Jovem na Educação

O relatório documenta que jovens exercem liderança educacional por múltiplos canais, mesmo quando excluídos dos processos formais:

5.1 Nas Escolas

Globalmente, 57% dos países exigem representação estudantil em conselhos e diretorias escolares. Pesquisas mostram que conselhos estudantis melhoram o clima escolar, elevam o desempenho acadêmico e desenvolvem competências de cidadania. Contudo, em muitos casos, esses conselhos têm participação limitada nas decisões reais ou são controlados por supervisores adultos.

5.2 Nas Universidades

Na educação superior, sindicatos e uniões de estudantes exercem papel relevante na governança institucional e na garantia de qualidade. Em países como Tchéquia, a legislação garante ao menos um terço dos assentos nos conselhos acadêmicos a estudantes. A União Europeia de Estudantes (ESU) co-elaborou os Padrões e Diretrizes Europeus para Garantia de Qualidade no Ensino Superior. No Brasil, Argentina e Chile, sindicatos estudantis lideraram protestos históricos sobre financiamento e gratuidade da educação.

5.3 Em Movimentos e Ativismo Digital

Jovens têm demonstrado capacidade de mudar sistemas políticos. O ativismo digital amplificou esse poder: plataformas como Discord, Instagram e TikTok tornaram-se arenas políticas onde jovens organizam, educam e pressionam por reformas.

5.4 Em Espaços Políticos e Parlamentares

Apesar do reconhecimento crescente, a sub-representação jovem nos espaços de poder continua alarmante. Apenas 2,8% dos parlamentários têm menos de 30 anos, muito abaixo da meta sugerida de 15%. A média de idade de ministros da educação é 56 anos, enquanto a média de presidentes e primeiros-ministros chega a 61. Pesquisas mostram que prefeitos jovens aumentam investimentos em educação e reduzem desmatamento – evidência de que a diversidade etária nos cargos produz políticas mais alinhadas ao futuro.

6. Exemplos de Engajamento Bem-Sucedido

O relatório documenta casos concretos onde a participação jovem gerou mudanças reais nas políticas educacionais:

- Irlanda: Em 2015, tornou-se o primeiro país europeu a desenvolver uma estratégia nacional de participação de crianças e jovens na tomada de decisões. Em 2023, criou uma Unidade de Participação Estudantil no Ministério da Educação e um grupo de especialistas presidido por uma professora de direitos da criança.
- Austrália: Em 2024, lançou a estratégia Engage!, com plano de ação trienal que incluiu um Comitê Diretor Juvenil, grupos de aconselhamento temáticos e um Fórum Nacional da Juventude anual.
- Chile: Líderes do movimento estudantil de 2011-12 foram eleitos para o Congresso Nacional e para posições ministeriais no governo do presidente Gabriel Boric.

- Gana: O sindicato estudantil NUGS liderou protestos que resultaram na criação do GETFund, fundo público de investimento em educação que persiste até hoje.

7. Desafios para a Participação Efetiva

O relatório identifica quatro categorias principais de obstáculos enfrentados pelas organizações juvenis:

7.1 Limitações de Recursos e Capacidade

A maioria das organizações enfrenta restrições financeiras que dificultam a realização de pesquisas, a mobilização de membros e a participação sustentada em processos consultivos. Prazos curtos para feedback são frequentemente citados como barreiras à contribuição de qualidade.

7.2 Falta de Vontade Política

Mesmo onde mecanismos formais existem, 67% das organizações em países da OCDE apontaram a falta de vontade política como principal barreira. A participação torna-se simbólica quando as decisões já estão tomadas antes das consultas.

7.3 Representatividade e Inclusão

Mais participação não significa necessariamente mais inclusão. Mecanismos bem-intencionados podem reproduzir exclusões ao privilegiar vozes de jovens com mais recursos, escolaridade ou acesso urbano, deixando de lado grupos marginalizados. Apenas 44% das organizações pesquisadas tinham critérios de representação definidos.

7.4 Continuidade e Visibilidade

A rotatividade de lideranças jovens, o pouco espaço na mídia e a falta de reconhecimento público dificultam a construção de capital político e a sustentação de demandas ao longo do tempo.

8. Recomendações do Relatório

Para os governos, o relatório propõe quatro direções de ação, co-escritas com jovens:

- Criar mecanismos formais – em legislação ou regulamentos – que exijam a participação de jovens e estudantes no desenvolvimento de novas leis e políticas educacionais.
- Garantir que os processos de participação sejam genuinamente significativos, acessíveis, inclusivos e representativos, com tempo adequado, recursos suficientes e comunicação transparente sobre como os insumos foram considerados.
- Envolver organizações juvenis e estudantis não só na elaboração, mas também na implementação das políticas, incluindo o monitoramento, para construir confiança e corresponsabilidade.
- Investir no desenvolvimento da capacidade organizacional de jovens e na formação cidadã, para que possam participar com qualidade e superar as barreiras de acesso a papéis formais.

9. Conclusão

O GEM Report 2026 – Lead with Youth oferece, pela primeira vez, uma medição global sistemática do engajamento jovem na política educacional. Seus achados revelam um gap preocupante: enquanto os discursos internacionais reconhecem jovens como agentes de mudança, as estruturas reais de poder continuam a tratá-los como beneficiários passivos, não como cocriadores das políticas.

À medida que o mundo se aproxima do final da Agenda 2030 e começa a desenhar o próximo pacto global pela educação, a mensagem central deste relatório não poderia ser mais clara: a agenda educacional do futuro precisa ser construída não apenas para os jovens, mas com eles.

Referência

UNESCO. (2026). *Global Education Monitoring Report: Youth report – Lead with youth*. Paris: UNESCO; Nova York: United Nations Youth Office. https://doi.org/10.54676/ELTQ3060

O Plano do Banco Mundial e as suas Metas até 2030 para a Saúde Global

The World Bank's Plan and its Goals for Global Health by 2030

El Plan del Banco Mundial y sus Objetivos para la Salud Mundial de aquí a 2030

Isis Pillar Cazumbá

Resumo: Mesmo tendo a saúde como uma das principais áreas de atuação, o Banco Mundial entendeu que precisava fazer mais para o setor, especialmente para a população que vive nos países de baixa e média renda. A instituição financeira vem monitorando estes países por muitos anos e identificou que a saúde vem sofrendo com a falta de acessibilidade e qualidade nestes lugares. Em 2024, o Banco Mundial lançou uma meta ambiciosa de fornecer serviços de saúde para 1.5 bilhão de pessoas até 2030. A estratégia do Banco é que todas as pessoas tenham um padrão básico de atendimento em todas as etapas da vida. Para o Banco, ao alcançar este feito, o desenvolvimento destes países será ampliado.

Palavras-chave: Banco Mundial; saúde global; países de baixa e média renda; desenvolvimento.

Abstract: *Even though health is one of its main areas of focus, the World Bank understood that it needed to do more for the sector, especially for the population living in low- and middle-income countries. The financial institution has been monitoring these countries for many years and identified that healthcare suffers from a lack of accessibility and quality in these places. In 2024, the World Bank launched an ambitious goal of providing healthcare services to 1.5 billion people by 2030. The Bank's strategy is for all people to have a basic standard of care at all stages of life. For the Bank, achieving this goal will expand the development of these countries.*

Keywords: *World Bank; Global Health; Low and Middle Income; Development.*

Resumo: *Si bien la salud es una de sus principales áreas de enfoque, el Banco Mundial comprendió la necesidad de hacer más por el sector, especialmente por la población de países de ingresos bajos y medios. La institución financiera ha monitoreado estos países durante muchos años y constató que la atención médica adolece de falta de acceso y calidad en estas regiones. En 2024, el Banco Mundial se fijó el ambicioso objetivo de brindar servicios de salud a 1.500 millones de personas para 2030. La estrategia del Banco busca que todas las personas tengan acceso a una atención básica en todas las etapas de la vida. Para el Banco, lograr este objetivo impulsará el desarrollo de estos países.*

Palabras clave*: Banco Mundial; Salud Global; Países de Ingresos Bajos y Medios; Desarollo.*

Saúde Global e as Metas do Banco Mundial

De acordo com o Banco Mundial (BM), os sistemas de saúde nos países de baixa e média renda ainda não estão com a infraestrutura adequada para ser acessível a todas as pessoas e estar em todos os lugares. Com isso, estes países não estão acompanhando as demandas de necessidades e mudanças das suas populações. Nestes países, os sistemas de saúde estão sobrecarregados devido ao envelhecimento maior da população, aos choques oriundos das alterações climáticas e ao recrudescimento das taxas de doenças crônicas.

Ao longo dos anos, o BM construiu uma gama de projetos voltados para a área da saúde, entendendo a sua importância para a população – especialmente para os mais vulneráveis. Entretanto, após a pandemia, acendeu-se um alerta na instituição financeira, que detectou que era preciso ir além do que já estava sendo feito.

A abordagem que o Banco vem defendendo é a de tornar os serviços de saúde acessíveis e de qualidade para 1.5 bilhão de pessoas até 2030. Esta meta que foi anunciada no segundo semestre de 2024 é desafiadora – devido ao cenário atual – e requererá o manejo inteligente dos recursos, além de parcerias fortes e comprometidas para realizar este importante feito.

Conforme o BM, os investimentos da instituição financeira para a área da saúde deverão ser direcionados para projetos que contemplem a reforma regulatória para aumentar envolvimento do setor privado, o redesenho da atenção primária, a ampliação dos programas nacionais de saúde, o treinamento maior de profissionais do setor e a expansão da fabricação de suprimentos de saúde (vacinas e dispositivos médicos) considerados críticos.

Sendo assim, o BM decidiu focar em três áreas consideradas primordiais para começar os trabalhos:

Tabela 1 – As três áreas prioritárias do Banco Mundial para investimentos na área da saúde

Saúde ao Alcance de Todos	Acessibilidade a qualquer lugar	Barreiras Financeiras Reduzidas
Expandir o pacote de serviços para incluir cobertura ao longo da vida de uma pessoa, desde serviços de saúde e nutrição materna e infantil até doenças não transmissíveis e cuidados de longo prazo para idosos.	*Levar cuidados a todos através de profissionais de saúde comunitários, serviços domiciliares, telessaúde e utilização de escolas e farmácias como pontos de prestação de serviços.*	*Subsidiar os cuidados e expandir os planos nacionais de cobertura de saúde, para que as famílias possam escolher a saúde sem sacrificar a sua alimentação.*

Fonte: Banco Mundial, 2026.

O BM acredita que com estes elementos é possível obter a transformação dos sistemas de saúde existindo a mobilização de todos os setores para alcançar o sucesso. Todos os formuladores de políticas, governos, empresas, sociedades filantrópicas e civis devem colaborar conjuntamente. Um exemplo disso foi o trabalho em conjunto do BM e com outras lideranças globais de saúde antes do Fórum Universal de Cobertura de Saúde 2025, que contou com a discussão dos participantes de como acelerar reformas, compartilhar conhecimento e financiamento para a saúde.

Parcerias para o setor da saúde

Em seu Fundo Fiduciário, o principal instrumento do BM é o Fundo de Transformação e Resiliência do Sistema de Saúde. Este Fundo tem como o objetivo apoiar a meta ambiciosa do Banco de tornar acessível a saúde de qualidade para 1.5 bilhão de pessoas até 2030. A ideia deste Fundo é a de angariar as contribuições de doadores e assim estabelecer o financiamento externo, reduzindo a duplicação e alinhando os investimentos juntamente com os planos nacionais dos países em desenvolvimento, onde os ministérios possam ficar focados no fornecimento e na qualidade dos serviços de saúde.

O BM possui outras parcerias complementares: o Fundo Pandêmico e o Mecanismo de Financiamento Global. O Fundo Pandêmico é administrado pelo BM e visa o fornecimento de "financiamento adicional, dedicado e de longo prazo para prevenção, preparação e resposta a pandemias". Estabelecido em 2022, o Fundo foi o primeiro mecanismo multilateral criado para auxiliar os países de baixa e média renda a se prepararem para futuras pandemias. O Mecanismo de Financiamento Global trabalha para fortalecer os sistemas de atenção primária à saúde com o objetivo de "acabar com as mortes evitáveis de mulheres, crianças e adolescentes".

Considerações Finais

A realidade da saúde em muitos países atualmente pode ser vista como insuficiente. Para milhões de pessoas que vivem nestes países, os remédios, os atendimentos, os profissionais de saúde são escassos e talvez nem existam. Sendo assim, o custo para estas pessoas manterem os cuidados de saúde podem ser altos, afetando os custos com as necessidades básicas, como alimentação, moradia transporte e até o abandono da escola e dos próprios cuidados com a saúde.

Ao longo destes anos, o BM apoiou em diversas frentes para fornecer serviços de saúde, muitos deles voltados para atender meninas e mulheres em mais de cem países. A instituição financeira realmente trabalhou com governos e trouxe ainda mais o setor privado por várias décadas visando aumentar a escala e o impacto de suas ações no setor. Durante o anúncio de um importante projeto, o presidente do BM, Ajay Banga, disse que "fornecer um padrão básico de atendimento (em saúde) para as pessoas ao longo de suas vidas é fundamental para o desenvolvimento".

Ao anunciar em 2024 o plano para tornar a saúde de qualidade acessível a 1.5 bilhão de pessoas, o BM começou a trabalhar para isso sair do papel e se transformar em uma realidade. Durante uma Mesa Redonda de Alto Nível que aconteceu nas Reuniões de Primavera de 2025, o BM destacou que era a hora de não ficar somente na estratégia, mas sim, partir para as ações, atitude comemorada pelos que estiveram presentes. Neste mesmo evento, o BM ouviu dos palestrantes que a saúde não poderia ser vista apenas como um centro de custo, ou seja, um investimento no crescimento econômico.

Após um ano, o BM continua engajado em fornecer acessibilidade à saúde para as pessoas. Nas Reuniões de Primavera BM-FMI deste ano, diversos projetos voltados para atender as demandas de saúde nos países em desenvolvimento foram apresentados. Uma sessão dedicada à saúde digital e a inteligência artificial foi realizada, tendo como objetivo compreender se a atenção primária à saúde através destes formatos pode beneficiar 1.5 bilhão de pessoas com serviços de qualidade até 2030. Esta sessão analisou que as soluções digitais já estão

ampliando o acesso aos cuidados com a saúde, apoiando as populações mais vulneráveis com o aumento da prestação de serviços através de sistemas baseados em dados e no formato remoto.

***

Quando os sistemas de saúde são fortes eles ajudam as pessoas a se manterem saudáveis, mais produtivas e dispostas para buscarem pelos seus objetivos. A resiliência a epidemias e emergências igualmente estão incluídas neste pacote. O BM encontrará muita resistência para manter o seu plano em curso, devido ao cenário turbulento que o mundo vem oferecendo. Entretanto, a instituição financeira tratando a saúde como um dos seus tópicos prioritários, mostra aos seus países membros que não quer ficar de fora desta batalha.

Referências

Banco Mundial. *World Bank Group Aims to Expand Health Services to 1.5 billion People* [acesso em 11 mai 2026]. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2024/04/18/expanding-health-services-to-1-5-billion-people

Banco Mundial. *Overview* [acesso em 11 mai 2026]. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/programs/health-works/overview

Banco Mundial. *Avanço em direção à meta de 1,5 bilhão de saúde à medida que países adotam pactos nacionais de saúde*. Acesso em 11 mai 2026. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2025/12/06/national-health-compacts-reforms-expand-affordable-care-create-jobs-boost-economic-growth

Banco Mundial. *Health System Transformation & Resilience Fund (HSTRF)*. Acesso em 11 mai 2026. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/topic/health/brief/health-system-transformation-resilience-fund

Banco Mundial. *Acelerando a Ação em Direção a Serviços de Saúde Acessíveis e de Qualidade para Todos*. Acesso em 11 mai 2026. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/news/feature/2025/05/22/affordable-quality-health-services-for-all

Banco Mundial. *Spring Meetings*. Acesso em 11 mai 2026. Disponível em: https://live.worldbank.org/en/event/2026/spring-meetings-deliver-digital-health-care

Banco Mundial. Acesso em 11 mai 2026. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/news/feature/2025/05/22/affordable-quality-health-services-for-all

Fundo Pandêmico. Acesso em 11 mai 2026]. Disponível em: https://www.thepandemicfund.org/

Mecanismo de Financiamento Global. Acesso em 11 mai 2026. Disponível em: https://www.globalfinancingfacility.org/

Ações do Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB/BAD) nas crises humanitárias por deslocamentos forçados na África

Medidas del Banco Africano de Desarrollo (AfDB/BAD) ante las crisis humanitarias provocadas por los desplazamientos forzados en África

The African Development Bank's (AfDB) Response to Humanitarian Crises Caused by Forced Displacement in Africa

Laura Tavares Soares

Resumo. Este Informe se inspira no último Seminário do CRIS[1] sobre crises humanitárias por migrações e deslocamentos forçados no mundo. Aqui se aborda o papel do Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB/BAD) no continente certamente mais afetado por essas crises: a África, região do mundo com maior prevalência de *deslocamentos forçados* resultantes de *conflitos e violência*, em um contexto que já possui múltiplos e complexos problemas sociais e econômicos. Nesse cenário, onde se superpõe a brutal redução da ajuda financeira internacional, se destaca a importância do AfDB/BAD no financiamento não apenas de ações de emergência, mas também de intervenções mais permanentes e estruturais, caminhando na direção de uma transição de abordagens de socorro para abordagens de desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Crises humanitárias; deslocamentos forçados; África; Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB/BAD); financiamento de crises humanitárias.

Resumen. *Este informe se inspira en el último Seminario CRIS sobre crisis humanitarias derivadas de la migración y el desplazamiento forzado a nivel mundial. Aborda el papel del Banco Africano de Desarrollo (BAD) en el continente más afectado por estas crisis: África, la región con mayor prevalencia de desplazamiento forzado resultante de conflictos y violencia, en un contexto ya sobrecargado de múltiples y complejos problemas socioeconómicos. En este escenario, donde la drástica reducción de la ayuda financiera internacional es evidente, la importancia del BAD se destaca por financiar no solo acciones de emergencia, sino también intervenciones más permanentes y estructurales, encaminadas hacia una transición de enfoques de ayuda humanitaria a enfoques de desarrollo sostenible.*

Palabras clave. *Crisis humanitarias; desplazamiento forzado; África; Banco Africano de Desarrollo (BAD); financiación de crisis humanitarias.*

Abstract. *This report is inspired by the latest CRIS Seminar on humanitarian crises caused by migration and forced displacement worldwide. It addresses the role of the African Development Bank (AfDB/BAD) in the continent most affected by these crises: Africa, the region with the highest prevalence of forced displacement resulting from conflict and violence, in a context*

[1] "Migrantes e refugiados no centro da crise humanitária global", 6 de maio de 2026.

already burdened with multiple and complex social and economic problems. In this scenario, where the brutal reduction in international financial aid is evident, the importance of the AfDB/BAD stands out in financing not only emergency actions but also more permanent and structural interventions, moving towards a transition from relief approaches to sustainable development approaches.

***Keywords**: Humanitarian crises; forced displacement; Africa; African Development Bank (AfDB/BAD); financing humanitarian crises.*

Relatório Conjunto AfDB – ACNUR (Setembro de 2025): "*Investir em Respostas de Desenvolvimento aos Deslocamentos Forçados na África*"[23]

A África é a região mais afetada por *deslocamentos forçados* resultantes de *conflitos e violência*. Crises em grande escala e prolongadas estão afetando o desenvolvimento de *mais de 46 milhões de pessoas deslocadas* das suas comunidades de origem e de acolhimento.

O número de *refugiados*, requerentes de asilo e *deslocados internos* (IDPs) no continente africano *quase quintuplicou nos últimos 15 anos*, passando de 9,1 milhões em 2009 para *45 milhões em 2024.*

Pressões complexas e multifacetadas, incluindo os efeitos das alterações climáticas — que atuam como fatores agravantes e multiplicadores de ameaças —, estão minando a resiliência das pessoas deslocadas e das comunidades anfitriãs, e continuarão provavelmente a impulsionar mais deslocamentos se não forem abordadas.

A assistência humanitária sozinha não consegue resolver o problema, e o apelo a uma *transição de abordagens de socorro para abordagens de desenvolvimento e respostas mais sustentáveis* é agora amplamente aceite.

Num momento de *redução sem precedentes do financiamento no setor de ajuda*, o *uso estratégico de recursos de desenvolvimento* é mais relevante do que nunca. Os cortes na ajuda internacional deverão fazer com que os fundos disponíveis para as operações do ACNUR em 2025 regressem ao mesmo nível de há uma década, quando o número de pessoas deslocadas era metade do atual. Além disso, *apenas uma fração dos requisitos financeiros para os programas de refugiados de 2025 foi reportada como financiada até meados de 2025*.

Este estudo conjunto do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e do Grupo Banco Africano de Desenvolvimento (doravante referido alternadamente como "AfDB" e "o Banco") apresenta recomendações para investimentos mais sustentáveis na prevenção e resposta aos deslocamentos forçados na África. O seu objetivo é informar todos os atores que trabalham com deslocamentos forçados na África — em particular os *Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs)*, a comunidade mais ampla de doadores, os governos e também os investidores do setor privado — nos seus esforços para *mitigar as consequências*

---

[2] https://www.afdb.org/sites/default/files/documents/publications/joint-african-development-bank-unhcr-report-investing-development-responses-force-displacement-africa-september-2025.pdf

[3] Este documento foi traduzido com auxílio da inteligência artificial, com correções, adendos e observações da autora deste Informe.

negativas do deslocamento e *converter o seu fardo financeiro em oportunidades de crescimento inclusivo*.

O contexto africano apresenta características que devem ser consideradas para orientar investimentos e parcerias informados. Uma delas é a *predominância do deslocamento interno*, com quase três quartos de todas as pessoas deslocadas na África permanecendo dentro das fronteiras dos seus próprios países.

O deslocamento na região também se caracteriza por padrões de movimentos pendulares ou fluxos migratórios mistos, onde múltiplos fatores — como *insegurança, pobreza, desastres e efeitos das alterações climáticas* — entram em jogo.

Outros fatores de vulnerabilidade podem afetar as pessoas deslocadas à força, incluindo a apatridia e aumento das suas necessidades, com *riscos particulares para crianças e mulheres deslocadas*.

Outra particularidade é o isolamento geográfico das populações deslocadas. Cerca de 83% dos refugiados africanos e 40% dos deslocados internos vivem em áreas rurais designadas pelos governos anfitriões, com regulamentações que limitam os seus movimentos, onde têm acesso limitado a apoio, serviços e oportunidades de subsistência. Encontram-se também desproporcionalmente em assentamentos formais ou informais, o que pode resultar em desconexão das comunidades e economias anfitriãs, limitando a sua capacidade de se tornarem autossuficientes.

A *liderança governamental* é essencial para garantir a inclusão das pessoas deslocadas e a sustentabilidade das respostas e soluções ao deslocamento. Segundo o Estudo, os governos africanos demonstraram um "*empenho exemplar na assistência a pessoas deslocadas por conflitos e violência dentro e fora das suas fronteiras, e a região oferece alguns dos ambientes políticos e jurídicos mais inclusivos para refugiados a nível global*."[4]

No entanto, *a maioria dos países afetados na África carece de recursos para implementar plenamente estas políticas*. Países de rendimento baixo e médio-baixo acolhem *99,6% de todas as pessoas deslocadas na África, com o Sudão, a República Democrática do Congo, a Somália e a Etiópia sozinhos representando 66,8% do total*.

Enquanto as populações locais lutam para garantir um nível de vida decente, acesso à educação, energia, água, saneamento e higiene ("WASH") e *cuidados de saúde*, estender o apoio a *recém-chegados deslocados* pode ser desafiador e politicamente sensível.

O compromisso e a liderança dos governos africanos na gestão de crises de deslocamento, combinados com a solidariedade e o apoio das comunidades anfitriãs africanas, são aspectos indispensáveis das soluções, mas devem ser acompanhados por ***apoio financeiro sustentado*** da comunidade internacional para terem sucesso.

---

[4] https://www.afdb.org/sites/default/files/documents/publications/joint-african-development-bank-unhcr-report-investing-development-responses-force-displacement-africa-september-2025.pdf

Embora a *última década tenha assistido a uma clara mudança para abordagens de desenvolvimento aos deslocamentos forçados* a nível global, na prática *o progresso tem sido lento*.

O *financiamento humanitário ainda representa a maioria de todos os fundos disponíveis para apoiar refugiados na África*, e a maior parte do financiamento registrado destina-se a *operações de emergência*. *Apenas 25% dos recursos são canalizados através de atores nacionais nos países anfitriões*.

Os *BMDs têm um papel instrumental na prevenção e resposta ao deslocamento*

Na África, o *Grupo Banco Africano de Desenvolvimento* (AfDB) demonstrou o seu empenho e compromisso nesta questão, desde o *envolvimento estratégico ao mais alto nível* até *mecanismos inovadores de financiamento* destinados a várias áreas.

A *Estratégia de Dez Anos do Banco (2024-2033)* - baseada numa perspetiva positiva em relação ao potencial de África para melhorar significativamente as suas sociedades, economias e a qualidade de vida das suas populações[5]; bem como sua *Estratégia para Abordar a Fragilidade e Construir Resiliência na África (2022-2026)* - na qual o Banco está empenhado em reforçar o seu envolvimento para combater a fragilidade e fortalecer a resiliência no continente[6]; delineiam explicitamente *como o Banco procura abordar as causas profundas da fragilidade, conflitos e deslocamentos.*

O AfDB também criou uma *Janela de Contribuições de Doadores* no denominado *Centro de Apoio à Transição* ("*Transition Support Facility*" - TSF) como via para contribuições voluntárias de parceiros para cofinanciar e escalar as operações do Banco, incluindo as que investem em pessoas deslocadas e nas suas comunidades de acolhimento.

A estratégia **TSF** ("*Transition Support Facility*") é o ***principal instrumento do Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB)*** para *apoiar países em situações de fragilidade, conflito e transição pós-conflito*. Foi criada em 2008 para oferecer ***recursos concessionais adicionais*** *(mais favoráveis) que vão além dos instrumentos normais do Banco*.

Seus objetivos principais (segundo os documentos do próprio Banco) são: ajudar os países a consolidar a paz; construir instituições resilientes; estabilizar a economia; melhorar a vida das populações vulneráveis; e *preparar o terreno para um crescimento inclusivo e sustentável*.

A TSF se estrutura em quatro Pilares / Janelas:

- Pillar I – Alocações diretas por país para projetos que abordam fragilidade e constroem resiliência. ("Supplemental Financing Window")
- Pillar II – Apoio para limpar dívidas em atraso e permitir o regresso ao financiamento normal do Banco ("Arrears Clearance Window").

[5] https://www-afdb-org.translate.goog/en/documents/african-development-bank-group-ten-year-strategy-2024-2033?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc

[6] https://www.afdb.org/pt/documents/estrategia-do-grupo-banco-para-lidar-com-fragilidade-e-construir-resiliencia-em-africa-2022-2026

- Pillar III – Apoio técnico específico, capacitação institucional e assistência técnica, muito utilizado para projetos de governação, setor privado, etc. ("Targeted Support Window").
- Pillar IV – Janela aberta para *contribuições voluntárias de doadores*, permitindo *parcerias com outros países e instituições* ("Donor Contributions Window")

Impacto da estratégia TSF até 2026

Desde a sua criação (2008), a TSF mobilizou mais de UA 4,9 bilhões (equivalente a cerca de US$ 7,1 bilhões). Financia projetos em mais de 20 países em transição (ex.: Sudão, RDC, Somália, RCA, Chade, Sahel, etc.).

É o principal instrumento usado em projetos como PRECAPE[7] (*Projeto de Resposta à crise em apoio às populações afetadas do leste do Congo*) na República Democrática do Congo; SISSIRP ("Sudan Integrated Social Sector Infrastructure Rehabilitation Project") - *Projeto Integrado de Reabilitação de Infraestrutura do Setor Social*: **Saúde**, Educação, Água e Saneamento & SHEIP ("Sudan Health Emergency and Infrastructure Project") - *Projeto de Emergência e Infraestrutura em Saúde do Sudão*; entre outros.[8]

Outras ações estratégicas se dão no âmbito do *Nexus-Humanitário-Desenvolvimento-Paz* e a aplicação da sua *lente de fragilidade* garantem respostas direcionadas que atendem às necessidades de refugiados, deslocados internos e comunidades anfitriãs. O "*Nexus Humanitário, Desenvolvimento e Paz*" (ou "Triple Nexus") é um conceito e uma abordagem estratégica adotados por *organizações internacionais, governos e agências de cooperação para melhorar a resposta a crises prolongadas, fragilidades e conflitos*. É a interligação entre três pilares: *Humanitário*, com resposta imediata a necessidades de emergência (ajuda alimentar, saúde, abrigo, proteção); *Desenvolvimento*, com ações de médio e longo prazo para construir resiliência, reduzir pobreza e promover desenvolvimento sustentável; e *Paz*, com esforços na construção e manutenção da paz, na prevenção de conflitos, na resolução de tensões e no fortalecimento da coesão social.

O AfDB investiu 1,3 bilhões de dólares nos últimos anos [não explicitados no Estudo nem na página do Banco] em projetos que beneficiaram *populações deslocadas à força e comunidades de acolhimento*. Outro exemplo do montante de recursos é o *portfólio conjunto acumulado AfDB-ACNUR*, que ascende a *cerca de 50 milhões de dólares entre 2018 e 2025*.[9]

O Banco Islâmico de Desenvolvimento também dedicou milhares de milhões de dólares [sem especificação dos valores no Estudo] para responder a situações de deslocamento no continente africano, ao lado de vários outros atores bilaterais e multilaterais.

[7] Ver detalhamento mais adiante.

[8] Ver Projetos específicos por países mais adiante.

[9] O que, convenhamos, é muito pouco para as necessidades apontadas acima no próprio Estudo conjunto AfDB/ACNUR.

As lições aprendidas com essas iniciativas apontam para uma oportunidade substancial de *escalar a cobertura* e *aprofundar o impacto* através de uma coordenação mais forte, parcerias intencionais e programação conjunta.

Cada situação de deslocamento apresenta uma combinação distinta de causas, desafios e potencial, e os investimentos devem ser adaptados em conformidade. No entanto, o contexto atual de deslocamento na África pode ser caracterizado por *grandes questões sobrepostas*, como níveis crescentes de deslocamento dentro e além das fronteiras; e uma redução severa de recursos financeiros.

Recomendações do Estudo conjunto AfDB/ACNUR

O supracitado *Estudo conjunto AfDB/ACNUR* apresenta uma série de *recomendações chave* a serem consideradas pelos BMDs e outros atores que pretendem implementar *investimentos de desenvolvimento* que possam ajudar a prevenir e responder de forma sustentável aos deslocamentos forçados na África, tais como:

1. *Investir na prevenção e nas soluções*

Com o deslocamento em níveis recorde, é essencial abordar as causas profundas (pobreza, desigualdades, instabilidade e efeitos das alterações climáticas) de forma proativa. Esta é a abordagem mais custo-efetiva. Os BMDs devem investir no desenvolvimento socioeconômico nas áreas de origem, na redução de riscos de desastres, na adaptação climática e no apoio a retornos voluntários e reintegração sustentável. Apenas 6% da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) para situações de refugiados na África Subsaariana (2020-2023) foi para construção da paz, e menos de 2% para prevenção de desastres.]

2. *Melhorar a inclusão e a autossuficiência através de reformas políticas*

Existe um forte argumento econômico para tratar refugiados, deslocados internos e comunidades anfitriãs como agentes de crescimento. É necessário *garantir liberdade de movimento, direito ao trabalho, segurança humana e transição gradual de campos para políticas de integração fora dos campos*. Os BMDs devem *apoiar os governos* com *diálogos políticos, assistência técnica, incentivos financeiros e reformas*.

3. *Integrar o deslocamento nos quadros de desenvolvimento nacional e regional*

A integração do deslocamento nos planos nacionais de desenvolvimento, orçamentos e diagnósticos de país *ainda é rara*. Os BMDs devem incentivar a inclusão sistemática do tema nos *Documentos de Estratégia por País* - DEP ("Country Strategy Papers")[10] e nos *Documentos de Estratégia de Integração Regional* -DEIR ("Regional Integration Strategy Papers") e outros quadros, demonstrando os benefícios econômicos e fiscais da inclusão.

4. *Integrar o deslocamento nos investimentos setoriais prioritários*

Além de instrumentos específicos para deslocamento, é essencial *incorporar o tema do deslocamento nos grandes investimentos setoriais* (agricultura, agropecuária, infraestruturas, saúde, educação). *Abordagens baseadas em áreas/territórios* ("area-based approaches") são

[10] O AfDB aprovou o Documento de Estratégia por País (DEP) para a República Democrática do Congo 2024-2028.

particularmente eficazes, beneficiando simultaneamente deslocados e comunidades anfitriãs e reduzindo tensões sociais.

5. *Investir nas economias anfitriãs e catalisar o setor privado*

O sucesso da inclusão depende do crescimento econômico nas áreas de acolhimento. Os BMDs devem promover o envolvimento do setor privado em contextos frágeis através de *financiamento misto ("blended finance"), garantias, fundos de desafio, inovação financeira e redução de riscos.*

6. *Garantir apoio ao longo de todo o percurso do deslocamento*

Devido aos padrões africanos (deslocamento interno, pendular, regional), são necessárias ***abordagens regionais*** ("whole of route"). Reforçar soluções regionais através das ***Comunidades Econômicas Regionais (RECs)****, quadros jurídicos africanos e investimentos transfronteiriços.*

7. *Fortalecer a base de evidências para orientar investimentos mais impactantes*

São necessários *melhores dados sobre o potencial econômico* (habilidades, capital, consumo) das populações deslocadas, não apenas sobre as suas necessidades. Medir impactos fiscais, retornos a longo prazo e *monitorar sistematicamente os investimentos.*

8. *Encorajar mecanismos de financiamento inovadores*

Explorar o financiamento misto ("*blended finance*"); dar garantias; fortalecer as *obrigações temáticas*, com *financiamento baseado em resultados*; estimular parcerias público-privadas; criar um *capital da diáspora;* e dar transparência aos mecanismos de filantropia.

9. *Fortalecer a coordenação entre BMDs, atores de desenvolvimento e outros intervenientes*

Melhorar a harmonização de práticas, partilha de conhecimento, *plataformas multi doadores* e utilização de veículos como o Pilar IV do Centro de Apoio à Transição ("**Transition Support Facility" - TSF)** do AfDB (ver acima os Pilares da TSF)[11].

Papel do AfDB na ajuda humanitária

Apesar de não ser uma agência humanitária de emergência (como a ONU ou Cruz Vermelha), o *AfDB* atua fortemente na *ponte entre ajuda humanitária, desenvolvimento e paz* (nexus HDP — "Humanitarian-Development-Peace").

O Banco foca em *resiliência a longo prazo, restauração de serviços essenciais, reconstrução pós-conflito e mitigação de choques climáticos em contextos de fragilidade*.

Exemplos Recentes de Ações humanitárias do AfDB (2025-2026)

1. **República Democrática do Congo** (Leste – Conflito)

[11] https://www.afdb.org/en/topics-and-sectors/topics/fragility-and-resilience/transition-support-facility

- Aprovação de US$ 48,8 milhões em abril de 2026 para o projeto PRECAPE - *Projeto de Resposta à Crise em Apoio às Populações Afetadas* (“Crisis Response Project in Support of Affected Populations”).
- Restauração de serviços essenciais (saúde, educação, formação profissional, água e saneamento).
- Apoio a mais de 800 mil pessoas (*deslocados internos e comunidades anfitriãs*) em North Kivu e South Kivu.
- Formação profissional para jovens, apoio psicossocial a sobreviventes de violência baseada no gênero e reforço de infraestruturas resilientes ao clima.

2. **Sudão** (Conflito armado)

- Acordos com a OMS (US$ 55 milhões) para fortalecer serviços de saúde.
- Acordo com a IOM (“International Organization of Migration” https://www.iom.int/) - Organização Internacional para Migração da ONU (US$ 62 milhões) para reconstruir infraestruturas sociais.
- Crédito (“Grant”) de US$ 87 milhões do Fundo Africano de Desenvolvimento - braço concessional do Grupo AfDB para segurança alimentar e meios de subsistência rurais em contexto de conflito e desastres climáticos.
- Outros apoios de emergência para populações deslocadas (milhões de afetados).

3. Sahel e Chifre de África

- Financiamento para resiliência climática (secas, inundações), segurança alimentar e apoio a refugiados/comunidades anfitriãs.

4. **Camarões** (inundações 2024)

- Contribuição via WFP (“United Nations World Food Programme”) Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas para apoiar dezenas de milhares de afetados[12].

5. Burundi e região dos Grandes Lagos

- Coordenação de respostas ao influxo de refugiados.
- Parcerias com ICRC (Comitê Internacional da Cruz Vermelha) para água resiliente em zonas de conflito (ex.: Maiduguri, Nigéria) e “policy briefs” sobre colaboração humanitário-desenvolvimento.

6. **Somália** (“Gedo Region”)

- Financiamento recente (2026) para soluções duráveis destinadas a milhares de *deslocados internos* (IDPs) e comunidades anfitriãs, com ênfase no nexus HDP.

[12] https://www.wfp.org/

Outros Projetos do AfDB

- Missões conjuntas com ACNUR (UNHCR) no ***Sudão do Sul, República Centro-Africana (RCA) e outros*** para *soluções duráveis (retorno voluntário, integração local e reintegração*).
- Apoio na **Mauritânia** para refugiados malianos. Ex.: crédito ("grant") de emergência.
- Foco em *inclusão econômica, emprego para jovens, gênero e resiliência climática em contextos de deslocamento.*

Detalhes sobre o PRECAPE na República Democrática do Congo (RDC)

PRECAPE é o acrônimo em francês para "Projet de Réponse à la Crise en Appui aux Populations Affectées dans l'Est de la République Démocratique du Congo" (*Projeto de Resposta à Crise em Apoio às Populações Afetadas no Leste da RDC*).

Aprovação e Financiamento

- Data de aprovação 29 de abril de 2026 (pelo Conselho de Administração do **AfDB** em Abidjan).
- Valor total: aproximadamente US$ 48,83 milhões.
- Composição do financiamento:
- US$ 33,91 milhões em empréstimo
- US$ 4,95 milhões em subvenção do "Transition Support Facility" (TSF)
- US$ 9,97 milhões em subvenção do *Fundo de Desenvolvimento do Grupo AfDB* ("African Development Fund" ADF) - janela concessional do Banco.

O projeto combina resposta humanitária urgente com construção de resiliência a longo prazo (Nexus Humanitário-Desenvolvimento-Paz).

Visa *r**estaurar serviços essenciais*** **e apoiar a *recuperação econômica em zonas severamente afetadas por conflitos armados, deslocamentos e instabilidade no leste da RDC.***

Áreas de Intervenção: Uvira (South Kivu) e Beni e Walikale (North Kivu), regiões com *alta concentração de deslocados internos* (IDPs) e comunidades anfitriãs.

Componentes Principais do Projeto

- Reabilitação de *infraestruturas sociais resilientes ao clima*: **saúde**, *educação, formação profissional, água, saneamento e higiene* ("WASH").
- *Apoio ao emprego e "capital humano":*
- Formação profissional para 1.500 jovens em ofícios com alta demanda.
- Capacitação para 2.000 pessoas.
- *Assistência psicossocial e médica a 4.500 mulheres sobreviventes de violência baseada no gênero*.
- Apoio econômico e meios de subsistência para populações afetadas.
- Iniciativa de Tokenização de Recursos Naturais: suporte ao programa "AXIS" (valorização de ativos comunitários e *mobilização de financiamento via ferramentas digitais, com foco inicial em ouro e carbono*).

Impactos Esperados

- ***Beneficiários diretos: mais de 800.000 pessoas***, incluindo *deslocados internos* e comunidades anfitriãs.
  *Melhoria no acesso a serviços **sociais** de qualidade*.
- Reforço da *resiliência econômica e social em zonas de fragilidade*.

O PRECAPE (Projeto de Resposta à Crise em Apoio às Populações Afetadas no Leste da RDC) é um bom exemplo da abordagem atual do AfDB em contextos de fragilidade: atuar rapidamente para estabilizar enquanto se constroem bases para recuperação sustentável.

Projetos Similares do AfDB no Sudão (2025/26)

O Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB) tem vários projetos no Sudão que seguem a mesma lógica do PRECAPE na RDC: resposta a crises, apoio a *deslocados internos* (IDPs), comunidades anfitriãs, *restauração de serviços essenciais (***saúde**, educação, água/saneamento) e abordagem nexus Humanitário-Desenvolvimento-Paz, via "Transition Support Facility" (TSF).

1. *Projeto Integrado de Reabilitação da Infraestrutura do Setor Social do **Sudão*** ("Sudan Integrated Social Sector Infrastructure Rehabilitation Project" - SISSIRP)

- Valor: Aproximadamente US$ 62 milhões ("grant" - crédito de emergência).
- Duração: 2025–2027.
- Implementação: Parceria AfDB com a OIM (Organização Internacional para as Migrações da ONU) https://www.iom.int/ .
- Objetivo principal: Melhorar as condições de vida e a resiliência da população sudanesa, restaurando serviços sociais básicos afetados pela guerra.

Componentes principais:

- Reabilitação de 20 **unidades de saúde**.
- Reabilitação de 20 instituições de formação profissional.
- Recuperação de 60 sistemas de água e saneamento.
- Estados prioritários: Al Jazira, River Nile, Sennar e White Nile.
- Formação de 1.000 técnicos governamentais e 6.000 membros comunitários (metade mulheres) em gestão de infraestruturas.
- Desenvolvimento de um sistema de informação do mercado de trabalho para empregabilidade de jovens.
- Beneficiários diretos: Cerca de 2,15 milhões de sudaneses.

2. *Projeto de Emergência e Infraestrutura em **Saúde** do **Sudão*** (SHEIP – "Sudan Health Emergency and Infrastructure Project")

- Valor: Aproximadamente US$ 55 milhões.
- Implementação: ***Parceria AfDB com a OMS (Organização Mundial da Saúde).***
- Duração: Acordo de 3 anos - ***nov. 2025 a nov. 2028*** (assinatura em novembro de 2025).

- Objetivo principal: Melhorar o ***acesso a serviços de saúde de qualidade***, fortalecer a ***preparação e resposta a emergências e reconstruir sistemas de saúde resilientes***.

Componentes principais:

- Apoio a *20 hospitais e 25 centros de saúde primários em 13 estados*.
- Melhoria do acesso a cuidados de saúde primários e de emergência.
- Fortalecimento de vigilância, preparação para surtos e sistemas logísticos/referência.
- Foco em populações vulneráveis, incluindo deslocados internos (IDPs), mulheres e crianças.

Beneficiários diretos estimados: *Até 6 milhões de pessoas, incluindo 3 milhões de mulheres e **1,2 milhão de deslocados internos***.

Em síntese, os projetos SISSIRP e SHEIP são iniciativas do *Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB)* no **Sudão**, voltadas para a *recuperação de serviços essenciais em um contexto de conflito armado prolongado (desde 2023)*. Eles exemplificam a abordagem do Nexus Humanitário-Desenvolvimento-Paz, *combinando **resposta emergencial** com **fortalecimento de sistemas de saúde e infraestrutura social, com resiliência de longo prazo***.

Ambos os projetos surgem da grave crise humanitária no Sudão (conflito entre Forças Armadas e RSF desde abril de 2023), que destruiu grande parte da infraestrutura social. Eles operam em áreas mais estáveis ou de acesso relativo e priorizam:

- Integração entre resposta de emergência e recuperação.
- Fortalecimento de capacidades locais e comunitárias.
- *Abordagem multisetorial*: **saúde** + educação + água e saneamento ("WASH") no SISSIRP.

São exemplos práticos do "Triple Nexus", pois combinam ações humanitárias imediatas com ***investimentos em desenvolvimento e redução de fragilidades que alimentam o conflito***. Semelhança com o PRECAPE da RDC: restauração de serviços essenciais para populações afetadas por conflito e deslocamentos.

Projetos do Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB/BAD) em apoio aos deslocados no Sahel

O Sahel (Burkina Faso, Mali, Níger, Chade, Mauritânia, Senegal e outros) é uma das prioridades do AfDB devido à *fragilidade, conflitos, deslocamentos populacionais, insegurança alimentar e impactos climáticos*.

Principais Iniciativas e Projetos Recentes (2025-2026)

1. *"Desert to Power Initiative": bandeira energética do AfDB.*

- Objetivo: Criar a maior zona de geração solar do mundo no Sahel (meta ambiciosa de 10 GW).
- ***Projeto Regional***. Países: Burkina Faso, Mali, Níger, Mauritânia, Chade, Senegal, etc.
- Exemplos:

- Financiamento para projetos solares híbridos (ex.: Mauritânia – US$ 300 milhões em IPP solar-eólico).
- Apoio técnico e de capacitação para projetos solares em vários países.
- Parcerias com setor privado e Mission 300 para eletrificação.

2. *Programa de Reforço da Resiliência à Insegurança Alimentar e Nutricional no Sahel*

- "Grant" de US$ 14,64 milhões (novembro 2025) via "Climate Action Window".
- Foco: Adaptação climática, aldeias climáticas inteligentes (60 aldeias em 30 municípios), tecnologias agrícolas melhoradas e serviços climáticos.
- Beneficia comunidades vulneráveis face a secas, inundações e choques climáticos.

3. *Projeto de Resiliência de Comunidades e Ecossistemas nas Zonas Húmidas do Sahel*

- Grant de US$ 9,48 milhões (novembro 2025).
- Países: Burkina Faso, Mali, Níger e Senegal.
- Foco: Restauração de bacias hidrográficas, gestão sustentável de recursos naturais e resiliência de ecossistemas.

4. Apoio à Juventude e Empreendedorismo

- ***Projeto Regional*** para Burkina Faso, Chade, Mali, Mauritânia e Níger.
- Foco: Desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), emprego jovem e resiliência econômica em contextos frágeis.

5. *Outros Projetos de Fragilidade e Deslocamentos*

- Apoio a *meios de subsistência, serviços essenciais* (**saúde**, educação, água e saneamento (WASH) e integração de *deslocados* em zonas de conflito.
- Parcerias com USAID (acordo regional de US$ 600 milhões para o Sahel), ICRC, UNHCR e outros.
- Ênfase em mulheres, jovens e comunidades anfitriãs.

Abordagem Estratégica no Sahel

- Prevenção e Resiliência: Combate às causas profundas (clima, conflito, governança).
- Integração Regional: Projetos multinacionais via CILSS, ECOWAS e G5 Sahel (mesmo com desafios institucionais recentes).
- Mobilização de Recursos: *Mix de subvenções (grants), empréstimos concessionais* e capital privado.

O portfólio do AfDB no **Sahel** inclui centenas de milhões de dólares [não especifica o valor] em compromissos, com forte foco em energia renovável, segurança alimentar, água e apoio em contextos de fragilidade.

Outros Projetos AfDB 2025/26 para crises humanitárias

Resposta à Crise para mulheres e comunidades afetadas **("Crisis Response for Women and Affected Communities" - CRWAC)**

- Valor: US$ 19,85 milhões (“grant” do TSF) + contribuição do ICRC.
- Aprovação: Abril 2025.
- Foco:
    - *Resposta humanitária* e *resiliência*.
    - Melhoria de *meios de subsistência*, especialmente para mulheres e populações vulneráveis.
    - *Apoio psicossocial e econômico em zonas de conflito*.
- Semelhança com PRECAPE: *ênfase em gênero, violência baseada no gênero e apoio direto aos afetados pelo conflito*.

Projeto de Segurança Alimentar e Meios de Subsistência Rurais

- Valor: US$ 87 milhões concessão do *Fundo Africano de Desenvolvimento, braço concessional AfDB* (“grant do African Development Fund”).
- Aprovação: **Abril 2026**.
- Foco: Fortalecimento da *segurança alimentar e meios de subsistência em regiões agrícolas crítica*s (Blue Nile, Sennar, Kassala), que acolhem grande número de deslocados.

Acordo do AfDB com a IOM (Organização Internacional para as Migrações)

A IOM é uma agência especializada das Nações Unidas (desde 2016)[13]. Trabalha principalmente com *migração ordenada, deslocamentos internos, refugiados, retorno voluntário e reintegração de populações deslocadas*. Tem forte parceria com o *Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB)* em vários projetos, especialmente no *apoio a deslocados internos (IDPs) e comunidades anfitriãs*.

- Valor: US$ 62 milhões.
- Assinatura: **Outubro 2025**.
- Foco: *Reconstrução de* ***infraestruturas sociais e apoio a deslocados e comunidades anfitriãs*.**

Tal como visto nos Projetos descritos acima, **o AfDB financia *respostas integradas de saúde para populações deslocadas* (refugiados e Deslocados Internos - IDPs) e comunidades anfitriãs** através do nexus Humanitário-Desenvolvimento-Paz (HDP). O principal instrumento é o *Transition Support Facility* (TSF), que oferece *subvenções (grants) e financiamentos concessionais para contextos de fragilidade e conflito*. O foco principal é a ***reabilitação de infraestruturas de saúde resilientes ao clima, acesso a serviços essenciais, preparação para emergências e apoio psicossocial***.

Projetos do Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB/BAD) em Abrigo (Shelter/Housing) para Populações Deslocadas

[13] https://www.iom.int/ .

O AfDB foca em soluções duráveis de abrigo (habitação resiliente ao clima, terra segura e integração urbana/rural) para deslocados internos (IDPs), refugiados e comunidades anfitriãs, através do Nexus Humanitário-Desenvolvimento-Paz e do "Transition Support Facility" (TSF). ***O Banco prioriza a transição de abrigos temporários para habitações permanentes e dignas, em vez de apenas resposta de emergência.***

Principais Projetos

Projeto Principal: **Somália** (Gedo Region, Dollow)

- Nome completo: *Fortalecimento da resiliência urbana de comunidades deslocadas e de acolhimento*. ("Strengthening Urban Resilience of Displaced and Host Communities" - SURDHT).
- Valor: US$ 20,55 milhões (subvenção - grant - do TSF / African Development Fund).
- Aprovação/Lançamento: Aprovado em 2025, ***lançado em 2026.***

Componentes de abrigo:

Construção de 1.750 unidades habitacionais resilientes ao clima ("durable/climate/resilient homes").

- "Tenure" - ***Posse de terra*** segura para 10.500 Deslocados Internos -IDPs.
- Melhoria de condições de vida em *4 assentamentos urbanos* de IDPs.
- Beneficiários: Mais de *128.000 pessoas deslocadas* (incluindo integração de *~20.000 lares vulneráveis*) e comunidades anfitriãs.
- -Outros elementos: *Água, saneamento (WASH), drenagem de águas pluviais, meios de subsistência (formação profissional, agricultura climática inteligente) e capacitação governamental em planejamento urbano*.
- Parceiros: UNHCR, IOM, UN-Habitat, FAO, UN Women e Governo Federal da Somália.
    - *Este é um dos exemplos mais diretos e recentes de investimento em abrigo durável do AfDB.*

Outros Projetos Relacionados ao abrigo durável

PRECAPE – **República Democrática do Congo** (Leste): US$ 48,8 milhões (2026). Embora o foco principal seja saúde, educação e água e saneamento, inclui reabilitação de infraestruturas sociais que *apoiam condições de abrigo e resiliência para >800 mil Deslocados Internos -IDPs e comunidades anfitriãs* em North/South Kivu.

- SISSIRP – **Sudão**: US$ 62,13 milhões (2025). Reabilitação de infraestruturas sociais, incluindo *componentes que melhoram condições de vida e abrigo indireto em estados com alta concentração de deslocados*.

- Iniciativas no **Sahel e África Central**: Componentes de abrigo e habitação em projetos de resiliência via TSF (ex.: integração de deslocados no Chade e República Centro Africana), com ênfase em *planejamento de assentamentos e habitação sustentável*.

- ***Parcerias com UN-Habitat e "Shelter Afrique"*** - recentemente renomeado para "Shelter Afrique Development Bank" – ShafDB, é o único banco de desenvolvimento multilateral panafricano dedicado exclusivamente ao *financiamento de habitação, infraestrutura urbana e*

desenvolvimento imobiliário em toda a África para financiamento de ***habitação urbana e soluções para deslocados***.

Abordagem Estratégica do AfDB para Abrigo Durável

- Ênfase em ***habitação resiliente ao clima e integração local (em vez de campos temporários prolongados)***.
- *Combinação de* ***abrigo com meios de subsistência, serviços básicos e governação fundiária***.

O ***portfólio em abrigo ainda é mais forte em soluções integradas (habitação + serviços)*** do que em projetos exclusivamente de *shelter de emergência*.

Projetos do Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB/BAD) em Nutrição para Populações Deslocadas

O AfDB integra *segurança alimentar e nutrição* em *respostas a deslocamentos populacionais* (IDPs e refugiados), com foco no nexus Humanitário-Desenvolvimento-Paz. Os projetos combinam assistência nutricional imediata com resiliência a longo prazo (*agricultura climática inteligente, meios de subsistência e* ***serviços integrados de saúde-nutrição***), especialmente via "Transition Support Facility" (TSF) e parcerias com WFP "*World Food Programme"* ou Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas, OMS e governos.

Principals Projetos Recentes (2025-2026)

1. **Sudão** – "Sudan Health Emergency and Infrastructure Project" (SHEIP) com OMS
    - Valor: US$ 55 milhões (2025).
    - *Componentes de nutrição*: *Pacote mínimo de* ***serviços de saúde e nutrição*** *sensíveis ao conflito em unidades de saúde primárias (suprimentos essenciais, capacitação e incentivos*).
    - Beneficiários: *Mais de 6 milhões de pessoas,* ***incluindo 1,2 milhão de IDPs*** *e 3 milhões de mulheres*.
    - Foco em *estados afetados por conflito com alta concentração de deslocados*.
2. **Sudão** – "*Sudan Integrated Social Sector Infrastructure Rehabilitation Project*" (SISSIRP)
    - Valor: US$ 62,13 milhões.
    - *Inclui componentes de segurança alimentar e nutrição* integrados à reabilitação de infraestruturas sociais (saúde, educação e WASH) em áreas com milhões de deslocados.
3. **Sudão** – *Apoio Humanitário e Segurança Alimentar* ("Special Relief Fund")
    - ***Fornecimento direto de assistência alimentar e nutricional*** **a dezenas de milhares de IDPs** (ex.: apoio a mais de 43 mil pessoas em intervenções anteriores semelhantes).

4. **Somália e Chifre de África** – BREFONS (“Build Resilience for Food and Nutrition Security in the Horn of Africa”)

- *Programa regional* (Djibouti, Etiópia, Quênia, Somália, Sudão do Sul).
- Foco em *resiliência à insegurança alimentar e nutricional para comunidades deslocadas e anfitriãs*.
- Inclui infraestruturas de água, irrigação, pecuária e tecnologias climáticas resilientes.

5. **Sahel** – P2-P2RS - Programa para fortalecer a resiliência à insegurança alimentar e nutricional (“*Programme to Strengthen Resilience to Food and Nutrition Insecurity*”)

- *Projeto Regional* (Burkina Faso, Mali, Níger, Chade, Mauritânia, Senegal etc.).
- *Melhoria da segurança alimentar e nutricional de populações vulneráveis, incluindo deslocados por conflito e clima*.
- Componentes de aldeias resilientes, tecnologias agrícolas e serviços nutricionais.

Outros exemplos relevantes na área de segurança alimentar

6. Gâmbia (2025): Projeto de resiliência para jovens e mulheres (US$ 19,93 milhões) que atinge *22.000 crianças com serviços de nutrição*.

7. **Moçambique**. Projetos de *segurança alimentar e nutrição resiliente ao clima para mulheres, jovens e pequenos produtores em contextos de* ***deslocamento***.

8. **Parcerias com WFP** (“World Food Programme”) para ***assistência emergencial*** *em zonas de inundação e conflito* (ex.: **Nigéria** Nordeste).

Abordagem Estratégica do AfDB para os programas de Segurança Alimentar

- Combina *assistência nutricional direta* (suplementos, refeições) com *soluções duráveis* (produção local, resiliência climática e meios de subsistência).
- Ênfase em *mulheres, crianças e jovens (grupos mais vulneráveis à desnutrição em contextos de deslocamento*).

Considerações Finais

A África é palco das mais graves crises humanitárias do mundo. Essas crises possuem múltiplas determinações que se sobrepõem e configuram um quadro de alta gravidade e complexidade. Entre essas determinações estão as mais estruturais - desigualdades sociais profundas e extensas que levam a quadros extremos de pobreza; e economias frágeis e dependentes de apoio internacional, levando a um modo de desenvolvimento desigual e não sustentável.

A esses fatores estruturais estão superpostas crises humanitárias provocadas por enormes deslocamentos humanos forçados, principalmente, por conflitos e guerras, mas também por tragédias climáticas e por falta de condições de vida nas comunidades e regiões de origem - o que também obriga pessoas e famílias inteiras a se deslocarem.

Esses deslocamentos ao invés de se tornarem uma solução provocam situações de enorme precariedade e abandono, profundamente dependentes de ajuda humanitária - a qual vem se reduzindo de forma inversamente proporcional ao volume de pessoas deslocadas.

O Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB/BAD), em estudo conjunto com a ACNUR, elaborou um diagnóstico da situação africana atual de deslocamentos forçados propondo uma série de recomendações que apontam na direção de soluções mais estáveis e permanentes, numa transição entre a assistência emergencial e a promoção de um *modelo de desenvolvimento mais inclusivo*.

Neste informe foram apresentadas ações concretas financiadas pelo Banco de Desenvolvimento Africano nos países e regiões mais afetados por crises humanitárias provocadas por deslocamentos forçados. Esse financiamento continua apoiando, majoritariamente, soluções emergenciais, mas já aponta para a construção de uma *infraestrutura social* - sobretudo em **saúde,** educação e habitação - mais permanente nos territórios de origem e de destino dos deslocados.

No entanto, ao comparar as dimensões dessa crise humanitária com o volume de recursos concedidos pelo Banco - apesar das novas modalidades concessionais - e com a escala das ações empreendidas, pode-se afirmar que esse apoio ainda é insuficiente.

Por outro lado, a tendência para o financiamento de um *novo modelo de desenvolvimento*, com intervenções *mais estruturais*, aponta para um caminho - ainda que no seu início - mais promissor.

Referências

African Development Bank Group e UNHCR. Investing in Development Responses to Forced Displacemant in Africa. 2025. Disponível em: https://www.afdb.org/sites/default/files/documents/publications/joint-african-development-bank-unhcr-report-investing-development-responses-force-displacement-africa-september-2025.pdf

Estratégia do Grupo Banco para lidar com a Fragilidade e Construir Resiliência em África (2022-2026). Disponível em: https://www.afdb.org/pt/documents/estrategia-do-grupo-banco-para-lidar-com-fragilidade-e-construir-resiliencia-em-africa-2022-2026

The African Development Bank Group. *Ten-Year Strategy 2024-2033***.** Disponível em: https://www-afdb-org.translate.goog/en/documents/african-development-bank-group-ten-year-strategy-2024-2033?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc

UN Imigration - IOM. Disponível em: https://www.iom.int/

IOM. Migrant Protection Platform: IOM's Digital Space for Knowledge Sharing and Dialogue on Protection. Disponível em: https://migrantprotection.iom.int/en

IOM. Funding and donors. Disponível em: https://www.iom.int/funding-and-donors

World Food Programme.- WFP. Disponível em: https://www.wfp.org/

World Food Programme – WFP. *A global food crisis*. Disponível em: https://www.wfp.org/global-hunger-crisis

Agência da ONU para Refugiados – ACNUR. Disponível em: https://www.acnur.org/br/

Organização das Nações Unidas – ONU. ONU News. Disponível em: https://news.un.org/pt/tags/acnur

Organização das Nações Unidas – ONU. ONU News. Imigrantes e Refugiados. Disponível em: https://news.un.org/pt/news/topic/migrants-and-refugees

Organização das Nações Unidas – ONU. ONU News. *Sem investimentos, 4 milhões de sudaneses que voltam ao país correm risco.* Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2026/04/1852921

L'Osservatore Romano. Um povo em fuga: um em cada quatro pessoas está deslocada. Disponível em: https://www.osservatoreromano.va/pt/news/2026-05/por-005/um-povo-em-fuga-uma-em-cada-quatro-pessoas-esta-deslocada.html

Grupo Banco Africano de Desenvolvimento. Disponível em: https://www.afdb.org/pt

African Development Bank Group. *Somalia. African Development Bank and partners funding to support durable solutions for thousands of internally displaced and host communities in Gedo region.* Disponível em: https://www.afdb.org/en/news-and-events/press-releases/somalia-african-development-bank-and-partners-funding-support-durable-solutions-thousands-internally-displaced-and-host-communities-gedo-region-92975

African Development Bank Group. *Fragility and Resilience*. Disponível em: https://www.afdb.org/en/topics-and-sectors/topics/fragility-and-resilience

African Development Bank Group. *Transition Support Facility.* Disponível em: https://www.afdb.org/en/topics-and-sectors/topics/fragility-and-resilience/transition-support-facility

African Development Bank Group. *Structural transformation.* Disponível em: https://www.afdb.org/en/topics-and-sectors/topics/structural-transformation

Wikipedia. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Alto_Comissariado_das_Na%C3%A7%C3%B5es_Unidas_para_os_Refugiados

UNHCR. About UNHCR. Disponível em: https://www.unhcr.org/about-unhcr

UNHCR. Our partners. Disponível em: https://www.unhcr.org/about-unhcr/our-partners

Multilateralismo em Transição: Reforma da OMC, Medidas Não Tarifárias e a Agenda de Desenvolvimento da OMPI em 2026

Multilateralismo en Transición: Reforma de la OMC, Medidas No Arancelarias y la Agenda de Desarrollo de la OMPI en 2026

Multilateralism in Transition: WTO Reform, Non-Tariff Measures and WIPO's Development Agenda in 2026

Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário

Resumo: Este informe analisa desenvolvimentos recentes na Organização Mundial do Comércio (OMC), na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) durante 2026, destacando a transformação da governança multilateral em comércio, desenvolvimento e propriedade intelectual. As discussões da OMC após a MC14 revelaram esforços para preservar convergências políticas sobre comércio eletrônico, reforma do sistema de solução de controvérsias e negociações relacionadas ao desenvolvimento, mantendo simultaneamente a continuidade institucional. Os relatórios da UNCTAD demonstraram o impacto crescente das medidas não tarifárias e das assimetrias de capacidades produtivas sobre os países em desenvolvimento, enfatizando os constrangimentos estruturais que limitam sua participação no comércio global e a importância da cooperação regulatória entre países do Sul Global. A Agenda para o Desenvolvimento da OMPI destacou iniciativas relacionadas à inovação em saúde, transferência de tecnologia, conhecimentos tradicionais, cooperação Sul-Sul e fortalecimento institucional em propriedade intelectual.

Palavras-chave: multilateralismo; reforma da OMC; medidas não tarifárias; capacidades produtivas; propriedade intelectual e desenvolvimento; inovação em saúde; transferência de tecnologia; conhecimentos tradicionais e recursos genéticos; cooperação Sul-Sul; Sul Global**.**

Resumen: *Este informe analiza desarrollos recientes en la Organización Mundial del Comercio (OMC), la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Comercio y Desarrollo (UNCTAD) y la Organización Mundial de la Propiedad Intelectual (OMPI) durante 2026, destacando la transformación de la gobernanza multilateral en comercio, desarrollo y propiedad intelectual. Las discusiones de la OMC tras la MC14 revelaron esfuerzos para preservar convergencias políticas sobre comercio electrónico, reforma del sistema de solución de diferencias y negociaciones relacionadas con el desarrollo, manteniendo simultáneamente la continuidad institucional. Los informes de la UNCTAD demostraron el impacto creciente de las medidas no arancelarias y de las asimetrías de capacidades productivas sobre los países en desarrollo, subrayando las limitaciones estructurales que restringen su participación en el comercio global y la importancia de la cooperación regulatoria entre países del Sur Global. La Agenda para el Desarrollo de la OMPI destacó iniciativas relacionadas con innovación en salud, transferencia de tecnología, conocimientos tradicionales, cooperación Sur-Sur y fortalecimiento institucional en propiedad intelectual.*

Palabras clave: *multilateralismo; reforma de la OMC; medidas no arancelarias; capacidades productivas; propiedad intelectual y desarrollo; innovación en salud; transferencia de tecnología; conocimientos tradicionales y recursos genéticos; cooperación Sur-Sur; Sur Global.*

Abstract: *This report analyses recent developments in the World Trade Organization (WTO), the United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) and the World Intellectual Property Organization (WIPO) during 2026, highlighting the transformation of multilateral governance in trade, development and intellectual property. The WTO discussions following MC14 revealed efforts to preserve political convergence on electronic commerce, dispute settlement reform and development-related negotiations, while maintaining institutional continuity. The UNCTAD reports demonstrated the growing impact of non-tariff measures and productive capacity asymmetries on developing countries, emphasising the structural constraints limiting participation in global trade and the importance of regulatory cooperation among countries of the Global South. The WIPO Development Agenda highlighted initiatives related to health innovation, technology transfer, traditional knowledge, South-South cooperation and intellectual property capacity-building. Together, these developments illustrate the increasing centrality of regulatory governance, productive capacities and institutional reform within contemporary multilateral economic relations.*

Keywords: *multilateralism; WTO reform; non-tariff measures; productive capacities; intellectual property and development; health innovation; technology transfer; traditional knowledge and genetic resources; South-South cooperation; Global South.*

Nota da OMC: Continuidade das Negociações da MC14 e da Reforma do Sistema Multilateral de Comércio

Na primeira reunião do Conselho Geral após a 14ª Conferência Ministerial da OMC (MC14), realizada em Yaoundé, Camarões, a recém-eleita Presidente do Conselho Geral, Embaixadora Clare Kelly, da Nova Zelândia, apresentou os principais resultados de suas consultas com os membros da OMC sobre a continuidade das negociações iniciadas na MC14. As discussões enfatizaram que os ministros alcançaram elevado grau de convergência em diversas questões críticas, particularmente o Programa de Trabalho sobre Comércio Eletrônico, a moratória temporária sobre tarifas aduaneiras aplicadas às transmissões eletrônicas e a reforma institucional da OMC. A Embaixadora Kelly destacou que muitos membros consideraram os avanços obtidos em Yaoundé significativos e dignos de preservação, ressaltando que os próprios membros são responsáveis por enfrentar os atuais desafios que afetam o sistema multilateral de comércio. A Presidente enfatizou a importância de evitar a perda do impulso político gerado na MC14 e reafirmou a intenção de continuar as consultas em Genebra com o objetivo de identificar caminhos concretos para avançar antes da próxima sessão do Conselho Geral, em julho. (OMC, 2026)

Uma questão central das discussões referiu-se à moratória sobre tarifas aduaneiras aplicadas às transmissões eletrônicas, que se tornou um dos temas politicamente mais sensíveis da governança contemporânea do comércio digital. Durante a reunião, os Estados Unidos apresentaram uma Declaração Conjunta apoiada por 19 membros, afirmando que, a partir de 8 de maio de 2026, os copatrocinadores continuariam abstendo-se de impor tarifas aduaneiras sobre transmissões eletrônicas entre si. A Türkiye anunciou adicionalmente que não impediria o consenso em relação à extensão temporária da moratória, representando um importante

desenvolvimento político na redução das divergências remanescentes entre os membros. O Conselho Geral também tomou nota do Acordo Plurilateral sobre Comércio Eletrônico, cujos apoiadores, mais de 60 membros da OMC, anunciaram na MC14 que haviam adotado um mecanismo provisório para a entrada em vigor do Acordo, enquanto prosseguem as negociações relativas à sua futura incorporação ao marco jurídico da OMC. Esses desenvolvimentos revelam a crescente relevância da regulação do comércio digital na agenda da OMC e demonstram esforços dos membros para preservar a previsibilidade jurídica do comércio eletrônico transfronteiriço, apesar das divergências persistentes entre o conjunto mais amplo da membresia. (OMC, 2026)

Outro tema central da reunião envolveu a reforma da OMC e a continuidade dos esforços de modernização institucional após a MC14. A Embaixadora Kelly enfatizou que o projeto de declaração e plano de trabalho anexado ao Sumário do Presidente da MC14 reconhecia a necessidade de continuidade das consultas sobre a reforma do sistema de solução de controvérsias sob a autoridade do Órgão de Solução de Controvérsias. Os membros apoiaram amplamente a ideia de que os esforços de reforma deveriam prosseguir sem reabrir equilíbrios previamente negociados ou reiniciar as discussões desde o início. A Embaixadora Kelly observou que uma considerável maioria dos membros desejava preservar a convergência alcançada em Yaoundé e evitar retrocessos ou paralisações processuais. A Diretora-Geral Ngozi Okonjo-Iweala igualmente elogiou os avanços alcançados na MC14 e instou os membros a concluírem o trabalho pendente em Genebra. Ela enfatizou a importância de manter abertos os canais de comunicação entre os membros e elogiou as delegações por demonstrarem paciência e moderação durante as negociações ministeriais. As discussões refletiram, portanto, um reconhecimento mais amplo de que a credibilidade e a efetividade do sistema multilateral de comércio dependem da disposição dos membros em continuar negociações pragmáticas voltadas à adaptação institucional e à reforma do sistema de solução de controvérsias. (OMC, 2026)

A reunião do Conselho Geral também abordou diversas outras questões discutidas durante a MC14, incluindo temas relacionados à propriedade intelectual, desenvolvimento, agricultura, subsídios à pesca e facilitação de investimentos. A Embaixadora Kelly referiu-se especificamente à continuidade das discussões relativas à moratória sobre reclamações de não violação e reclamações por situação no âmbito do Acordo TRIPS, bem como ao pacote destinado aos países menos desenvolvidos e às propostas do G90 relativas ao Artigo 66.2 do Acordo TRIPS sobre obrigações de transferência de tecnologia. Ela também destacou a importância dos debates em andamento sobre custos de remessas financeiras e desafios emergentes do comércio agrícola. A Presidente encorajou os membros a continuarem as negociações tanto informalmente quanto nos órgãos competentes da OMC para avançar nesses temas. Além disso, os membros adotaram formalmente três decisões em Yaoundé relacionadas à integração das pequenas economias ao sistema multilateral de comércio, à implementação precisa, efetiva e operacional das disposições de tratamento especial e diferenciado nos Acordos SPS e TBT, e à continuidade das negociações sobre subsídios à pesca. Essas discussões demonstram que a MC14 gerou uma ampla agenda negociadora que vai além do comércio digital e da reforma institucional, abrangendo preocupações históricas relacionadas ao desenvolvimento e negociações comerciais setoriais específicas. (OMC, 2026)

Por fim, a reunião também se concentrou na trajetória institucional futura da OMC, particularmente nos preparativos para a 15ª Conferência Ministerial (MC15). A Embaixadora

Kelly informou aos membros que os ministros na MC14 solicitaram ao Conselho Geral a realização de consultas sobre a data e o local da MC15 e confirmou que as discussões continuariam com base na oferta da Arábia Saudita para sediar a conferência em Riad, em 2028. O Presidente cessante do Conselho Geral, Embaixador Saqer Abdullah Almoqbel, da Arábia Saudita, enfatizou que os membros da OMC estavam "muito próximos" de alcançar consenso em múltiplos temas negociadores e instou as delegações a aproveitarem o impulso político gerado em Yaoundé. Ao resumir a reunião, a Embaixadora Kelly afirmou que havia amplo reconhecimento entre os membros sobre a necessidade de concluir o trabalho em andamento sem perder impulso, reabrir temas já acordados ou comprometer os delicados equilíbrios alcançados durante as negociações da MC14. O tom geral da reunião refletiu, portanto, um otimismo cauteloso em relação à possibilidade de consolidar os avanços negociadores recentes, preservando simultaneamente as bases cooperativas do sistema multilateral de comércio. (OMC, 2026)

Medidas não tarifárias, capacidades produtivas e o comércio global: análise das publicações da UNCTAD (abril–maio de 2026)

O *Global Trade Update* de maio de 2026, publicado pela United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), examina o peso crescente das medidas não tarifárias sobre o comércio internacional, com ênfase nas assimetrias entre economias desenvolvidas e em desenvolvimento em um contexto de acirramento das tensões geopolíticas e reorientação do multilateralismo comercial. O artigo *New data reveals what drives economic transformation - and where gaps pers*ist, publicado pela UNCTAD em 23 de abril de 2026, apresenta os dados mais recentes do Índice de Capacidades Produtivas (ICP, ou PCI no original), instrumento que mensura as condições estruturais de desenvolvimento por meio de 43 indicadores distribuídos em oito dimensões, e revela que a lacuna entre países desenvolvidos e menos desenvolvidos permanece ampla, com poucos sinais de convergência (UNCTAD, 2026a; UNCTAD, 2026b).

O peso oculto das medidas não tarifárias

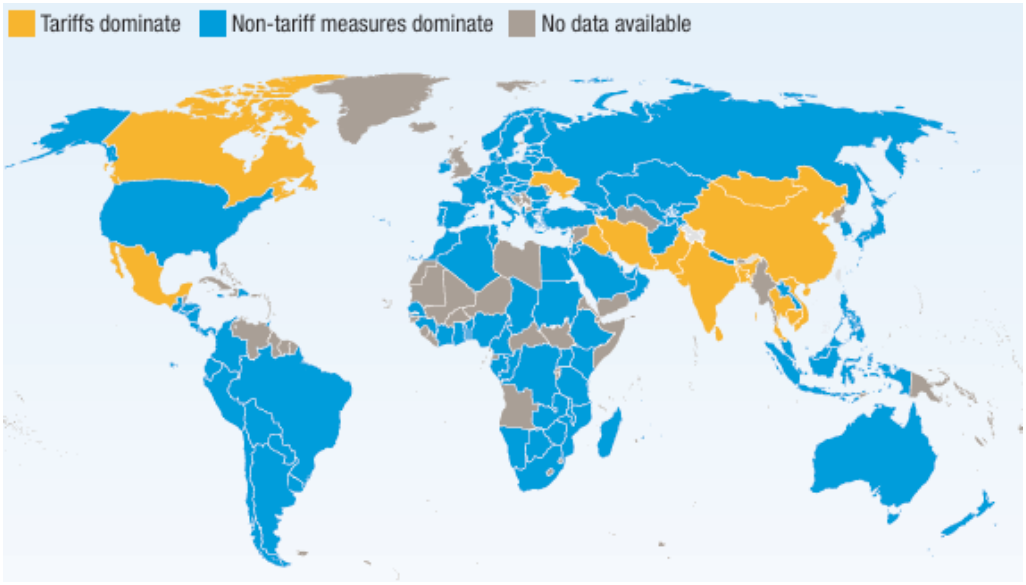
Apesar da elevação expressiva das tarifas em 2025, 10% para países desenvolvidos, 16% para países em desenvolvimento e 18% para países menos desenvolvidos, as Medidas não tarifárias ainda impõem custos superiores às exportações de 88% dos países do mundo, o que evidencia que a proteção não tarifária avança de forma estrutural, e não episódica como as oscilações tarifárias. As Medidas não tarifárias compreendem tanto barreiras não tarifárias propriamente ditas (licenças de importação, cotas, proibições de exportação) quanto medidas técnicas relacionadas à saúde, ao meio ambiente e à segurança; e são estas últimas que predominam e crescem há duas décadas, sendo mais de três vezes mais frequentes do que todas as demais intervenções de política comercial combinadas. O resultado é um regime de acesso a mercados que opera por exigências de conformidade, não por preços, penalizando de forma desproporcional os países com menor capacidade regulatória e infraestrutura institucional (UNCTAD, 2026a).

A reorientação geopolítica da política comercial

O cenário de intervencionismo crescente tem marcos identificáveis: a pandemia de Covid-19, em 2020, a guerra na Ucrânia, em 2022, e os aumentos tarifários norte-americanos, a partir de 2 de abril de 2025 deslocaram progressivamente as grandes economias de uma orientação liberalizante para um uso mais intensivo da política comercial, com objetivos de política industrial, resiliência de cadeias de valor e segurança nacional, incluindo subsídios para

transição verde que frequentemente exigem conteúdo local. Apesar de os dados globais registrarem mais reduções tarifárias do que aumentos em 2025, os incrementos norte-americanos foram quantitativamente superiores ao conjunto das reduções dos demais países, elevando a tarifa média global em dois dígitos; mesmo assim, as novas barreiras não tarifárias foram quase duas vezes mais frequentes que os aumentos tarifários no mesmo ano (UNCTAD, 2026a).

Figura 1 — Além das tarifas: a maioria dos países ainda enfrenta custos de exportação mais altos provenientes de medidas não tarifárias. Comparação dos custos ponderados pelo comércio enfrentados nas exportações de bens



Fonte: UNCTAD, 2026a.

A dupla penalidade sobre os países em desenvolvimento

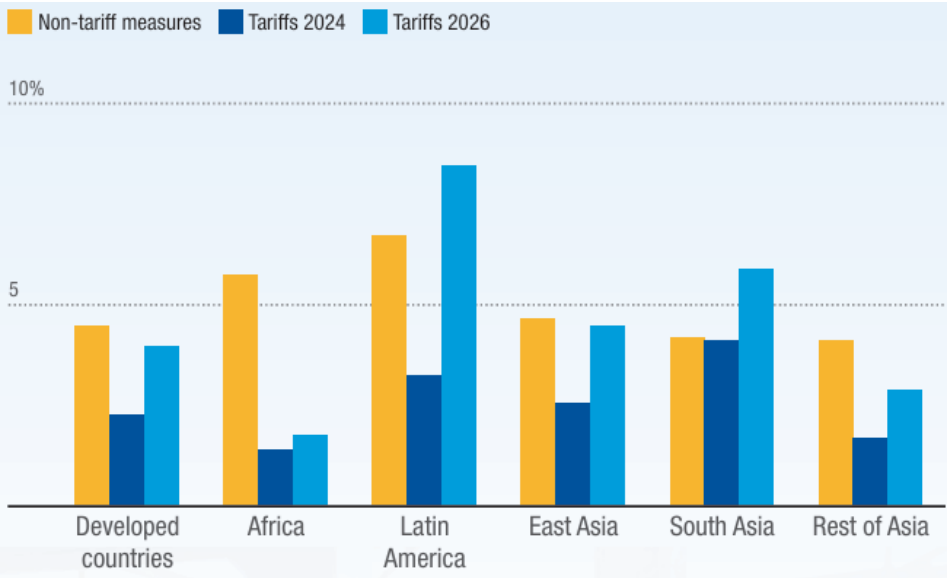
Os aumentos tarifários de 2025 afetaram os países de forma assimétrica, com a taxa média sobre as exportações da América Latina mais que dobrando, enquanto os países desenvolvidos enfrentaram incrementos inferiores aos de países do Leste Asiático, do Sul da Ásia e da própria região latino-americana. A essa pressão tarifária sobrepõem-se os custos das Medidas não tarifárias, que são relativamente mais onerosos para empresas de menor porte e para países que carecem de laboratórios acreditados e organismos de certificação locais, situação em que os exportadores precisam rotear produtos por terceiros países para confirmar conformidade, adicionando custos e tempo ao processo exportador. A UNCTAD estima que os países menos desenvolvidos perdem cerca de 10% de suas exportações para os mercados do G20 justamente pela incapacidade de cumprir as exigências de Medidas não tarifárias em comparação com outros países em desenvolvimento (UNCTAD, 2026a).

Acordos comerciais e a disputa regulatória nos setores estratégicos

Os acordos de comércio recíproco firmados pelos Estados Unidos em 2025 com Malásia, Camboja, El Salvador, Guatemala, Argentina, Bangladesh, Taiwan, Indonésia e Equador

concentram-se sistematicamente em exigências de reconhecimento dos padrões norte-americanos pelos signatários nos setores automotivo, farmacêutico, de dispositivos médicos e agrícola, o que configura uma estratégia de exportação de padrões técnicos como instrumento de geopolítica econômica. O setor farmacêutico aparece de forma recorrente: em ao sete dos onze acordos listados pela UNCTAD, disposições sobre barreiras técnicas (TBT) farmacêuticas e reconhecimento de certificados da FDA foram explicitamente incluídas, o que impõe constrangimentos ao espaço de política sanitária dos países signatários. Em contraste, os acordos da União Europeia com a Índia e o Mercosul enfatizam o reconhecimento mútuo e o alinhamento com padrões internacionais (UNCTAD, 2026a).

Figura 2 — Dupla penalidade: países em desenvolvimento enfrentam tarifas crescentes e altos custos de medidas não tarifárias. Custos médios ponderados pelo comércio enfrentados nas exportações de bens, por grupo de países (Medidas não tarifárias, tarifas 2024 e tarifas 2026)



Fonte: UNCTAD, 2026a.

A transparência como alavanca de curto prazo

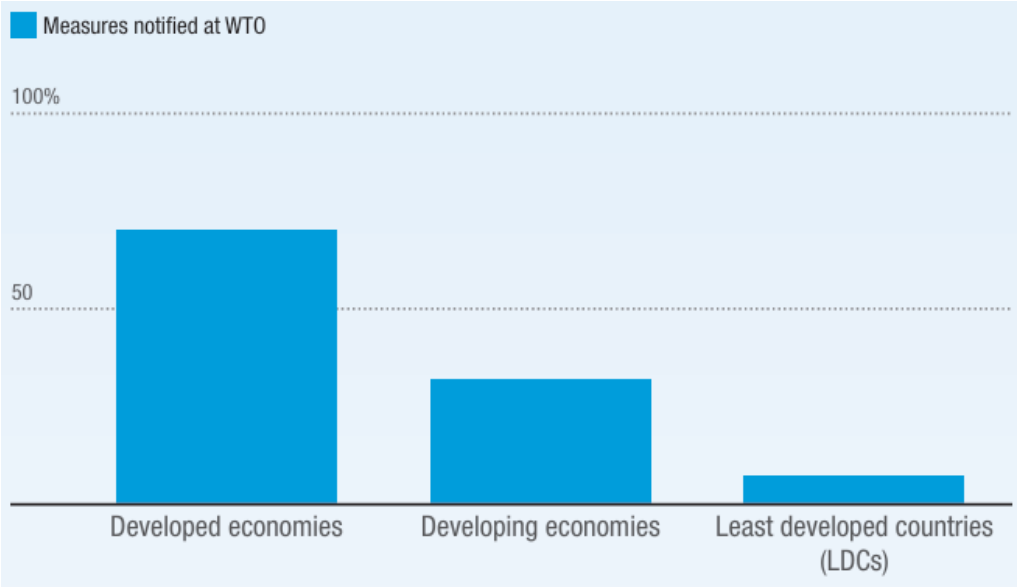
A falta de transparência nas Medidas não tarifárias funciona como barreira adicional e invisível: as obrigações de notificação à OMC não são cumpridas integralmente por muitos países, e medidas baseadas em padrões internacionais podem escapar das exigências de notificação mesmo produzindo efeitos comerciais substantivos. A UNCTAD lidera esforços nessa direção por meio do banco de dados TRAINS e do Global Trade Helpdesk, instrumentos que já existem e poderiam ter seu impacto ampliado com atualização contínua e maior comprometimento dos países membros com as obrigações de notificação (UNCTAD, 2026a).

O silêncio diplomático dos países menos desenvolvidos na OMC

Enquanto países em desenvolvimento superaram recentemente as economias desenvolvidas tanto na apresentação quanto no recebimento de preocupações comerciais específicas (STCs) junto à OMC, a participação dos países menos desenvolvidos permanece

mínima em ambos os sentidos, revelando o que o relatório denomina “silêncio diplomático”, uma ausência que impede esses países de contestar as próprias barreiras que limitam seu crescimento. Essa marginalização diplomática está diretamente associada à posição estrutural destes no comércio global: a participação desses países nas exportações mundiais foi de aproximadamente 1,1% em 2024, praticamente inalterada em relação ao 1,0% registrado em 2010, muito aquém da meta do ODS 17 de duplicar essa participação para 2% até 2020, meta que, segundo as tendências atuais, permanecerá não cumprida mesmo em 2030. A combinação de exclusão regulatória, baixa capacidade técnica e ausência nos fóruns de negociação constitui um ciclo que a liberalização tarifária isolada é estruturalmente incapaz de romper (UNCTAD, 2026a).

Figura 3 — A lacuna de transparência é um obstáculo real ao comércio: mediana do número de notificações de medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS) e de barreiras técnicas ao comércio (TBT) à OMC comparada ao número de medidas registradas no banco de dados TRAINS, por grupo de países



Fonte: UNCTAD, 2026a.

Convergência regulatória e integração Sul-Sul

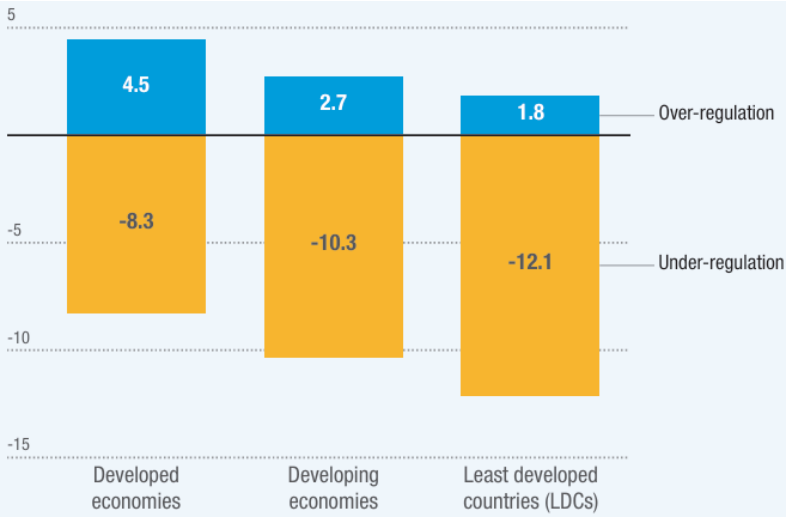
A cooperação regulatória entre países em desenvolvimento representa uma via concreta e politicamente viável de redução de custos comerciais: estimativas da UNCTAD indicam que a convergência regulatória sem modificar o número de medidas aplicadas por cada país, mas apenas alinhando os tipos de medidas poderia reduzir entre 15% e 30% os custos associados a Medidas não tarifárias globalmente. No contexto africano, a relevância é mais marcante: no âmbito da AfCFTA, o custo ad valorem das medidas técnicas no setor agroalimentar chega a 12,8%, podendo ser reduzido para 7,7% com cooperação regulatória mais intensa, enquanto no setor manufatureiro o custo atual de 1,8% poderia cair para 1,2%. Para o Brasil e o Mercosul, a implicação é direta: acordos de integração que incorporem cooperação regulatória profunda representam potencial de ganhos de acesso a mercados superiores ao que

seria obtido por liberalização tarifária isolada, especialmente para setores de média e alta complexidade tecnológica (UNCTAD, 2026a).

Capacidades produtivas e a raiz estrutural das assimetrias comerciais

O artigo "New data reveals what drives economic transformation – and where gaps persist" da UNCTAD publicado em abril de 2026 situa o problema das barreiras comerciais em um quadro estrutural mais amplo: a incapacidade de cumprir Medidas não tarifárias não é um problema técnico isolado, mas sintoma de déficits de capacidades produtivas que atravessam capital humano, infraestrutura, energia, instituições e setor privado. O ICP evidencia que a mediana dos países menos desenvolvidos avançou de 18,1 em 2000 para 29,3 em 2024, com o progresso concentrado em TICs, cuja pontuação saltou de 3,6 para 28,6 no mesmo período, enquanto o capital natural permanece o maior componente dessas capacidades e representa simultaneamente um ativo e uma vulnerabilidade pela dependência de commodities. A persistência do hiato em relação às economias desenvolvidas, cujo avanço desacelerou desde a Covid-19, e o fato de que países insulares em desenvolvimento perderam posição relativa após 2020 reforçam que a integração produtiva ao comércio global exige intervenção deliberada e continuada sobre as condições estruturais de produção, não apenas abertura de mercados (UNCTAD, 2026b).

Figura 4 — Sobre- e sub-regulação em relação aos padrões internacionais agroalimentares: número médio de medidas por produto



Fonte: UNCTAD, 2026a.

A OMPI e a agenda de desenvolvimento em propriedade intelectual: o relatório CDIP/36/4

Saúde, inovação e acesso a tecnologias médicas

O décimo relatório anual da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI/WIPO) sobre contribuição aos ODS (CDIP/36/4, março de 2026) registra, sob o SDG 3, uma agenda densa em inovação em saúde: o Centro de Excelência em Inovação e Manufatura Médica (CoE) realizou treinamentos para mais de 700 partes interessadas da manufatura médica

em Ásia, África e América Latina em 2025, com ênfase em estratégias de PI, licenciamento e transferência de tecnologia voltadas para inovação sustentável. A cooperação trilateral OMS-OMPI-OMC prosseguiu com o 12.º Simpósio Técnico sobre Resistência Antimicrobiana, abordando a lacuna de inovação, iniquidades de acesso e desafios de cadeia de suprimentos, dois ciclos do webinar "IA e saúde digital" para adidos de Genebra, e suporte técnico contínuo às negociações do instrumento internacional sobre pandemia, particularmente nas disposições sobre PI e transferência de tecnologia. A OMPI também tem atuado na liderança de duas frentes de pesquisa e inovação tecnológica:

- **Saúde global (lançamento em Kigali):** Estudo sobre ecossistemas de inovação em tecnologia médica para o enfrentamento de doenças não transmissíveis em países menos desenvolvidos, conduzido em parceria com o Banco de Tecnologia da ONU e a Medtronic.
- **Meio ambiente e sanitização:** Estudo sobre tecnologias inovadoras de tratamento de efluentes focadas na contenção da resistência antimicrobiana, coliderado pelo PNUMA." WIPO, 2026a).

Recursos genéticos, conhecimentos tradicionais e o avanço do Tratado da OMPI

O Comitê Intergovernamental sobre Recursos Genéticos, Conhecimentos Tradicionais e Folclore (IGC) continuou em 2025 os trabalhos de finalização do Tratado de OMPI sobre PI, Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados: ao final do ano, 44 Estados-membros haviam assinado o instrumento, Malawi e Uganda o haviam ratificado, e a entrada em vigor depende de 15 ratificações. No plano prático, a OMPI realizou seminário inter-regional no Brasil sobre proteção e uso de expressões culturais tradicionais, conhecimentos tradicionais e recursos genéticos, com recomendações finais sobre implementação; conduziu curso para funcionários governamentais da Bolívia que resultou em compromisso com o desenvolvimento de marco legal nacional; e promoveu evento de conscientização na Guatemala sobre adesão ao Tratado (WIPO, 2026a).

Cooperação Sul-Sul, Agenda para o Desenvolvimento e os países de língua portuguesa

Em 2025, a OMPI realizou o Terceiro Encontro de Especialistas sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular para PI e Desenvolvimento, promovendo partilha de experiências e construção de parcerias entre países em desenvolvimento, o total de projetos aprovados sob a Agenda para o Desenvolvimento chegou a 64 ao final do ano, com dois novos projetos aprovados no período. Um marco relevante para a região foi o estabelecimento da Rede de Direitos de Autor e Direitos Conexos dos Países de Língua Portuguesa (RDAC-CPLP), formalizada com Declaração de Compromisso e Carta de Rede assinadas durante reunião de escritórios de direitos autorais dos países da CPLP, com plano de ação definido para a nova estrutura. No eixo do comércio, foi lançado o primeiro projeto conjunto OMPI-ALADI de capacitação em gestão de PI para os países membros da Associação Latino-Americana de Integração, iniciativa que fortalece a integração de PI nas agendas de comércio regional e amplia o acesso das PMEs ao sistema internacional de proteção. (WIPO, 2026a)

O Brasil na agenda da OMPI

Além do seminário sobre conhecimentos tradicionais e da Clínica ABiMED em Medtech e saúde digital, o Brasil figura em 2025 em ao menos três outras iniciativas da OMPI: a edição amazônica do programa de apoio a estudante de design resultou em 21 depósitos de desenho

industrial e na validação de um kit de treinamento disponibilizado publicamente no sítio do INPI, apresentado como referência na COP 30; o relatório inclui o Brasil nas “perspectivas nacionais sobre financiamento lastreado em PI”, indicando reconhecimento crescente do país como caso de interesse no debate sobre PI como ativo de acesso a capital; e um projeto sobre PI para empreendedores com deficiência intelectual foi implementado em parceria com o México (WIPO, 2026a).

A 36.ª sessão do Comitê de Desenvolvimento e Propriedade Intelectual (CDIP/36)

Realizada em Genebra entre 4 e 8 de maio de 2026, em formato híbrido, a sessão teve agenda que incluiu a análise de relatórios de conclusão e avaliação de projetos encerrados da Agenda para o Desenvolvimento, além de novas propostas, entre elas a iniciativa chilena sobre PI e inteligência artificial em processos criativos em países em desenvolvimento, proposta do grupo CACEEC sobre valoração e comercialização de PI, e projeto britânico sobre comércio transfronteiriço de bens com marcas falsificadas. O IGC, cujo Tratado sobre PI e Recursos Genéticos avança lentamente para entrada em vigor, também integrou a pauta, consolidando a centralidade do tema para os países do Sul Global. (WIPO, 2026b)

Referências

OMC. *General Council chair outlines next steps to build on momentum from MC14 negotiations.* Geneva: WTO, 2026. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news26_e/gc_06may26_386_e.htm

UNCTADa. *Global trade update, May 2026: invisible barriers — the costs of non-tariff measures.* Geneva: UN Trade and Development, maio 2026. (UNCTAD/DITC/INF/2026/5). Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/ditcinf2026d5_en.pdf

UNCTADb. New data reveals what drives economic transformation — and where gaps persist. *UNCTAD News*, 23 abr. 2026. Disponível em: https://UNCTAD.org/news/new-data-reveals-what-drives-economic-transformation-and-where-gaps-persist

WIPOa. *Report on WIPO's contribution to the implementation of the Sustainable Development Goals and its associated targets*. Geneva: World Intellectual Property Organization, 2026. (CDIP/36/4). Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/mdocs/mdocs/en/cdip_36/cdip_36_4.pdf.

WIPOb. *Committee on Development and Intellectual Property (CDIP): Thirty-Sixth Session*. Geneva: World Intellectual Property Organization, 2026. Disponível em: https://www.wipo.int/meetings/en/details.jsp?meeting_id=89949.

Crises globais contemporâneas e seus impactos sobre a saúde, a equidade e o multilateralismo

Crisis globales contemporáneas y sus impactos sobre la salud, la equidad y el multilateralismo

Contemporary Global Crises and Their Impacts on Health, Equity, and Multilateralism

Laurenice Pires, Matheus dos Santos da Silveira, Renan Amaral Oliveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Marciglei Brito Morais, Ana Carol Aldapi Vaquera, Patrícia Lewis Carpio, Diana Zeballos e Luis Eugênio de Souza

Resumo: Na quinzena analisada, 46 das 62 Organizações da Sociedade Civil (OSC) monitoradas manifestaram-se sobre questões relacionadas à saúde global. As manifestações recentes concentraram-se em conflitos violentos, crises humanitárias, mudanças climáticas e governança global. As organizações de interesse público denunciaram violações de direitos em diferentes regiões do mundo, agravadas por guerras, deslocamentos forçados, insegurança alimentar e destruição de infraestrutura essencial, especialmente em Gaza, no Líbano e no Congo. Também cobraram o cumprimento de acordos internacionais e maior proteção aos serviços de saúde em conflitos armados. A 1ª Conferência Internacional sobre a Transição para Longe dos Combustíveis Fósseis, realizada em Santa Marta, Colômbia, foi destacada como um marco relevante para a estabilidade climática e energética global. Conflitos, mudanças climáticas, desinformação e instabilidade econômica configuram uma "policrise" que ameaça a vida no planeta. As organizações de interesse privado, por sua vez, priorizaram temas como vacinação, inteligência artificial aplicada ao desenvolvimento de vacinas, doenças infecciosas emergentes, saúde climática e governança global em saúde. As manifestações da sociedade civil desta quinzena reiteram a percepção da fragilidade das organizações multilaterais e levam ao questionamento sobre como construir novos acordos internacionais capazes de garantir a dignidade humana, a soberania dos povos e uma saúde efetivamente universal e equitativa.

Palavras-chave: Saúde global; multilateralismo; organizações da sociedade civil; crises humanitárias; governança global.

Resumen. *Durante el periodo de quince días analizado, 46 de las 62 organizaciones de la sociedad civil (OSC) objeto de seguimiento se pronunciaron sobre cuestiones relacionadas con la salud mundial. Las declaraciones recientes se centraron en los conflictos violentos, las crisis humanitarias, el cambio climático y la gobernanza mundial. Las organizaciones de interés público denunciaron violaciones de derechos en diferentes regiones del mundo, agravadas por guerras, desplazamientos forzados, inseguridad alimentaria y destrucción de infraestructuras esenciales, especialmente en Gaza, el Líbano y el Congo. También exigieron el cumplimiento de*

los acuerdos internacionales y una mayor protección de los servicios de salud en los conflictos armados. La I Conferencia Internacional sobre la Transición para Abandonar los Combustibles Fósiles, celebrada en Santa Marta (Colombia), se destacó como un hito relevante para la estabilidad climática y energética global. Los conflictos, el cambio climático, la desinformación y la inestabilidad económica conforman una «policrisis» que amenaza la vida en el planeta. Las organizaciones de interés privado, por su parte, dieron prioridad a temas como la vacunación, la inteligencia artificial aplicada al desarrollo de vacunas, las enfermedades infecciosas emergentes, la salud climática y la gobernanza global en materia de salud. La I Conferencia Internacional sobre la Transición para Abandonar los Combustibles Fósiles, celebrada en Santa Marta (Colombia), se ha destacado como un hito relevante para la estabilidad climática y energética mundial. Los conflictos, el cambio climático, la desinformación y la inestabilidad económica conforman una "policrisis" que amenaza la vida en el planeta. Las organizaciones de interés privado, por su parte, dieron prioridad a temas como la vacunación, la inteligencia artificial aplicada al desarrollo de vacunas, las enfermedades infecciosas emergentes, la salud climática y la gobernanza global en materia de salud. Las manifestaciones de la sociedad civil de esta quincena reiteran la percepción de la fragilidad de las organizaciones multilaterales y llevan a cuestionar cómo construir nuevos acuerdos internacionales capaces de garantizar la dignidad humana, la soberanía de los pueblos y una salud efectivamente universal y equitativa.

Palabras clave: *Salud mundial; multilateralismo; organizaciones de la sociedad civil; crisis humanitarias; gobernanza mundial.*

Abstract*: During the two-week period analyzed, 46 of the 62 civil society organizations (CSOs) monitored issued statements on issues related to global health. Recent statements focused on violent conflicts, humanitarian crises, climate change, and global governance. Public interest organizations denounced human rights violations in different regions of the world, exacerbated by wars, forced displacement, food insecurity, and the destruction of essential infrastructure, particularly in Gaza, Lebanon, and the Congo. They also called for compliance with international agreements and greater protection of health services in armed conflicts. The 1st International Conference on the Transition Away from Fossil Fuels, held in Santa Marta, Colombia, was highlighted as a significant milestone for global climate and energy stability. Conflicts, climate change, misinformation, and economic instability constitute a "polycrisis" that threatens life on the planet. Private-sector organizations, in turn, prioritized topics such as vaccination, artificial intelligence applied to vaccine development, emerging infectious diseases, climate health, and global health governance. The civil society protests of the past two weeks underscore the perception that multilateral organizations are fragile and raise questions about how to build new international agreements capable of guaranteeing human dignity, the sovereignty of peoples, and truly universal and equitable health care.*

Keywords: *Global health; multilateralism; civil society organizations; humanitarian crises; global governance.*

Introdução

As organizações da sociedade civil de interesse público continuam denunciando as violações de direitos ocorridas no mundo, potencializadas pela intensificação de guerras e conflitos, que violam tratados e acordos entre os Estados e colocam em xeque não só as organizações multilaterais, como também a soberania dos países.

Em denúncias que incluem o agravamento da desnutrição resultante do bloqueio alimentar e as restrições impostas por Israel à ajuda humanitária, a privação de água como instrumento de guerra, por meio da destruição da infraestrutura hídrica e do bloqueio à entrada de suprimentos essenciais, a continuidade dos ataques israelenses ao sul do Líbano e a fragilidade dos acordos de paz assinados no Congo as organizações explicitam as violações de direitos fundamentais das comunidades e dos indivíduos e levanta dúvidas sobre quem pode parar essas violações, como e quando.

As organizações cobraram dos Estados o reforço da proteção dos serviços de saúde em conflitos armados e o cumprimento da Resolução nº 2286 da ONU, que protege a assistência médica nesses conflitos.

Um assunto de destaque nas manifestações da sociedade civil, nesta quinzena, foi a *1ª Conferência Internacional sobre a Transição para Longe dos Combustíveis Fósseis,* que reuniu, em Santa Marta, na Colômbia, nos dias 28 e 29 de abril, representantes de governos de 56 países, além de cientistas e militantes da causa ambiental. De acordo com as OSC, essa conferência representou um marco importante no caminho para a estabilidade climática e energética a longo prazo, com a proposta de um tratado vinculante voltado à eliminação gradual dos combustíveis fósseis.

Somados aos conflitos violentos, o deslocamento forçado, as mudanças climáticas, a instabilidade econômica e a desinformação conformam uma policrise, entendida como um fenômeno complexo que compromete, em última instância, a vida no planeta.

Além disso, as organizações trataram de outros problemas que agravam a situação da população em situação de vulnerabilidade, destacando-se o câncer do colo do útero, que afeta desproporcionalmente mulheres de países de baixa e média renda, bem como as precárias condições de trabalho e o desrespeito aos direitos trabalhistas em diferentes países.

As organizações também trataram de pequenas, mas importantes vitórias, como a ampliação e modernização do hospital de campanha no sul de Gaza, com a entrada de novos insumos e equipamentos médicos, e o manifesto de solidariedade à Flotilha Global Sumud, em apoio ao povo palestino e, particularmente, aos habitantes de Gaza. Elas também se manifestaram sobre a falta de políticas urbanas adequadas para lidar com o envelhecimento populacional e sobre a preocupação com pessoas desaparecidas e com profissionais que atuam em contextos de violência armada.

Várias organizações anunciaram a realização de atividades paralelas à 79ª Assembleia Mundial da Saúde. Essas atividades incluem uma série de debates sobre as perspectivas da sociedade civil para a Assembleia Mundial, além de discussões sobre o progresso na luta contra doenças tropicais e sobre os modelos de cuidados no contexto virtual.

No que concerne às manifestações das organizações da sociedade civil de interesse privado, a vacinação foi o tema mais frequente. No período, elas trataram do impacto da vacinação em contextos de crise humanitária, defendendo a garantia de acesso à primeira dose de vacina às crianças em regiões em crise e instabilidade. Destacaram a distribuição de 30 milhões de doses de vacinas em contextos de conflito, sendo mais de um milhão de primeiras doses em crianças. Defenderam que a vacinação de rotina e as estratégias específicas de vacinação em áreas de difícil acesso constituem um modelo escalável e custo-efetivo.

Um conjunto de organizações apoiou o lançamento da vacina contra o HPV pelo governo do Burundi, com o objetivo de alcançar pelo menos 80% de cobertura vacinal e reduzir significativamente a mortalidade por câncer cervical no país, em que a doença é uma das principais causas de morte entre mulheres. O uso da inteligência artificial no desenvolvimento de vacinas também foi tema de manifestações, sendo defendido como uma contribuição para que pessoas em situação de vulnerabilidade tenham acesso mais rápido a elas.

As organizações da sociedade civil divulgaram vários estudos científicos: sobre o hantavírus, sobre vírus com potencial pandêmico e sobre o combate à dengue, Zika e chikungunya por meio da liberação de mosquitos infectados com a bactéria *Wolbachia*. A preocupação com futuras pandemias levou diversas OSC a organizarem eventos a serem realizados paralelamente à 79ª Assembleia Mundial da Saúde. A escassez de oxigênio medicinal foi lembrada, em particular, como uma situação crítica negligenciada.

Com relação ao meio ambiente, foi divulgado um artigo sobre a conservação das florestas e seu papel crucial na proteção da saúde humana, incluindo a redução dos riscos de doenças infecciosas emergentes. Também se abordou o impacto das crises climáticas na agricultura e na segurança alimentar, especialmente em regiões vulneráveis da África e do sul da Ásia. Foi mencionada uma pesquisa que demonstrou que investimentos em saúde climática podem gerar benefícios de 68 dólares por dólar investido em países de baixa e média renda.

Também foi divulgado um artigo do ex-diretor científico do programa de controle do HIV/aids nos Estados Unidos, no qual relatou sua decisão de deixar o cargo, motivada por mudanças políticas e éticas no campo. No artigo, ele critica a transformação da saúde global em um modelo alinhado a interesses econômicos estratégicos, em detrimento da solidariedade internacional.

Por fim, a governança global em saúde foi tema de manifestações, considerando-se as propostas de reformas em curso no âmbito da OMS, as novas dinâmicas de financiamento e a necessidade de maior coerência entre múltiplas iniciativas globais.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

Crises Humanitárias, Conflitos e Migrações

Gaza / Palestina

A organização humanitária Médicos Sem Fronteiras (MSF) denunciou o agravamento da desnutrição em Gaza, especialmente entre gestantes, recém-nascidos e crianças pequenas, atribuindo a crise ao bloqueio alimentar e às restrições impostas por Israel à ajuda humanitária. A organização registrou aumento de partos prematuros, de baixo peso ao nascer, de mortalidade neonatal e de abandono de tratamentos nutricionais devido à insegurança e aos deslocamentos forçados.[1]

A organização humanitária Médicos Sem Fronteiras denunciou que Israel estaria utilizando a privação de água como instrumento de guerra em Gaza, por meio da destruição da infraestrutura hídrica e do bloqueio à entrada de suprimentos essenciais. Segundo a organização, a escassez de água agravou doenças, insegurança sanitária e deslocamentos forçados, afetando profundamente as condições de saúde e sobrevivência da população palestina.[2]

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha anunciou a ampliação e modernização de seu hospital de campanha em Rafah, no sul de Gaza, com a entrada de novos insumos e equipamentos médicos. A organização destacou que a unidade permanece como uma das poucas estruturas de saúde em funcionamento na região, tendo realizado milhares de cirurgias, consultas e partos desde 2024, mas alertou que as necessidades humanitárias e de saúde da população continuam muito superiores à capacidade disponível.[3]

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) publicou uma declaração, manifestando sua solidariedade à Flotilha Global Sumud, uma iniciativa de apoio ao povo palestino, em geral, e aos habitantes de Gaza, em particular, que vivem uma longa crise humanitária.[4]

Líbano

A organização humanitária Médicos Sem Fronteiras denunciou a continuidade dos ataques israelenses no sul do Líbano apesar do cessar-fogo, destacando o elevado número de mortos, feridos e deslocados. A organização relatou a sobrecarga dos hospitais apoiados por suas equipes, a escassez de insumos médicos e o agravamento da saúde mental da população afetada pelos bombardeios e deslocamentos contínuos.[5]

Sudão do Sul

MSFA anunciou o fechamento definitivo do hospital de Lankien, no Sudão do Sul, após o bombardeio da unidade e a destruição de suprimentos médicos essenciais. A organização denunciou a crescente violência contra instalações de saúde no país e alertou que cerca de 250 mil pessoas ficaram sem acesso a atendimento médico após o encerramento das atividades do hospital, que funcionava há 31 anos na região.[6]

Congo

A CARE International divulgou notícia sobre os novos acordos de paz assinados na República Democrática do Congo (RDC), ressaltando que o cenário no leste do país permanece crítico, revelando a ineficiência dos tratados em conter a violência. Segundo a organização, a persistência dos conflitos armados mantém 14,9 milhões de pessoas em estado de necessidade urgente, resultando em deslocamentos em massa, no colapso de serviços essenciais e em uma insegurança alimentar alarmante. [7]

Policrise

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) realizou a Semana Global de Saúde Pública de 2026, chamando atenção para as ameaças globais que têm impactado a saúde pública: guerras, deslocamento forçado de populações, mudanças climáticas, instabilidade econômica e desinformação. Essas ameaças formam um policrise que não se limita a soma de eventos, mas constitui um fenômeno complexo que compromete a vida no planeta.[8]

O Movimento pela Saúde dos Povos divulgou a realização do webinário "Resistindo às economias de guerra, pela vida, saúde e justiça climática". O evento reuniu líderes da sociedade civil e especialistas em saúde global para discutir: os impactos da militarização e das economias de guerra na saúde, como os gastos militares prejudicam os sistemas de saúde e a justiça climática ,estratégias da sociedade civil para a paz, a responsabilização e a desmilitarização e caminhos para a realocação de recursos para a vida, a saúde e a dignidade.[9]

Sistemas de Saúde, Cobertura Universal e Força de Trabalho

Recursos humanos e proteção de trabalhadores da saúde

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha, a Organização Mundial da Saúde e a Médicos Sem Fronteiras divulgaram um apelo conjunto cobrando que os Estados reforcem a proteção dos serviços de saúde em conflitos armados e implementem a Resolução 2286 da ONU. As organizações denunciaram o aumento de ataques contra hospitais, ambulâncias, profissionais de saúde e pacientes, alertando para a deterioração das normas humanitárias e para a falta de vontade política em garantir a proteção da assistência médica em zonas de guerra. [23]

MSF denunciou que, dez anos após a adoção da Resolução 2286 da ONU para proteger a assistência médica em conflitos armados, ataques contra hospitais, ambulâncias e profissionais de saúde continuam ocorrendo de forma recorrente em países como Palestina, Sudão, Ucrânia, Líbano e Mianmar. A organização cobrou que os Estados cumpram seus compromissos internacionais e reforçou que a proteção da saúde em guerras deve ser garantida por ações concretas, e não apenas por declarações políticas. [24]

O Movimento pela Saúde dos Povos (PHM) pediu a suspensão da Associação Médica Israelense (AMI) da Associação Médica Mundial, afirmando que a IMA permaneceu em silêncio enquanto profissionais de saúde palestinos eram alvos do genocídio em Gaza e da limpeza étnica na Cisjordânia, endossando as políticas de Israel.[26]

A Federação Mundial de Terapeutas Ocupacional (WFOT) repercutiu a publicação da ONU relativa ao Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho, celebrado no dia 28 de abril.[25]

Clima, Ambiente e Saúde Planetária

Meio ambiente, agricultura e segurança alimentar

A Planetary Health Alliance divulgou um artigo que analisa como a degradação dos sistemas alimentares no Iraque está gerando uma crise interligada de saúde, ambiente e segurança alimentar. Fatores como mudanças climáticas, escassez de água, degradação do solo e conflitos têm comprometido a produção agrícola e o acesso a alimentos, resultando em aumento da insegurança alimentar, desnutrição e vulnerabilidade social. A situação ilustra os princípios da saúde planetária, mostrando como a degradação ambiental impacta diretamente a saúde humana. A aliança destaca a necessidade de abordagens integradas que conectem agricultura sustentável, políticas públicas e saúde.[21]

Eventos climáticos extremos

A InterAcademy Partnership (IAP) divulgou a realização de um webinário sobre o risco de incêndios florestais, destacando que estão aumentando em todo o mundo. Além disso, a IAP registra a necessidade de melhor modelagem da avaliação de riscos e discute como a ciência pode fortalecer a prevenção e o combate a incêndios florestais.[22]

Combustíveis fósseis e transição energética

A organização ActionAid International apoiou a proposta apresentada por países do Sul Global durante a Conferência de Santa Marta para a criação de um tratado vinculante voltado à eliminação gradual dos combustíveis fósseis. A entidade destacou que países mais afetados pela crise climática estão liderando a defesa de transições energéticas justas, financiamento

climático e justiça da dívida, pressionando por mudanças mais rápidas na governança global sobre combustíveis fósseis. [19]

A organização Action Aid International afirmou que a Conferência de Santa Marta representou um marco importante no debate sobre a eliminação gradual dos combustíveis fósseis. A entidade destacou que governos demonstraram maior disposição para enfrentar os impactos econômicos e climáticos da dependência fóssil, defendendo uma transição energética justa, financiamento climático e reformas econômicas que permitam avançar rumo a um tratado internacional para o fim da era dos combustíveis fósseis.[20]

Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) e Saúde Mental

Câncer

A Global Health Council faz uma reflexão essencial sobre as desigualdades no acesso à saúde global. O câncer do colo do útero continua afetando desproporcionalmente mulheres em países de baixa e média renda, evidenciando a necessidade de ampliar políticas públicas de vacinação, rastreamento e tratamento. Iniciativas como a da NCCN são fundamentais para transformar conhecimento em ações concretas e avançar na redução dessa disparidade global.[10]

A Aliança Internacional de Organizações de Pacientes publicou um comunicado à imprensa sobre a Aliança para o Tratamento Personalizado do Câncer. O documento reafirma que a próxima fase da defesa de direitos deve passar da teoria para a prática, reforça que as recomendações do primeiro Documento de Posição foram testadas em contextos reais por meio de duas iniciativas-piloto em 2024 e, apresenta o trabalho do Grupo de Trabalho sobre Gênero, criado para trazer uma perspectiva mais forte sobre a equidade de gênero ao tratamento personalizado do câncer.[11]

Determinantes Sociais e Econômicos, Equidade e Direitos Humanos

Gênero e direitos das mulheres

Uma excelente iniciativa que reforça a importância de lideranças diversas e comprometidas na defesa da justiça sexual e reprodutiva global. A renovação e ampliação do conselho e dos comitês da Fòs Feminista demonstram o fortalecimento da cooperação internacional e da representatividade em temas fundamentais para os direitos das mulheres e populações vulneráveis. Um passo importante para ampliar o impacto e a solidariedade feminista em escala global.[12]

Uma discussão extremamente relevante sobre direitos reprodutivos e acesso à saúde baseada em evidências. A decisão que restringe o acesso à mifepristona por telemedicina e correio representa um grande desafio para milhares de pessoas, especialmente aquelas em contextos de maior vulnerabilidade e com dificuldades de acesso ao atendimento presencial. O posicionamento da Fòs Feminista reforça a importância de defender políticas de saúde acessíveis, seguras e centradas na autonomia e dignidade das pessoas.[13]

Uma iniciativa inspiradora que coloca mulheres e meninas do Pacífico no centro das discussões globais sobre igualdade de gênero e desenvolvimento. A participação na Women Deliver 2026 reforça a importância de ampliar vozes locais, fortalecer lideranças femininas e promover políticas mais inclusivas e representativas. Um passo fundamental para transformar desafios regionais em ações concretas de justiça social e equidade.[14]

Trabalho e direitos sociais

A International Federation of Social Workers fez publicação sobre o Dia para a Segurança e Saúde no Trabalho. Relembrado a cada 28 de abril, a publicação reafirma a segurança e a saúde no trabalho como um direito humano fundamental, destaca a precarização, a sobrecarga, a informalidade e os riscos psicossociais que afetam especialmente as mulheres, pessoas cuidadoras e profissionais como o assistentes sociais, na América Latina e no Caribe, ressaltando que o desafio é construir ambientes onde o trabalho não fere, não desumaniza e não custa a saúde e a vida dos trabalhadores".[15]

A International Federation of Social Workers fez publicação sobre o Dia Internacional do Trabalho reafirmando a luta por condições laborais justas, empregos dignos e o respeito pleno aos direitos trabalhistas, assim como, por um projeto ético-político que dignifique a profissão de serviço social, fortalecendo a identidade e garantindo o exercício profissional com qualidade, respaldo institucional e reconhecimento social, em especial no contexto atual de "lutas contra a precarização trabalhista, o intrusismo profissional e o mercantilismo que ameaçam a essência do trabalho social".[16]

Pobreza, desigualdade e exclusão social

Uma publicação muito relevante ao destacar o impacto humanitário da World Vision International em um contexto de crises globais cada vez mais profundas. O relatório de 2025 mostra que milhões de crianças e famílias foram alcançadas por ações de emergência, segurança alimentar, educação e acesso à água, reforçando a importância da cooperação internacional e de soluções locais para proteger populações vulneráveis. Um lembrete importante de que, diante de conflitos, pobreza e mudanças climáticas, o compromisso com a infância e a dignidade humana deve continuar sendo prioridade global.[17]

Saúde indígena

A *International Federation of Social Workers* participou do 25º Fórum Permanente sobre Questões Indígenas ocorreu na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, de 20 de abril a 1º de maio de 2026, representada por sua Comissão Indígena que produziu declaração em que reforçam o papel dos assistentes sociais na garantia da saúde dos povos indígenas, colaborando com membros da comunidade, ativistas e outros profissionais, ajudando os povos indígenas a acessar serviços e trabalhando para mudar sistemas e políticas ineficazes ou prejudiciais.[18]

Fortalecimento dos sistemas de saúde

Uma realidade alarmante que evidencia a urgência de fortalecer os sistemas de saúde e a assistência humanitária na Somália. O aumento severo da desnutrição infantil mostra como crises prolongadas, insegurança alimentar e limitações no acesso à saúde afetam diretamente as crianças mais vulneráveis. O trabalho da World Vision reforça a importância de ampliar o apoio internacional e ações sustentáveis para evitar que milhares de vidas continuem em risco.[27]

Prescrição social

A Organização Mundial de Médicos de Família (WONCA) anunciou a publicação do relatório de estado da arte sobre prescrição social, voluntariado e recuperação do câncer. O relatório mostra como a prescrição social estruturada pode apoiar pessoas em recuperação do

câncer, especialmente por meio do voluntariado em jardins urbanos e comunitários. Uma das principais descobertas é simples, mas poderosa: pessoas em recuperação do câncer não devem ser vistas apenas como receptoras de cuidados, mas também como pessoas com habilidades, agência, propósito e um papel contínuo na vida comunitária.[28]

Políticas urbana para uma população envelhecida

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) se manifestou sobre a falta de políticas urbanas adequadas para lidar com o envelhecimento populacional, informando que apresentou contribuições à ONU para a elaboração da Declaração Política sobre a Implementação da Nova Agenda Urbana. A IFA pediu que o envelhecimento populacional seja explicitamente reconhecido como uma megatendência global definidora que molda o futuro das cidades.[29]

Política, Diplomacia e Governança em Saúde

Organizações internacionais e diplomacia humanitária

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha informou que seu diretor-geral, Pierre Krähenbühl, realizou visita oficial ao Brasil para discutir temas humanitários com autoridades governamentais, familiares de pessoas desaparecidas e profissionais que atuam em contextos de violência armada. Durante a visita, o CICV destacou a importância da proteção das comunidades afetadas pela violência, do acesso a serviços essenciais e do fortalecimento do Direito Internacional Humanitário. [30]

Assembleia Mundial da Saúde

Doenças negligenciadas

A Drugs for Neglected Diseases Initiative (DNDi) convidou as pessoas presentes em Genebra, durante a 79ª Assembleia Mundial da Saúde a participarem de um diálogo de alto nível sobre como sustentar o progresso na luta contra doenças tropicais negligenciadas, especialmente, a malária. A sessão reunirá Ministros da Saúde, altos funcionários do governo de países endêmicos, parceiros, defensores e especialistas em saúde pública.[31]

Preparação da sociedade civil

A Geneva Global Health Hub (G2H2) divulgou a programação de uma série de debates sobre as perspectivas da sociedade civil diante da 79ª Assembleia Mundial da Saúde. Esta série de debates políticos do G2H2 é uma plataforma para a sociedade civil se envolver com questões-chave relativas à saúde global, conectando as discussões políticas com suas implicações para os sistemas de saúde, às comunidades e a equidade em todo o mundo.[33]

A Federação Internacional de Hospitais divulgou a realização do webinário, intitulado "Repensando os modelos de cuidado: Como a saúde virtual pode descarbonizar os sistemas de saúde". O evento explorou como o cuidado virtual pode contribuir para a descarbonização dos sistemas de saúde e como medir e demonstrar essa contribuição.[34]

Doenças negligenciadas

A Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina (IFMSA) registrou a passagem do Dia Mundial de Conscientização sobre a Malária, no dia 26 de abril, lembrando que se trata de uma doença evitável e curável. A IFMSA destacou o progresso alcançado: 47

países e 1 território são certificados livres de malária pela OMS, mas lembrou que a malária ainda afeta 80 países, com 282 milhões de casos e 610 mil mortes estimadas em 2024.[32]

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO

Doenças Transmissíveis, Epidemias e Biossegurança

Vacinação

A CORE Group divulgou uma mensagem muito importante sobre o impacto da vacinação em contextos humanitários. Garantir que milhões de crianças tenham acesso à primeira dose, mesmo em regiões afetadas por crises e instabilidade, demonstra o compromisso e o esforço extraordinário das organizações envolvidas. Promover o acesso equitativo às vacinas é proteger vidas, reduzir desigualdades e assegurar um futuro mais saudável para as próximas gerações.[35]

A GAVI, The Vaccine Alliance, em parceria com o International Rescue Committee, anunciou que seu programa ZIP/REACH já distribuiu mais de 30 milhões de doses de vacinas em contextos frágeis e afetados por conflitos. A iniciativa alcançou mais de 1 milhão de crianças "zero-dose", que nunca haviam recebido nenhuma vacina. Desde 2022, o programa atua em países como Chade, Nigéria, Etiópia, Sudão, Sudão do Sul e Somália. Ele combina a vacinação de rotina com estratégias de alcance em áreas de difícil acesso, sendo um modelo considerado escalável e custo-efetivo, com custos inferiores a US$2 por dose.[36]

O governo do Burundi lançou, em abril de 2026, a vacina contra o HPV como parte do programa nacional de imunização, com apoio da GAVI, The Vaccine Alliance, UNICEF e OMS. A estratégia visa imunizar meninas de 9 a 14 anos em todo o país, tanto dentro quanto fora da escola. O objetivo é alcançar pelo menos 80% de cobertura vacinal nesse grupo etário e reduzir significativamente a incidência e mortalidade por câncer cervical. A introdução da vacina representa uma mudança importante, priorizando a prevenção em um país onde a doença é uma das principais causas de morte entre mulheres. A iniciativa também reforça esforços globais para eliminar o câncer cervical como problema de saúde pública.[37]

A Gates Foundation explicou em artigo como o desenvolvimento de vacinas depende de uma complexa cadeia global que envolve pesquisa científica, testes clínicos, fabricação, logística e trabalho comunitário. O texto destaca que as vacinas salvaram milhões de vidas nas últimas décadas, mas que seu sucesso não depende apenas da descoberta científica: é necessário garantir armazenamento adequado, distribuição eficiente e confiança pública. A matéria também alerta que desafios como desinformação, mudanças climáticas e fragilidade dos sistemas de saúde ameaçam os avanços conquistados pela imunização global.[38]

Vigilância epidemiológica e resposta a surtos

A GAVI, The Vaccine Alliance apontou que cientistas estão desenvolvendo métodos inovadores para identificar vírus com potencial pandêmico sem manipular diretamente patógenos perigosos. A abordagem utiliza dados genéticos, modelagem computacional e inteligência artificial para prever quais vírus podem representar maior risco de transmissão entre humanos, o que reduz significativamente os riscos associados a pesquisas laboratoriais com vírus altamente infecciosos. A estratégia permite monitorar ameaças emergentes de forma mais segura e eficiente, antecipando possíveis surtos, também podendo acelerar a resposta científica a novas ameaças globais.[39]

A GAVI, The Vaccine Alliance alertou em artigo acerca do hantavírus, após um surto raro associado a um cruzeiro no Atlântico que resultou em mortes e casos graves[40]. Trata-se de um vírus geralmente transmitido por contato com roedores infectados, podendo causar síndromes respiratórias ou renais potencialmente fatais. O surto investigado envolveu cerca de 7 casos (2 confirmados e 5 suspeitos), incluindo 3 mortes, segundo autoridades internacionais. Há suspeita de transmissão pessoa-a-pessoa em casos específicos, possivelmente envolvendo a variante Andes, embora isso seja raro. Os sintomas incluem febre, dores musculares e complicações respiratórias graves. Autoridades destacaram que o risco para o público geral permanece baixo, mas o episódio reforça a importância da vigilância de doenças emergentes.[40]

Tuberculose

A Gates Foundation abordou o desenvolvimento da vacina M72 contra a tuberculose, destacando o papel central de cientistas e comunidades africanas no processo de pesquisa clínica. O texto mostra como a participação comunitária ajudou a construir confiança nos testes, garantir práticas éticas e aproximar pesquisadores das populações afetadas pela doença. A matéria também ressalta que a nova vacina pode se tornar a primeira em mais de um século capaz de proteger adolescentes e adultos contra a tuberculose, fortalecendo os esforços globais para reduzir uma das doenças infecciosas mais letais do mundo.[38,41]

Doenças transmitidas por vetores

Artigo publicado pela Wellcome Trust destacou o trabalho do World Mosquito Program no combate à dengue, zika e chikungunya por meio da liberação de mosquitos com a bactéria Wolbachia, que reduz a capacidade de transmissão desses vírus. A iniciativa, apoiada pela Wellcome desde 2014, já alcançou milhões de pessoas em diversos países e demonstrou forte redução nos casos de dengue em áreas tratadas. A matéria também enfatiza que o método oferece uma alternativa sustentável ao uso intensivo de inseticidas, especialmente diante das mudanças climáticas e da expansão global das doenças transmitidas por mosquitos.[42]

COVID-19

Preparação para futuras pandemias

Em outro evento paralelo à WHA79, a Global Health Centre reúne líderes globais, formuladores de políticas e especialistas para discutir a preparação mundial para futuras pandemias. O debate ocorre em um contexto de crises múltiplas — conflitos, mudanças climáticas e instabilidade econômica — que pressionam a cooperação internacional. Entre os temas centrais estão o Acordo sobre Pandemias, os Regulamentos Sanitários Internacionais atualizados e os desafios de financiamento e implementação.[43]

A Medicus Mundi Switzerland alertou sobre a escassez de oxigênio medicinal como uma crise crítica e negligenciada, apesar do fim da fase aguda da pandemia de COVID-19. A organização alega que a falta de manutenção e de infraestrutura elétrica adequada ameaça tornar os equipamentos obsoletos em países vulneráveis, colocando o oxigênio como um divisor entre a vida e a morte para pacientes com pneumonia, traumas e complicações no parto.[44]

Clima, Ambiente e Saúde Planetária

Meio ambiente, agricultura e segurança alimentar

A GAVI, The Vaccine Alliance divulgou artigo argumentando que a conservação de florestas desempenha um papel crucial na proteção da saúde humana, ao reduzir o risco de doenças infecciosas emergentes. Isso pois a destruição de habitats naturais aumenta o contato entre humanos, animais e patógenos, favorecendo o surgimento de zoonoses. Ecossistemas intactos funcionam como barreiras naturais contra a transmissão de doenças, contribuindo para a regulação climática, qualidade do ar e segurança alimentar, todos fatores ligados à saúde. O texto defende uma abordagem integrada de "One Health" ou saúde planetária, conectando meio ambiente, saúde humana e animal.[45]

A Gates Foundation discutiu como as mudanças climáticas vêm afetando a agricultura e a segurança alimentar, especialmente em regiões vulneráveis da África e do Sul da Ásia. O texto destacou que pequenos agricultores têm adotado estratégias como sementes mais resistentes, irrigação adaptada e tecnologias de informação para enfrentar secas, enchentes e calor extremo. O texto também reforçou que investir em agricultura fortalece economias locais, melhora a nutrição e amplia oportunidades de renda e desenvolvimento social.[46]

Clima e investimentos em saúde

A Rockefeller Foundation destacou uma pesquisa da World Resources Institute que mostra que investimentos antecipados em saúde climática podem gerar até 68 dólares em benefícios para cada dólar investido em países de baixa e média renda. O estudo aponta que ferramentas como sistemas de alerta, vigilância epidemiológica e preparação hospitalar reduzem mortes, doenças e custos econômicos associados a eventos climáticos extremos, reforçando que adaptação climática também é uma estratégia de saúde pública e desenvolvimento econômico.[47]

Política, Diplomacia e Governança em Saúde

Saúde global e geopolítica

A Consortium of Universities for Global Health divulgou um artigo escrito por Mike Reid, que ocupava o cargo de diretor científico do principal programa de HIV/AIDS dos EUA, relatando sua decisão de deixar seu cargo, motivado por mudanças políticas e éticas no campo. Reid critica a crescente transformação da saúde global em um modelo mais transacional e vinculado a interesses estratégicos e econômicos, em detrimento da solidariedade internacional, e, embora reconheça avanços, argumenta que cortes de financiamento e condicionalidades colocam vidas em risco. Sua saída acaba simbolizando tensões mais amplas sobre o futuro da cooperação internacional em saúde.[48]

Governança global e cooperação internacional

A Global Health Centre, em parceria com a United Nations Foundation, realiza um evento que serve como briefing estratégico antecedente à WHA79, reunindo diplomatas, acadêmicos e atores globais. A discussão centrar-se-á nos desafios de governança da saúde global em um contexto de fragmentação, conflitos e restrições financeiras, analisando reformas em curso, novas dinâmicas de financiamento e a necessidade de maior coerência entre múltiplas iniciativas globais. Também abordará tensões entre interesses nacionais e cooperação multilateral, com o objetivo de antecipar debates-chave da assembleia e promover reflexão crítica sobre o futuro da arquitetura global de saúde. A pergunta central é se será possível avançar rumo a um sistema mais equitativo e resiliente.[49]

Ciência, Tecnologia, Inovação e P&D

Inteligência artificial e saúde

A CORE Group divulga uma iniciativa extremamente relevante para o futuro da saúde global. O uso da inteligência artificial no desenvolvimento de vacinas representa um avanço importante para tornar os processos mais rápidos, eficientes e acessíveis. Ao acelerar a identificação de vacinas eficazes, a PATH contribui para que comunidades vulneráveis tenham acesso mais rápido a imunizações que salvam vidas. Um grande exemplo de como inovação e saúde pública podem caminhar juntas.[50]

A Rockefeller Foundation apresentou o Dengue.AI, um sistema de inteligência artificial desenvolvido na Colômbia capaz de prever surtos de dengue com 93% de eficácia e até três semanas de antecedência. O modelo utiliza dados climáticos, epidemiológicos e territoriais para identificar áreas de maior risco e orientar ações preventivas, como fumigação e monitoramento local. A iniciativa se trata de um resultado de uma parceria entre a Rockefeller Foundation, a Universidad Icesi e autoridades públicas de Cali.[51]

Desenvolvimento tecnológico e inovação em saúde

A CORE Group ressalta uma iniciativa que mostra como a tecnologia pode transformar vidas e ampliar o acesso à saúde de qualidade. O reconhecimento da Smile Train e da Dentsply Sirona no Gold Halo Award 2026 destaca a importância da inovação e da colaboração internacional no fortalecimento do cuidado integral para pessoas com fissura labiopalatina. Um grande exemplo de impacto social aliado à expertise local.[52]

Saúde Materna, Infantil, Reprodutiva e Ciclo de Vida

Saúde materna e neonatal

A Gates Foundation publicou artigo sobre como a prática de “Kangaroo Mother Care” (KMC), baseada no contato pele a pele entre mães e bebês prematuros, vem transformando o cuidado neonatal na Índia e em outros países. O estudo acompanhou hospitais em cinco países, incluindo a Índia, e mostrou que a aplicação imediata do método, o de não separar o bebê da mãe após o parto, reduziu em cerca de 25% as mortes de recém-nascidos prematuros e de baixo peso. A pesquisa foi tão eficaz que contribuiu para uma mudança nas diretrizes da World Health Organization, que passou a recomendar o contato imediato entre mãe e bebê mesmo em casos clínicos delicados.[53]

EVENTOS

A Consortium of Universities for Global Health divulgou que a edição de 2027 de seu congresso internacional será realizada em Lima, no Peru, entre os dias 25 e 28 de fevereiro. Com o objetivo de realizar a maior edição até o momento, a equipe organizadora anunciou que temas que abarcam sistemas de saúde, doenças não transmissíveis, determinantes políticos, sociais e ambientais da saúde, além de detecção e resposta a pandemias, doenças infecciosas emergentes, pesquisa, educação, ciência e inovação serão abordados. Para aqueles que desejarem apresentar trabalhos e comunicações orais no evento, o prazo para o envio de resumos é 31 de agosto. O site oficial do evento possui as demais informações. [54]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo continua enfrentando enormes desafios para garantir a saúde como um direito humano fundamental. Embora as organizações da sociedade civil de interesse público permaneçam firmes em seu propósito de contribuir para um mundo orientado pela justiça social, suas denúncias parecem não ser ouvidas. E, quando ouvidas, encontram organizações multilaterais enfraquecidas politicamente e financeiramente. Enquanto isso, as organizações da sociedade civil de interesse privado, embora tratem de temas de extrema relevância social, os discutem sob a perspectiva de produto e consumidor, sejam eles governos ou indivíduos.

Como avançar para um cenário em que o respeito à dignidade humana e à soberania dos povos e dos países seja observado? Quais novos acordos precisam ser feitos, atualizados ou reinventados para que tenhamos uma saúde universal? Como avançar rumo a um projeto político e social de saúde efetivamente equitativo?

REFERÊNCIAS

1. Restrição de alimentos e ajuda leva Gaza a grave crise de desnutrição [Internet]. MSF Brasil. 2026 [cited 2026 May 7]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/restricao-de-alimentos-e-ajuda-leva-gaza-a-grave-crise-de-desnutricao/
2. Israel usa privação de água como arma de guerra em Gaza [Internet]. MSF Brasil. 2026 [cited 2026 May 7]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/israel-usa-privacao-de-agua-como-arma-de-guerra-em-gaza-denuncia-msf/
3. Gaza: El hospital de campaña de la Cruz Roja en Rafah se mejora para seguir brindando atención urgente de salud [Internet]. COMITÉ INTERNACIONAL DE LA CRUZ ROJA. 2026 [cited 2026 May 7]. Available from: https://www.icrc.org/es/comunicado-de-prensa/gaza-el-hospital-de-campana-de-la-cruz-roja-en-rafah-se-mejora-para-seguir
4. WFPHA. World Federation of Public Health Associations. The WFPHA Statement in Support of the Global Sumud Flotilla [Internet]. 2026 [cited 2026 May 8]. Available from: https://www.wfpha.org/global-sumud-flotilla/
5. Líbano: pessoas continuam sendo mortas pelas forças israelenses [Internet]. MSF Brasil. 2026 [cited 2026 May 7]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/libano-pessoas-continuam-sendo-mortas-pelas-forcas-israelenses/
6. Sudão do Sul: MSF é obrigada a fechar o hospital de Lankien após 31 anos [Internet]. MSF Brasil. 2026 [cited 2026 May 7]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/sudao-do-sul-msf-e-obrigada-a-fechar-o-hospital-de-lankien-apos-31-anos/
7. Spadacini B. Agreements signed, crisis deepens. CARE highlights urgent needs in DRC [Internet]. CARE. 2026 [cited 2026 May 8]. Available from: https://www.care.org/media-and-press/agreements-signed-crisis-deepens-care-highlights-urgent-needs-in-drc/
8. WFPHA. World Federation of Public Health Associations. Public Health Citizenship in a Wounded World [Internet]. 2026 [cited 2026 May 8]. Available from: https://www.wfpha.org/public-health-citizenship-in-a-wounded-world/
9. PHM. People's Health Movement. Webinar: Rising against war economies, for life, health and climate justice [Internet]. 2026 [cited 2026 May 8]. Available from: https://phmovement.org/webinar-rising-against-war-economies-life-health-and-climate-justice

10. Global Health Council. Closing the Global Cervical Cancer Divide [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 May 7]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/global-health-council_globalhealth-hpv-ncds-activity-7457066896962691073-yt3B

11. Personalised Cancer Care Alliance Position Paper 2.0 Officially Launched [Internet]. [cited 2026 May 7]. Available from: https://www.iapo.org.uk/node/15757

12. Feminista F. Fòs Feminista Welcomes New and Renewed Board and Committee Members [Internet]. Fòs Feminista. 2026 [cited 2026 May 7]. Available from: https://fosfeminista.org/news-and-stories/fos-feminista-welcomes-new-and-renewed-board-and-committee-members/

13. Feminista F. Statement from Fòs Feminista on nationwide restriction of abortion medication access by mail [Internet]. Fòs Feminista. 2026 [cited 2026 May 7]. Available from: https://fosfeminista.org/news-and-stories/mifepristone-telemedicine-ruling/

14. World Vision. Pacific women and girls take centre stage at Women Deliver 2026: Shifting narratives from vulnerability to leadership [Internet]. World Vision. 2026 [cited 2026 May 7]. Available from: https://www.wvi.org/newsroom/south-asia-pacific/pacific-women-and-girls-take-centre-stage-women-deliver-2026-shifting

15. Día Mundial de la Seguridad y la Salud en el Trabajo [Internet]. 2026 [cited 2026 May 7]. Available from: google.com/url?q=https://www.ifsw.org/dia-mundial-de-la-seguridad-y-la-salud-en-el-trabajo/&sa=D&source=docs&ust=1778195621929849&usg=AOvVaw05dFcxCqNVJrHlXR3WXFJw

16. Día Internacional de los Trabajadores y Trabajadoras [Internet]. 2026 [cited 2026 May 7]. Available from: https://www.ifsw.org/dia-internacional-de-los-trabajadores-y-trabajadoras/

17. World Vision. World Vision annual report shows 43.9 million children reached in 2025 amid deepening global crises [Internet]. World Vision. 2026 [cited 2026 May 7]. Available from: https://www.wvi.org/newsroom/world-vision-annual-report-shows-439-million-children-reached-2025-amid-deepening-global

18. Día Mundial de la Seguridad y la Salud en el Trabajo [Internet]. 2026 [cited 2026 May 7]. Available from: https://www.ifsw.org/dia-mundial-de-la-seguridad-y-la-salud-en-el-trabajo/

19. April 28. ActionAid backs landmark call by the Global South for a binding fossil fuel phase-out treaty [Internet]. ActionAid International. [cited 2026 May 7]. Available from: https://actionaid.org/news/2026/actionaid-backs-landmark-call-global-south-binding-fossil-fuel-phase-out-treaty

20. April 30. Santa Marta is a major milestone towards fossil fuel phase-out [Internet]. ActionAid International. [cited 2026 May 7]. Available from: https://actionaid.org/news/2026/santa-marta-major-milestone-towards-fossil-fuel-phase-out

21. Shihab AY. Iraq's Fraying Food Systems Warn of a Planetary Health Crisis [Internet]. Planetary Health Alliance. 2026 [cited 2026 May 7]. Available from: https://planetaryhealthalliance.org/news/iraqs-fraying-food-systems-warn-of-planetary-health-crisis/

22. IAP. InterAcademy Partnership. Wildfire risk assessment [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 May 8]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/interacademypartnership_wildfire-riskassessment-sciencepolicy-activity-7458450463580049408-UiQP

23. Proteção da saúde em conflitos: MSF, CICV e OMS fazem apelo urgente [Internet]. MSF Brasil. 2026 [cited 2026 May 7]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/protecao-da-saude-em-conflitos-msf-cicv-e-oms-fazem-apelo-urgente/

24. Dez anos após resolução da ONU para proteger saúde, ataques seguem constantes [Internet]. MSF Brasil. 2026 [cited 2026 May 7]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/dez-anos-apos-resolucao-da-onu-para-proteger-saude-ataques-seguem-constantes/

25. WFOT. World Federation of Occupational Therapists. World Day for Safety and Health at Work [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 May 8]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wfot_world-day-for-safety-and-health-at-work-activity-7454763853449605120-bvhp

26. PHM. People's Health Movement. End Medical Complicity: Boycott the Israeli Medical Association [Internet]. 2026 [cited 2026 May 8]. Available from: https://phmovement.org/end-medical-complicity

27. World Vision. Severe Child Malnutrition Surges by 60% in Somalia as Health System Falters [Internet]. World Vision. 2026 [cited 2026 May 7]. Available from: https://www.wvi.org/newsroom/somalia/severe-child-malnutrition-surges-60-somalia-health-system-falters

28. WONCA. World Organiztion of Family Doctors. Social prescribing [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 May 8]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wonca_socialprescribing-familymedicine-primarycare-activity-7458119835013611520-ju5U

29. IFA. International Federation on Ageing. Urban development Age friendly [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 May 8]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ifageing_ageing-longevity-healthyageing-activity-7458581047329353729-1W-b

30. El director general del CICR concluye su visita oficial a Brasil [Internet]. COMITÉ INTERNACIONAL DE LA CRUZ ROJA. 2026 [cited 2026 May 7]. Available from: https://www.icrc.org/es/comunicado-de-prensa/el-director-general-del-cicr-concluye-su-visita-oficial-brasil

31. DNDi. Drugs for Neglected Diseases. Malaria and NTD WHA79 [Internet]. LinkedIn. 2028 [cited 2026 May 8]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/dndi_malaria-ntds-wha79-activity-7458489964750663680-yDnV

32. IFMSA. International Federation of Medical Students Associations. World Malaria Day [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 May 8]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ifmsa_world-malaria-day-activity-7453837333491060736-4oR6

33. G2H2. Geneva Global Health Hub. Series of public briefings and policy debates hosted by the Geneva Global Health Hub (G2H2) [Internet]. G2H2. 2026 [cited 2026 May 8]. Available from: https://g2h2.org/posts/policy-debates-may-2026/

34. IHF. International Hospital Federation. Virtual Care and Decarbonizing Health Systems [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 May 8]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/international-hospital-federation_virtualcare-environmentalsustainability-activity-7457406023251943424-gj1d

35. CORE Group. Vaccinating children in unreachable places [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 May 7]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc_worldimmunizationweek-vaccineswork-standwithscience-activity-7455354029699846145-ciFB

36. IRC, through Gavi's ZIP programme, surpass 30 million vaccine doses, reaching over 1 million zero-dose children in crisis settings [Internet]. 2026 [cited 2026 May 7]. Available from: https://www.gavi.org/news/media-room/irc-through-gavis-zip-programme-surpass-30-million-vaccine-doses-reaching-over-1

37. The Government of Burundi introduces the HPV vaccine to protect girls and prevent cervical cancer [Internet]. 2026 [cited 2026 May 7]. Available from: https://www.gavi.org/news/media-room/government-burundi-introduces-hpv-vaccine-protect-girls-and-prevent-cervical-cancer

38. Website [Internet]. Available from: https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/vaccine-lifecycle-management-and-development-e

39. The Conversation. Scientists have found a safer way to hunt for the next pandemic virus [Internet].

2026 [cited 2026 May 7]. Available from: https://www.gavi.org/vaccineswork/scientists-have-found-safer-way-hunt-next-pandemic-virus

40. Geddes L. What is hantavirus? The rare virus linked to a deadly cruise ship outbreak [Internet]. 2026 [cited 2026 May 7]. Available from: https://www.gavi.org/vaccineswork/what-hantavirus-rare-virus-linked-deadly-cruise-ship-outbreak

41. The TB epidemic at a turning point [Internet]. Gates Foundation; 2026 [cited 2026 May 7]. Available from: https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/how-a-community-helped-develop-a-new-tb-vaccine/

42. World Mosquito Programme [Internet]. Wellcome. 2025 [cited 2026 May 7]. Available from: https://wellcome.org/insights/articles/world-mosquito-program-disease-control

43. Are we ready for the next pandemic threat? [Internet]. [cited 2026 May 7]. Available from: https://www.graduateinstitute.ch/communications/events/wha79-are-we-ready-next-pandemic-threat

44. Website [Internet]. Available from: https://www.medicusmundi.ch/en/advocacy/publications/mms-news/2026-04-24-the-oxygen-crisis-didn%E2%80%99t-end-wit

45. Butler R. Why forest conservation is also public health [Internet]. 2026 [cited 2026 May 7]. Available from: https://www.gavi.org/vaccineswork/why-forest-conservation-also-public-health

46. Suzman M. QUIZ: How is climate change affecting what we eat? [Internet]. Gates Foundation; 2026 [cited 2026 May 7]. Available from: https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/agriculture-in-economic-development-quiz/

47. WRI & Rockefeller Foundation: Early Climate Health Investments Generate 68-Fold Gains in Low- and Middle-Income Countries [Internet]. The Rockefeller Foundation. 2026 [cited 2026 May 7]. Available from: https://www.rockefellerfoundation.org/news/wri-rockefeller-foundation-early-climate-health-investments-generate-68-fold-gains-in-low-and-middle-income-countries/

48. With, For. Stepping Away [Internet]. mike's Substack. 2026 [cited 2026 May 7]. Available from: https://reimaginingglobalhealth.substack.com/p/stepping-away

49. Open Briefing — Introduction to the 79th World Health Assembly: Can Global Health Make Progress Amid Rupture? [Internet]. [cited 2026 May 7]. Available from: https://www.graduateinstitute.ch/communications/events/open-briefing-introduction-79th-world-health-assembly-can-global-health-make

50. CORE Group. PATH Accelerates Vaccine Development with AI [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 May 7]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc_worldimmunizationweek-artificialintelligence-activity-7454998619545473024-c5ky

51. DengueAI: New Model That Anticipates Outbreaks With 93% Effectiveness and Three Weeks' Advance Notice [Internet]. The Rockefeller Foundation. 2026 [cited 2026 May 7]. Available from: https://www.rockefellerfoundation.org/news/dengueai-model-anticipates-outbreaks-93-effectiveness-three-weeks-advance-notice/

52. CORE Group. Smile Train wins Gold Halo Award for Best Technology for Global Initiative [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 May 7]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc_membermonday-globalhealth-cleftcare-activity-7457064200364933121-bJm4

53. Immediate kangaroo mother care is keeping more babies alive—and keeping mothers healthier too [Internet]. Gates Foundation; 2026 [cited 2026 May 7]. Available from: https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/partners-india-kangaroos/

54. CUGH LIMA 2027 — Event [Internet]. [cited 2026 May 7]. Available from: https://cughlima2027.org/

Sul Global

Global South

Sur Global

Erica Kastrup
Regina Ungerer
Rychard L. Monteiro

Resumo: Entre abril e maio de 2026, o **UNOSSC** deu continuidade à divulgação de seu novo Marco Estratégico 2026–2029 do United Nations Office for South-South Cooperation posiciona a cooperação Sul-Sul e triangular como eixo central para acelerar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O plano reforça o papel do UNOSSC como articulador global de conhecimento, parcerias e financiamento, propondo a criação de uma Aliança Global voluntária para cooperação Sul-Sul e triangular. Já o **Brasil** ampliou sua atuação em cooperação Sul-Sul em saúde, agricultura e desenvolvimento social. Brasil e Cabo Verde firmaram projeto para fortalecer a regulação sanitária, farmacêutica e alimentar, com apoio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e da Agência Brasileira de Cooperação. No Zimbábue, missão técnica do projeto "Cotton Zimbabwe" promoveu capacitação em extensão rural e uso de máquinas agrícolas no setor algodoeiro. Já uma delegação da Etiópia realizou intercâmbio no Brasil sobre financiamento ao desenvolvimento rural, inovação e gestão pública. Além disso, Brasil e Organização Internacional do Trabalho lançaram projeto regional para fortalecer políticas de cuidado, igualdade de gênero e proteção social em países do Sul Global. O **G-77 e China**, representados pelo Uruguai, apresentaram posições em várias consultas das Nações Unidas enfatizando solidariedade ao Sul global. Pediram resposta ambiciosa e operacional à elevação do nível do mar, priorizando adaptação, financiamento concessional e respeito a saberes tradicionais; defenderam a Cooperação Sul-Sul como complementar à Norte-Sul, pedindo financiamento previsível, transferência tecnológica e liderança dos Estados em BAPA+40; solicitaram que o "Elements Paper" da revisão da Nova Agenda Urbana priorize implementação, habitação e apoio a países vulneráveis; e, em matérias administrativas e financeiras, exigiram liquidação de pendências de missões de paz, pontualidade nas contribuições, transparência e reforço de capacidade operacional e comunicacional da ONU. Reiteraram disposição negociadora e foco em meios de implementação. O **Movimento dos Não Alinhados** ampliou sua atuação em diplomacia parlamentar, saúde global e soberania digital. A Rede Parlamentar do MNA fortaleceu cooperação interparlamentar ao firmar acordo com a Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo. Paralelamente, analistas do Sul Global propuseram um "MNA Digital" para enfrentar dependências tecnológicas e proteger dados de saúde, defendendo soberania em inteligência artificial e negociação coletiva com Big Techs. Na saúde global, o MNA articulou posições em defesa de um sistema obrigatório de repartição de benefícios no Tratado de Pandemias da Organização Mundial da Saúde, alinhando-se ao Grupo Africano e ao G77+China. A preparação para a 79ª Assembleia Mundial da Saúde deverá testar a capacidade do movimento de atuar de forma coordenada e influente. O **Centro Sul** destacou impasses nas negociações da Organização Mundial da Propriedade Intelectual sobre proteção internacional

de conhecimentos tradicionais e expressões culturais. Países em desenvolvimento defenderam um instrumento juridicamente vinculante, enquanto países desenvolvidos bloquearam avanços. O Centro Sul também criticou a lentidão na implementação da Agenda de Desenvolvimento da OMPI e reforçou a necessidade de flexibilidades do Acordo TRIPS para alcançar os ODS. Entre as publicações recentes, destacam-se análises sobre a atuação histórica do Centro Sul em propriedade intelectual e desenvolvimento, parcerias farmacêuticas cubanas e o acordo comercial Reino Unido–Índia, com foco em patentes, saúde pública e preservação de espaço regulatório para políticas de desenvolvimento.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul; UNOSSC; G-77 e China; Movimento dos Não Alinhados; Centro Sul.

Abstract: *Between April and May 2026, the United Nations Office for South-South Cooperation (UNOSSC) continued disseminating its new Strategic Framework 2026–2029, which positions South-South and triangular cooperation as a central pillar for accelerating the Sustainable Development Goals (SDGs). The plan reinforces UNOSSC's role as a global hub for knowledge-sharing, partnerships, and financing, while proposing the creation of a voluntary Global Alliance for South-South and triangular cooperation. Brazil also expanded its engagement in South-South cooperation in the fields of health, agriculture, and social development. Brazil and Cabo Verde signed a project to strengthen sanitary, pharmaceutical, and food regulation, supported by the National Health Surveillance Agency (ANVISA) and the Brazilian Cooperation Agency (ABC). In Zimbabwe, a technical mission under the "Cotton Zimbabwe" project promoted training in rural extension services and the use of agricultural machinery in the cotton sector. Meanwhile, an Ethiopian delegation visited Brazil for exchanges on rural development financing, innovation, and public management. In addition, Brazil and the International Labour Organization (ILO) launched a regional project aimed at strengthening care policies, gender equality, and social protection in Global South countries. The G77 and China, represented by Uruguay, presented positions in several United Nations consultations emphasizing solidarity with the Global South. They called for an ambitious and operational response to sea-level rise, prioritizing adaptation, concessional financing, and respect for traditional knowledge; defended South-South cooperation as complementary to North-South cooperation, calling for predictable financing, technology transfer, and state leadership in the BAPA+40 process; requested that the "Elements Paper" for the review of the New Urban Agenda prioritize implementation, housing, and support for vulnerable countries; and, on administrative and financial matters, demanded the settlement of peacekeeping arrears, timely payment of contributions, greater transparency, and strengthened UN operational and communication capacities. They reiterated their willingness to negotiate and their focus on means of implementation. The Non-Aligned Movement expanded its activities in parliamentary diplomacy, global health, and digital sovereignty. The NAM Parliamentary Network strengthened interparliamentary cooperation by signing an agreement with the Parliamentary Assembly of the Mediterranean. At the same time, Global South analysts proposed a "Digital NAM" to address technological dependencies and protect health data, advocating for sovereignty in artificial intelligence and collective negotiations with Big Tech companies. In global health, NAM coordinated positions in favor of a mandatory benefit-sharing system under the World Health Organization Pandemic Treaty, aligning with the African Group and the G77+China. Preparations for the 79th World Health Assembly are expected to test the movement's capacity to act in a coordinated and influential manner. The South Centre highlighted ongoing deadlocks in negotiations at the World Intellectual Property Organization regarding the international protection of traditional knowledge and cultural expressions.*

Developing countries advocated for a legally binding instrument, while developed countries continued to block progress. The South Centre also criticized the slow implementation of WIPO's Development Agenda and stressed the importance of TRIPS Agreement flexibilities to achieve the SDGs. Recent publications addressed the South Centre's historical role in intellectual property and development, Cuban pharmaceutical partnerships, and the UK–India trade agreement, with emphasis on patents, public health, and preserving regulatory space for development-oriented policies.

Keywords: *South-South Cooperation; UNOSSC; G-77 and China; Non-Aligned Movement; Centro Sul.*

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

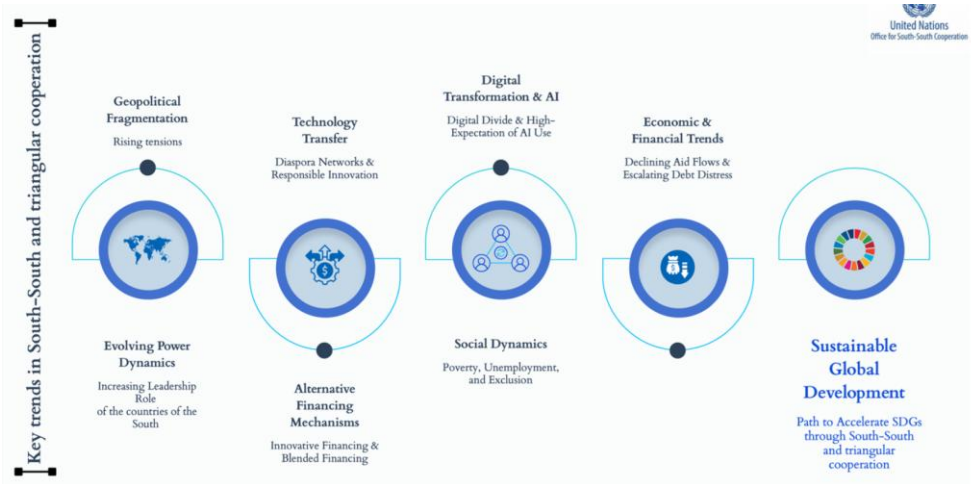
O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul. O UNOSSC atua como uma plataforma de compartilhamento de recursos onde parceiros do Sul Global se conectam buscando soluções e explorando oportunidades de financiamento. Também conecta governos, especialistas e grupos de reflexão para garantir que as perspectivas do Sul sejam incluídas nos diálogos políticos.

Destaques

5 de maio de 2026 — Consolidação do novo Marco Estratégico 2026–2029 do UNOSSC

O United Nations Office for South-South Cooperation continuou a difusão e implementação de seu novo Marco Estratégico 2026–2029, aprovado no âmbito do Conselho Executivo do PNUD/UNFPA/UNOPS. O documento reforça a cooperação Sul-Sul e triangular como eixo central para acelerar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), destacando inovação digital, financiamento catalítico, inteligência artificial e fortalecimento de alianças multilaterais entre países do Sul Global.

O novo marco também amplia o papel do UNOSSC como articulador de conhecimento, financiamento e parcerias internacionais, incluindo a criação de uma Aliança Global voluntária para cooperação Sul-Sul e triangular. O escritório enfatizou a necessidade de fortalecer a liderança dos países do Sul na formulação de soluções de desenvolvimento.



29 de abril — Lançamento e início do "Joint Certificate Training Programme 2026" — UNDRR/UNOSSC/PAHO/UNTB

A edição de 2026 do **Programa Conjunto de Certificação**, coorganizada pelo UNOSSC, UNDRR, OPAS e o Banco de Tecnologia da ONU, foca no uso de inovações tecnológicas e da Cooperação Sul-Sul e Triangular (SSTC) para fortalecer a resiliência urbana e a preparação para emergências de saúde. O treinamento busca capacitar gestores e planejadores urbanos a utilizarem ferramentas práticas e evidências científicas no enfrentamento de riscos sistêmicos e crises sanitárias em cidades de todo o mundo.

Esta iniciativa integra uma plataforma multilateral consolidada que, desde 2020, já capacitou mais de 17.500 pessoas em 155 países e territórios. O programa está estrategicamente alinhado ao Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres e ao documento final da BAPA+40, reforçando o papel essencial das autoridades locais e da cooperação técnica entre os países do Sul Global para a construção de sociedades mais sustentáveis e seguras.

O enquadramento técnico do curso responde à vulnerabilidade crescente dos centros urbanos diante de riscos interconectados, como o calor extremo e desastres climáticos. Ao enfatizar a Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) e a inteligência geoespacial, o UNOSSC promove a proteção dos ganhos de desenvolvimento, facilitando a adaptação de soluções tecnológicas aos contextos locais e garantindo que o planejamento urbano seja informado por dados e focado na inclusão.

Por fim, o programa dedica especial atenção aos Países Menos Desenvolvidos (LDCs), visando superar barreiras de acesso tecnológico e institucional. Através do uso de ferramentas como o "Placar de Resiliência a Desastres para Cidades", o treinamento fomenta a transferência de tecnologia e o codesenvolvimento de soluções, permitindo que as inovações sejam institucionalizadas e escaladas para enfrentar os desafios da urbanização acelerada e das emergências globais.

Para saber mais, clique aqui.

BRASIL NA COOPERAÇÃO SUL-SUL

27 de abril — Brasil e Cabo Verde firmam projeto para fortalecer regulação nos setores farmacêutico, alimentar e da saúde



Brasil e Cabo Verde assinaram um projeto de cooperação técnica voltado ao fortalecimento da regulação nos setores farmacêutico, alimentar e da saúde, com participação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades de Cabo Verde e da Entidade Reguladora Independente da Saúde (ERIS). A iniciativa busca fortalecer capacidades institucionais, compartilhar experiências regulatórias e apoiar a consolidação da

ERIS como órgão regulador, contribuindo para maior segurança sanitária e aprimoramento da gestão regulatória cabo-verdiana.

O projeto prevê ações de capacitação, assistência técnica, intercâmbio de experiências e apoio à formulação de instrumentos regulatórios nas áreas de alimentos, medicamentos e saúde. Durante a assinatura, representantes dos dois países destacaram que a cooperação regulatória fortalece a integração bilateral, reduz barreiras sanitárias e amplia a convergência institucional. O acordo, formalizado durante visita do chanceler cabo-verdiano ao Brasil em fevereiro de 2026, reforça a parceria histórica entre os dois países e o papel da cooperação Sul-Sul no fortalecimento de sistemas públicos de saúde e regulação.

5 de maio — Brasil fortalece capacidades agrícolas no Zimbábue com missão técnica no setor algodoeiro



O Brasil realizou uma missão técnica no Zimbábue no âmbito do projeto "Cotton Zimbabwe", coordenado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE), com foco no fortalecimento da assistência técnica e da extensão rural no setor algodoeiro. A iniciativa buscou capacitar agricultores e extensionistas no uso e na manutenção de máquinas agrícolas fornecidas pelo projeto em 2023, contribuindo para o aumento da eficiência produtiva e para o fortalecimento das capacidades locais.

Especialistas da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais compartilharam experiências brasileiras sobre operação e manutenção de equipamentos em cooperativas, adaptando metodologias à realidade zimbabuana. A missão contou ainda com a participação do Instituto de Pesquisa do Algodão e do Ministério da Agricultura do Zimbábue, incluindo treinamentos técnicos e atividades práticas voltadas ao desenvolvimento sustentável da produção agrícola e ao fortalecimento institucional no país.

4 de maio — Missão etíope no Brasil promove intercâmbio sobre financiamento para o desenvolvimento rural



Uma delegação da Etiópia realizou missão técnica no Brasil, entre 4 e 8 de maio, no âmbito da cooperação Sul-Sul trilateral entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE) e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola. A iniciativa teve como foco o intercâmbio de experiências em financiamento ao desenvolvimento, inovação e planejamento governamental voltado ao meio rural, reunindo representantes do Banco de Desenvolvimento da Etiópia e do FIDA.

A programação incluiu reuniões com instituições brasileiras como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), FINEP, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, CAIXA e a ABC, abordando temas como financiamento rural, transformação digital, gestão de riscos, habitação social e cooperação internacional. A missão também discutiu oportunidades de projetos conjuntos em agricultura, micro e pequenas empresas e finanças verdes, reforçando a atuação brasileira na promoção do desenvolvimento sustentável e do fortalecimento de capacidades no Sul Global.

29 de maio — Brasil e OIT fortalecem a cooperação Sul–Sul na economia do cuidado



O governo do Brasil e o escritório brasileiro da Organização Internacional do Trabalho lançaram um novo projeto de cooperação Sul-Sul voltado ao fortalecimento de políticas de cuidado em países do Sul Global. Desenvolvida no âmbito do programa "Justiça Social para o Sul Global", a iniciativa busca promover o intercâmbio de conhecimentos e apoiar a formulação de políticas públicas que ampliem o direito ao cuidado, fortaleçam a proteção social, promovam a igualdade de gênero e incentivem o trabalho decente. O projeto foi lançado em Brasília com participação da OIT, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

Intitulado "Políticas de Cuidado na América Latina: Cooperação Sul–Sul", o projeto conectará o Brasil a países da América Latina e Caribe que enfrentam desafios comuns, como envelhecimento populacional, informalidade e desigualdade na distribuição do trabalho de cuidado não remunerado. A iniciativa prevê diálogos sobre políticas públicas, missões técnicas, oficinas regionais e intercâmbio de experiências, tendo como referência os avanços brasileiros na Política Nacional de Cuidados. O objetivo é apoiar o fortalecimento de marcos legais, mecanismos de governança e modelos de financiamento para políticas de cuidado.

Estruturado em quatro pilares — adesão de países parceiros, implementação de projetos nacionais, promoção de encontros regionais e sistematização de experiências —, o projeto será executado entre 2026 e 2027 e deverá produzir ferramentas e orientações adaptáveis a outros países do Sul Global. A iniciativa reforça a estratégia da OIT de promover cooperação Sul-Sul e trilateral como instrumento para impulsionar inovação social, proteção social e justiça no mundo do trabalho, consolidando a parceria histórica Brasil–OIT na promoção do desenvolvimento sustentável e da Agenda do Trabalho Decente.

GRUPO DO G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas. O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com

escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)[1], Nairóbi (UNEP)[2], Paris (UNESCO)[3], Roma (FAO/IFAD)[4], Viena (UNIDO)[5] e Washington (G-24)[6].

Em 2026, o Uruguai assumiu a presidência pró-tempore, sucedendo o Iraque, que ocupou o cargo em 2025. Essa rotação segue o princípio geográfico do grupo, já que 2026 marca a vez do Grupo Latino-Americano e Caribenho (GRULAC) liderar a coalizão.

Destaques do G-77

7 de maio — Declaração feita pela delegação do Uruguai em nome do G-77 e da China, nas consultas informais sobre a Declaração Política da ONU de 2026 sobre a elevação do nível do mar

O Grupo agradeceu o trabalho dos cofacilitadores e reiterou seu compromisso com o processo iniciado na Reunião de Alto Nível de setembro de 2024, buscando um resultado ambicioso e operacional que responda aos riscos impostos pela subida do nível do mar.

O cerne da intervenção da foi a ênfase de que a elevação do nível do mar afeta de forma desproporcional países em desenvolvimento, em especial os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID), os Países Menos Desenvolvidos (PMD) e comunidades costeiras. Por isso o G-77 pede maior cooperação internacional para mitigação e, sobretudo, para adaptação, com atenção à ciência disponível e aos saberes tradicionais — incluindo o consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas quando seu conhecimento for usado.

O Grupo sublinha a necessidade de alinhar a declaração com instrumentos jurídicos e políticos existentes, notadamente a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e o Acordo de Paris, lembrando o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas (artigo 2.2 do Acordo de Paris). Nesse sentido, o G-77 exige aumento substancial do apoio financeiro para adaptação: propõe ao menos dobrar recursos destinados à adaptação e garantir que o financiamento seja concessional, adicional, previsível, oportuno e acessível, com menos barreiras e maior possibilidade de acesso direto pelos países beneficiários.

Por fim, a declaração pede rapidez e ambição na formulação da declaração política, vinculando compromissos a meios concretos de implementação. Conclui reafirmando a disposição do G-77 e da China em entrar em detalhes nas negociações e em trabalhar para que a declaração resulte em medidas reais que fortaleçam resiliência, protejam comunidades costeiras e assegurem suporte financeiro e técnico adequado às nações mais vulneráveis.

6 de maio — Declaração da delegação do Uruguai em nome do G-77 e da China, na reunião do Bureau Ampliado do Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul

O Grupo colocou a Cooperação Sul-Sul como pilar fundamental da cooperação internacional, baseado em princípios claros — propriedade nacional, soberania,

---

[1] UNCTAD — Comércio de Desenvolvimento da ONU.
[2] UNEP — Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.
[3] UNESCO — Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.
[4] FAO — Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD — Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola.
[5] UNIDO — Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial.
[6] G-24 — Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento.

não-condicionalidade, igualdade, não-interferência e benefício mútuo — e destacou que essa modalidade complementa, mas não substitui, a cooperação Norte-Sul e os compromissos de países desenvolvidos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento (ODA).

No desenvolvimento do seu posicionamento, o G-77 sublinhou que a revisão BAPA+40 (o processo que celebra e avalia os 40 anos do Plano de Ação de Buenos Aires sobre Cooperação Sul-Sul) deve ser conduzida de forma prospectiva, inclusiva, transparente e liderada pelos Estados-Membros, garantindo participação substantiva dos países em desenvolvimento. O Grupo pediu que o processo fortaleça o espaço político e operativo da Cooperação Sul-Sul e da cooperação triangular (parcerias entre países do Sul, entre Sul e Norte e instituições), sem que mecanismos de revisão diluam seus princípios fundamentais.

O Grupo enfatizou meios de implementação concretos: financiamento previsível e acessível, transferência de tecnologia, capacitação e apoio institucional. Reconheceu o papel de mecanismos e fundos já existentes no Sul — como o IBSA Fund (Fundo Índia-Brasil-África do Sul), o India-UN Development Partnership Fund, o Perez-Guerrero Trust Fund (PGTF) e a China-UN Global South-South Development Facility — como contribuições relevantes, mas insistiu que essas iniciativas não eximam os países desenvolvidos de cumprir suas obrigações de ODA. Ademais, pediu maior reporte e aperfeiçoamento na coleta de dados sobre Cooperação Sul-Sul (em referência à estrutura voluntária de mensuração organizada pela UNCTAD[7]) e reforço das capacidades nacionais de monitoramento e digitalização para avaliar impacto.

O G-77 também destacou prioridades temáticas que a Cooperação Sul-Sul deve enfrentar: apoio à adaptação climática e resiliência (alinhado ao princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas), redução da lacuna digital por meio de transferência de tecnologia inclusiva e fortalecimento do uso de dados para políticas públicas. Quanto ao papel das Nações Unidas, o Grupo pediu reforço do United Nations Office for South-South Cooperation (UNOSSC), tanto em sua função estratégica quanto operacional, com financiamento adequado, previsível e alinhado ao seu Quadro Estratégico 2026-2029, para que o sistema ONU apoie efetivamente iniciativas lideradas pelo Sul.

Em conclusão, a posição do G-77 e da China é de compromisso construtivo: querem que a revisão BAPA+40 fortaleça a Cooperação Sul-Sul como instrumento de solidariedade, voz e agência do Sul global, com meios reais para implementação e participação plena dos países em desenvolvimento. O objetivo é que a revisão não seja meramente avaliativa, mas resulte em medidas concretas que ampliem financiamento, tecnologia, capacitação e coordenação institucional para transformar resultados em desenvolvimento no Sul.

6 de maio — Declaração feita pela delegação do Uruguai em nome do G-77 e da China, na consulta informal sobre o "Elements Paper" para a Declaração Política da revisão de meio termo da Nova Agenda Urbana

[7] A iniciativa tem por objetivo facilitar a comparação, a transparência e a análise das atividades de cooperação entre países em desenvolvimento — incluindo fluxos financeiros, assistência técnica, capacitação, transferência de tecnologia e cooperação triangular — por meio de definições comuns, categorias de dados e orientações metodológicas. A adesão é voluntária: países e provedores de cooperação são incentivados a reportar informações segundo a estrutura para melhorar o desenho de políticas, monitorar impactos e apoiar a prestação de contas, sem criar obrigações legais. Para maiores detalhes e orientações técnicas, consultar os materiais e guias publicados pela UNCTAD sobre o tema.

O Elements Paper é um documento de trabalho que reúne elementos propostos para a Declaração Política da revisão de meio termo da Nova Agenda Urbana[8]. Foi elaborado para consolidar contribuições escritas e servir de base ao "zero draft" — um rascunho inicial que guiará as negociações. Trata-se, portanto, de um ponto de partida técnico-político, não de um texto final; sua função é organizar temas e opções para que os Estados-Membros discutam e decidam o conteúdo da declaração política.

O G-77 e a China reconhecem e apoiam os elementos já incluídos no documento, como a reafirmação da Nova Agenda Urbana como quadro global, a ênfase em lacunas de implementação e a inclusão de temas centrais — habitação, serviços básicos, água, infraestrutura, resiliência e apoio ao UN-Habitat. Esse apoio indica disposição para negociar, desde que o draft zero mantenha foco em ação concreta e na implementação, sem reinventar compromissos já acordados.

O Grupo exige que o texto reflita com mais clareza as prioridades dos países em desenvolvimento: erradicação da pobreza e da fome como prioridades transversais; habitação adequada, acessível e serviços universais; e atenção às especificidades de países africanos, países menos desenvolvidos (PMD), sem litoral, ilhas pequenas, países de renda média e territórios afetados por conflitos ou desastres. Insiste também em proteger a linguagem intergovernamental acordada (por exemplo, princípios da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, adotada na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) em 1992) para evitar imposições desproporcionais a países em desenvolvimento.

O G-77 igualmente ressalta meios de implementação como pilar central: financiamento previsível e acessível (incluindo ODA), capacitação, transferência tecnológica e cooperação internacional são essenciais para que compromissos se traduzam em resultados. Pede ainda equilíbrio no reconhecimento do papel de governos locais, respeito à propriedade nacional sobre políticas e alerta contra termos não consensuais (como certas fórmulas "green/blue economy") e referências prematuras a processos futuros ("Beyond 2030").

Em conclusão, a posição do G-77 e da China combina abertura negociadora com firme defesa das prioridades e vulnerabilidades dos países em desenvolvimento: querem uma Declaração Política concisa, orientada para implementação, ancorada na Nova Agenda Urbana e respaldada por meios reais para sua execução, preservando, ao mesmo tempo, a autoridade e a linguagem intergovernamental já acordada.

4 de maio de 2026 — Declaração realizada pela delegação do Uruguai em nome do G-77 e da China sobre o ponto 148 da agenda — aspectos administrativos e orçamentários do financiamento das operações de manutenção da paz: posição financeira atualizada das missões encerradas (situação em 30/06/2025)

O relatório cobre a situação financeira de 33 missões de paz encerradas até 30/06/2025, incluindo a operação conjunta UN–União Africana em Darfur, Sudão (UNAMID). Destas, 14 missões encerradas apresentavam déficit total de US$ 227,4 milhões, em grande parte devido à inclusão da UNAMID, deficitária em de US$ 73,8 milhões, um quadro que impede o pagamento

[8] A Nova Agenda Urbana é um acordo global adotado na Conferência Habitat III (Quito, 2016) que estabelece princípios e diretrizes para o desenvolvimento urbano sustentável.

de obrigações imediatas e atrasam liquidações, criando passivos acumulados e pressão sobre a credibilidade financeira da ONU.

É importante notar que os países que fornecem pessoal para as missões de paz costumam ser de renda média/baixa e sofrem financeiramente quando reembolsos atrasam, por isso o apelo firme do G-77. Ao mesmo tempo, 9 missões encerradas registraram excedentes líquidos de caixa de US$ 8,7 milhões (houve um aumento em relação a 2024), mas a Assembleia Geral ainda não decidiu sobre o relatório anterior nem sobre a proposta de mecanismo automático para devolução de excedentes e tratamento de passivos. o G-77 insiste que qualquer solução preserve a autoridade da Assembleia.

Em linhas gerais, o G-77 e a China pedem liquidação prioritária das pendências, especialmente reembolsos a países contribuintes de tropas; querem transparência contínua sobre a liquidação (inclusive da UNAMID) e soluções que equilibrem previsibilidade financeira com a autoridade da Assembleia Geral. Em termos práticos, se os passivos não forem resolvidos rapidamente, persistirão riscos operacionais (fornecimento, pagamentos a fornecedores, reputação da ONU) e impactos diretos sobre países que já suportaram custos ao contribuir com pessoal.

4 de maio de 2026 — Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China sobre a organização dos trabalhos da segunda parte da retomada da 80.ª sessão da Quinta Comissão

A intervenção expressou apreço à Presidência, à Mesa e à Secretaria pelo trabalho de preparação do programa e dos documentos, e reconheceu a contribuição do Comitê Consultivo para Questões Administrativas e Orçamentárias, sublinhando a importância da apresentação oportuna de relatórios em todas as línguas oficiais.

Dado o foco da sessão nos aspetos administrativos e orçamentários das operações de manutenção da paz, o Grupo reiterou sua profunda gratidão aos homens e mulheres, militares e civis, que servem sob a bandeira das Nações Unidas, homenageou os que perderam a vida — em particular os seis membros da Força Interina das Nações Unidas no Líbano mortos recentemente — e exigiu que a segurança e proteção do pessoal e da infraestrutura das Nações Unidas sejam respeitadas, com investigações rápidas, transparentes e responsabilização dos autores dos ataques.

O Grupo indicou que examinará com atenção a agenda da Comissão, incluindo questões transversais, a conta de apoio às operações, o Centro Regional de Serviços em Entebbe, a Base Logística das Nações Unidas, missões encerradas, o relatório do Conselho de Auditores e reembolsos aos países contribuintes de tropas e polícia, enfatizando a necessidade de pagamentos pontuais para evitar que países em desenvolvimento subsidiem operações. Manifestou preocupação com atrasos na emissão de documentação e respostas aos Estados-Membros, pedindo tempo suficiente para apreciação cuidadosa de propostas com implicações significativas para a governação financeira e as prerrogativas da Assembleia Geral.

Reiterou ainda a séria preocupação com os atrasos nos pagamentos do maior contribuinte individual e apelou a todos os Estados-Membros para que honrem integralmente e pontualmente suas obrigações financeiras; defendeu medidas que facilitem o pagamento das contribuições obrigatórias sem prejudicar supervisão intergovernamental ou a execução dos programas. Finalmente, pediu alocações de tempo realistas para permitir negociações

significativas e comprometeu-se a colaborar de forma construtiva e flexível para que a Quinta Comissão conclua com sucesso seus trabalhos.

4 de maio de 2026 — Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China sobre o ponto 136 da agenda — relatórios financeiros e demonstrações financeiras auditadas, e relatórios do Conselho de Auditores sobre as operações de manutenção da paz — durante a segunda parte da retomada da 80.ª sessão da Quinta Comissão

Em linhas gerais, a manifestação reconheceu o valor das auditorias e recomendações, mas pressionou por ação concreta, responsabilização e proteção dos mandatos das missões. O foco está na sustentabilidade financeira, transparência e na necessidade de medidas que não penalizem as operações no terreno.

Uma preocupação prática foi destacada: a crise de liquidez das operações de paz, agravada por um único grande país devedor (responsável por ~75% dos atrasos), coloca em risco pagamentos, compras, logística e segurança das missões. Para o G77, isso não é só contabilidade, já que atrasos financeiros se traduzem em riscos reais para pessoal e para continuidade de operações. O Grupo fez um apelo pelo cumprimento pontual e incondicional das contribuições — uma demanda recorrente dos países contribuintes de tropas (majoritariamente em desenvolvimento) que acabam subsidiando as missões quando os pagamentos atrasam.

O Grupo destacou também progressos na implementação das recomendações do Conselho, mas solicitou esforços intensificados da Secretaria para tratar causas estruturais de problemas recorrentes e estabelecer mecanismos robustos de responsabilização por atrasos injustificados. Apontou áreas que exigem melhorias adicionais, incluindo deficiências na gestão de combustível, pedindo reforço da responsabilização e informações sobre medidas de mitigação; preocupações com transferências de ativos e ordens de compra durante a liquidação da MINUSMA (no Mali), apoiando a elaboração de diretrizes para realocação de ordens de compra e maior controle sobre ativos transferidos; e a necessidade de atualização periódica das taxas de custo de imobilizado e estoques para uma contabilização mais precisa. Também referiu recomendações ligadas a programas de desarmamento, desmobilização e reintegração, sublinhando a necessidade de definições claras, melhor recolha de dados, monitorização orientada a resultados e gestão reforçada de armas e munições.

Finalmente, o Grupo afirmou que, no contexto da Iniciativa UN80 e dos esforços de eficiência e responsabilização, as conclusões do Conselho devem ser plenamente implementadas acompanhadas de controles internos sólidos, gestão de riscos e de recursos financeiros e humanos, sem comprometer a capacidade das operações de manutenção da paz de cumprir seus mandatos com segurança e eficácia. Reafirmou sua disposição de participar construtivamente nas consultas informais para garantir a implementação das recomendações, reforçar a disciplina financeira e apoiar o cumprimento eficaz dos mandatos de manutenção da paz.

29 de abril de 2026 — Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China na reunião informal plenária da Assembleia Geral para ouvir atualização sobre a Iniciativa UN80

UN80 é a iniciativa das Nações Unidas lançada para marcar o 80º aniversário da Organização e promover um processo de reflexão e reforma sobre o seu papel e funcionamento futuros, cujos objetivos principais são: revisar e propor reformas institucionais para tornar o sistema ONU mais eficaz, coerente e condizente com seus objetivos; reforçar o multilateralismo e a capacidade da ONU de entregar resultados concretos aos Estados-Membros e às populações e promover consultas amplas com governos, sociedade civil, setor privado e especialistas, e produzir recomendações concretas através de vários grupos de trabalho e pacotes temáticos.

A intervenção do G-77 na reunião sobre a iniciativa refletiu uma posição cautelosa e exigente. De início, o grupo o grupo agradeceu as informações prestadas por altos funcionários da ONU e solicitou que materiais, apresentações e análises detalhadas sejam disponibilizados previamente para permitir trocas mais substanciais. Enfatizou que qualquer proposta deve ser avaliada com base em dados, análises de custo-benefício, avaliações de risco e medidas de mitigação, não deve diluir mandatos de desenvolvimento e deve reforçar a implementação em campo.

Especificamente, o grupo salientou a necessidade de tempo e informação adequada para avaliar plenamente as propostas da Linha de Trabalho 3, composta por 25 pacotes de trabalho, e seus potenciais impactos institucionais e nacionais. Esta linha de trabalho se refere à reconfiguração institucional e operacional do sistema de desenvolvimento das Nações Unidas.

Sobre o pacote 6 (Reconfiguração Regional), o Grupo tomou nota do objetivo de fortalecer a resposta às necessidades dos países anfitriões, mas pediu esclarecimentos sobre os efeitos nas presenças em campo, a interação com outros pacotes (como a reconfiguração da equipe no país) e os recursos humanos necessários, reafirmando que os Marcos Nacionais de Cooperação e os Documentos de Programa de País devem guiar o trabalho nacional. Saudou o pacote 7 (Centros Conjuntos de Conhecimento) e os centros-piloto, aguardando os planos de implementação, e tomou nota do progresso do pacote 13 (Iniciativa de Plataforma Partilhada), esperando atualização detalhada no Segmento de Atividades Operacionais para o Desenvolvimento do ECOSOC. O Grupo pediu maior envolvimento dos Estados-Membros no desenvolvimento e avaliação das propostas — especialmente quanto a custos, governança e impacto na prestação de serviços — e insistiu na importância de evitar interrupções no apoio operacional.

Por fim, reafirmou seu compromisso de participar de forma ativa, construtiva, transparente e inclusiva nas discussões, com o objetivo de garantir um sistema das Nações Unidas mais eficaz, eficiente, equitativo e representativo, que fortaleça o multilateralismo e produza resultados concretos para todos.

27 de abril de 2026 — Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China durante a sessão do Comitê de Informação Pública das Nações Unidas

A declaração refletiu um tom de apoio institucional, mas também de cautela e cobrança firme quanto ao fortalecimento do mandato de comunicação da ONU. O Grupo sublinhou que transformar compromissos em resultados exige vontade política contínua e implementação

efetiva das medidas de comunicação recomendadas pela Direção-Geral de Comunicações Globais (DGC).

As manifestações do G-77 ressaltaram o papel crucial da DGC e dos Centros de Informação das Nações Unidas (UNICs) na tradução de mandatos globais para contextos locais, demonstrando preocupação com a persistente lacuna informativa entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Defenderam o multilinguismo como princípio de equidade, pedindo disseminação em todas as seis línguas oficiais e expansão digital em línguas não oficiais quando possível. Encorajaram também mecanismos de financiamento inovadores e contribuições voluntárias para fortalecer esses esforços.

Além disso, alertaram para os riscos da proliferação de desinformação, informações falsas e discurso de ódio, requerendo ações da DGC para garantir conteúdo factual, imparcial e confiável. O Grupo destacou a prioridade das comunicações sobre a questão da Palestina, clamando por ampliação da conscientização em conformidade com o direito internacional e as resoluções da ONU. Reafirmaram ainda a condenação a ataques contra jornalistas e infraestrutura de comunicações civis, sublinhando a proteção da liberdade de informação.

Encerraram reiterando que informação precisa e acessível é condição essencial para avanços em paz, direitos humanos e desenvolvimento sustentável, e declararam disposição para participar construtiva e consensualmente nas deliberações do Comitê

MOVIMENTO DOS PAÍSES NÃO ALINHADOS (MNA)

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo. Existem ainda 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

O Gabinete de Coordenação é sediado na ONU, sendo o principal instrumento para dirigir o trabalho das forças-tarefa, comitês e grupos de trabalho do MNA. O trabalho diário do MNA é realizado por Grupos de Trabalho, em nome do Gabinete de Coordenação.

De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri Museveni é o presidente do Movimento dos Não Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

7 de maio – Assinatura de Memorando entre a NAM PN e a PAM.



A expansão da Rede Parlamentar do Movimento dos Não Alinhados (NAM PN) em Montenegro marca a institucionalização da diplomacia parlamentar para o Sul Global. A rede busca converter resoluções do MNA em ações legislativas nacionais coordenadas. Em Budva, a presidente da NAM PN, Sahiba Gafarova (também presidente do Parlamento do Azerbaijão), assinou um Memorando de Entendimento (MoU) com a Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo (PAM), representada por Giulio Centemero, durante a primeira Cimeira de Presidentes de Parlamento da PAM.

Essa expansão cria um quadro de cooperação interparlamentar, conectando os 121 Estados-membros do MNA (quase dois terços dos países) com o Mediterrâneo, Golfo e Cáucaso Sul. O Parlamento Árabe recebeu o status de observador junto à PAM, ampliando a influência do bloco em segurança e desenvolvimento. Gafarova defendeu que a diplomacia parlamentar deve ser uma plataforma construtiva de cooperação, atuando como um mecanismo *bottom-up* para garantir a paz e segurança regional, mesmo com divergências executivas.

A rede atua como braço operacional para implementar metas globais. O Secretário-Geral da ONU, António Guterres, destacou que os parlamentares são importantes para traduzir compromissos internacionais (como o Pacto para o Futuro e os ODS) em leis e orçamentos nacionais. A NAM PN reafirmou compromissos de sua 5.ª Conferência (Istambul, abril de 2026) sobre o papel dos parlamentos na urbanização resiliente ao clima, um determinante social da saúde.

4 de maio – Proposta estratégica para enfrentar a Guerra Fria Digital e proteger dados de saúde.

Analistas e diplomatas do Sul Global lançaram a proposta de criação de um MNA Digital (Digital NAM). A iniciativa baseia-se na constatação de que a próxima "guerra fria" não será travada apenas com mísseis, mas com o controle de infraestruturas de inteligência artificial (IA), nuvem e dados populacionais.

A análise aponta que, enquanto muitos países permanecem politicamente não alinhados, eles estão se tornando tecnologicamente dependentes de ecossistemas únicos (Americano ou Chinês). No setor da saúde, essa dependência é particularmente perigosa. O conceito de Extração 2.0 descreve como dados genômicos e padrões de doenças no Sul Global são coletados para alimentar pipelines farmacêuticos no Norte, sem que haja transferência de benefícios ou proteção da privacidade soberana.

A proposta do Digital NAM sugere três pilares de ação para os Estados do movimento:

- **Mapeamento de Vulnerabilidades Digitais:** identificar quais sistemas de saúde dependem de provedores estrangeiros que podem sofrer sanções ou bloqueios unilaterais;
- **Negociação Coletiva com Big Tech:** utilizar o peso conjunto do bloco para exigir padrões de auditoria e interoperabilidade que permitam aos países do Sul gerir seus próprios modelos de IA;
- **Soberania de IA em Saúde:** fomentar o desenvolvimento de modelos de IA que reflitam as especificidades linguísticas, culturais e epidemiológicas das nações do MNA.

Esta atualização direciona à transição da soberania territorial para a soberania de dados. O futuro da saúde digital do MNA dependerá da capacidade de decidir como, quando e sob quais termos os modelos tecnológicos entrarão em suas sociedades.

1.º de maio – MNA na linha de frente da disputa por equidade no Tratado de Pandemias

A sessão retomada da 6.ª reunião do Grupo de Trabalho Intergovernamental (IGWG) sobre o Tratado de Pandemias da OMS, realizada em Genebra entre 27 de abril e 1º de maio de 2026, encerrou-se sem consenso sobre o anexo do Sistema de Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios (PABS); peça central do tratado adotado em 2025 e objeto de uma das mais relevantes batalhas diplomáticas do Sul Global no campo da saúde global. A OMS anunciou que o resultado parcial será apresentado à 79.ª Assembleia Mundial da Saúde (18-23 de maio de

2026), com proposta de prorrogação dos trabalhos até maio de 2027 ou, alternativamente, uma sessão especial da AMS ainda em 2026



A análise do desfecho elucida uma fratura previsível entre o eixo de países desenvolvidos (União Europeia, Reino Unido e aliados) e o bloco de aproximadamente 100 países de baixa e média renda, no qual o MNA opera como articulador junto ao Grupo Africano e ao G77+China. O Grupo Africano — coordenado pela embaixadora Ever Mlilo, do Zimbábue (a mesma que protagonizou a Conferência de Sanções de Genebra) — havia consolidado, em *workshop* estratégico em 28 de abril, posição unificada exigindo que o PABS produza "resultados tangíveis e equitativos" para a soberania sanitária do continente. A insistência por compartilhamento obrigatório de benefícios (vacinas, terapêuticos, diagnósticos) em troca do compartilhamento de patógenos é a tradução técnica da agenda histórica do MNA por flexibilização do Acordo TRIPS.

O adiamento expõe uma assimetria estrutural: enquanto as negociações se prolongam, sucessivos acordos bilaterais farmacêuticos dos EUA com países em desenvolvimento erodem o espaço para um arranjo multilateral robusto. A próxima reunião do IGWG ocorrerá em 6-17 de julho de 2026.

28 de abril – Expectativas do MNA para a 79.ª Assembleia Mundial de Saúde (AMS).



A OMS confirmou em 28 de abril de 2026 a abertura formal da 79.ª AMS, que se realizará em Genebra de 18 a 23 de maio. Para o MNA, o encontro é particularmente sensível: na 78ª AMS (2025), a Ministra de Saúde de Uganda havia chefiado a reunião dos Ministros de Saúde do MNA, com participação do diretor-geral da OMS e do diretor executivo do Centro Sul articulando a defesa do tratado de pandemias e do PABS. Em 2026, a expectativa é que esse fórum paralelo funcione como instância política de coordenação para confrontar a paralisia do IGWG6.

Cinco frentes deverão estruturar a atuação do MNA na 79.ª AMS, todas conectadas a temas já acompanhados em edições anteriores de nossos Cadernos:

- a defesa de um sistema PABS robusto e de cumprimento obrigatório, alinhado às propostas do Grupo Africano;
- o financiamento sustentável da OMS após a saída dos EUA da organização;
- a reforma da arquitetura de saúde global, ponto central da agenda francesa do Conselho Executivo de fevereiro de 2026;
- a Agenda de Imunização 2030, em meio termo de avaliação após cinco anos, e;
- a articulação entre saúde e clima, especialmente diante dos resultados frágeis da COP30 em Belém.

Para o Sul Global, a Conferência incorpora ainda uma quinta dimensão crítica: a denúncia das consequências sanitárias das sanções unilaterais (em Cuba, Venezuela e Irã) que paralisam hospitais, bloqueiam cadeias farmacêuticas e violam o direito ao desenvolvimento.

Por fim, há indícios de que a 79.ª AMS poderá ser um momento de verdade para o MNA: ou o Movimento consegue articular uma posição unitária e propositiva, particularmente em torno do PABS e da soberania sanitária, ou continuará a operar como soma de declarações individuais (cubanas, iranianas, venezuelanas, ugandesas) sem capacidade vinculante. A presidência ugandesa, que se estende até 2027, terá no encontro de Genebra seu teste mais visível em diplomacia da saúde global.

CENTRO SUL

O Centro Sul é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra, na Suíça, criada em 1995, que funciona como um *think tank* de reflexão e ação política em prol do Sul global.

O Centro Sul realiza pesquisas voltadas para políticas públicas sobre questões-chave de desenvolvimento e apoia os países em desenvolvimento a participarem efetivamente de processos de negociação internacional relevantes para a consecução dos ODS. Também oferece assistência técnica e capacitação em diversas áreas dentro do seu programa de trabalho.

O Centro promove a unidade do Sul, reconhecendo a diversidade de interesses e prioridades nacionais. O Centro Sul sucedeu a Comissão do Sul, cujo principal objetivo era fortalecer a cooperação Sul-Sul nos assuntos internacionais. Em 2025, celebra seu 30º aniversário

Notícias

7 de maio — Os países desenvolvidos continuam a bloquear o progresso rumo a um instrumento internacional sobre conhecimentos tradicionais e expressões culturais na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI).

Ningxiner Li



A 52.ª sessão do Comitê Intergovernamental (IGC) da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), realizada em Genebra entre os dias 4 e 13 de março de 2026, foi a primeira sessão sob o mandato renovado 2026–2027, aprovado pela Assembleia Geral da OMPI em julho de 2025. A presidência ficou a cargo da Nova Zelândia, com vice-presidências do Chile e da Arábia Saudita.

O IGC é o fórum multilateral responsável por negociar normas internacionais de proteção ao Conhecimento Tradicional (CT), os saberes ancestrais de povos indígenas e comunidades locais, e às Expressões Culturais Tradicionais (ECTs), como músicas, danças e artesanatos. A sessão teve como eixos principais as negociações textuais sobre CT e ECTs, as

discussões sobre Recursos Genéticos (RGs) e uma proposta norte-americana de levantamento sobre sistemas nacionais.

As negociações sobre CT e ECTs, conduzidas em sessões informais e pequenos grupos de contato *ad hoc*, não produziram avanços concretos. Os textos em discussão (documentos WIPO/GRTKF/IC/52/4 e /52/5) permanecem repletos de colchetes, o que no jargão das negociações multilaterais indica trechos ainda contestados sem acordo entre as partes. Ambos os documentos foram encaminhados sem alterações para a 53ª sessão do IGC.

A divisão fundamental entre os Estados-Membros permanece inalterada: países em desenvolvimento — incluindo o Grupo Africano, o Grupo de Países da América Latina e do Caribe (GRULAC), os Países Afins (LMCs), além de Brasil, China, Colômbia, Egito, Índia, México e Nigéria —, juntamente com o Grupo de Trabalho Indígena, reiteram a demanda por um instrumento internacional juridicamente vinculante, com proteção *sui generis* (isto é, um sistema criado especificamente para essa realidade, que as patentes e direitos autorais tradicionais não contemplam), garantia de consentimento livre, prévio e informado (CLPI) e repartição equitativa de benefícios. Os países desenvolvidos, por sua vez, defendem instrumentos não vinculantes baseados em medidas de política nacional, sem a criação de novos direitos internacionais.

Durante as negociações, alguns países desenvolvidos adotaram postura que consistiu em formular perguntas esclarecedoras abertas em vez de apresentar propostas textuais concretas, o que gerou impasse processual e impediu qualquer avanço incremental na redução das divergências.

As discussões sobre Recursos Genéticos foram circunscritas ao mandato do IGC, com foco nas interseções com CT e ECTs. O ponto de maior relevância neste eixo foi o acompanhamento do processo de ratificação do Tratado sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados (Tratado GRATK), adotado pela OMPI em maio de 2024. O tratado obriga os requerentes de patentes a divulgar a origem dos recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais associados utilizados em suas invenções, e entrará em vigor três meses após atingir 15 ratificações.

A Albânia anunciou formalmente sua adesão ao Tratado, tornando-se o terceiro país a ratificá-lo, após Malawi e Uganda. Países do GRULAC, China, Brasil e Egito solicitaram ao Secretariado a realização de atividades de qualificação, *workshops* e assistência jurídica para apoiar seus processos internos de ratificação. O Secretariado confirmou estar organizando diversas iniciativas em resposta.

O Centro Sul também manifestou disposição para prestar assistência técnica a países em desenvolvimento, ressaltando que a ratificação do GRATK deve ser integrada a uma abordagem mais ampla que inclua orientações aos escritórios de patentes, aplicação rigorosa dos critérios de patenteabilidade e legislação nacional de acesso e repartição de benefícios alinhada à Convenção sobre Diversidade Biológica e ao Protocolo de Nagoya.

Os Estados Unidos apresentaram proposta (WIPO/GRTKF/IC/52/6) para a realização de um questionário gerenciado pelo Secretariado, com o objetivo de mapear as experiências dos Estados-Membros na proteção interna de CT e ECTs. A iniciativa recebeu apoio do Grupo CEBS, da União Europeia, do Reino Unido, da Suíça, do Japão, da República da Coreia e do Canadá.

Em suas declarações finais, os países em desenvolvimento reafirmaram o compromisso com um instrumento juridicamente vinculante e expressaram preocupação com o tempo

consumido em sessões de compartilhamento de informações em detrimento das negociações substantivas. A China sugeriu a adoção de objetivos faseados, a identificação de questões prioritárias e o intercâmbio de experiências legislativas como caminhos para destravar o processo.

O GRULAC e o Brasil solicitaram que as Notas da Presidência, a serem publicadas em até quatro semanas, registrem com precisão as discussões informais e os pontos de divergência, a fim de evitar debates circulares na próxima sessão. A presidência confirmou a ausência de consenso textual e o encaminhamento dos dois projetos de artigos à 53ª sessão do IGC, que deverá ocorrer ainda no segundo semestre de 2026.

4 de maio — Declaração do Centro Sul à Trigésima Sexta Sessão do Comitê de Desenvolvimento e Propriedade Intelectual (CDIP).

O Centro Sul publicou sua declaração à 36.ª Sessão do Comitê de Desenvolvimento e Propriedade Intelectual da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (CDIP/36), em Genebra. A Agenda de Desenvolvimento da OMPI completa 20 anos no próximo ano, mas sua promessa transformadora permanece não cumprida. Um pequeno número de Estados-Membros continua a bloquear o progresso rumo à simplificação do desenvolvimento nas atividades da OMPI e à operacionalização das flexibilidades do Acordo TRIPS. Atingir os ODS deve ser parte integrante do mandato da OMPI, com fundamento jurídico no Acordo ONU-OMPI.

Artigos de Pesquisa

30 de abril — Três Décadas de Engajamento Global: A Contribuição do Centro Sul para a Propriedade Intelectual e o Desenvolvimento.

Nirmalya Syam



Traçando suas origens até a Comissão Sul de 1990, o artigo examina o papel do Centro na formulação de políticas de propriedade intelectual (PI) para promover o desenvolvimento equitativo. Por meio de pesquisa rigorosa, defesa de direitos e assistência técnica, o Centro Sul apoiou negociações na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e na Organização Mundial do Comércio (OMC), influenciando marcos como a Agenda de Desenvolvimento da OMPI de 2007 e as prorrogações dos períodos de transição do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS) para os países menos desenvolvidos.

Entre as principais contribuições, destacam-se a promoção da flexibilidade do Acordo TRIPS para saúde pública, biodiversidade e transferência de tecnologia, com publicações seminais sobre licenciamento compulsório, exame de patentes e proteção do conhecimento tradicional. Durante a pandemia de COVID-19, o Centro defendeu a concessão de isenções de propriedade intelectual para ampliar o acesso a vacinas e terapias.

Os impactos incluem o empoderamento de países do Sul Global para implementar estratégias de propriedade intelectual voltadas para o desenvolvimento e reformar as leis de patentes. Olhando para o futuro, o documento aborda os desafios da transformação digital, da

inteligência artificial (IA) e da governança de dados, defendendo o fortalecimento da cooperação Sul-Sul e a atuação proativa para garantir estruturas de propriedade intelectual inclusivas. O Centro Sul-Sul continua sendo essencial para promover o desenvolvimento sustentável e reduzir as desigualdades globais.

30 de abril — Evidências de parcerias no setor farmacêutico cubano.

Graziela Ferrero Zucoloto



O artigo analisa os acordos de parceria farmacêutica de instituições cubanas, identificando diversas parcerias com empresas nacionais e estrangeiras que abrangem 17 países, com várias nações desenvolvidas figurando como beneficiárias de tecnologias cubanas, e com instituições cubanas atuando como principais detentoras e licenciadores de tecnologia na maioria dos acordos identificados. As constatações sugerem que o modelo farmacêutico estatal de Cuba gerou um setor ativo e inovador, com potenciais lições para outros países, incluindo o Brasil, que mantêm laboratórios farmacêuticos públicos.

Resumo de Política

1.º de maio — CETA Reino Unido-Índia: Patentes e Governança Internacional da Propriedade Intelectual.

Pratyush Nath Upreti e Virender Chandel



Este relatório de políticas situa as regras de direitos de propriedade intelectual (DPI) do Acordo Abrangente e Econômico de Comércio Reino Unido-Índia (CETA) em meio a concessões mútuas. Ele fornece uma visão geral sucinta do Capítulo de DPI, analisa as disposições específicas sobre patentes e contextualiza a propriedade intelectual no contexto mais amplo da governança internacional da propriedade intelectual.

A análise do Capítulo de DPI demonstra o objetivo das partes de estabelecer compromissos significativos em relação à proteção e à aplicação da propriedade intelectual, preservando, ao mesmo tempo, a flexibilidade regulatória em prioridades voltadas para o desenvolvimento e a saúde pública.

À medida que a Índia continua a se integrar à arquitetura do comércio global por meio de acordos bilaterais, o Capítulo de DPI do CETA servirá como um teste crucial para verificar se o espaço político estratégico pode ser preservado de forma significativa dentro das estruturas comerciais contemporâneas.

G20, G7 e OCDE

G20, el G7 y la OCDE

G20, G7, and OECD

Pedro Burger, Vitória Kavanami,
Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar e
João Miguel Estephanio

Da resistência africana ao retorno da Rússia sob a nova dinâmica corporativa e as projeções do Reino Unido para o G20 em 2027

Del movimiento de resistencia africano al resurgimiento de Rusia en el contexto de las nuevas dinámicas empresariales y los planes del Reino Unido para el G-20 en 2027

From African resistance to Russia's resurgence amid new corporate dynamics and the UK's plans for the G20 in 2027

Resumo. O informe analisa a repercussão da União Africana à exclusão da África do Sul e os esforços do continente para garantir a continuidade de sua agenda no G20. Examina a reaproximação diplomática dos Estados Unidos com a Rússia em contraste com o veto a Pretória, além da reestruturação do B20 sob liderança corporativa exclusiva. Aborda as primeiras sinalizações do Reino Unido para a presidência de 2027, focando na geração de empregos e na retomada da estabilidade multilateral.

Palavras-chave: G20; G7; OCDE; EUA; Minerais Críticos; China; Cooperação Internacional.

Resumen. *El informe analiza la reacción de la Unión Africana ante la exclusión de Sudáfrica y los esfuerzos del continente por garantizar la continuidad de su agenda en el G20. Examina el acercamiento diplomático de Estados Unidos a Rusia, en contraste con el veto a Pretoria, así como la reestructuración del B20 bajo un liderazgo exclusivamente empresarial. Aborda las primeras señales del Reino Unido de cara a la presidencia de 2027, centrándose en la creación de empleo y en la recuperación de la estabilidad multilateral.*

Palabras clave*: G20; G7; OCDE; EUA; Minerales críticos; China; Cooperación Internacional.*

Abstract. *The report analyzes the African Union's response to South Africa's exclusion and the continent's efforts to ensure the continuity of its agenda within the G20. It examines the United States' diplomatic rapprochement with Russia in contrast to the veto against Pretoria, as well as the restructuring of the B20 under exclusive corporate leadership. It addresses the United Kingdom's initial signals regarding the 2027 presidency, focusing on job creation and the restoration of multilateral stability.*

Keywords: *G20; G7; OECD; USA; Critical minerals; China; International Cooperation.*

A exclusão da África do Sul das atividades do G20 continua a gerar repercussões nessa quinzena. Após o encontro de finanças, realizado no final de abril, o atual presidente da Comissão da União Africana (UA), Mahmoud Ali Youssouf, condenou formalmente para a imprensa a proibição imposta por Washington, classificando-a como uma medida injustificada que estabelece um precedente perigoso para o fórum. Segundo o representante da UA, tal decisão enfraquece o papel do G20 como uma plataforma inclusiva e compromete a própria participação da União Africana, que havia sido consolidada como membro permanente durante a gestão brasileira. É importante pontuar, que somado ao isolamento diplomático, o impacto da política externa dos Estados Unidos também tem se tornado visível na economia do continente, onde os preços dos combustíveis subiram drasticamente em meio à volatilidade do mercado de petróleo. Essa instabilidade está diretamente ligada às tensões no Estreito de Ormuz e ao endurecimento da aplicação de sanções dos Estados Unidos contra o Irã, movimentos que são transmitidos sem escalas para os custos de consumo dos países, especialmente a África do Sul.

Nesse cenário de crescente tensão, a Comissão da União Africana tem reforçado a crítica ao caráter que o grupo assumiu sob a gestão atual. Youssouf rejeitou categoricamente a noção de que o G20 possa ser tratado como uma plataforma privativa, afirmando que o fórum não é exclusivo de nenhum país. Na visão da UA, a abordagem atual dos Estados Unidos transformou o espaço multilateral em um ambiente onde a participação tornou-se condicional ao alinhamento com os interesses norte-americanos. Para Youssouf, existe uma contradição evidente entre o silenciamento da maior economia do continente africano e os temas centrais escolhidos para a Cúpula deste ano, que versam sobre sustentabilidade e desenvolvimento. Diante dessa barreira, a Comissão da UA já indicou que trabalhará em estreita colaboração com a próxima presidência do G20, que será exercida pelo Reino Unido em 2027, para garantir que tais exclusões não voltem a ocorrer.

Diante dessa tentativa de silenciamento, a África do Sul tem buscado canais alternativos para manter sua agenda estratégica viva e assegurar que as prioridades do Sul Global não sejam apagadas. O Instituto Sul-Africano de Assuntos Internacionais (SAIIA), em colaboração com a Agência de Desenvolvimento da União Africana (AUDA-NEPAD), iniciou uma série de diálogos estratégicos voltados para a revisão da governança global. Esses encontros visam construir caminhos sustentáveis para a influência africana, independentemente das pressões políticas atuais, reafirmando o continente como um ator assertivo, especialmente em tópicos como o financiamento ao desenvolvimento e sustentabilidade da dívida. Ao conectar as trilhas técnicas do G20 a outros processos multilaterais, como a Convenção-Quadro da ONU sobre Cooperação Tributária Internacional e as negociações climáticas, essas coalizões buscam institucionalizar ganhos que antes eram vistos como temporários, garantindo que o legado estabelecido por Pretória permaneça ecoando no cenário internacional.

Essa articulação é fundamental porque, com a transição do G20 para um ciclo de presidências liderado por países do Norte Global, o desafio central deixou de ser puramente a definição de uma agenda que inclua os interesses do Sul Global, para se tornar a sua continuidade institucional. Existe uma preocupação latente de que, sem um esforço coordenado para consolidar os avanços das últimas gestões, o progresso alcançado em temas fundamentais possa estagnar ou ser fragmentado por interesses geopolíticos imediatos. Por essa razão, o foco atual das lideranças africanas tem sido identificar caminhos práticos para integrar as prioridades de desenvolvimento de forma transversal, protegendo a arquitetura de governança construída

nos últimos anos e preparando o terreno para que o continente retome seu protagonismo pleno assim que o atual ciclo dos EUA se encerrar.

No campo das grandes potências, o cenário geopolítico sofreu uma nova alteração com a indicação noticiada pelo *Washington Post* de que o governo norte-americano estaria disposto a reintegrar a Rússia ao núcleo de discussões do G20 e do G7. O governo russo confirmou que houve sinalizações para que Vladimir Putin participe da próxima Cúpula em Miami, embora sua presença ainda dependa de avaliações internas. Até o momento, não foram enviados convites formais, mas de qualquer forma, é certo que a Rússia estará devidamente representada no fórum. "Como membro do G20, a Rússia foi convidada para todas as reuniões de trabalho até o momento. O presidente Trump deixou claro que a Rússia é bem-vinda a participar de todas as reuniões do G20, já que os Estados Unidos estão focados em realizar uma Cúpula bem-sucedida e produtiva", disse um porta-voz do Departamento de Estado para a *Reuters*.

Esta movimentação representa uma ruptura com a política de ostracismo adotada por diversos membros do bloco contra a Rússia desde que a guerra na Ucrânia teve início e tem o potencial de alterar a dinâmica de alianças dentro do grupo, além de potencialmente gerar mais tensões. Trump tem reforçado essa postura de aproximação, argumentando que foi um erro a exclusão da Rússia do antigo G8 em 2014, após a anexação da Crimeia. Segundo o presidente, Putin teria ficado profundamente ofendido com a medida, e o diálogo contínuo poderia ter evitado parte dos problemas atuais com a Ucrânia. Nesse sentido, Trump, tem defendido a necessidade de manter o diálogo aberto, embora manifeste dúvidas sobre a vinda física de Putin a Miami, mantendo o foco em encerrar o conflito na Ucrânia por meio de negociações diretas.

É interessante pontuar que essa reaproximação ocorre simultaneamente à manutenção do veto à África do Sul, justificado por Washington sob a alegação de violações de direitos humanos contra os *afrikaners*, as quais já foram amplamente rejeitadas por falta de fundamentação jurídica. Em contraste, a decisão de convidar Putin ignora as múltiplas acusações documentadas de crimes de guerra e violações de direitos humanos decorrentes da invasão da Ucrânia, o que gera uma inconsistência na aplicação dos critérios para a participação no bloco e reforça a retórica de um G20 alinhado aos interesses individuais dos Estados Unidos. Ainda, a mudança de tom em relação ao Kremlin é acompanhada por gestos econômicos, como a recente extensão de isenções que permitem a compra de petróleo russo sem o enfrentamento imediato de sanções. Para o governo russo, embora o G7 seja visto agora como pouco significativo para seus interesses, o G20 permanece como um espaço de coordenação estratégica vital, especialmente diante das crises que emergem globalmente. A estratégia dos EUA, então, parece buscar uma estabilização de forças que prioriza interesses bilaterais e a estabilidade dos mercados de combustível, mesmo diante das críticas sobre a falta de evidências nas acusações contra Pretória em comparação aos registros documentados sobre o conflito no leste europeu.

Paralelamente às disputas de alta política, a agenda econômica do G20 tem passado por uma reestruturação significativa no engajamento corporativo, marcada por um afastamento do modelo tradicional do *Business 20* (B20) – um dos únicos grupos de engajamento atuantes nesta gestão. A Casa Branca optou por delegar à *Business Roundtable* a liderança do diálogo com o setor privado, alterando a estrutura que era organizada pela Câmara de Comércio dos Estados Unidos. Segundo autoridades do governo, essa mudança visa simplificar a participação empresarial e alinhar as contribuições do setor privado de forma mais direta às prioridades econômicas da administração de Donald Trump, como a desregulamentação, a expansão

energética e o crescimento impulsionado pela inovação. A porta-voz da Casa Branca, Olivia Wales, reforçou que a *Business Roundtable*, composta pelos principais CEOs do país, desempenhará um papel central na promoção de uma agenda favorável ao crescimento, afirmando que as políticas do atual presidente servem como um modelo para o mundo e que os Estados Unidos esperam discutir como outras nações podem replicar esse sucesso.

Sob essa nova configuração, o engajamento corporativo ganhará contornos mais exclusivos, com a *Business Roundtable* organizando um grande evento voltado para CEOs em dezembro, antecedendo a Cúpula de Líderes. Jessica Boulanger, vice-presidente da organização, afirmou que a entidade está trabalhando para promover um encontro sem precedentes, focado em uma agenda de retorno às origens do G20 que seja consistente com a visão da administração atual. Essa nova dinâmica reflete um movimento mais amplo de inclusão das vozes empresariais nas discussões econômicas globais, garantindo aos principais executivos um papel mais direto na formulação de recomendações que priorizem os interesses de empresas privadas, em detrimento de discussões sobre tributação global que haviam ganhado espaço em ciclos anteriores.

Por fim, enquanto o cenário atual do G20 é marcado por incertezas e estagnação, o Reino Unido já projeta sua liderança para 2027, quando assumirá a presidência do bloco com o objetivo de impulsionar o crescimento global e reforçar a estabilidade internacional. O primeiro-ministro britânico, Keir Starmer, confirmou em nota para a imprensa que as prioridades iniciais da gestão britânica estarão centradas no crescimento e na oportunidade, tratando o fórum como uma ferramenta estratégica para a renovação nacional e a geração de empregos de qualidade no país. Segundo Starmer, o trabalho diplomático deve entregar resultados concretos para as pessoas em casa, e sediar o G20 permitirá que Londres molde novamente a agenda global para promover a estabilidade econômica interna e externa.

Para o primeiro-ministro, ao iniciar este próximo ciclo de presidências, o grupo precisa intensificar sua missão central de fomentar um crescimento que não se resuma apenas a números, mas que se traduza em oportunidades reais para a classe trabalhadora de cada país membro. Esta primeira sinalização britânica destaca o foco em uma economia global voltada para o crescimento estável, o comércio justo e o investimento, reforçando a crença de que a cooperação e o multilateralismo podem restaurar a prosperidade em uma escala capaz de beneficiar todas as regiões.

Referências

BUSINESS ROUNDTABLE. Business Roundtable to lead corporate engagement for U.S. G20 Presidency. Washington, DC, 2026. Disponível em: https://www.foxbusiness.com/business-leaders/business-roundtable-lead-corporate-engagement-g20. Acesso em: 11 maio 2026.

REUTERS. Putin may or may not attend G20 Miami, Kremlin says. [S. l.], 24 abr. 2026. Disponível em: https://www.reuters.com/world/china/putin-may-or-may-not-attend-g20-miami-kremlin-says-2026-04-24/. Acesso em: 11 maio 2026.

SAIIA. South Africa's G20 Presidency in review: building sustainable pathways for African influence in global governance. Johannesburg, 2026. Disponível em: https://saiia.org.za/event/south-africas-g20-presidency-in-review-building-sustainable-pathways-for-african-influence-in-global-governance/. Acesso em: 11 maio 2026.

SAIIA; AUDA-NEPAD. SAIIA and AUDA-NEPAD co-host strategic G20 dialogue on global governance. Johannesburg, 2026. Disponível em: https://saiia.org.za/news/saiia-and-auda-nepad-co-host-strategic-g20-dialogue-on-global-governance/. Acesso em: 11 maio 2026.

SUNDAY INDEPENDENT. AU Chair condemns US on unjustified G20 ban. [S. l.], 8 maio 2026. Disponível em: https://iol.co.za/sundayindependent/dispatch/2026-05-08-au-chair-condemns-us-on-unjustified-g20-ban/. Acesso em: 11 maio 2026.

UNITED KINGDOM. Government. Growth and Opportunity set to be at the heart of UK-hosted G20. Londres, 2026. Disponível em: https://www.gov.uk/government/news/growth-and-opportunity-set-to-be-at-the-heart-of-uk-hosted-g20. Acesso em: 11 maio 2026.

U.S. CHAMBER OF COMMERCE. International Institutions: G20 and B20 Work. Washington, DC, 2026. Disponível em: https://www.uschamber.com/program/international-affairs/global-initiatives/international-institutions-g20-and-b20-work. Acesso em: 11 maio 2026.

***

G7 e a disputa geopolítica pelos minerais críticos

El G7 y la disputa geopolítica por los minerales críticos

G7 and the geopolitical dispute over critical minerals

Resumo. O G7 intensificou debates sobre segurança econômica e redução da dependência ocidental da China no fornecimento de minerais críticos e terras raras, considerados estratégicos para a transição energética e setores de alta tecnologia. A França lidera iniciativas para reconstruir capacidades industriais domésticas e fortalecer cadeias de suprimento resilientes, combinando políticas industriais, incentivos estatais e cooperação internacional.

Palavras-chave: G20; G7; OCDE; EUA; Minerais Críticos; China; Cooperação Internacional.

Resumen. *El G7 intensificó los debates sobre seguridad económica y reducción de la dependencia occidental de China en el suministro de minerales críticos y tierras raras, considerados estratégicos para la transición energética y los sectores de alta tecnología. Francia lidera iniciativas para reconstruir capacidades industriales nacionales y fortalecer cadenas de suministro resilientes mediante políticas industriales, incentivos estatales y cooperación internacional.*

Palabras clave*: G20; G7; OCDE; EUA; Minerales críticos; China; Cooperación Internacional.*

Abstract. *The G7 intensified discussions on economic security and reducing Western dependence on China for critical minerals and rare earths, which are considered strategic for the energy transition and high-technology sectors. France is leading initiatives to rebuild domestic industrial capacities and strengthen resilient supply chains through industrial policies, state incentives, and international cooperation.*

Keywords: *G20; G7; OECD; USA; Critical minerals; China; International Cooperation.*

Entre os destaques da última quinzena tem-se a convocação de uma reunião do G7 para discutir a redução da dependência ocidental em relação à China no fornecimento de minerais críticos e terras raras, insumos considerados estratégicos para setores como transição energética, indústria de alta tecnologia e defesa. A iniciativa foi anunciada pelo ministro das Finanças francês, Roland Lescure, e integra os preparativos para a cúpula do G7 que ocorrerá em Evian, em junho de 2026. O governo francês busca reconstruir uma cadeia produtiva nacional voltada ao processamento de terras raras e à fabricação de ímãs permanentes, incluindo medidas de incentivo estatal, financiamento público e garantias para investimentos considerados estratégicos.

O movimento evidencia a crescente centralidade geopolítica dos minerais críticos na reorganização das cadeias globais de valor, especialmente diante da predominância chinesa no setor. Segundo autoridades francesas, a liderança da China teria sido consolidada por décadas de investimentos estatais e políticas industriais capazes de reduzir preços e afastar concorrentes internacionais. Um dos projetos de resposta no âmbito do G7 seria a criação de mecanismos de cooperação internacional, como por exemplo a Agência Internacional de Energia nos anos 1970, criada durante a crise do petróleo e o monopólio da OPEP. A proposta inclui não apenas diversificação de fornecedores, mas também o fortalecimento de capacidades industriais domésticas nos países centrais.

A França pretende abranger toda a cadeia produtiva, desde a obtenção dos minerais críticos no exterior até o refino, produção de ligas metálicas e fabricação de imãs em território francês. Ainda, pretende produzir, até 2030, capacidade de atender 100% da demanda europeia por terras raras pesadas e um quarto por terras raras leves. Para alcançar o objetivo, o governo francês pretende oferecer simplificação de crédito tributário para investimentos industriais verdes até 2028, direcionar novos recursos via programas de investimento de longo prazo, e um fundo dedicado a metais estratégicos. Por fim, pretende oferecer garantias financeiras estatais francesas em negociações com outros comerciantes internacionais (REUTERS, 2026).

Nesse contexto, a crescente competição internacional por minerais estratégicos tende a reconfigurar relações geopolíticas, comerciais e ambientais, com potenciais implicações para países do Sul Global detentores de reservas minerais essenciais para a economia de baixo carbono. Implicações essas que podem ser a perpetuação de uma relação de exportação de matéria-prima bruta, se não houver o desenvolvimento do local de extração, e os danos ambientais no processo de separação química desses metais, por exemplo.

Ainda nessa mesma esteira temática, os ministros do Comércio do G7 se reuniram em Paris, nos dias 5 e 6 de maio de 2026, em meio ao aumento pressões crescentes sobre as cadeias globais de valor, volatilidade dos mercados, riscos à segurança energética e desequilíbrios econômicos estruturais. O comunicado conjunto reafirma a defesa da cooperação internacional como instrumento de prosperidade econômica, ao mesmo tempo em que enfatiza a necessidade de fortalecer a resiliência e a segurança econômica dos países membros. Nesse contexto, o grupo reiterou preocupações com políticas consideradas “não orientadas pelo mercado”, associadas a distorções comerciais, excesso de capacidade produtiva e ampliação de dependências econômicas crescentes, o que nos permite crer que seja uma alusão ao Irã, pelo fechamento de Ormuz, e à China, pela concentração da produção e refino de terras raras. Adicionalmente, a ameaça de Donald Trump de aumentar tarifas sobre automóveis europeus e

a alegação de que a Europa não estaria cumprindo o acordo firmado anteriormente na Escócia também influenciou o ambiente das negociações (FRANCE 24, 2026).

O documento dedica atenção especial às cadeias globais de suprimento de minerais críticos, classificadas como fundamentais para setores estratégicos e tecnologias avançadas e sob risco de concentração de mercado, interrupção no fornecimento e práticas comerciais desleais. Os ministros defenderam mecanismos de diversificação produtiva e fortalecimento das cadeias de abastecimento, incluindo instrumentos regulatórios, critérios de resiliência, rastreabilidade, subsídios compensatórios, compras conjuntas e possíveis medidas comerciais coordenadas como cotas e pisos de preços. Também foram mencionadas preocupações com restrições arbitrárias às exportações e formas de "coerção econômica" capazes de comprometer a segurança econômica dos países do G7. Paralelamente, o grupo voltou a defender reformas na Organização Mundial do Comércio (OMC), diante das dificuldades recentes da instituição em responder às transformações do comércio internacional contemporâneo (FRANCE, 2026).

Referências

FRANCE24. G7 trade ministers meet in Paris as global tensions and tariff threats mount. France24, Paris, 5 maio 2026. Disponível em: <https://www.france24.com/en/europe/20260505-g7-trade-ministers-meet-in-paris-as-global-tensions-and-tariff-threats-mount>. Acesso em: 11 maio 2026.

G7. G7 Trade Ministers' Communiqué. Paris, 7 maio 2026. Disponível em: <https://www.elysee.fr/en/G7evian/2026/05/07/g7-trade-ministers-communique>. Acesso em: 11 maio 2026.

REUTERS. France convenes G7 on critical minerals to curb China's grip. Reuters, Paris, 5 maio 2026. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/energy/france-convenes-g7-critical-minerals-curb-chinas-grip-2026-05-05/>. Acesso em: 10 maio 2026.

***

Desenvolvimento infantil, economia e saúde mental em pauta na OCDE

El desarrollo infantil, la economía y la salud mental, temas de debate en la OCDE

Child development, the economy, and mental health on the agenda at the OECD

Resumo. Os destaques da OCDE se dividem entre a publicação de um relatório sobre pesquisa da OCDE sobre primeira infância e desenvolvimento infantil, a edição de 2026 do relatório periódico sobre receitas fiscais na ALC, de um estudo sobre inserção produtiva de pessoas com deficiência na Croácia, um estudo sobre saúde mental, políticas públicas e economia e, por fim, outro sobre saúde mental e juventude.

Palavras-chave: G20; G7; OCDE; EUA; Minerais Críticos; China; Cooperação Internacional.

Resumen. *Entre las novedades más destacadas de la OCDE se encuentran la publicación de un informe sobre la investigación de la OCDE en materia de primera infancia y desarrollo infantil, la edición de 2026 del informe periódico sobre ingresos fiscales en América Latina y el Caribe, un estudio sobre la integración laboral de las personas con discapacidad en Croacia, un estudio*

sobre salud mental, políticas públicas y economía y, por último, otro sobre salud mental y juventud.

***Palabras clave**: G20; G7; OCDE; EUA; Minerales críticos; China; Cooperación Internacional.*

***Abstract.** The OECD's highlights include the publication of a report on OECD research on early childhood and child development, the 2026 edition of the periodic report on tax revenue in Latin America and the Caribbean, a study on the labor market integration of people with disabilities in Croatia, a study on mental health, public policy, and the economy, and, finally, another study on mental health and youth.*

***Keywords:** G20; G7; OECD; USA; Critical minerals; China; International Cooperation.*

Na primeira semana do mês de maio de 2026, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou em seu portal eletrônico a publicação do relatório *"Building Strong Foundations for Life: Results from the 2025 Early Learning and Child Well-being Study"*.

A mesma é um produto derivado da iniciativa *International Early Learning and Child Well-being Study* (IELS, na sigla em inglês) da própria OCDE, que se propõe a investigar, coletar dados inéditos comparativos e produzir indicadores sobre bem-estar, aprendizagem e desenvolvimento infantil. É a maior pesquisa do gênero no mundo e possui a singularidade de focar nos resultados aos 5 anos de idade (a primeira infância), juntamente com a mensuração simultânea de uma ampla gama de indicadores de desenvolvimento. De forma única, o IELS combina avaliações diretas das habilidades das crianças – por meio de atividades lúdicas e envolventes realizadas em aparelhos *tablets* – com medidas indiretas coletadas junto a pais e professores, oferecendo uma compreensão completa da aprendizagem e do desenvolvimento na primeira infância. Desse modo, o estudo combina avaliações diretas e indiretas da aprendizagem básica, da função executiva e das habilidades sociais e emocionais de crianças de cinco anos em escolas e ambientes de educação e cuidados na primeira infância.

Mais de 23.000 crianças participaram do segundo ciclo do estudo, que ocorreu em oito jurisdições apresentadas nesta publicação: Baku e Sumgayit (Azerbaijão), Ceará, Pará e São Paulo (Brasil), Inglaterra (Reino Unido), Comunidade Flamenga (Bélgica), Coreia do Sul, Malta, Países Baixos e Emirados Árabes Unidos. O relatório, portanto, apresenta as principais conclusões da edição do estudo e busca fornecer evidências para subsidiar os esforços de formuladores de políticas públicas, líderes educacionais e profissionais da primeira infância na construção de bases sólidas para a vida de todas as crianças, auxiliando-os na compreensão de como os resultados precoces se relacionam com experiências e ambientes influenciados pelas políticas para a primeira infância.

No que diz respeito às particularidades, análises e dados específicos dos casos analisados, o relatório possui recursos adicionais individuais para cada no portal eletrônico. No entanto, até o momento de produção do presente informe, nem todos estão disponíveis para acesso – como é o caso de Ceará, Pará e São Paulo no Brasil.

Outro destaque da quinzena da OCDE foi a divulgação do relatório *"Revenue Statistics in Latin America and the Caribbean 2026"*. Produto da colaboração da organização junto a

CEPAL, CIAT e BID, a mais atualizada edição publicada da iniciativa periódica compila dados estatísticos comparáveis e harmonizados da receita tributária no intervalo dos anos de 1990 a 2024 de 29 países da região América Latina e Caribe (ALC), possibilitando a comparação dos sistemas tributários nacionais em uma base consistente tanto na região quanto com outras economias em nível global. A nova versão inclui ainda uma seção especial sobre as receitas provenientes de recursos naturais não renováveis na região da ALC em 2024 e 2025.

Complementando a disponibilização de dados derivados da pesquisa, a organização também publicou em seu portal adendos individuais dedicados para cada país examinado, oferecendo resumos específicos baseados nos resultados apresentados na edição de 2026 do estudo estatístico. Esses resumos incluem dados sobre o nível e a estrutura da arrecadação tributária para cada um dos países abrangidos pelo relatório até 2024 e mostram como seus resultados se comparam aos de outros países da região, bem como à média da ALC, além de viabilizar uma análise detalhada da arrecadação tributária para 2024 em moeda nacional e como percentual do PIB, destacando também as variações em relação a 2023. Dentre eles, o Brasil foi um dos países analisados e que possuem seu respectivo resumo, presente no documento virtual *"Revenue Statistics in Latin America and the Caribbean 2026: Brazil"*.

Em paralelo, a OCDE também apresentou durante o período da quinzena a publicação de três documentos que em especial retomam suas atenções mais diretamente aos tópicos temáticos de Saúde. Desse modo, os mesmos são brevemente identificados e apresentados a seguir.

A primeira publicação dessa leva a ser aqui ressaltada é o estudo *"Disability, Work and Inclusion in Croatia: Coherent Assessments and Stronger Pathways to Work",* cujo foco principal é examinar como a avaliação da deficiência na Croácia poderia ser reformada para avançar no sentido de medir a experiência real de deficiência das pessoas, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. É proveitoso pontuar que o estudo faz parte de um interesse maior da organização intergovernamental em analisar tentativas em países selecionados de introduzir uma avaliação da deficiência baseada na funcionalidade e discute a *World Health Organization Disability Assessment Schedule* (WHODAS, na sigla em inglês) como uma ferramenta consolidada para mensurar a experiência da deficiência das pessoas.

Ao longo das últimas décadas, a Croácia fez progressos no fortalecimento das políticas para pessoas com deficiência, na expansão do apoio financeiro e na melhoria das bases institucionais para a avaliação da deficiência, a reabilitação e a promoção do emprego. Contudo, as pessoas com deficiência continuam entre os grupos mais desfavorecidos da sociedade croata, com índices de pobreza elevados, resultados precários no mercado de trabalho e com nível de escolaridade permanecendo baixo para as pessoas com deficiência. As disparidades nessas áreas entre pessoas com e sem deficiência são maiores do que em quase qualquer outro país europeu e aumentaram na última década, sinalizando profundas barreiras estruturais e apoio precoce insuficiente. Melhorar os resultados no mercado de trabalho das pessoas com deficiência exige uma avaliação da deficiência centrada na funcionalidade e, ainda mais importante, um sistema de intervenção precoce mais integrado e robusto.

O sistema de avaliação da deficiência e da capacidade laboral desempenha um papel central na definição do acesso ao apoio financeiro e aos serviços, porém atualmente funciona como um obstáculo. Questões como fragmentações nos sistemas, avaliações separadas,

definições distintas e formulários sobrepostos, além de documentação médica baseada na incapacidade e não no nível de funcionalidade das pessoas acometem o sistema croata, prejudicando um maior desenvolvimento e inserção produtiva das pessoas com deficiência. Assim, a organização advoga em prol do entendimento de que o funcionamento deve ser medido diretamente, utilizando instrumentos validados, em vez de ser inferido a partir das condições de saúde da pessoa. Os sistemas que, segundo a OCDE, avançaram com sucesso em direção à avaliação baseada na funcionalidade – embora raros – o fizeram por meio de reformas de longo prazo, investimentos em treinamento, projetos-piloto e avaliação dos processos. Tais experiências podem oferecer considerações válidas para a Croácia, particularmente sobre o risco de desenvolver novas ferramentas nacionais não testadas que pareçam abrangentes, mas que careçam de robustez científica, transparência ou confiabilidade.

O relatório também reconhece que a reforma da avaliação da deficiência, por si só, é insuficiente para melhorar a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho e sugere medidas para fortalecer a intervenção precoce para trabalhadores doentes e desempregados doentes, a fim de garantir apoio oportuno e melhorar as chances de reintegração sustentável no mercado de trabalho.

Intitulado *"The Economic Case for Preventing Mental Ill Health"*, o segundo documento promovido aborda o tema de saúde mental contemporânea, apresentando em seu texto argumentos econômicos em favor de investimentos em melhores políticas de saúde mental, principalmente para casos de depressão e ansiedade.

Os transtornos de saúde mental são extremamente comuns, com estimativas indicando que pouco mais de 20% dos indivíduos nos países da OCDE e da União Europeia sofreram com algum transtorno mental em 2023 – ou seja, problemas de saúde mental afetam mais de uma em cada cinco pessoas nos países –, o que representa um dos maiores desafios para a saúde pública e a economia. É ainda provável que esse número subestime a verdadeira dimensão do problema, já que muitos casos mais leves não são diagnosticados ou não são relatados devido ao estigma social persistente e às limitações dos sistemas de saúde existentes. Além disso, variados choques sociais, econômicos e ambientais globais e/ou locais impulsionam negativamente e precarizam ainda mais a saúde mental dos indivíduos, que reflete tal interação complexa de fatores sociais, econômicos e ambientais.

Em efeito dominó, a saúde mental precária impõe um fardo significativo aos indivíduos, aos sistemas de saúde e à economia, com o impacto de seus problemas indo muito além do universo particular individual e gerando custos substanciais diretos e indiretos. Estudos de microssimulação da própria OCDE estimam que transtornos depressivos maiores, transtornos de ansiedade generalizada e transtornos por uso de álcool levarão a uma redução de 2,5 anos na expectativa de vida saudável em toda a União Europeia durante o período dos anos de 2025 a 2050. Em nível populacional, esse resultado equivale a aproximadamente 28.000 mortes prematuras por ano. Embora os transtornos mentais abalem principalmente a qualidade de vida, casos graves de depressão e o uso de álcool também contribuem para o aumento das taxas de mortalidade e para a redução da expectativa de vida geral.

Apesar da ampla adoção de políticas nacionais que se preocupem com saúde mental nos países da OCDE e da União Europeia, da formalização de suas estruturas políticas e do desenvolvimento de estratégias específicas de implementação, graves lacunas no acesso à assistência médica persistem. Estima-se que quase dois terços das pessoas na União Europeia

que necessitam de cuidados de saúde mental enfrentam acesso inadequado aos serviços, o que contrasta fortemente com os 3,8% das pessoas que relatam necessidades não atendidas de tratamentos médicos gerais.

Diante desse cenário, a pesquisa busca identificar e denotar como intervenções baseadas em evidências na atenção primária, nas escolas e em locais de trabalho podem melhorar de modo eficaz os resultados de saúde e impulsionar o crescimento econômico por meio do aumento da produtividade e da participação no mercado de trabalho. Ademais, para lidar de forma mais efetiva com o peso dos problemas de saúde mental, a organização econômica adverte que os sistemas de saúde devem ir além de intervenções isoladas e adotar uma abordagem mais sistêmica, destacando três áreas prioritárias para futuras ações política:

1. Aprimoramento do planejamento e da implementação de intervenções, com os formuladores de políticas se concentrando em modelos baseados nas "melhores práticas" que combinem serviços clínicos com campanhas de desestigmatização e apoio entre pares para incentivar a busca por ajuda;

2. Expansão da cobertura e do investimento, com metas mais ambiciosas para a cobertura dos serviços sendo necessárias para alcançar melhorias significativas na saúde da população. A exemplo, atingir o acesso universal exigiria um aumento de 41% nos gastos com saúde mental e uma expansão significativa da força de trabalho profissional na UE durante o período de 2025 a 2050; e

3. Combater as causas profundas, com os esforços de saúde pública sendo complementados por políticas sociais e econômicas que abordem os fatores subjacentes ao sofrimento mental. O fortalecimento dos sistemas de bem-estar social e o combate à insegurança econômica e ao desemprego são passos cruciais, visto que os países com proteções sociais mais abrangentes apresentam consistentemente melhores resultados em saúde mental.

Na esteira de tal discussão, no relatório "Child, Adolescent and Youth Mental Health in the 21st Century", a ênfase da pesquisa é em saúde mental contemporânea de crianças, adolescentes e jovens. Baseando-se em dados internacionais, na literatura científica recente e nas percepções de especialistas clínicos e em políticas públicas, a publicação indica que a deterioração da saúde mental dos jovens é uma tendência de longa data que antecede a pandemia da Covid-19, mas que se intensificou nos últimos anos. Assim, são destacados no texto certos fatores complexos e interconectados por trás desse declínio, que vão desde a digitalização e as redes sociais até a ansiedade climática, os temores em relação a conflitos globais, as pressões socioeconômicas, o bullying e o estresse acadêmico, além da desigualdade e da pobreza.

Visando apoiar os governos da OCDE na elaboração de estratégias mais eficazes e baseadas em evidências para conter o declínio da saúde mental dos jovens, o documento sinaliza a importância de uma resposta política abrangente, compreensiva, holística e multissetorial, que inclua o fortalecimento da prevenção precoce, a melhoria do acesso a serviços de fácil acesso e apoiados por pares, a integração da aprendizagem socioemocional nas escolas, uma abordagem sensível as determinantes estruturais da saúde mental, amparo de políticas sociais e econômicas preocupadas com o bem-estar e o desenvolvimento de políticas equilibradas em torno da tecnologia digital. Ele também enfatiza a necessidade de uma coleta

de dados melhor, mais robusta e de maior frequência e da escuta direta dos jovens para compreender suas necessidades e prioridades. Assim, para a OCDE, é possível salvaguardar a saúde mental da geração mais jovem e permitir que a mesma prospere nas próximas décadas.

Referências

OECD. Building Strong Foundations for Life: Results from the 2025 Early Learning and Child Well-being Study. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 May 08]. Available from: https://doi.org/10.1787/02bf8efe-en.

OECD, ECLAC, CIAT, IDB. Revenue Statistics in Latin America and the Caribbean 2026. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 May 08]. Available from: https://doi.org/10.1787/2f21f131-en.

OECD, ECLAC, CIAT, IDB. Revenue Statistics in Latin America and the Caribbean 2026: Brazil. OECD [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 May 08]. Available from: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2026/04/revenue-statistics-in-latin-america-and-the-caribbean-2026-country-notes_968b866c/brazil_74b19915/cdb7e590-en.pdf.

OECD. Disability, Work and Inclusion in Croatia: Coherent Assessments and Stronger Pathways to Work. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 May 08]. Available from: https://doi.org/10.1787/bb395574-en.

OECD. The Economic Case for Preventing Mental Ill Health. OECD Health Policy Studies [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 May 08]. Available from: https://doi.org/10.1787/16668f16-en.

OECD. Child, Adolescent and Youth Mental Health in the 21st Century. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 May 08]. Available from: https://doi.org/10.1787/1092c3cb-en.

Bolsa de Grãos dos BRICS garantirá segurança alimentar e reunião de chanceleres aponta relações sino-russas inabaláveis

El Intercambio de Granos de los BRICS garantizará la seguridad alimentaria, y la reunión de ministros de Asuntos Exteriores pone de manifiesto la solidez de las relaciones sino-rusas

BRICS Grain Exchange will guarantee food security, and meeting of foreign ministers points to unwavering Sino-Russian relations

Claudia Hoirisch

Resumo: Alguns países BRICS começaram a discutir a cooperação estratégica na Bolsa de Grãos da associação. A iniciativa russa para criar uma Bolsa de Cereais visa fortalecer o comércio agrícola intrabloco, permitindo que os membros do grupo formem indicadores de preços independentes, o que acarretará na diminuição da influência do dólar. Em abril de 2026, o chanceler da Rússia Sergei Lavrov realizou visita oficial a Pequim para se reunir com seu homólogo chinês Wang Yi para discutir temas como o conflito EUA-Irã, a dinâmica no Indo-Pacífico, a crise ucraniana e o Oriente Médio. As partes abordaram a cooperação bilateral em fóruns como ONU, BRICS (incluindo a Cúpula do grupo prevista para dias 12 e 13 de setembro), OCX, G20 e APEC. A reunião serviu para alinhar posições, o que sublinha o aprofundamento das relações bilaterais, em meio a tensões globais.

Palavras-chave: Bolsa de Grãos do BRICS; segurança alimentar; indicadores de preços independentes; visita Lavrov a Pequim; conflito EUA-Irã; parceria estratégica Rússia-China; BRICS; Cúpula do BRICS.

Abstract: *Several BRICS countries have begun discussing strategic cooperation on the association's Grain Exchange. Its creation will strengthen global food security by allowing group members to form independent price indicators, which will contribute to a more objective assessment of the cost of agricultural products in the world market. In April 2026, Russian Foreign Minister Sergei Lavrov made an official visit to Beijing to meet with his Chinese counterpart Wang Yi to discuss topics such as the US-Iran conflict, the dynamics in the Indo-Pacific, the Ukrainian crisis, and the Middle East. The parties addressed bilateral cooperation in forums such as the UN, BRICS (including the group's Summit scheduled for September 12 and 13), SCO, G20, and APEC. The meeting served to align positions, which underscores the deepening of bilateral relations amidst global tensions.*

Keywords: *BRICS Grain Exchange*; *Food security*; *Independent price indicators*; *Lavrov's visit to Beijing*; *US-Iran conflict*; *Russia-China strategic partnership*; *BRICS. BRICS Summit.*

Resumen*: Varios países BRICS han comenzado a debatir la cooperación estratégica en la Bolsa de Granos de la asociación. Su creación fortalecerá la seguridad alimentaria mundial al permitir que los miembros del grupo elaboren indicadores de precios independientes, lo que contribuirá*

a una evaluación más objetiva del costo de los productos agrícolas en el mercado mundial. En abril de 2026, el Ministro de Asuntos Exteriores ruso, Serguéi Lavrov, realizó una visita oficial a Pekín para reunirse con su homólogo chino, Wang Yi, y abordar temas como el conflicto entre Estados Unidos e Irán, la dinámica en el Indo-Pacífico, la crisis ucraniana y Oriente Medio. Las partes trataron la cooperación bilateral en foros como la ONU, los BRICS (incluida la Cumbre del grupo prevista para el 12 y 13 de septiembre), la OCS, el G20 y la APEC. La reunión sirvió para armonizar posiciones, lo que subraya la profundización de las relaciones bilaterales en medio de las tensiones globales.

Palabras clave: *Bolsa de cereales de los BRICS*; *Seguridad alimentaria*; *Indicadores de precios independientes*; *Visita de Lavrov a Pekín*; *Conflicto entre Estados Unidos e Irán*; *Asociación estratégica entre Rusia y China*; *BRICS*; *Cumbre de los BRICS.*

Criação da Bolsa de Grãos dos BRICS para garantir a segurança alimentar

Há algum tempo a Rússia sugeriu a criação de uma Bolsa de Grãos dos BRICS. A iniciativa conta com o apoio dos líderes de todos os países do grupo.

Para garantir a segurança alimentar é importante expandir a cooperação com países amigos. A Rússia, maior exportador de trigo do mundo, deve criar reservas conjuntas de alimentos com outros membros do BRICS e antigos vizinhos soviéticos para combater os riscos à segurança alimentar global durante tempos de instabilidade, em especial os decorrentes do conflito no Oriente Médio.

Cerca de metade dos alimentos do mundo é cultivada com o uso de fertilizantes, enquanto um terço do comércio global de fertilizantes costumava passar pelo Estreito de Hormuz, fechado desde o início da guerra dos Estados Unidos contra o Irã.

Alguns representantes dos países BRICS já começaram a conversar. O vice-primeiro-ministro russo, Dmitri Patruchev, durante uma visita oficial aos Emirados Árabes Unidos em abril de 2026, se reuniu com o vice-presidente e vice-primeiro-ministro dos EAU, Mansour bin Zayed Al Nahyan[1] para discutir a criação da Bolsa de Cereais do BRICS.

Os detalhes do funcionamento da Bolsa ainda estão sendo definidos. O que se sabe é que a sua criação da bolsa fortalecerá a segurança alimentar global, permitindo que os membros da associação formem indicadores de preços independentes dentro do âmbito da associação, o que contribuirá para uma avaliação mais objetiva do custo dos produtos agrícolas no mercado mundial[2].

Lavrov e Wang Yi se reuniram para discutir temas cruciais em meio a tensões globais

Em 14 de abril de 2026, o chanceler da Rússia, Sergei Lavrov, realizou uma visita oficial a Pequim, onde se reuniu com seu homólogo chinês, Wang Yi[3], para discutir temas cruciais como

1 Новости — Правительство России

2 https://www.cnnbrasil.com.br/economia/no-brasil-brics-apoia-proposta-de-putin-para-criar-bolsa-de-graos/

3 https://in.china-embassy.gov.cn/eng/zgxw/202604/t20260416_11893219.htm

o conflito EUA-Irã, a dinâmica no Indo-Pacífico, a crise ucraniana e o Oriente Médio, reforçando a parceria estratégica entre os dois países em meio a tensões globais.

Imagem 1 — Os MREs da Rússia Lavrov e da China Wang Yi[4] se reuniram para discutir temas cruciais em meio a tensões globais



Fonte: Ministério das Relações Exteriores da China

As partes trocaram visões sobre o conflito Rússia-Ucrânia e a segurança regional, além de cooperação bilateral em fóruns como ONU, BRICS, Organização de Cooperação de Xangai (OCX), G20 e APEC[5,6].

Alinharam posições entre sobre a Cúpula do BRICS prevista para dias 12 e 13 de setembro, identificando oportunidades para decisões adicionais e encontros planejados, o que sublinha o aprofundamento das relações bilaterais diante de crises globais.

Wang Yi afirmou que a atual conjuntura internacional atravessa uma intensa turbulência, com a hegemonia unilateral causando danos crescentes, o sistema de governança global passando por profundos ajustes e a causa da paz e do desenvolvimento da humanidade enfrentando sérios desafios. Diante de um ambiente externo complexo e volátil, os Presidentes Xi Jinping e o Putin afirmam que as relações China-Rússia permanecem "inabaláveis diante de nuvens passageiras", com a cooperação em todas as áreas se fortalecendo por meio de repetidas provações.

Os dois lados enviaram uma mensagem ao mundo de que o caminho certo ainda existe em meio às adversidades e que a responsabilidade permanece inabalável em meio à turbulência.

Lavrov, por sua vez, afirmou que Rússia e China são parceiros estratégicos que se respeitam mutuamente, desfrutam de alto grau de confiança mútua e que a Rússia está disposta a trabalhar com a China para manter trocas de alto nível, aprofundar a cooperação prática e

4 https://in.china-embassy.gov.cn/eng/zgxw/202604/t20260416_11893219.htm
5 A APEC é um fórum regional que reúne 21 economias-membro para promover a cooperação econômica, o comércio e a prosperidade na região da Ásia-Pacífico.
6 https://www.apec.org/

alcançar benefícios mútuos. Para ele, a atual conjuntura internacional enfrenta desafios severos, com alguns países tentando formar vários "pequenos grupos" para conter a Rússia e a China.

Os dois lados alinharam uma série de iniciativas globais propostas pelo Presidente Xi Jinping com as visões do Presidente Putin, como a Parceria da Grande Eurásia e a arquitetura de segurança eurasiática, a manutenção da coordenação e cooperação em plataformas multilaterais e em assuntos internacionais e regionais, a salvaguarda de seus respectivos interesses nacionais e a defesa da segurança e a estabilidade do sistema internacional[7,8].

Considerações finais

A iniciativa russa para criar uma Bolsa de Cereais visa fortalecer o comércio agrícola intrabloco e reduzir influência do dólar.

Em tempos de tensões, a coordenação russo-chinesa reforça a convergência em pontos de acesso geopolíticos, sinalizando potencial para ações conjuntas em 2026 que possam influenciar dinâmicas regionais e multilaterais.

Os dois lados devem fortalecer a cooperação em estruturas multilaterais, como as Nações Unidas e aproveitar o 25º aniversário da fundação da OCX como uma oportunidade para implementar o consenso da Cúpula de Tianjin[9] por meio da cooperação China-Rússia. O encontro mostrou a força do bloco como espaço alternativo de articulação política, econômica e militar, distante da lógica de dominação ocidental.

Rússia e China continuarão a manter o ímpeto de unidade entre os países do BRICS e a salvaguarda dos direitos e interesses legítimos do Sul Global; a coordenação estratégica em questões internacionais e regionais importantes; a prática do multilateralismo e a moralidade internacional e a promoção do processo de multipolaridade mundial.

[7] https://mid.ru/pt/foreign_policy/news/2094750/

[8] https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/zyxw/202604/t20260416_11893219.html

[9] Ainda na Cúpula de Tianjin, o encontro entre Xi e Putin foi um dos pontos altos da cúpula. Ambos reafirmaram a aliança estratégica que já se consolidou como eixo de estabilidade e contraponto à hegemonia ocidental. Xi destacou que a parceria China–Rússia é “inquebrantável” e que juntos os dois países continuarão atuando pela multipolaridade. Putin, por sua vez, agradeceu o apoio chinês diante das sanções ocidentais e reforçou que a cooperação energética é apenas uma face de uma aliança mais ampla, que envolve segurança, comércio e tecnologia. Xi Jinping anunciou um foco maior na governança global e no fortalecimento das relações entre os países membros da OCX, que representa quase metade da população mundial. Narendra Modi e Xi Jinping prometeram resolver disputas de fronteira e aumentar o comércio bilateral. A China destacou investimentos de US$84 bilhões em outros países da OCX e ofereceu 10.000 vagas no Programa Luban de Educação Profissional.

Econômica, securitária, política: as crises que fizeram “morada” na América Latina

Económica, de seguridad, política: las crisis que se instalaron en América Latina

Economic, Security, and Political: The Crises That Have Taken Root in Latin America

Sebastian Tobar e Sâmia de Brito

Resumo: O cenário de crise econômica e securitária influencia tomadas de decisão políticas e eleitorais na América Latina. Na Argentina e na Bolívia, os governos passam por fraco desempenho econômico e mobilização de setores domésticos já movimenta Buenos Aires e La Paz. Na Colômbia, no Equador e no México, a crise securitária tem afetado eleições, mobilizado a oposição e aberto espaço para ingerência externa. O hantavírus é o tema de destaque na vigilância na América do Sul, após turistas serem infectados em viagem por Ushuaia. No seguimento das organizações regionais, destacamos que o Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) participou de eventos sobre vacinação e lançou nota sobre o hantavírus; a Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central (COMISCA) participou de reuniões sobre o Plano de Saúde da região, medicamentos biotecnológicos e programas sobre doença renal e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) discute o impacto do EL Niño para a região amazônica em 2026.

Palavras-chave: América Latina; cooperação internacional; saúde.

Resumen: *El panorama de crisis económica y de seguridad influye en la toma de decisiones políticas y electorales en América Latina. En Argentina y Bolivia, los gobiernos registran malos resultados económicos y las movilizaciones de sectores nacionales ya están sacudiendo Buenos Aires y La Paz. En Colombia, Ecuador y México, la crisis de seguridad ha afectado a las elecciones, movilizado a la oposición y abierto la puerta a la injerencia externa. El hantavirus es el tema destacado en la vigilancia en Sudamérica, después de que varios turistas se infectaran durante un viaje a Ushuaia. En cuanto a las organizaciones regionales, destacamos que el Organismo Andino de Salud Convenio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) participó en eventos sobre vacunación y publicó una nota sobre el hantavirus; la Secretaría Ejecutiva del Consejo de Ministros de Salud de América Central (COMISCA) participó en reuniones sobre el Plan de Salud de la región, los medicamentos biotecnológicos y los programas sobre enfermedades renales, y la Organización del Tratado de Cooperación Amazónica (OTCA) debate el impacto de El Niño en la región amazónica en 2026.*

Palabras clave: *América Latina; Cooperación Internacional; Salud.*

Abstract: *The economic and security crisis scenario influences political and electoral decision-making in Latin America. In Argentina and Bolivia, governments are experiencing weak economic performance, while the mobilization of domestic sectors is already affecting Buenos Aires and La Paz. In Colombia, Ecuador, and Mexico, the security crisis has impacted elections, mobilized the opposition, and created opportunities for external interference. Hantavirus is the main topic of concern in health surveillance in South America after tourists were infected during a trip to Ushuaia. Regarding regional organizations, we highlight that the Andean Health Organization – Hipólito Unanue Agreement (ORAS-Conhu) participated in vaccination-related events and released a statement on hantavirus; the Executive Secretariat of the Council of Ministers of Health of Central America (COMISCA) took part in meetings on the region's Health Plan, biotechnological medicines, and kidney disease programs; and the Amazon Cooperation Treaty Organization (ACTO) is discussing the impact of El Niño on the Amazon region in 2026.*

Keywords: *Latin America; International Cooperation; Health.*

Nas últimas duas semanas, a América Latina foi marcada por uma combinação de tensões políticas, agitação social, debates sobre governança democrática e preocupações com a saúde. Abaixo, um resumo dos principais eventos regionais:

Argentina: a economia não decola e marchas populares exigem mais financiamento para a educação pública

O ministro da Economia, Luis Caputo, reconheceu que a economia "teve um desempenho fraco", principalmente na indústria em comparação com outros setores. Ele teve que assumir a responsabilidade pelos últimos dados da atividade econômica, divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística e Censos (INDEC). Nesse sentido, indicou que a atividade econômica teve baixo desempenho em fevereiro, admitindo, porém, um "atraso" em setores como a indústria e a construção civil, dois dos mais afetados durante o governo de Javier Milei[10].

A atividade econômica despencou 2,6% em fevereiro em comparação com os níveis de janeiro, uma queda vista apenas em dezembro de 2023 e marcando o pior desempenho mensal desde o início da pandemia de coronavírus. Além disso, a economia também contraiu em relação ao ano anterior, registrando um declínio de 2,1%.

Por outro lado, Caputo também previu que o processo de concessões e privatizações continuará até o final do ano e gerará aproximadamente US$ 2 bilhões em receita. No entanto, ele afirmou que "a força do programa econômico ficou mais evidente pelo fato de que, nos últimos sete ou oito meses, tivemos que suportar um choque interno brutal".

Em um cenário de crise de orçamento, as autoridades universitárias estão convocando uma nova mobilização para o dia 12 de maio, em protesto contra a diminuição de verba e salários desatualizados. O governo de Milei minimizou os protestos e prometeu enviar um novo projeto de lei de financiamento universitário ao Congresso. Enquanto isso, hospitais universitários alertaram para possíveis interrupções nos serviços devido à falta de verbas.

[10] https://www.eldestapeweb.com/economia/caputo-reconocio-que-la-economia-dio-mal-y-acepto-el-atraso-de-la-industria-20264281486

Em meio a preocupações com o subinvestimento em hospitais públicos administrados por universidades nacionais, que operam com apenas 50% da capacidade devido à falta de financiamento, se o governo não responder, os serviços de educação e saúde em geral se deteriorarão, com declínio e interrupção dos serviços hospitalares e do ensino, bem como queda na qualidade[11].

Bolívia: greve geral operária exige a renúncia do presidente

A Central Operária Boliviana convocou um bloqueio rodoviário em todo o país a partir das 00h00 de sexta-feira, 8 de maio, em cumprimento à greve por tempo indeterminado com mobilizações escalonadas que começou esta semana[12].

Apesar do convite do governo para dialogar com a COB (Central Operária Boliviana), a COB anunciou que não compareceria, declarando que não reconhece mais o ministro Edgar Morales e acusando o governo de "vingança e discriminação" contra os trabalhadores. A liderança rejeitou possíveis alterações na Lei Geral do Trabalho, advertiu que não aceitará novos aumentos no preço dos combustíveis e responsabilizou o governo por agravar o conflito caso suas reivindicações não sejam atendidas. Eles conclamaram à união e à mobilização em todo o país.

Enquanto isso, o presidente Rodrigo Paz completa seis meses no cargo em meio a problemas no setor de hidrocarbonetos e tentativas de resolver a crise econômica, que encontram resistência por parte dos setores sindicais alinhados aos governos de Evo Morales e Luis Arce[13].

Chile: governo promoverá o Projeto de Lei de Reconstrução e Desenvolvimento Econômico e Social

José Antonio Kast apresenta um projeto de reconstrução nacional que reduz o imposto sobre os "super-ricos" de 27% para 23%. O governo promoverá o Projeto de Lei de Reconstrução e Desenvolvimento Econômico e Social[14]. Ele contém mais de 40 medidas organizadas em torno de cinco áreas principais:

O primeiro pilar é a competitividade fiscal, que reduz os impostos para os mais ricos e, segundo o governo, beneficia 150 mil empresas que empregam mais de 50% da força de trabalho formal e representam 90% dos investimentos no Chile.

O segundo pilar é o fortalecimento do emprego formal, que propõe a criação de um crédito tributário para o pagamento de salários: as empresas que pagam salários aos trabalhadores mais vulneráveis receberão um crédito tributário referente a esses salários. Isso injeta US$ 1,4 bilhão anualmente no setor produtivo, beneficia 235 mil pequenas e médias

---

[11] https://www.pagina12.com.ar/2026/05/06/la-uba-llama-a-llenar-plaza-de-mayo-en-reclamo-de-presupuesto-y-salarios/

[12] https://www.erbol.com.bo/nacional/cob-convoca-bloqueo-nacional-de-caminos-desde-las-cero-hora-de-este-viernes%C2%A0

[13] https://correodelsur.com/politica/20260508/paz-cumple-seis-meses-con-intentos-de-ajustes-crisis-de-combustibles-y-protestas.html

[14] https://radio.uchile.cl/2026/04/15/presidente-kast-presenta-plan-de-reconstruccion-con-rebaja-de-impuestos-en-el-centro/

empresas (representando 86% dos beneficiários do crédito) e protege mais de 4 milhões de trabalhadores.

O terceiro pilar é a facilitação regulatória para incentivar a renovação dos investimentos no Chile. O tempo necessário para aprovar um estudo de impacto ambiental aumentou 90% em uma década. Segundo o governo, isso não é proteção ambiental, mas sim, burocracia que destrói empregos antes mesmo de começarem.

O quarto pilar é a segurança jurídica e regulatória. O governo defende que, para o país atrair investimentos, precisa de regras que se mantenham consistentes ao longo do tempo. Portanto, este projeto de lei restabelece a estabilidade tributária e abre um prazo de doze meses para a repatriação de capital do exterior com um imposto único de 7%, desde que os fundos permaneçam investidos no país.

O quinto pilar é a contenção dos gastos públicos, partindo do princípio de que, se o Estado gasta mal, não pode exigir mais de seus cidadãos. Este projeto de lei triplica o número de incentivos à aposentadoria voluntária no setor público para gerar maior mobilidade. Estabelece medidas concretas para combater os abusos nas licenças médicas e concede à Receita Federal maiores poderes para fazer cumprir a lei.

O Presidente afirmou que seu governo enfrenta três emergências: segurança, economia e situação social, especialmente em áreas como saúde, habitação e educação. Nesse contexto, ele afirmou que o objetivo central do Executivo é "retomar o crescimento, gerar empregos e trazer esperança de volta às famílias chilenas[15]".

A oposição afirmou que com a implementação do Plano Nacional de Reconstrução, Kast "[…] governa para os mais ricos" e "enfraquece o Estado[16]"

Colômbia: Debate Constitucional e Polarização

Em seu discurso do Dia do Trabalho, o presidente Gustavo Petro anunciou oficialmente sua proposta de convocar uma Assembleia Constituinte por meio de uma campanha de coleta de assinaturas, argumentando que as reformas sociais, especialmente as relacionadas à saúde e à previdência, enfrentam um impasse institucional[17]. Essa iniciativa aprofundou a polarização política em um contexto pré-eleitoral.

A intenção de Petro não é reformar todo o texto, mas sim adicionar dois capítulos à Constituição. O primeiro, segundo ele, introduziria atos legislativos; ou seja, implementaria as reformas sociais que seu governo não conseguiu aprovar no legislativo, como as reformas da

---

15 https://www.gob.cl/noticias/presidente-cadena-nacional-anuncia-detalles-proyecto-recontruccion-nacional/

16 https://radio.uchile.cl/2026/04/16/gobierna-para-los-mas-ricos-y-debilita-al-estado-la-respuesta-de-la-oposicion-al-plan-de-reconstruccion-nacional/

17 Do Parque de las Luces, no centro de Medellín, Petro chegou para agitar as coisas e finalmente consolidar sua intenção de convocar uma Assembleia Nacional Constituinte. “Fui eleito com um único objetivo: tornar o Estado Social de Direito uma realidade, conforme proclamado pela Assembleia Nacional Constituinte como sua ordem e mandato.” O objetivo do Executivo, segundo ele, é reunir cinco milhões de assinaturas para apresentar ao Cartório Eleitoral e, assim, poder convocar um referendo para emendar a Constituição Política de 1991. https://elpais.com/america-colombia/2026-05-01/petro-oficializa-su-campana-por-una-asamblea-constituyente-en-su-ultimo-discurso-un-primero-de-mayo.html

saúde e da previdência. O segundo capítulo reformaria o sistema político para combater a corrupção.

Ao mesmo tempo, as tensões aumentaram em relação à campanha presidencial de 2026, com relatos de retórica cada vez mais radical, violência política e ativismo digital extremo. Uma escalada da violência foi observada na campanha presidencial da Colômbia: um ataque que deixou 14 mortos em Cauca[18] marca o início de uma tensa campanha eleitoral. Especialistas alertam para o fortalecimento de grupos armados e seu impacto na política e na segurança.

Essa escalada de violência ocorre poucas semanas antes do primeiro turno das eleições presidenciais, quando a segurança se configura como o tema dominante no debate político; consequentemente, a segurança se tornou a principal preocupação dos eleitores colombianos. A violência não só gera medo, como também pode afetar diretamente o processo democrático. Nesse contexto, o maior desafio é evitar que a crise de segurança se transforme em uma crise de legitimidade institucional[19].

Em resposta a essa situação, Iván Cepeda, candidato presidencial pelo Pacto Histórico, denunciou a alegada pressão de grupos armados criminosos para influenciar a votação nas eleições presidenciais de 31 de maio. Ele afirmou ter obtido essa informação de organizações sociais e da Ouvidoria. "Nos últimos dias, recebi informações de organizações sociais, autoridades locais e da Ouvidoria. Essas informações indicam pressão exercida por grupos armados sobre o eleitorado em algumas áreas do país, com o objetivo de influenciar o voto, a favor ou contra os candidatos à presidência", disse Cepeda em comunicado[20].

Cuba continua a resistir à agressão e ao bloqueio dos Estados Unidos.

O presidente da República de Cuba, Miguel Díaz-Canel Bermúdez, respondeu firmemente ao anúncio de novas medidas coercitivas impostas pelo governo dos Estados Unidos contra empresas-chave da economia cubana, classificando-as como uma agressão unilateral que apenas fortalece a vontade do povo de defender sua soberania[21].

Canel Bermudez afirmou que “Nosso povo já conhece a crueldade por trás das ações do governo dos EUA e a ferocidade com que ele é capaz de atacá-los”, e continuou afirmando que “uma agressão unilateral contra uma nação e uma população cuja única ambição é viver em paz, senhores do seu próprio destino e sem a interferência perniciosa do imperialismo

---

[18] O rio Cauca tornou-se um dos principais campos de batalha nesta escalada. Economias ilegais, rotas estratégicas e uma fraca presença estatal se cruzam ali. O resultado tem sido uma espiral de disputas territoriais entre grupos armados, em meio à qual a população civil está presa. Esses ataques servem a um duplo propósito: transmitir a mensagem de que possuem capacidade para desestabilizar e gerar ansiedade e terror entre a população civil. Essa violência busca consolidar o controle territorial e garantir o acesso a economias ilícitas, em um contexto que persiste desde a assinatura do acordo de paz de 2016 e a subsequente fragmentação do conflito armado.

[19] https://www.dw.com/es/la-nueva-ola-de-violencia-que-sacude-colombia-en-campa%C3%B1a-presidencial/a-76967684

[20] https://www.eltiempo.com/politica/partidos-politicos/ivan-cepeda-denuncia-presiones-de-grupos-armados-para-incidir-en-el-electorado-los-responsables-deben-ser-investigados-y-sancionados-3553242

[21] http://www.cubadebate.cu/noticias/2026/05/07/diaz-canel-las-nuevas-medidas-de-ee-uu-fortalecen-nuestra-determinacion-de-defender-la-patria/

estadunidense” e finalizou dizendo que "Essas ações agravam a situação já difícil que nosso país enfrenta, ao mesmo tempo que fortalecem nossa determinação em defender a Pátria, a Revolução e o Socialismo."

Vale a pena relembrar a ameaça de Donald Trump ao governo cubano: em sua rede social, ele teria afirmado que os Estados Unidos poderiam assumir o controle total de Cuba assim que concluíssem sua "tarefa" no Irã, país com o qual entraram em conflito em meados de fevereiro deste ano. Essas declarações aumentam as tensões na ilha, em consonância com a estratégia de endurecimento das relações que vem sendo implementada há meses, especialmente com o embargo comercial[22]. Essas declarações ocorrem em meio ao conflito no Oriente Médio, onde as negociações para um acordo de paz entre os Estados Unidos e o Irã estão em andamento, mas ainda não se concretizaram.

Equador: Daniel Noboa imerso em um “conflito armado interno[23]”

Cercado pela Colômbia e pelo Peru, os dois maiores produtores mundiais de cocaína, com vários portos em sua costa e uma economia dolarizada, o Equador tornou-se, nos últimos anos, um importante ponto no tráfico dessa droga, que se destina principalmente à Europa e à América do Norte.

Gangues criminosas utilizam os portos equatorianos para enviar grandes quantidades de cocaína escondidas entre as cargas em contêineres. Da costa, transportam carregamentos significativos da droga em lanchas rápidas ou até mesmo semissubmersíveis para a América Central e o México, de onde a droga segue para os Estados Unidos.

O Equador vive em estado de “conflito armado interno[24]” desde 2024, declarado pelo presidente Noboa para intensificar o combate aos grupos criminosos, classificados como “terroristas”.

Noboa afirmou que o país não enfrenta uma crise de segurança, como alegam seus oponentes políticos, "mas sim um conflito armado interno" e sinalizou a necessidade de ações unificadas: “Juntos não significa dividir o poder; juntos significa tornarmo-nos fortes, de mãos dadas com os cidadãos, as Forças Armadas e a Polícia”.

Ele acrescentou que o Equador “é a primeira nação do continente a levar a sério a luta contra o narcoterrorismo”, enquanto outros países foram pegos de surpresa, e para eles já é tarde demais. “No Equador, não é tarde demais; ainda temos tempo para alcançar o máximo sucesso”, declarou o chefe de Estado.

Noboa enviou uma mensagem às organizações políticas que criticam seu governo e afirmam que o país está passando por uma crise de segurança sem precedentes. "A crise que eles dizem que temos é uma luta, um conflito armado interno, não uma crise."

---

[22] https://elintransigente.com/2026/05/tropezara-con-el-pueblo-miguel-diaz-canel-reconoce-que-cuba-se-defendera-de-los-estados-unidos/

[23] https://www.vistazo.com/politica/nacional/2026-05-07-noboa-aclara-ecuador-conflicto-armado-interno-no-crisis-seguridad-FL10931958

[24] https://www.primicias.ec/politica/ecuador-crisis-seguridad-conflicto-armado-interno-daniel-noboa-machala-122181/

O presidente apoia o combate direto do país às estruturas criminosas e garante que o Governo continuará a reforçar as Forças Armadas e a ampliar a cooperação internacional em matéria de segurança.

A oposição liderada por Correa e aqueles ligados a Leonidas Iza começaram a incitar protestos de rua em preparação para a destituição do presidente do Equador. Buscando solucionar a situação no país, o presidente Daniel Noboa decretou oficialmente um toque de recolher que entrará em vigor em nove províncias e quatro cantões[25].

México: Pressão dos EUA e Crise de Segurança

A relação entre o México e os Estados Unidos permanece tensa, mas entrou em uma fase delicada devido às acusações de "narcopolítica" alimentadas por setores ligados ao governo de Donald Trump. Investigações foram abertas contra autoridades mexicanas e surgiram tensões diplomáticas em relação a supostas redes de tráfico de drogas em estados mexicanos.

A violência associada ao crime organizado também persiste, especialmente em Sinaloa, onde incêndios, homicídios e operações federais têm dominado a agenda pública.

Em 29 de abril, promotores do Distrito Sul de Nova York anunciaram uma acusação explosiva contra Rubén Rocha Moya, atual governador do estado mexicano de Sinaloa, por suas supostas ligações com a facção Chapitos do Cartel de Sinaloa. Em 29 de abril, promotores do Distrito Sul de Nova York anunciaram uma acusação explosiva contra Rubén Rocha Moya, atual governador do estado mexicano de Sinaloa, por suas supostas ligações com a facção Chapitos do Cartel de Sinaloa.

As acusações são bastante sérias. Os agentes são acusados de trabalhar para Los Chapitos, uma das facções do Cartel de Sinaloa liderada pelos filhos de Joaquín “El Chapo” Guzmán, o infame narcotraficante que cumpre pena de prisão perpétua nos Estados Unidos. Os agentes enfrentam acusações relacionadas ao tráfico de drogas e porte ilegal de armas[26].

De acordo com a acusação, as atividades variavam desde a manipulação de eleições até o fornecimento direto de armas, facilitação do tráfico de drogas e até mesmo proteção direta a muitos de seus membros. Governos mexicanos já haviam sido acusados de ter ligações com o crime organizado, mas esta parece ser a primeira vez que promotores dos EUA acusam formalmente um governador em exercício, alguém que ainda está no cargo.

Essa acusação já causou atritos significativos, pelo menos na forma como o governo mexicano respondeu, reiterando seu argumento de não intervenção e soberania.

A situação é delicada porque Rocha Moya é o primeiro membro do partido governista, Morena, formalmente ligado ao crime organizado. Isso coloca Sheinbaum em uma posição difícil. No domingo, 19 de abril, uma caminhonete com quatro pessoas a bordo sofreu um acidente nas montanhas de Chihuahua, no norte do México. Todos os quatro ocupantes morreram. Com o passar das horas, descobriu-se que dois dos quatro eram agentes da Procuradoria-Geral do Estado de Chihuahua e os outros dois eram cidadãos americanos. Não

[25] https://www.nodal.am/2026/04/ecuador-el-gobierno-oficializo-nuevo-toque-de-queda-y-solo-contempla-excepciones/

[26] https://diariocambio22.mx/the-insight-take-ruben-rocha-moya-y-el-cartel-de-sinaloa-las-acusaciones-que-sacuden-a-mexico/

demorou muito para que veículos de comunicação de ambos os países revelassem que os americanos eram, na verdade, agentes da CIA. Dias depois, a Procuradoria-Geral do Estado de Chihuahua admitiu que esses agentes e outros dois haviam participado de uma operação nas montanhas, na qual as autoridades locais desmantelaram um grande laboratório de drogas sintéticas[27]. Em 25 de abril, o Gabinete de Segurança afirmou que nenhum dos dois agentes tinha permissão para participar de "atividades operacionais no México". Um deles, segundo o gabinete, havia entrado no país como turista comum…

Nos últimos dias, Sheinbaum intensificou sua retórica. Ela enviou uma nota diplomática a Washington, exigindo explicações sobre a operação, e teve um acalorado debate com o embaixador dos EUA, Ronald Johnson, sobre as críticas dele à corrupção na vida pública mexicana. Nesta quinta-feira, a presidente indicou que os EUA, em resposta à sua nota diplomática, se comprometeram a "agir com respeito à lei e à Constituição no México".

Panamá e Israel concordam em expandir e fortalecer seu Acordo de Livre Comércio (ALC)

Os governos do Panamá e de Israel concordaram nesta quarta-feira em expandir e fortalecer seu Acordo de Livre Comércio (ALC), além de firmarem acordos de cooperação e serviços de consultoria em questões de gestão e tratamento de água, segurança cibernética, medicina, logística, tecnologia agrícola e turismo[28].

Em coletiva de imprensa, o presidente do Panamá, José Raúl Mulino, detalhou os temas discutidos em reunião bilateral com o presidente de Israel, Isaac Herzog, e destacou a cooperação tecnológica e agrícola entre os dois países, bem como a gestão eficiente dos recursos hídricos, que se beneficiou de doações e da troca de experiências em soluções para o tratamento e abastecimento de água potável.

No Peru: a candidata Keiko Fujimori já tem seu oponente para o segundo turno das eleições

A candidata Keiko Sofía Fujimori Higuchi lidera com 17,17%, frente a Roberto Sánchez Palomino, do "Juntos por el Perú", com cerca de 11,90% do total de votos.

Após o primeiro turno das eleições gerais, o cenário político no Peru entra em sua fase decisiva: o segundo turno da eleição presidencial, que será realizado no domingo, 7 de junho de 2026. Esse processo é ativado quando nenhum candidato obtém mais de 50% dos votos válidos, o que força uma nova votação entre os dois candidatos com maior apoio popular. Com 99,5% dos votos apurados, apenas 15.000 votos separam Sánchez do terceiro candidato: o de extrema-direita Rafael López Aliaga.

Keiko Sofía Fujimori Higuchi é uma política peruana nascida em 25 de maio de 1975, em Lima. Ela é filha do ex-presidente Alberto Fujimori e de Susana Higuchi. Keiko é conhecida por ser a líder do partido Força Popular e foi candidata à presidência do Peru três vezes. Sua carreira política tem sido marcada pela busca de dar continuidade ao legado e à influência de seu pai na política peruana contemporânea.

---

[27] https://elpais.com/mexico/2026-05-03/el-caso-rocha-y-la-crisis-de-los-agentes-de-la-cia-abren-la-primera-grieta-en-la-relacion-en-seguridad-entre-mexico-y-estados-unidos.html

[28] https://www.ecotvpanama.com/nacionales/panama-e-israel-logran-acuerdos-seguridad-logistica-agua-y-agricultura-n6078353

Roberto Helbert Sánchez Palomino, psicólogo e político, concorre à presidência pela coligação Juntos pelo Peru. Sua vasta experiência inclui cargos no Congresso, no Executivo e em governos locais, e ele busca liderar a plataforma de seu partido em um cenário político marcado pela polarização e por demandas de mudança.

Diversas irregularidades foram relatadas durante o processo, incluindo atrasos na entrega do material eleitoral e na abertura das seções eleitorais. Isso gerou inúmeras reclamações de cidadãos e levou a Junta Nacional Eleitoral (JNE) a prorrogar a votação em algumas áreas até segunda-feira, 13 de abril. A apuração dos votos também tem avançado lentamente desde então, resultando em críticas públicas e em alguns candidatos questionando o desempenho das autoridades eleitorais.

Venezuela: crise social persistente

Desde que os Estados Unidos invadiram e capturaram o presidente Nicolás Maduro em janeiro, a elite politicamente influente do país tem falado sobre um renascimento econômico, impulsionado pelas promessas americanas de "desencadear a prosperidade" assumindo o controle da combalida indústria petrolífera venezuelana[29].

Mas a crise estrutural persiste, embora alguns indicadores econômicos mostrem alguma melhora. Relatórios sociais revelam que enormes déficits continuam no acesso à eletricidade, água e educação. Para grande parte da população venezuelana, a intervenção dos EUA pouco mudou até agora e oferece apenas uma vaga perspectiva de melhoria.

A promessa dos Estados Unidos de reinvestir no país a receita das vendas de petróleo venezuelano pode dar a ilusão de "crescimento", mas seria uma "miragem" para a grande maioria dos venezuelanos[30].

Segundo o Centro de Documentação e Análise Social da Federação Venezuelana de Professores [31] (Cendas-FVM), a Cesta Básica Familiar (CAF) para março de 2026 era de 308.084,33 Bs., equivalente a US$ 692,32. Os dados de março de 2026 confirmam a completa erosão do salário mínimo legal como unidade de medida. Apesar da contínua e rápida alta do custo de vida, o salário mínimo mensal na Venezuela permanece congelado em 130 Bs. desde março de 2022. À taxa de câmbio oficial de 445 Bs. por dólar, essa renda equivale a meros US$ 0,29 por mês, representando apenas 0,04% das necessidades básicas de alimentação.

Casos de hantavírus e outros surtos na região

Um surto de hantavírus foi associado ao navio de cruzeiro MV Hondius, que partiu de Ushuaia, na Argentina. A cepa identificada é o vírus Andes, o único hantavírus conhecido com

---

[29] https://www.nytimes.com/es/2026/05/02/espanol/america-latina/venezuela-situacion-economica.html

[30] O governo Trump afirma ter começado a enviar milhões de dólares provenientes da venda de petróleo venezuelano para o governo em Caracas e que “garantirá que esses fundos sejam gastos de forma transparente e em benefício do povo venezuelano”. No entanto, o valor da moeda venezuelana, o bolívar, continua a despencar desde a deposição de Maduro, caindo pelo menos 36% desde janeiro, o que deixa o salário-mínimo mensal em míseros 27 centavos de dólar.

[31] Atualmente, um trabalhador precisa de mais de 2.400 salários-mínimos para conseguir alimentar sua família. https://fvmaestros.org/canasta-alimentaria-familiar-marzo-2026/

capacidade comprovada de transmissão de pessoa para pessoa por meio de contato próximo e prolongado.

A Organização Mundial da Saúde[32] relatou: 8 casos notificados; 6 casos confirmados e 3 óbitos associados ao Hantavírus. Os casos foram distribuídos por diversos países devido a evacuações e rastreamento internacional de contatos. Estudos genômicos confirmaram a transmissão de pessoa para pessoa em parte do surto. A OMS e a Organização Pan-Americana da Saúde consideram que o risco global permanece baixo, mas o evento demonstra a necessidade de fortalecer a vigilância, o rastreamento de contatos e a cooperação internacional.

Panorama regional do hantavírus: Em 2025, oito países das Américas relataram 229 casos confirmados e 59 óbitos, com uma taxa de letalidade aproximada de 26%. Os principais países com circulação endêmica são: Argentina, Chile, Brasil, Bolívia, Paraguai, Panamá e Estados Unidos. Os casos em navios de cruzeiro geraram alarme na região.

Na Argentina, foram relatados 41-42 casos confirmados em 2026, com 101 casos acumulados na temporada de 2025-2026 e uma taxa de letalidade superior a 30%33. A OMS confirmou a transmissão limitada de pessoa para pessoa[34], uma característica excepcional do vírus dos Andes. As províncias mais afetadas continuam sendo: Patagônia Andina, Salta, Jujuy e Misiones. A presença da doença está associada à expansão de reservatórios de roedores, às mudanças climáticas e ao aumento do contato entre humanos e ecossistemas[35].

Em 27 de abril, a OPAS emitiu um Alerta Epidemiológico sobre o início da temporada de circulação de vírus respiratórios de 2026 no Hemisfério Sul. Considerando a experiência da temporada de 2025-2026 no Hemisfério Norte — caracterizada pela predominância do vírus influenza A(H3N2) subclado K, com evidências de intensa atividade concentrada em um curto período e eficácia moderada da vacina contra influenza — a Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) insta os Estados-Membros a fortalecerem a vigilância epidemiológica e virológica integrada de vírus respiratórios, incluindo a caracterização genômica oportuna; ajustarem os planos de preparação e a organização dos serviços de saúde em antecipação a possíveis aumentos concentrados na demanda por serviços devido à circulação do vírus influenza A(H3N2) e à potencial cocirculação do vírus sincicial respiratório (VSR); e acelerarem a vacinação contra influenza sazonal e VSR em grupos prioritários antes do pico de circulação[36].

[32] https://www.who.int/emergencies/disease-outbreak-news/item/2026-DON600

[33] https://elpais.com/salud-y-bienestar/2026-05-06/asi-es-el-virus-de-los-andes-la-unica-cepa-de-hantavirus-que-se-transmite-de-persona-a-persona.html

[34] https://elpais.com/sociedad/2026-05-07/como-se-ha-transmitido-el-hantavirus-explicacion-visual-del-brote-del-barco.html

[35] https://apnews.com/article/argentina-hantavirus-cruise-ship-5841c25be9aa6dd3cd6edc81c74609de

[36] https://www.paho.org/es/documentos/alerta-epidemiologica-influenza-estacional-otros-virus-respiratorios-inicio-temporada

O Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) participou de eventos sobre vacinação e lançou nota sobre o hantavírus[37][38].

O Secretário Executivo da ORAS-Conhu, Fernando Araos, participou de evento liderado pelo Ministro da Saúde do Peru, Juan Velasco, para o lançamento oficial da Semana de Vacinação nas Américas (SVA) 2026.

Juan Velasco, além de sinalizar a inclusão da vacina contra o vírus respiratório sincicial no esquema vacinal do Peru, fez um chamado à população: "Hoje, estamos perante um dia decisivo. Assegurámos que todas as vacinas estejam disponíveis. Vacinar-se é prevenir o sofrimento e proteger o futuro das nossas famílias."

Por sua vez, Araos, representando a ORAS-CONHU, afirmou que "A vacinação é a ponte que une os nossos povos. É um bem público global que deve chegar a todos os cidadãos andinos, independentemente da sua localização" e reforçou o papel do organismo na articulação da política sanitária na região.

Além do lançamento no Peru, o ORAS-Conhu tem trabalhado em três eixos:

- Ação nas fronteiras: jornadas binacionais para proteger as populações migrantes e comunidades rurais em zonas limítrofes;
- Harmonização dos esquemas: atualização coordenada de calendários nacionais de vacinação.
- Vigilância epidemiológica: fortalecimento do intercâmbio de informação em tempo real para antecipar surtos.

O ORAS-Conhu lançou o comunicado n° 23 sobre o surto do hantavírus registrado no cruzeiro MV Hondius, que está sob a investigação internacional coordenada pela OMS. Em contato com a OMS/OPAS, a ORAS-Conhu recomendou à população seguir as informações oficiais emitidas pelas autoridades sanitárias nacionais e internacionais. E informou que o risco de expansão massiva para a população geral da região andina se mantém baixo dado que a exposição inicial ocorreu em terra firme e a transmissão dentro do barco foi limitada e associada a contatos estreitos.

O organismo apresentou as ações em curso na região em parceria da OMS/OPAS:

- Vigilância epidemiológica reforçada para viajantes procedentes do cruzeiro MV Hondius.
- Acompanhamento de contatos na Europa, África do Sul e América do Sul
- Pesquisa ambiental em Ushuaia e zonas visitadas por todos os passageiros
- Coordenação internacional de evacuações médicas e de análises de laboratório.

Por fim, sinalizou que pessoas que viajaram recentemente ao sul da Argentina ou do Chile devem vigiar sintomas como febre, mal-estar intenso ou dificuldade respiratória durante

[37] https://orasconhu.org/es/desde-peru-el-oras-conhu-impulsa-la-semana-de-vacunacion-en-las-americas-2026-tu-decision-marca-la

[38] https://orasconhu.org/es/comunicado-ndeg23-del-oras-conhu-situacion-del-brote-de-hantavirus-asociado-al-crucero-mv-hondius

as seis semanas posteriores à viagem e ir imediatamente a um estabelecimento de saúde informando seus antecedentes de deslocamento.

A Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central (COMISCA) participou de reuniões sobre o Plano de Saúde da região, medicamentos biotecnológicos e programas sobre doença renal.[39][40][41]

A SE-Comisca e a Presidência Pró Tempore da Republica Dominicana do Ministério da Saúde da República Dominicana realizaram a oficina de validação do documento sistema de planejamento, monitoramento e fichas de indicadores estratégicos do Plano de Saúde da América Central e República Dominicana 2026-2030.

A oficina reuniu membros do Comitê Executivo para a Implementação do Plano de Saúde (CEIP). Nessa instância, participam os planejadores a fim de assegurar que o Sistema de Planejamento e Monitoramento tenha coerência interna, pertinência, viabilidade operacional e alinhamento com os resultados esperados para fortalecer a capacidade regional da tomada de decisões baseada em evidência e o seguimento efetivo do desempenho setorial.

O secretário executivo do Comisca, José de Leon Cáceres, se encontrou com os membros da Rede Centroamericana e do Caribe de Pessoas que utilizam Medicamentos Biotecnológicos (BioRed CAC)[42] Foundation. A agenda da reunião trouxe a discussão sobre o fortalecimento da participação de organizações de pacientes na formulação de políticas públicas em saúde, assim como o reforço da aliança estabelecida entre as organizações.

No tema de doenças renais, foram realizadas oficinas para discussão sobre o tema.

A primeira “Oficina para a revisão de conteúdos para o programa de especialização em práticas e cuidados de enfermagem para o paciente com padecimento renal”, que teve como objetivo unificar os critérios técnicos para elevar a qualidade dos cuidados para pacientes com padecimento renal. A SE-COMISCA liderou a revisão dos blocos curriculares sobre saúde renal, terapias de substituição, diálise peritoneal e o cuidado integral, com o objetivo de validar a proposta de conteúdos técnicos e pedagógicos do programa, assegurando sua qualidade técnica, aplicação regional e viabilidade operacional.

A segunda foi a “Oficina para a identificação de medicamentos e insumos médicos necessários para o manejo de terapias de substituição com ênfase no programa de diálise peritoneal”. Durante o evento, os Estados-membros do SICA identificaram uma lista de medicamentos e de insumos médicos que poderão ser adquiridos através do Mecanismo

---

[39] https://www.sica.int/noticias/ceip-valida-sistema-de-planificacion-monitoreo-y-fichas-de-indicadores-de-estrategicos-del-plan-de-salud-de-centroamerica-y-republica-dominicana-2026-2030_1_138834.html

[40] https://www.sica.int/noticias/se-comisca-valida-contenido-del-programa-de-enfermeria-para-paciente-con-padecimiento-renal_1_138894.html

41 https://www.sica.int/noticias/desarrollan-taller-para-la-identificacion-de-medicamentos-e-insumos-medicos-necesarios-para-el-manejo-de-terapias-de-reemplazo-con-enfasis-en-programas-de-dialisis-peritoneal_1_138895.html

[42] A organização tem como objetivo promover ações e iniciativas a favor da seguridade social, da saúde e da vida dos usuários dos serviços de saúde da região, assim como impulsionar projetos de investigação, assistência técnica, formação de recursos humanos, educação, entre outros.

Conjunto COMISCA como uma estratégia para o acesso e aumento da cobertura na atenção a pessoas com padecimento renal.

As duas oficinas tiveram apoio de organismos de Cooperação Espanhola.

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) discute o impacto do EL Niño para a região amazônica em 2026[43]

Isabelle Vilela, especialista em mudança do clima do Observatório Regional Amazônico (ORAS/OTCA), comentou a avaliação recente[44] sobre os impactos do El Niño para a Amazônia e a América Latina em 2026 que sinalizou consequências importantes como secas severas, queda nos níveis dos rios, aumento da propagação de incêndios e maior vulnerabilidade de populações ribeirinhas.

Segundo Vilela, o cenário atual exige cautela nas interpretações das previsões porque, apesar de existir um cenário favorável para o El Niño no ano corrente, não há ainda consenso sobre a intensidade e os impactos regionais. Para a especialista, o monitoramento será importante para refinar as informações e reduzir incertezas. Vilela ainda adiciona que o fenómeno do El Niño não é homogêneo e tem diferenças importantes entre o Pacífico central e o leste**.**

Sobre os efeitos do El Niño na região amazônica, Vilela afirma que […] impactos não dependem de um único fator. O aquecimento anômalo do Atlântico tropical pode mudar o regime de chuvas e agravar a seca na Amazônia, enquanto o estado do solo e da vegetação pode intensificar ou amenizar esses efeitos."

Sobre o papel do Observatório Regional Amazônico (ORA/OTCA) no acompanhamento do El Niño, Arnaldo Carneiro, coordenador do ORA, afirmou que "Fenômenos como o El Niño não respeitam fronteiras. A articulação de políticas nacionais e ação coletiva entre os países amazônicos é essencial para antecipar riscos, compartilhar dados e fortalecer a capacidade de resposta dos países amazônicos diante de eventos extremos."

[43] https://otca.org/pt/a-otca-promove-a-implementacao-do-mecanismo-amazonico-dos-povos-indigenas-em-brasilia/

[44] As análises sobre um novo evento do El Niño são baseadas em órgãos que monitoram o Oceano Pacífico e a atmosfera, como a Comisión Multisectorial encargada del Estudio Nacional del Fenómeno "El Niño" (ENFEN), do Peru, o Centro Internacional para la Investigación del Fenómeno de El Niño (CIIFEN) do Equador, a National Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA) dos EUA e a Organização Metorológica Mundial (OMM), da ONU.

Soberania sanitária na produção de antibióticos: a capacidade da ALC de competir no cenário geopolítico global

Soberanía sanitaria en la producción de antibióticos: la capacidad de la ALC para competir en el ámbito geopolítico mundial

Health sovereignty in antibiotic production: Latin-American's ability to compete in the global geopolitical arena

Sebastián Tobar e Daniel Ricchion[1]

Assumir uma perspectiva geopolítica da saúde requer abandonar a cooperação para adotar outra em que a saúde pode se tornar um componente estratégico de disputa e os sistemas de saúde, um campo de batalha. Em tal sentido, temos definido a "geopolítica da saúde" como o "conjunto de relações de poder, conflitos, cooperação e dependências estruturadas em torno da produção, distribuição, regulação e acesso a recursos, tecnologias, conhecimento e instituições de saúde em escala internacional"[2].

Dessa perspectiva geopolítica, a saúde é concebida e utilizada para criar ou ampliar assimetrias políticas, econômicas e militares entre os países. Neste artigo, analisamos um problema que evidencia essa perspectiva, especificamente relacionado aos antibióticos, em particular à amoxicilina. Podemos argumentar que a amoxicilina é uma arma necessária nesse complexo cenário geopolítico global.

A amoxicilina pode ser considerada uma "commodity farmacêutica". A patente original expirou, entre o final dos anos 80 e o começo dos anos 90, permitindo a produção de genéricos, e existem diversas versões com composições equivalentes. Sua molécula é quimicamente conhecida e regulamentada internacionalmente; farmacopeias e agências reguladoras estabelecem padrões de pureza, dosagem, e há normas para certificar a sua bioequivalência. Ela pode ser produzida em larga escala, tornando-se um dos antibióticos mais utilizados no mundo. Isso permite algo raramente encontrado no mercado de fármacos, a concorrência se baseia no preço e, devido ao grande número de fabricantes, a diferença tecnológica é baixa. A produção depende de princípios ativos farmacêuticos (APIs) e precursores químicos comercializados globalmente.

---

[1]Farmacêutico (Universidade de Buenos Aires). Especialista em Farmácia Hospitalar, Monitoramento Farmacoterapêutico e Avaliação Econômica de Medicamentos e Produtos Médicos. Professor da Universidade Maimônides. Farmacovigilância. Especialista em análises e políticas relacionadas ao acesso a medicamentos.

[2] Tobar, Federico & Tobar, Sebastián (2026) "*As reviravoltas do caleidoscópio e os Sistemas de Saúde como campo de batalha em disputas globais*". Publicado em Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde, n. 6 (2026). Edição 6/2026 dos Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro/RJ, 30 de abril de 2026. Págs: 50-57. Disponível em: https://cadernossaudeglobalfiocruz.net/csgf/article/view/272/235

Se olharmos da perspectiva do multilateralismo atravessada pela ideia de globalização, na qual cada país deve procurar as suas vantagens competitivas; não faz sentido produzir amoxicilina na nossa região. Pois a China e a Índia são muito mais competitivas e fornecem o genérico a um preço difícil de igualar pelo produto local e até regional.

Porém, quando mudamos para uma leitura geopolítica da saúde, a produção regional de amoxicilina vira um elemento estratégico, que gera vulnerabilidades na América Latina e pode ampliar as assimetrias políticas, econômicas e militares entre os países. Então, torna-se conveniente considerá-lo no desenvolvimento da soberania sanitária regional.

A amoxicilina é um dos antibióticos mais utilizados e importantes na América Latina. Pertence ao grupo das penicilinas e é usada para tratar inúmeras infecções bacterianas comuns, especialmente na atenção primária. Sua importância sanitária, econômica e epidemiológica na região é significativa por vários motivos:

No Brasil, amoxicilina é o antibiótico mais prescrito tanto no SUS quanto no setor privado; entre 2007 y 2011 se comercializaram mais de 6 mil milhões de unidades[3]. A OMS o incluiu na Lista de Medicamentos Essenciais devido à sua eficácia comprovada, segurança, baixo custo e disponibilidade. Tornou-se um medicamento fundamental para uso pediátrico com um papel fundamental na redução da mortalidade infantil por infecções respiratórias agudas.

Na América Latina, muitos programas nacionais de medicamentos essenciais a distribuem gratuitamente ou com cobertura pública. Consequentemente, observam-se altos níveis de consumo de antibióticos, sendo a amoxicilina frequentemente um dos mais utilizados. A alta frequência de infecções respiratórias, a automedicação, a venda irregular sem receita médica, as dificuldades de acesso ao diagnóstico microbiológico e a prescrição excessiva são fatores que explicam esse alto consumo.

Pode-se afirmar que a amoxicilina é um antibiótico que se consolidou nos regimes de tratamento dos sistemas de saúde da América Latina, mas é importante analisar os requisitos para sua fabricação.

Para a fabricação da amoxicilina, é necessário o ácido 6-aminopenicilânico (6-APA). A produção em larga escala é liderada por empresas de biotecnologia e farmacêuticas que possuem capacidade para processar a penicilina natural em 6-APA, *sendo a China e a Índia os maiores exportadores globais.* Países como os Estados Unidos dependem quase que totalmente dessas regiões, importando 80% de suas necessidades[4]. O ácido 6-aminopenicilânico (6-APA) é o componente fundamental para a criação de antibióticos semissintéticos amplamente utilizados, como a amoxicilina e a ampicilina. Trata-se de um insumo estratégico para a indústria farmacêutica, pois constitui a base de muitos antibióticos β-lactâmicos[5].

Atualmente, a região carece de produção industrial em larga escala de ácido 6-aminopenicilânico (6-APA). Embora possua uma indústria farmacêutica e biotecnológica

---

[3] Magalhães, J. L. de, & Borschiver, S. (2012). *Amoxicillin and ampicillin: Import trends and increasing use in Brazil*. *Chimica Oggi/Chemistry Today, 30*(5), 91–93.

[4] Tobar F (2025).”Se nos escapó la tortuga: la nueva geopolítica de los medicamentos” Linkedin 29 de dezembro de 20205. https://www.linkedin.com/pulse/se-nos-escap%25C3%25B3-la-tortuga-nueva-geopol%25C3%25ADtica-de-los-federico-tobar-vnbqf/?trackingId=b0DJvuaESIKIeVEql3sDAw%3D%3D

[5] https://es.fortunachem.com/products/6-aminopenicillanic-acid-cas-551-16-6

altamente desenvolvida, a fabricação do núcleo do 6-APA é uma atividade globalmente centralizada, com a maior parte da matéria-prima proveniente da China.

Em alguns países da América Latina, existiam projetos de cooperação científica e industrial para a produção de 6-APA por meio de biotecnologia utilizando penicilinamidase (penicilina acilase). Nesse sentido, foi lançado um ***Programa de Biotecnologia para América Latina e o Caribe***, composto por universidades e organizações latino-americanas. Embora tenha obtido sucesso no desenvolvimento de tecnologia piloto, na capacitação de recursos humanos e na transferência de conhecimento científico, a tecnologia não se consolidou plenamente em escala industrial regional.

Considerando a vulnerabilidades estratégica ligada à falta de capacidade produtiva da 6-APA podem se identificar os seguintes cenários:

A região poderia renunciar à sua autonomia e continuar dependendo da China e da Índia para ter acesso à amoxicilina. Esse cenário deixaria a região altamente vulnerável a tensões globais, como a atual guerra no Estreito de Ormuz ou outras contingências internacionais. Nesse primeiro cenário e considerando os processos de integração em torno do BRICS, poderia o Brasil, como um *Big Player*", garantir condições estáveis que reduzam e minimizem os riscos diante das tensões geopolíticas internacionais?

Um segundo cenário poderia ser o de avançar na produção de 6-APA, para a produção de amoxicilina e outros antibióticos em nível regional, a fim de promover a soberania regional em saúde e minimizar possíveis tensões geopolíticas. A produção de beta-lactâmicos, como a amoxicilina e outros antibióticos, depende da capacidade de fermentação, da síntese química, da produção do IFA (Ingrediente Farmacêutico Ativo) e da produção em larga escala. A região possui as capacidades necessárias, e países como Argentina, Brasil, Colômbia e México poderiam ser atores importantes nesse cenário. Isso exigiria certo grau de integração e planejamento da demanda da região para atendê-la, mas também envolveria o avanço de uma estratégia de uso racional de antibióticos, a fim de evitar a resistência antimicrobiana, que se tornou um problema de saúde global. Este cenário não se limitaria a uma resposta à cadeia produtiva dos beta-lactâmicos, mas também a uma estratégia voltada para seu uso racional em nível regional.

A estagnação nos processos de integração regional constitui uma grande limitação ao progresso nessa área. Contudo, apesar da liderança e da considerável capacidade do setor de saúde brasileiro, que deve fornecer assistência médica a 212 milhões de pessoas por meio do Sistema Único de Saúde (SUS)F e das alianças geopolíticas com outros parceiros potenciais, como a Colômbia (52 milhões de colombianos) e o México (130 milhões de mexicanos), cujos atuais presidentes já enfatizaram a importância do acesso a medicamentos como pré-requisito para o exercício do direito à saúde, ainda há um desafio a ser superado.

Como podemos ver, no atual cenário geopolítico da saúde, é necessário desenvolver opções para evitar a dependência de um único fornecedor de IFA. Como já mencionamos, a região possui capacidades, mas isso não significa que resolverá os problemas. É necessária vontade política, que combine os esforços de vários países e garanta o financiamento que nos permitirá avançar na soberania regional em saúde. Neste sentido resulta necessário políticas públicas além dos governos de turno e desenvolver incentivos fiscais e financeiros para garantir o fornecimento a nossas populações. Nesse sentido, também é importante a experiência de Brasil, donde temos importantes parcerias entre a capacidade produtiva pública e o setor privado, complementando-se mutuamente e potenciando-se

Considerações finais

A atual geopolítica da saúde demonstra que medicamentos essenciais deixaram de ser apenas bens sanitários para se converterem em ativos estratégicos de poder internacional. A experiência recente das cadeias globais de suprimentos evidencia que a eficiência econômica baseada exclusivamente em custos pode produzir elevada vulnerabilidade estratégica.

No caso da amoxicilina, a forte concentração global da produção de 6-APA na China e na Índia criou uma situação paradoxal para a América Latina: embora importar antibióticos possa parecer economicamente mais eficiente no curto prazo, essa dependência reduz a autonomia regional diante de crises sanitárias, conflitos geopolíticos ou interrupções logísticas internacionais. Em outras palavras, as decisões sobre produção farmacêutica envolvem um *trade-off e*ntre eficiência econômica imediata e soberania sanitária de longo prazo.

A soberania sanitária não implica autarquia nem substituição integral das cadeias globais de produção. Implica, porém, desenvolver capacidades estratégicas mínimas que permitam reduzir vulnerabilidades críticas em medicamentos essenciais. Nesse sentido, a capacidade regional de produzir 6-APA e antibióticos β-lactâmicos deve ser compreendida não apenas como política industrial, mas como componente de segurança sanitária regional.

A América Latina possui capacidades científicas, industriais e regulatórias relevantes para avançar nessa direção. Contudo, a fragmentação regional, a instabilidade política e a ausência de mecanismos permanentes de coordenação limitam a consolidação de uma estratégia comum. Nenhum país isoladamente parece possuir escala suficiente para competir com os grandes produtores asiáticos; porém, uma estratégia regional coordenada poderia combinar demanda, financiamento, capacidade produtiva e planejamento sanitário.

Além disso, qualquer estratégia de fortalecimento produtivo regional deve estar articulada a políticas de uso racional de antibióticos. A soberania sanitária não pode ser reduzida apenas à capacidade de produzir mais medicamentos, mas deve incluir também a capacidade de utilizá-los de forma adequada, sustentável e epidemiologicamente responsável frente ao avanço da resistência antimicrobiana.

Por fim, o debate sobre antibióticos revela uma transformação mais ampla da ordem internacional contemporânea: a saúde passou a ocupar um lugar semelhante ao da energia, dos alimentos e dos semicondutores nas disputas globais por autonomia estratégica. Nesse novo cenário, a capacidade de produzir medicamentos essenciais poderá definir não apenas resultados sanitários, mas também graus de autonomia política e capacidade de resposta dos Estados diante de futuras crises globais

XVII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Saúde

No dia 14 de maio, sob o lema: "*Ibero-América. Juntos construímos nossa Comunidade. Juntos a projetamos para o futuro e para o mundo*", o Ministério da Saúde e dos Assuntos do Consumidor da Espanha convocou a *XVII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Saúde*.

Esta será a primeira conferência de ministros da região ibero-americana desde a XVI Conferência, realizada virtualmente em outubro de 2021, durante a secretaria pro tempore sediada na República Dominicana. Diversos países propuseram, durante a XXIX Cúpula Ibero-Americana, por meio da Declaração de Cuenca, que a próxima secretaria pro tempore organizasse um novo encontro de Ministros da Saúde para tratar de temas relacionados à promoção da saúde pública.

As *Conferências Ibero-Americanas de Ministros da Saúde* são fóruns de diálogo político e cooperação entre os países da comunidade ibero-americana — que engloba os países da América Latina, além de Espanha e Portugal — com o objetivo de coordenar posições, trocar experiências e construir agendas comuns em saúde pública.

Essas conferências fazem parte do sistema *de Cúpulas Ibero-Americanas de Chefes de Estado e de Governo*, coordenado pela *Secretaria-Geral Ibero-Americana*. Os acordos alcançados frequentemente servem de base para as discussões nas cúpulas presidenciais e abrem caminhos para a cooperação regional.

Eles discutem desafios comuns na região ibero-americana e, neste caso, serão realizadas quatro sessões abordando questões críticas:

Sessão 1. Prevenção, preparação e resposta a emergências de saúde

Esta sessão abordará os progressos e os desafios na prevenção, preparação e resposta a emergências de saúde pública. Serão refletidas as necessidades de fortalecer simultaneamente os sistemas nacionais de saúde e os mecanismos de governança global, assegurando uma abordagem baseada na equidade, na solidariedade e na cooperação internacional.

Em particular, a discussão centrar-se-á na importância do reforço das capacidades de vigilância epidemiológica, dos cuidados primários e comunitários, dos recursos humanos em saúde e da capacidade de adaptação dos sistemas de saúde, bem como na necessidade de assegurar recursos financeiros estáveis, previsíveis e equitativos para enfrentar futuras emergências de saúde.

O papel do multilateralismo e dos mecanismos de cooperação regional ibero-americana também será analisado.

A sessão tem como objetivo responder às seguintes questões-chave:

- *Como os sistemas nacionais de saúde e a governança global podem ser fortalecidos de forma coordenada para melhorar a preparação para futuras crises de saúde?*
- *Quais mecanismos de cooperação ibero-americana podem contribuir para a redução das desigualdades na resposta a emergências?*
- *Como garantir recursos sustentáveis e equitativos para a prevenção, preparação e resposta a emergências de saúde?*

Sessão 2. Produção Local e Acesso Equitativo a Medicamentos.

Esta sessão examinará os desafios estruturais relacionados ao acesso equitativo a medicamentos, vacinas e outras tecnologias de saúde. Os ministros trocarão experiências sobre o fortalecimento da capacidade de produção regional, a cooperação regulatória e a criação de ecossistemas regionais de

inovação em saúde para melhorar a disponibilidade e a acessibilidade de produtos médicos seguros, eficazes, acessíveis e de qualidade.

Será dada especial atenção ao aproveitamento das redes regulatórias existentes e à identificação de sinergias para reduzir as barreiras comerciais, fortalecer cadeias de suprimentos resilientes e garantir o acesso oportuno a medicamentos, especialmente para as populações vulneráveis.

As questões que norteiam esta sessão são:

- *Quais estratégias regionais podem fortalecer a produção local e reduzir a dependência externa em situações de crise?*
- *Como o acesso equitativo pode ser integrado como um princípio orientador da inovação e da produção em saúde?*
- *Quais mecanismos de cooperação regulatória podem facilitar a disponibilidade oportuna de medicamentos na região?*

Sessão 3. Reconhecendo a Importância da Saúde Mental

Esta sessão será dedicada a posicionar a saúde mental como prioridade estratégica das políticas públicas e como componente essencial do bem-estar individual e coletivo. A sessão abordará o aumento dos problemas de saúde mental a partir de uma perspectiva baseada nos determinantes sociais da saúde, considerando fatores como desigualdades sociais, insegurança laboral, habitação, educação e transformações sociais recentes.

A discussão promoverá o desenvolvimento de modelos de atenção à saúde mental baseados na comunidade, acessíveis, integrados e centrados na pessoa, priorizando a recuperação, evitando a medicalização desnecessária e garantindo o respeito aos direitos humanos, combatendo o estigma e a discriminação.

Também abordará o fortalecimento da cooperação entre nossos países para a troca de boas práticas e experiências.

As questões que nortearão esta sessão são:

- *Como podemos integrar a abordagem da saúde mental em todas as políticas públicas?*
- *Como podemos fortalecer a cooperação ibero-americana para abordar os determinantes sociais da saúde mental?*

Sessão 4. Fortalecendo a Formação de Profissionais de Saúde

Esta sessão analisará a formação de profissionais de saúde como um elemento estratégico para garantir sistemas de saúde resilientes, equitativos e preparados para enfrentar os desafios atuais e futuros. A troca de experiências permitirá identificar oportunidades para fortalecer a cooperação técnica entre os países ibero-americanos, incluindo programas conjuntos de formação, redes de aprendizagem e mecanismos de mobilidade profissional que facilitem a troca de conhecimentos e boas práticas.

Da mesma forma, será abordada a importância de garantir ambientes de trabalho seguros e sustentáveis, reconhecendo o bem-estar e a saúde mental dos profissionais de saúde como condição necessária para a qualidade da assistência e a sustentabilidade dos sistemas de saúde.

As questões que nortearão esta sessão são:

- *Quais competências devem ser priorizadas na formação em saúde diante dos novos desafios globais?*
- *Como fortalecer a cooperação ibero-americana em formação e mobilidade profissional?*

- *Quais políticas podem contribuir para melhorar a retenção e a sustentabilidade profissional dos profissionais de saúde?*

Um paradoxo reside no fato de que, embora o Ministério da Saúde e dos Assuntos do Consumidor da Espanha tenha demonstrado liderança na organização deste encontro, que levanta questões importantes sobre cooperação, a estratégia de cooperação da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) não priorizou a saúde como foco estratégico de suas ações.

Ao longo das 17 Conferências Ibero-Americanas de Ministros, suas decisões e os temas abordados tornaram-se difusos com o tempo e pouco contribuíram para a solução dos problemas que visavam abordar. O contexto atual de afastamento dos EUA da Saúde Global e a adoção de uma estratégia geopolítica em que a saúde foi transformada em campo de batalha de relações de poder, conflitos, cooperação e dependência, estruturadas em torno da produção, distribuição, regulação e acesso a recursos, tecnologias, conhecimento e instituições de saúde em escala internacional, abre uma oportunidade para o espaço ibero-americano recriar uma agenda global de saúde, com o imperativo de "saúde para todos", fortalecendo a cooperação entre os países da Ibero-América ao recuperar os fortes laços históricos, linguísticos e culturais para enfrentar desafios comuns na área da saúde.

Visando abordar estes desafios comuns, os Ministros harmonizaram um projeto de Declaração (tradução não oficial), que se reproduz a seguir.

=====

XVII CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA DE MINISTROS DA SAÚDE MADRID, 14 DE MAIO DE 2026

Os Ministros e Altas Autoridades de Saúde dos países ibero-americanos, reunidos na XVII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Saúde, no âmbito dos trabalhos preparatórios para a XXX Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, a realizar em Madri em 2026, sob o lema: "Ibero-América. Juntos construímos a nossa Comunidade. Juntos a projetamos para o futuro e para o mundo."

CONSIDERANDO QUE:

i. O mundo mudou mais rápido do que a capacidade dos sistemas de saúde e saúde pública de se adaptarem. A saúde é uma questão global que enfrenta novos desafios, como os evidenciados pela pandemia de COVID-19, além daqueles decorrentes do impacto das mudanças climáticas na saúde, da resistência antimicrobiana e da introdução da Inteligência Artificial, que está transformando áreas como prevenção, diagnóstico, desenvolvimento de tecnologias em saúde e a capacidade dos sistemas de saúde de antecipar e responder a essas mudanças.

ii. O sistema de governança global em saúde, estabelecido há quase oito décadas, tem sido uma das conquistas mais significativas da humanidade, contribuindo para salvar milhões de vidas, erradicar doenças e impulsionar o progresso na área da saúde, desempenhando, assim, um papel fundamental na melhoria da saúde pública em geral. Os países ibero-americanos têm sido protagonistas e beneficiários dessas conquistas, que fortaleceram os sistemas de saúde. O compromisso com o multilateralismo, sempre respeitando a soberania dos Estados, e o fortalecimento dos sistemas de governança global são essenciais para consolidar esses avanços e enfrentar novos desafios, como a garantia de recursos financeiros mais estáveis e previsíveis para atender às demandas e necessidades atuais. Isso inclui também a eliminação de redundâncias, a otimização de recursos e a redução da fragmentação dentro desses sistemas.

iii. A Organização Mundial da Saúde (OMS) é o eixo central da arquitetura global de saúde, juntamente com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), que, além de ser a agência especializada em

saúde do Sistema Interamericano, atua como seu Escritório Regional para as Américas. A OMS é a única organização internacional de saúde que integra praticamente todos os Estados do mundo, o que a legitima, conforme estabelecido em sua Constituição, a exercer as funções de coordenação e regulamentação que lhe correspondem no ecossistema global de saúde.

iv. *A saúde dos cidadãos é afetada por uma multiplicidade de fatores, tornando necessário adotar uma abordagem de saúde em todas as políticas para melhorar a saúde da população, 1Artigo 2 da Constituição da OMS, em particular o parágrafo a, que estabelece que uma de suas funções é "atuar como autoridade diretora e coordenadora em assuntos de saúde internacional", 1 incluindo áreas como a luta contra as mudanças climáticas, a política econômica, o planejamento urbano ou as políticas sociais.*

iv bis. *A Atenção Primária à Saúde é uma prioridade e o eixo central dos sistemas de saúde, orientada para a promoção da saúde, a prevenção de doenças, a redução da mortalidade prematura por doenças não transmissíveis, o cuidado integral e contínuo e a ação intersetorial sobre os determinantes sociais da saúde, garantindo o acesso equitativo e universal.*

iv ter. *As profundas desigualdades territoriais em saúde, particularmente em áreas rurais, dispersas, fronteiriças e de difícil acesso, têm um grande impacto na saúde das populações, tornando necessário o reforço de respostas diferenciadas e adaptadas que garantam a equidade no acesso a serviços de saúde de qualidade.*

v. *A preparação e a resposta a emergências de saúde só são eficazes por meio da cooperação entre os países, utilizando estruturas e instrumentos sub-regionais, regionais e globais estáveis, no âmbito da governança global da saúde baseada na equidade e na cooperação conjunta, respeitando a autonomia dos Estados. Portanto, destacamos a adoção, na 78ª Assembleia Mundial da Saúde, do Acordo sobre Pandemias da OMS como um instrumento fundamental e urgente para fortalecer a preparação e a resposta a emergências de saúde, incluindo o fortalecimento da vigilância epidemiológica e a resposta abrangente a doenças transmissíveis com potencial pandêmico.*

vi. *A inovação, a produção e o acesso a tecnologias de saúde não são processos sequenciais ou independentes, mas devem fazer parte de um sistema integrado e coordenado, em que o acesso equitativo seja o ponto de partida que orienta a inovação e a produção.*

vii. *Os Fundos Rotativos Regionais da OPAS são um instrumento fundamental para melhorar o acesso a insumos essenciais de saúde nas Américas.*

viii. *A saúde mental é parte integrante da saúde das pessoas; portanto, a promoção, a prevenção e os serviços de saúde mental são componentes essenciais dos sistemas de saúde e devem ser integrados à cobertura universal de saúde.*

ix. *A Declaração Política da Quarta Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a Prevenção e o Controle de Doenças Não Transmissíveis e a Promoção da Saúde Mental e do Bem-Estar, adotada em 2025, insta os governos a tomarem medidas para reduzir o estigma em torno dos problemas de saúde mental, fortalecer a acessibilidade e a disponibilidade de serviços de apoio para problemas de saúde mental, particularmente na atenção primária e comunitária, e aumentar os recursos financeiros destinados à saúde mental.*

x. *O Plano de Ação Abrangente de Saúde Mental da OMS 2013-2030 reconhece os problemas de saúde mental como potenciais barreiras à plena realização dos direitos humanos. Ele estabelece a necessidade de uma abordagem multissetorial para lidar com esses problemas, por meio da adoção integrada e coordenada de medidas em áreas como saúde, educação, emprego, serviços sociais, sistema de justiça criminal e habitação; promove o empoderamento de pessoas com transtornos*

mentais e deficiências psicossociais e sua participação na promoção, formulação de políticas, planejamento, legislação, prestação de serviços, monitoramento, pesquisa e avaliação da saúde mental; e defende que os serviços de saúde mental sejam incluídos na cobertura universal de saúde, para que ninguém seja excluído ou corra o risco de empobrecimento ao ter acesso aos serviços de saúde mental de que necessita.

xi. *Os países da América Latina enfrentam desafios significativos em relação aos profissionais de saúde, incluindo escassez, problemas no planejamento organizacional, distribuição desigual e iníqua entre diferentes regiões e centros, condições de trabalho pouco atrativas, sobrecarga de trabalho e novas necessidades, como a assistência à saúde, que comprometem a capacidade dos sistemas de saúde de atender às necessidades dos cidadãos.*

xii. *A formação de profissionais de saúde é um elemento estratégico para alcançar sistemas de saúde mais resilientes, equitativos e preparados para enfrentar os desafios atuais e futuros. É necessário garantir recursos suficientes para que os profissionais de saúde possam desempenhar esse trabalho adequadamente, permitindo também o acesso da população a profissionais, independentemente de sua origem e recursos pessoais.*

xiii. *O Código Global de Práticas da OMS sobre o Recrutamento Internacional de Profissionais de Saúde estabelece uma série de princípios e práticas a serem adotados voluntariamente pelos Estados-Membros para o recrutamento ético de profissionais de saúde de outros países, levando em consideração os direitos e obrigações dos países receptores, dos países de origem e dos próprios profissionais destacados.*

xiv. *O transplante de órgãos, tecidos e células contribui para a redução da mortalidade prematura por doenças não transmissíveis, melhorando a qualidade de vida de milhares de pacientes e, no caso do transplante renal, fortalecendo a sustentabilidade dos sistemas de saúde e reduzindo o impacto ambiental da terapia renal substitutiva com diálise, visto que a doença renal crônica é um importante problema de saúde pública na América Latina.*

xv. *Em 2005, a Rede/Conselho Ibero-Americano de Doação e Transplante (RCIDT) foi criada como um fórum para a cooperação técnica, científica e ética nessa área entre nossos países. Foi promovida pela VII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Saúde (Granada, 2005), ratificada na XV Cúpula Ibero-Americana em Salamanca (2005) e formalmente estabelecida em sua primeira reunião oficial realizada em Mar del Plata, Argentina, em novembro de 2005.*

xvi. *O RCIDT alcançou marcos significativos nessas duas décadas de trabalho colaborativo, incluindo o desenvolvimento de padrões éticos, legais e técnicos comuns para garantir acessibilidade, transparência, rastreabilidade, qualidade e segurança na doação e no transplante; o estabelecimento de redes de coordenação de transplantes e programas conjuntos de treinamento para profissionais de saúde, notadamente o Programa Aliança; e a participação em registros internacionais, como o Observatório Global de Doação e Transplante (GODT). Fortalecimento das políticas de prevenção, identificação precoce, cuidados, doação e transplante de doença renal crônica na região; e implementação da Estratégia e Plano de Ação sobre Doação e Acesso Equitativo ao Transplante de Órgãos, Tecidos e Células 2019-2030 (CD57/11), adotada pelo 57º Conselho Diretor na 71ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, como um marco estratégico regional para alcançar a autossuficiência e melhorar a qualidade e a sustentabilidade dos programas nacionais.*

xvii. *É importante proteger a saúde das mulheres, com atenção especial às mulheres e meninas com deficiência, em todas as fases da vida, com foco na violência de gênero, câncer de colo do útero e de mama, menopausa e seus efeitos, e na prevenção da transmissão vertical de doenças (como HIV,*

sífilis, doença de Chagas e hepatite B), reforçando as iniciativas ibero-americanas existentes nessa área.

xviii. *A 78ª Assembleia Mundial da Saúde (maio de 2025) adotou a resolução "Doenças raras: uma prioridade global de saúde para a equidade e inclusão", que estabelece as doenças raras como uma prioridade global de saúde para garantir que todos os afetados recebam cuidados. Os Estados-Membros comprometem-se a integrar essas doenças no planejamento nacional de saúde, a melhorar o diagnóstico e o atendimento aos afetados por meio da cobertura universal de saúde, a promover políticas inclusivas e a fomentar a inovação, a pesquisa e o acesso a tratamentos acessíveis.*

ACORDAMOS:

1. Promover e participar em processos de reflexão sobre a reforma da arquitetura global da saúde, tornando-a mais transparente, equitativa e inclusiva, evitando a duplicação de esforços entre os diversos atores envolvidos e fortalecendo os sistemas de saúde para que garantam o direito à saúde e sejam capazes de responder aos novos desafios em saúde.
2. Fortalecer a resposta intersetorial ao HIV, à AIDS e a outras infecções sexualmente transmissíveis, reforçando estratégias combinadas de prevenção, eliminando barreiras sociais e de saúde que impedem o acesso à prevenção, ao diagnóstico e ao tratamento, a fim de reduzir a transmissão e melhorar os resultados em saúde. Isso inclui ampliar o acesso à profilaxia pré-exposição (PrEP), incluindo a profilaxia pós-exposição (PEP) de longa duração, à vacinação contra o HIV e ao uso de métodos de barreira, bem como melhorar o acesso ao diagnóstico e tratamento precoces. Envolve também o combate ao estigma, à discriminação e à saúde mental como parte do cuidado integral, em colaboração com instituições de formação nos setores da saúde, educação e sociedade civil que impactam a qualidade de vida das pessoas.
3. Reforçar a cooperação regional para garantir o acesso aos serviços de saúde para as populações migrantes, refugiadas e deslocadas, promovendo assim a continuidade dos cuidados, a vigilância em saúde pública e a coordenação transfronteiriça.

Em relação à prevenção, preparação e resposta a emergências de saúde,

4. Investir em capacidade de adaptação, recursos humanos, capacidade de vigilância e atenção primária e comunitária, bem como em promoção da saúde e prevenção de doenças, como ferramentas essenciais para a preparação e resposta a emergências sanitárias. Isso deve ser alcançado aproveitando a significativa experiência acumulada em cooperação Sul-Sul e Triangular nessa área, Inteligência Artificial e mecanismos de cooperação sub-regional e regional, como a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), para construir capacidades compartilhadas que garantam a sustentabilidade, previsibilidade, acessibilidade e equidade dos recursos, incluindo recursos humanos, alocados à prevenção, preparação e resposta a emergências sanitárias.

5. Promover de boa-fé a conclusão bem-sucedida das negociações sobre o anexo ao Acordo sobre Pandemias da OMS relativo ao sistema de Acesso e Repartição de Benefícios de Patógenos (PABS) para sua rápida adoção na Assembleia Mundial da Saúde, o que é necessário para a implementação efetiva do Acordo sobre Pandemias da OMS e buscando alcançar um resultado que garanta a natureza equitativa, justa e eficaz desse sistema.

Em relação à produção local e ao acesso equitativo,

6. Melhorar o acesso sustentável a tecnologias de saúde seguras, eficazes, acessíveis e de qualidade, e promover a soberania em saúde, fortalecendo as capacidades nacionais e regionais para a produção local de tecnologias de saúde essenciais. Da mesma forma, fortalecer as capacidades nacionais e regionais de financiamento, aquisição, distribuição, priorização e gestão, bem como a capacidade de produção regional, por meio da convergência regulatória, avaliação de tecnologias e cooperação, levando em consideração os padrões internacionais e gerando sistemas integrados que priorizem a inovação, a produção e o acesso justo e equitativo.

7. Garantir o acesso universal, sustentável, equitativo e oportuno às tecnologias de saúde, com ênfase nas populações vulneráveis, promovendo a otimização e o fortalecimento das estruturas de distribuição e implementação existentes nos sistemas de saúde locais.

8. Promover iniciativas multilaterais na pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e negociação conjunta de tecnologias de saúde, incluindo a Coalizão Global para Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo, lançada no âmbito do G20, o Fundo Rotativo da OPAS para Acesso a Vacinas e o Fundo Estratégico da OPAS para Suprimentos de Saúde Pública, assegurando a devida coordenação e cooperação entre as iniciativas existentes, unindo esforços, criando sinergias e facilitando o acesso às tecnologias de saúde.

9. Explorar formas de reduzir as barreiras nos mercados de tecnologias de saúde, identificando prioridades comuns que possam ser abordadas por fornecedores com acesso a diferentes mercados, garantindo assim que as cadeias de suprimentos sejam funcionais, resilientes, transparentes e previsíveis, prevenindo interrupções na disponibilidade oportuna de tecnologias de saúde e respeitando as competências nacionais em regulamentação sanitária, controle de mercado e políticas de preços.

10. Promover sinergias entre as redes técnicas na área da regulação farmacêutica, em particular a Rede de Autoridades de Medicamentos da Ibero-América (Red EAMI) e a Rede Pan-Americana para a Harmonização da Regulação Farmacêutica (Red PARF), como fóruns para a troca de informações científicas e boas práticas, visando promover a produção local e o acesso equitativo às tecnologias de saúde, bem como fortalecer as autoridades reguladoras na garantia da sua qualidade, segurança e eficácia.

Em relação à saúde mental,

11. Reconhecer a saúde mental como um direito humano fundamental e uma prioridade urgente nas políticas públicas, colocando-a no centro das estratégias de coesão social e bem-estar coletivo, levando em consideração os determinantes sociais da saúde e abordando as causas estruturais do sofrimento psicossocial, como desigualdades e iniquidades em saúde, insegurança no trabalho, habitação, educação e relações comunitárias, por meio de uma abordagem de saúde mental em todas as políticas.

12. Garantir o respeito e a promoção dos direitos humanos das pessoas com transtornos mentais, eliminando o estigma e a discriminação e fomentando a participação de especialistas experientes no cuidado e na elaboração de políticas e serviços, assegurando a sustentabilidade e a suficiência dos recursos destinados à saúde mental e prestando especial atenção à saúde mental e ao apoio psicossocial em situações de desastre e emergência sanitária.

13. Promover modelos e redes de atenção psicossocial inclusivos, acessíveis, integrados e de base comunitária, centrados nos indivíduos, nas famílias e em seus contextos, e orientados para a recuperação. Esses modelos e redes devem evitar a patologização desnecessária, garantir cuidados eficazes desde a atenção primária com acesso a serviços especializados e fomentar alternativas à hospitalização. Deve-se dar prioridade às populações vulneráveis, incluindo crianças e adolescentes, migrantes, refugiados e deslocados internos, bem como vítimas de violência. O impacto do gênero e do racismo na saúde mental também deve ser abordado.

14. Fortalecer a saúde mental no ambiente de trabalho, reconhecendo os problemas de saúde mental relacionados ao trabalho, promovendo a avaliação e a eliminação de riscos psicossociais, a vigilância em saúde pública e a melhoria dos sistemas de notificação e comunicação.

15. Reforçar a cooperação internacional e a troca de boas práticas, especialmente no que diz respeito aos aspectos regulatórios, organizacionais e financeiros dos serviços de saúde mental e à formação de profissionais.

Com relação à formação de pessoal de saúde,

16. Reconhecer a importância do bem-estar e da saúde mental dos profissionais de saúde, promovendo políticas que fomentem ambientes de trabalho seguros, previnam o esgotamento profissional e apoiem a sustentabilidade da carreira.

17. Promover a qualidade da formação em saúde, fortalecendo os sistemas de acreditação, harmonizando progressivamente as normas, apoiando a educação continuada em saúde e analisando mecanismos que facilitem o reconhecimento das trajetórias de formação, respeitando as prioridades e realidades de cada país.

18. Promover, por meio da cooperação Sul-Sul e Triangular, a cooperação técnica, o intercâmbio de experiências de formação e o desenvolvimento de competências profissionais comuns na Ibero-América — incorporando abordagens de saúde pública, saúde digital e inteligência artificial, assistência à saúde, perspectiva de gênero, trabalho interdisciplinar, gestão clínica e liderança — por meio de programas conjuntos, redes de aprendizagem e mecanismos de mobilidade para formação. A este respeito, destacamos o papel estratégico da Rede Ibero-Americana para a Educação de Técnicos em Saúde (RIETS) e da Rede Ibero-Americana de Escolas e Centros de Formação em Saúde Pública (REP-IA), como exemplos de plataformas essenciais para a formação, a geração de conhecimento e a troca de boas práticas na nossa região.

19. Promover a formação contínua dos profissionais de Atenção Primária à Saúde, com ênfase na educação continuada, avançando rumo à efetiva promoção do direito universal à saúde e da cobertura universal de saúde em todos os níveis de atenção, garantindo a continuidade do cuidado e a prevenção da transmissão vertical de doenças – como a doença de Chagas ou a Zika – em contextos relevantes, contribuindo assim para a melhoria dos resultados em saúde ao longo da vida.

20. Promover a formação dos profissionais de saúde sobre os efeitos da crise climática na saúde pública, integrando as abordagens “Uma Só Saúde” e “Saúde Planetária” na sua formação, a fim de fortalecer a resiliência dos sistemas de saúde e contribuir para o enfrentamento de desafios estratégicos como o combate à resistência antimicrobiana ou às doenças transmitidas por vetores.

20 bis. Reforçar a formação dos profissionais de saúde na comunicação com a população, que deve ser eficaz, inclusiva, culturalmente sensível e baseada em evidências, a fim de promover comportamentos saudáveis e fortalecer a confiança no sistema e nas instituições de saúde.

21. Promover o intercâmbio voluntário de informações que permita a análise do perfil demográfico dos profissionais de saúde nos países ibero-americanos, incluindo as necessidades profissionais de cada país, suas necessidades de formação e informações sobre profissionais de outros países ibero-americanos que atuam em seus sistemas de saúde. Essas informações, que devem ser as mais precisas possíveis, serão utilizadas para compilar e analisar dados, os quais serão disponibilizados aos Ministérios da Saúde dos países ibero-americanos e às autoridades por eles designadas.

Com relação à doação e ao transplante,

22. Apoiar a continuidade, o fortalecimento e a sustentabilidade do RCIDT e seu trabalho cooperativo com organizações multilaterais, a fim de continuar aumentando a atividade de doação e transplante nos países membros, garantir a qualidade e a segurança de órgãos, tecidos e células de origem humana para uso clínico, promover altos padrões éticos e enfrentar os novos desafios impostos pela inovação biotecnológica, preservando a origem única dessas terapias.

22 bis. Promover a troca de informações e experiências para desenvolver e fortalecer os programas de doação e transplante nos países que fazem parte do RCIDT.

22 ter. Promover a troca de conhecimentos em tecnologias de alta complexidade, tecnologias de informação e comunicação, e na formação de especialistas.

22 quater. Promover uma abordagem abrangente à cooperação regional na doação e transplante de órgãos e tecidos, fortalecendo a governança em saúde, padronizando processos e harmonizando informações, a fim de melhorar a rastreabilidade, a transparência e a tomada de decisões baseada em evidências, bem como promover a troca estruturada de experiências para fortalecer as capacidades institucionais, otimizar os processos operacionais e desenvolver modelos de atendimento mais eficientes, além de fomentar a inovação e a adoção de novas tecnologias e modelos.

Em relação às doenças raras,

23. Fortalecer a cooperação entre os países ibero-americanos no campo das doenças raras, promovendo a troca de conhecimentos, fortalecendo as capacidades locais e regionais e fomentando a colaboração institucional para melhorar o diagnóstico precoce, o acesso equitativo aos tratamentos e o atendimento integral. Essa cooperação deve incluir também o apoio às famílias e aos cuidadores por meio do desenvolvimento de redes de apoio, programas de assistência psicossocial e da promoção de políticas públicas socialmente inclusivas e universalmente acessíveis que garantam equidade, sustentabilidade e respeito aos direitos das pessoas afetadas.

    23 bis. Promover o fortalecimento do diagnóstico molecular, da telediagnóstico, da cooperação transfronteiriça, da medicina personalizada e do acesso equitativo aos testes genéticos como ferramentas essenciais para reduzir o tempo e a desigualdade no diagnóstico de doenças raras.

24. Atribuir à SEGIB o acompanhamento da implementação dos compromissos decorrentes da XVII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Saúde, por meio das Redes Ibero-Americanas de Saúde registradas na Comunidade Ibero-Americana e dos Programas ou iniciativas de Cooperação, alavancando sua capacidade técnica e expertise nas áreas priorizadas nesta Declaração. Além disso, solicita-se que a SEGIB preste seu apoio sempre que possível e necessário, e continue a apoiar o trabalho das Redes Ibero-Americanas de Saúde, fomentando assim a cooperação, a troca de boas práticas e a efetiva implementação dos mandatos acordados.

Agradecimentos

Ao Governo da Espanha, pela sua liderança como Secretaria Pro Tempore da Conferência Ibero-Americana e pela organização desta XVII Conferência em Madrid. À SEGIB e a todas as organizações e instituições participantes, pelas suas valiosas contribuições para este encontro, que destaca a Ibero-América como uma região comprometida com a melhoria dos seus sistemas de saúde através de uma abordagem abrangente, equitativa e baseada nos direitos humanos.

12º Fórum Regional Africano sobre o Desenvolvimento Sustentável

12th Africa Regional Forum on Sustainable Development

12º Foro Regional Africano sobre el Desarrollo Sostenible

Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá e Felix Rosenberg

Resumo. Este informe relata as conclusões do 12º Fórum regional africano sobre desenvolvimento sustentável, realizado em Adis Abeba em abril de 2026. A "Declaração de Adis Abeba" sublinha a urgência de acelerar a implementação das Agendas 2030 (ONU) e 2063 (União Africana), dado que o progresso em indicadores críticos como água, energia e industrialização está aquém das metas. O texto destaca a necessidade de financiamento inovador, soberania financeira e reformas na arquitetura financeira global para enfrentar o défice de investimento em África. Propõe ações coordenadas em áreas como resiliência climática, infraestrutura digital e nexo água-alimento-energia, reforçando o compromisso de "não deixar ninguém para trás".

Palavras-chave: África. Desenvolvimento Sustentável. Agenda 2063. Resiliência Climática. Financiamento.

Abstract. *This report details the conclusions of the 12th Africa Regional Forum on Sustainable Development, held in Addis Ababa in April 2026. The "Addis Ababa Declaration" underscores the urgency of accelerating the implementation of the 2030 Agenda (UN) and Agenda 2063 (African Union), as progress on critical indicators such as water, energy, and industrialization falls short of the targets. The text highlights the need for innovative financing, financial sovereignty, and reforms to the global financial architecture to address the investment deficit in Africa. It proposes coordinated actions in areas such as climate resilience, digital infrastructure, and the water-food-energy nexus, reinforcing the commitment to "leave no one behind".*

Keywords: *Africa. Sustainable Development. Agenda 2063. Climate Resilience. Financing.*

Resumen: *Este informe relata las conclusiones del 12º Foro Regional Africano sobre el Desarrollo Sostenible, celebrado en Addis Abeba en abril de 2026. La "Declaración de Addis Abeba" subraya la urgencia de acelerar la implementación de las Agendas 2030 (ONU) y 2063 (Unión Africana), dado que el progreso en indicadores críticos como agua, energía e industrialización está por debajo de las metas. El texto destaca la necesidad de financiación innovadora, soberanía financiera y reformas en la arquitectura financiera global para enfrentar el déficit de inversión en África. Propone acciones coordinadas en áreas como resiliencia climática, infraestructura digital y el nexo agua-alimento-energía, reforzando el compromiso de "no dejar a nadie atrás".*

Palabras clave: África. Desarrollo Sostenible. Agenda 2063. Resiliencia Climática. Financiación.

Comissão Econômica da ONU para África (UNECA-ECA)

12º Fórum Regional Africano sobre o Desenvolvimento Sustentável

Na iminência do fecho do Informe 06-26, chamamos à atenção pela realização do 12º Fórum Regional Africano sobre o Desenvolvimento Sustentável (12th ARFSD, *Africa Regional Forum on Sustainable Development*), evento anual destinado ao acompanhamento e à revisão integrados da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas e dos Objetivos da Agenda 2063: A África que Queremos, da União Africana.

Tal como nas edições anteriores, este 12º Fórum Regional foi organizado conjuntamente pela Comissão Económica das Nações Unidas para a África, (UNECA), em colaboração com a União Africana, o Banco Africano de Desenvolvimento e várias entidades do sistema das Nações Unidas.

Sob o lema "*Inverter a Maré: Ações transformativas e coordenadas para a Agenda 2030 e a Agenda 2063*", o evento reuniu ministros, altos funcionários, especialistas e profissionais da área da sustentabilidade provenientes dos Estados-Membros da ECA, setor privado, juventude, sociedade civil, instituições académicas e parceiros de desenvolvimento.

Resumo do 12º Fórum Regional Africano sobre Desenvolvimento Sustentável

A Comissão Económica para África (UNECA), em colaboração com a Comissão da União Africana, o Banco Africano de Desenvolvimento e entidades do sistema das Nações Unidas[6], organizou o 12º Fórum Regional Africano sobre Desenvolvimento Sustentável no Centro de Conferências das Nações Unidas em Adis Abeba, num formato híbrido que combinou a participação presencial e online, de 28 a 30 de abril de 2026.

Resumindo, podemos afirmar que o Fórum contou com a presença de mais de 1 500 participantes presenciais e mais de 1 200 participantes *online*, incluindo ministros e representantes de alto nível dos governos dos 48 Estados-Membros da UNECA, organismos intergovernamentais, entidades das Nações Unidas, outras organizações internacionais, grupos principais e outras partes interessadas.

O Fórum decorreu sob o tema acima referido intimamente alinhado com o tema da reunião de 2026 do Fórum Político de Alto Nível sobre o Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente '*Ações transformadoras, equitativas, inovadoras e coordenadas para a Agenda*

[6] The following entities of the United Nations system were involved as partners in that process: Department of Economic and Social Affairs, Development Coordination Office, Food and Agriculture Organization of the United Nations, International Labour Organization, International Organization for Migration, Joint United Nations Programme on HIV/AIDS, Office for the Coordination of Humanitarian Affairs, Office of the Special Adviser on Africa, Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights, Office of the United Nations High Commissioner for Refugees, United Nations Children's Fund, United Nations Conference on Trade and Development, United Nations Development Programme, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women (UN-Women), United Nations Environment Programme, United Nations Human Settlements Programme (UN-Habitat), United Nations Industrial Development Organization, United Nations Office for Disaster Risk Reduction, United Nations Office to the African Union, United Nations Population Fund, United Nations Sustainable Development Group, United Nations Volunteers programme, World Food Programme and World Trade Organization.

2030 e os seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, rumo a um futuro sustentável para todos'.

A abertura oficial ficou a cargo da Primeira-Ministra do Uganda e Presidente da Mesa cessante, Robinah Nabbanja. Os discursos de abertura foram proferidos pela Sra. Nabbanja; pelo Secretário Executivo da UNECA, Claver Gatete; pelo Presidente do Conselho Económico e Social, Lok Bahadur Thapa; pela Vice-Presidente da Comissão da União Africana, Selma Haddadi; e pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres.

Destacando os progressos alcançados desde o anterior Fórum, a Sra. Nabbanja afirmou que o impulso se manteve graças às reuniões da Mesa e ao reforço da presença africana em plataformas globais, tais como a reunião de 2025 do Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável, a Quarta Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento e a 30ª sessão da Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas. Tendo em conta as lacunas ainda por resolver no financiamento climático, na inovação e nas parcerias, era necessário impulsionar a ciência, a tecnologia e a inovação e aprofundar a integração regional. As prioridades do continente para o futuro consistiam em promover a ligação entre a paz e o desenvolvimento; alavancar a implementação do Acordo que institui a Zona de Comércio Livre Continental Africana para impulsionar o desenvolvimento sustentável; e investir nos transportes, nas infraestruturas e na logística para reduzir custos e atrair investimento.

O Secretário Executivo da UNECA afirmou que o abrandamento do crescimento, as desigualdades, as pressões orçamentais, os choques climáticos e as tensões geopolíticas representam desafios globais cada vez maiores, exigindo uma coligação africana unida para colmatar o fosso entre a ambição climática e a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. As prioridades para África consistiam em tratar os serviços essenciais e as infraestruturas como ativos económicos; colmatar o défice de financiamento das infraestruturas; tirar partido da urbanização; promover em paralelo as transições digital e verde; e reforçar a recolha de dados, as instituições, a cooperação regional e as parcerias para a implementação em grande escala da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2063: A África que Queremos, da União Africana.

O Presidente do Conselho Económico e Social afirmou que o desenvolvimento africano se vê limitado por conflitos, instabilidade económica, desigualdades e grandes lacunas nas infraestruturas, no acesso à eletricidade e no abastecimento de água. O Conselho manteve o seu compromisso de apoiar África através de iniciativas destinadas a reforçar o financiamento do desenvolvimento e a resiliência climática, bem como a promover a igualdade, a inclusão digital e a ciência e inovação, e afirmou o importante papel dos jovens como motores do desenvolvimento. Apelando ao investimento no emprego e no empreendedorismo, a um financiamento equitativo e a uma mobilização mais forte dos recursos internos, reafirmou o compromisso do Conselho com o multilateralismo e o seu empenho em traduzir os compromissos em ações concretas.

A Sra. Haddadi afirmou que os desafios globais e regionais continuavam a atrasar a implementação da Agenda 2030 e da Agenda 2063. Foram alcançados progressos iniciais no cumprimento do II Plano de Implementação Decenal (2024–2033) da Agenda 2063, através de projetos emblemáticos centrados na integração regional e na governação. No entanto, subsistiam desafios críticos no que diz respeito ao financiamento dos Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável, à adaptação às alterações climáticas e à capacidade de implementação das duas agendas. O Quadro da União Africana-Nações Unidas para a Implementação da Agenda 2063 e da Agenda 2030 desempenhou um papel vital na mobilização de financiamento, no reforço das instituições e na promoção da inovação. Apelou a um aumento do investimento no abastecimento de água, a parcerias mais fortes e a uma vontade política sustentada, reafirmando simultaneamente o compromisso da Comissão da União Africana em avançar com a implementação das duas agendas.

Num discurso transmitido por vídeo gravado, o Secretário-Geral apelou a uma ação acelerada para enfrentar os desafios estruturais que estão a impedir o desenvolvimento africano, incluindo o acesso limitado à água e à eletricidade, os choques climáticos, o peso da dívida e as barreiras comerciais. Salientou que a Zona de Comércio Livre Continental Africana, as energias renováveis, a conectividade digital e a força de trabalho jovem do continente devem ser aproveitadas para acelerar os esforços no sentido de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Referiu que era urgentemente necessária uma reforma do sistema financeiro internacional para garantir uma representação africana justa, uma solidariedade global mais forte e um aumento do investimento em energia limpa, eletrificação e financiamento acessível ao desenvolvimento, de modo a apoiar a industrialização e uma transição energética justa.

As mensagens-chave incluem ações e recomendações transformadoras e coordenadas para África, com vista a acelerar os esforços para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 e os objetivos e aspirações da Agenda 2063 a vários níveis, bem como o contributo coletivo da região para a reunião de 2026 do Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável e para a Conferência das Nações Unidas sobre a Água de 2026, destinada a acelerar a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n.º 6 que é garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento para todos.

Relativamente a *intensificar ações transformadoras e coordenadas* no âmbito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2063: A África que Queremos, da União Africana, os participantes debateram formas de acelerar a implementação da Agenda 2030 e da Agenda 2063, abordando a fragmentação persistente nos sistemas de planeamento, financiamento e execução. Recomenda-se adotar abordagens de planejamento sistémicas e integradas, alinhando os planos, orçamentos e quadros de resultados nacionais e subnacionais com a Agenda 2030 e a Agenda 2063, e passar de abordagens setoriais fragmentadas para sistemas que envolvam todo o governo e aproveitar as plataformas regionais e globais, incluindo o Fórum Urbano Mundial, o Fórum Político de Alto Nível sobre o Desenvolvimento Sustentável e as revisões da Nova Agenda Urbana, para promover soluções integradas para cidades sustentáveis e acelerar os progressos na implementação da Agenda 2030 e da Agenda 2063 em grande escala.

No que diz respeito à *mobilização do financiamento para a resiliência climática e o desenvolvimento sustentável em África*, os participantes debateram formas de fazer face aos obstáculos estruturais ao desenvolvimento e ao financiamento climático, incluindo o elevado custo de capital, a fraca mobilização de recursos internos, o número limitado de projetos viáveis financeiramente em fase de preparação e as abordagens de financiamento fragmentadas e isoladas por setor. À luz do debate, o Fórum chegou a acordo sobre fortalecer a mobilização de recursos internos e a gestão das finanças públicas, melhorar os sistemas fiscais, a eficiência das despesas e a governação orçamental, com vista a financiar a resiliência climática, as

infraestruturas e os esforços para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, reforçar a capacidade dos mecanismos de financiamento regionais e sub-regionais, incluindo as instituições de financiamento do desenvolvimento, para mobilizar e atrair capitais público e privado em grande escala através de instrumentos inovadores, tais como obrigações verdes, trocas de dívida por medidas climáticas e mercados de carbono e fortalecer a canalização do financiamento climático para a concretização integrada dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em setores como a energia, a água, os transportes, a indústria, as cidades e a saúde, a fim de apoiar a transformação estrutural e um crescimento inclusivo e resiliente às alterações climáticas.

Quanto ao *pleno emprego e trabalho digno para todos*, *a redução da pobreza e a proteção social em África*, os participantes debateram formas de promover o emprego, a redução da pobreza e a proteção social, abordando desafios interligados através de abordagens integradas e alinhando os compromissos estabelecidos na Declaração Política de Doha da 'Cúpula Social Mundial', sob o título 'Segunda Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social', com a Agenda 2030 e a Agenda 2063, com o objetivo de impulsionar ações eficazes a nível nacional e local. À luz do debate, o Fórum chegou a acordo sobre reforçar abordagens integradas que articulem o emprego, a proteção social e a redução da pobreza, acelerar a criação de empregos dignos, em particular para os jovens e as mulheres, através do desenvolvimento de competências e da adaptação às necessidades do mercado de trabalho, apoiar as micro, pequenas e médias empresas, garantindo um melhor acesso ao financiamento, à tecnologia e às oportunidades criadas pela Zona de Comércio Livre Continental Africana e harmonizar os programas para reduzir a fragmentação e apoiar uma implementação coerente a nível nacional.

Relativamente a *Avaliações Voluntárias*, a nível nacional e local, baseadas em dados concretos, para impulsionar ações transformadoras e coordenadas no âmbito da Agenda 2030 e da Agenda 2063, os participantes destacaram o papel crescente das Revisões Voluntárias a nível nacional e local enquanto instrumentos estratégicos para a implementação da Agenda 2030 e da Agenda 2063, sublinhando a necessidade de reforçar a coerência das políticas, a coordenação e a confiança entre os níveis nacional e subnacional. À luz do debate, o Fórum chegou a acordo sobre fortalecer o papel das Revisões Voluntárias a nível nacional e local, enquanto instrumentos integrados e baseados em dados concretos para reforçar a responsabilização e acelerar a implementação da Agenda 2030 e da Agenda 2063, através de uma melhor coordenação a vários níveis, promover a adaptação eficaz da Agenda 2030 e da Agenda 2063 aos contextos locais, reforçando o papel dos governos locais, fortalecendo a capacidade institucional, garantindo que as abordagens de adaptação sejam inclusivas e integrando dados locais e nacionais para traduzir as conclusões da revisão em ações concretas e os decisores políticos a nível nacional e sub-regional devem aumentar o financiamento disponível e reforçar as parcerias para a implementação da Agenda 2030 e da Agenda 2063, recorrendo a mecanismos de financiamento inovadores e à mobilização de recursos internos, promovendo simultaneamente a aprendizagem contínua, a confiança e a responsabilização através de processos de revisão iterativos e de um envolvimento sustentado de múltiplas partes interessadas.

Nas discussões sobre a *ciência, a inovação e as tecnologias* de ponta para ampliar as ações transformadoras e coordenadas no âmbito da Agenda 2030 e da Agenda 2063, os participantes debateram aspetos fundamentais do desempenho africano em matéria de ciência, tecnologia e inovação e os progressos alcançados nas iniciativas lançadas no Fórum anterior. À

luz dos debates, o Fórum concordou que todos os implicados devem coordenar a implementação de políticas e quadros regulamentares em matéria de Inteligência Artificial (IA) e infraestruturas públicas digitais, a fim de aproveitar essas tecnologias como bens públicos, com vista a garantir a coerência, a eficiência e a soberania digital, assegurar que a governação da IA em África assenta numa base simples, estável e comum de normas mínimas globais, que essa governação se centre fundamentalmente nas prioridades africanas e tenha em conta o contexto, e que os países africanos tenham soberania sobre os seus dados, o que deve incluir a utilização de línguas locais; adotar tecnologias inovadoras nas áreas da água e do digital, apoiadas por financiamento adequado e por plataformas sólidas de colaboração multissetorial, que são essenciais para proporcionar soluções escaláveis e garantir compromissos vinculativos, em particular através da Conferência das Nações Unidas sobre a Água de 2026 para acelerar a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6; alinhar a investigação e o desenvolvimento com a transformação industrial, a fim de estabelecer parcerias eficazes e desenvolver sistemas de dados e estatísticos sólidos e coordenados, reforçar a capacidade técnica e garantir um compromisso político sustentado para a articulação eficaz entre a investigação, o desenvolvimento de competências e o crescimento industrial; e promover e concretizar plataformas continentais de *ciência aberta* que apoiem a inovação aberta, o *acesso aberto* e a *diplomacia científica*, como forma de reforçar a competitividade africana nos domínios da ciência, da tecnologia e da inovação, com vista a apoiar e financiar a implementação da *Estratégia de Ciência, Tecnologia e Inovação para África 2034*.

E por fim, as discussões relativas à *consolidação dos progressos alcançados* no âmbito da Agenda 2030 e as reflexões africanas sobre a definição do quadro das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável pós-2030, os participantes refletiram sobre as considerações que poderiam ser incorporadas no quadro das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável pós-2030. À luz do debate, o Fórum chegou a acordo sobre as seguintes mensagens-chave:

- Impulsionar uma ação coordenada e coletiva através do reforço de estratégias de propriedade nacional, parcerias e cooperação multilateral nas áreas das finanças, ciência e tecnologia e colaboração transfronteiriça, com o apoio da CEA, de outras entidades das Nações Unidas e das equipas de país das Nações Unidas, da Comissão da União Africana, da Agência de Desenvolvimento da União Africana – Nova Parceria para o Desenvolvimento de África, das comunidades económicas regionais, do Banco Africano de Desenvolvimento e de outros bancos regionais, bem como dos parceiros de desenvolvimento, a fim de acelerar a implementação da Agenda 2030 e da Agenda 2063 e de moldar de forma proativa o quadro das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável pós-2030;
- Concretizar os compromissos através da obtenção de resultados, colocando as pessoas — em particular os jovens, as mulheres, as pessoas com deficiência e os membros de outras comunidades vulneráveis — no centro do desenvolvimento, reforçando as instituições e aumentando o financiamento, a responsabilização e o investimento na educação e no emprego, nomeadamente através da institucionalização de mecanismos para o envolvimento de jovens, mulheres, pessoas com deficiência e membros de outras comunidades vulneráveis, especialmente nas zonas rurais e a nível subnacional, que permita a cocriação, a tomada de decisões inclusiva e a prestação de contas;
- Reforçar o envolvimento coletivo de África no processo de definição do quadro global de desenvolvimento pós-2030, através da formulação de contributos coordenados a

nível nacional, sub-regional e continental, assentes na Agenda 2063 e no seu segundo plano decenal de implementação, e promovendo uma abordagem centrada nas pessoas, digna e baseada nos direitos humanos, na perspetiva da Cimeira dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a realizar sob os auspícios da Assembleia Geral em 2027;

- Reforçar a coordenação entre os quadros de desenvolvimento globais, continentais e sub-regionais, a fim de reduzir a fragmentação e garantir que as prioridades económicas, sociais e ambientais — incluindo a resiliência a choques — sejam abordadas de forma integrada;
- Promover uma transformação estrutural da economia resiliente às alterações climáticas, dando prioridade à capacidade produtiva, à integração económica regional, à valorização e a infraestruturas resilientes, aos sistemas de inovação e à difusão de tecnologias digitais junto das micro, pequenas e médias empresas e das empresas do setor informal, enquanto pilares fundamentais da agenda de desenvolvimento pós-2030;
- Reforçar a mobilização de recursos internos, a gestão das finanças públicas e as instituições de supervisão financeira, a fim de ampliar a margem de manobra orçamental, aumentar a responsabilização e reforçar o contrato social, em conformidade com as normas pertinentes em matéria de direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento;
- Combater os fluxos financeiros ilícitos e apoiar a soberania financeira através da reforma da arquitetura financeira global e de uma melhor mobilização de recursos internos;
- Promover um quadro de desenvolvimento orientado para o futuro, no qual a preparação para os riscos, a resiliência, a equidade intergeracional e as estratégias para não deixar ninguém para trás sejam integradas como condições essenciais para sustentar os ganhos em matéria de desenvolvimento para além de 2030;
- Proporcionar financiamento previsível, a longo prazo e em condições favoráveis, a par da reforma da arquitetura financeira global, a fim de apoiar os esforços de adaptação, o desenvolvimento de infraestruturas e o investimento destinados a reforçar a resiliência face a choques globais, sem agravar a vulnerabilidade da dívida;
- Reforçar os mecanismos de coordenação africanos para fazer face aos riscos transfronteiriços, apoiar a partilha equitativa dos bens públicos e acelerar a concretização dos resultados de desenvolvimento relacionados com a Agenda 2030 e a Agenda 2063, através da colaboração entre a União Africana, as Comunidades Económicas Regionais e as entidades do sistema das Nações Unidas a nível nacional, regional e global, a Plataforma de Colaboração Regional para África e as suas coligações centradas em oportunidades e questões específicas, a Agência de Desenvolvimento da União Africana – Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), o Grupo de Trabalho técnico da Agenda 2063, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e outros bancos multilaterais africanos, a fim de apoiar uma preparação coerente, inclusiva e baseada em dados concretos para o quadro das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável pós-2030.

O Fórum analisou e aprovou, por unanimidade, o resumo acima apresentado bem como o projeto de **Declaração de Adis Abeba** cuja síntese abaixo se apresenta.

Declaração de Adis Abeba

“Inversão da maré: ações transformativas e coordenadas para a Agenda 2030 e a Agenda 2063”

Nós, Ministros africanos e altos funcionários responsáveis pelo meio ambiente e desenvolvimento sustentável, finanças, planejamento, desenvolvimento econômico e social, agricultura, recursos hídricos e marinhos, gestão de terras, energia, urbanização e assentamentos humanos, indústria, infraestrutura, estatística, economia digital, ciência, tecnologia e inovação, e relações exteriores, juntamente com chefes e membros de delegações de parlamentos e especialistas que representam governos e organizações intergovernamentais, entidades do sistema das Nações Unidas, o setor privado, a comunidade acadêmica, a sociedade civil, instituições culturais e comunidades de fé,

Reunidos online e presencialmente em Adis Abeba, de 28 a 30 de abril de 2026, no 12º Fórum Regional Africano sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada sob o tema Inverter a maré: ações transformadoras e coordenadas para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2063: A África que Queremos, da União Africana,

Expressando apreço pela participação do Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, da Vice-Secretária-Geral das Nações Unidas, Amina Mohammed, da Vice-Presidente da Comissão da União Africana, Selma Malika Haddadi, do Presidente do Conselho Econômico e Social, Lok Bahadur Thapa, e da Primeira-Ministra de Uganda, Robinah Nabbanja,

Elogiando a Comissão Econômica para a África, juntamente com a Comissão da União Africana, o Banco Africano de Desenvolvimento e várias entidades das Nações Unidas, por terem organizado o Fórum, que foi definido por deliberações inclusivas e interativas que produziram resultados eficazes, tais como:

(a) Discussões frutíferas e de alta qualidade e aprendizagem entre pares sobre as melhores práticas e o progresso alcançado na África em direção à consecução do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6, sobre garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento para todos, do Objetivo 7, sobre garantir o acesso à energia acessível, confiável, sustentável e moderna para todos, do Objetivo 9, sobre a construção de infraestruturas resilientes, a promoção da industrialização inclusiva e sustentável e o fomento da inovação, do Objetivo 11, sobre tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, e do Objetivo 17, sobre o reforço dos meios de implementação e a revitalização da Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável, e os objetivos correspondentes da Agenda 2063, com foco especial no segundo plano decenal de implementação (2024-2033) da Agenda 2063, levando em conta a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e o bem-estar das crianças,

(b) Consenso sobre mensagens-chave e a Declaração de Adis Abeba, articulando as prioridades africanas e ações transformadoras e coordenadas para acelerar o progresso na Agenda 2030 e na Agenda 2063 e servindo como contribuição regional para a reunião de 2026 do fórum político de alto nível sobre desenvolvimento sustentável, a Conferência da Água das Nações Unidas de 2026 para Acelerar a Implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6: Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento para todos, e o Fórum Mundial da Água, e sobre medidas de acompanhamento da Quarta Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, a Segunda Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social e a trigésima sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima,

(c) Discussões produtivas sobre intervenções implementáveis e financiadas destinadas a acelerar o progresso em direção ao cumprimento da Agenda 2030 e da Agenda 2063,

(d) Reforço da capacidade dos 19 Estados africanos que estão realizando revisões nacionais voluntárias em 2026 para realizar as revisões e apresentar os relatórios associados na reunião de 2026 do fórum político de alto nível sobre desenvolvimento sustentável,

(e) Fornecimento de conhecimentos, competências e ferramentas aos membros da Comissão Econômica para a África, sociedade civil, jovens, empresas privadas, instituições acadêmicas e parceiros de desenvolvimento para levar a cabo soluções e ações políticas transformadoras e coordenadas para acelerar e expandir o progresso na Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e na Agenda 2063 e seu segundo plano decenal de implementação,

(f) Formulação de considerações africanas sobre a definição das prioridades de desenvolvimento sustentável até 2030 e o quadro das Nações Unidas pós-2030 para o desenvolvimento sustentável,

(g) Forjar novas parcerias multissetoriais e reforçar as parcerias existentes para mobilizar e prestar um apoio forte e coordenado, incluindo assistência financeira, tecnológica e de desenvolvimento de capacidades para a implementação de projetos e iniciativas alinhados com os objetivos da Agenda 2030 e da Agenda 2063, incluindo os laboratórios de impacto para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o segundo plano decenal de implementação,

Observando com profunda preocupação que o progresso na África em direção ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável está muito fora do caminho, com pouco tempo restante antes do prazo de 2030, e que o alcance dos cinco Objetivos selecionados para serem abordados durante a reunião de 2026 do fórum político de alto nível sobre desenvolvimento sustentável está atrasado, conforme ilustrado pelo seguinte:

(a) O progresso é lento em 12 Objetivos e está regredindo em 5, apesar da necessidade urgente de acelerar a ação, restando menos de cinco anos até 2030,

(b) Dos 28 países em todo o mundo em que mais de um quarto da população carecia de acesso a serviços básicos de água potável entre 2015 e 2024, 24 estavam na África Subsaariana, onde a busca por água resultou na perda de 40 bilhões de horas de trabalho das mulheres por ano, representando um enorme custo de oportunidade para as famílias e economias, e em 2020 cerca de 387 milhões de pessoas naquela área careciam de acesso a água potável básica,

(c) Em 2025, cerca de 600 milhões de pessoas na África, um número desproporcional delas mulheres e meninas representando aproximadamente 43 por cento da população, careciam de acesso à eletricidade, representando mais de 80 por cento da população global sem eletricidade,

(d) A base industrial da África permanece fraca, com apenas 2 por cento de participação no valor agregado da manufatura global,

(e) Entre 2014 e 2022, a proporção da população urbana africana que vivia em favelas ou assentamentos informais diminuiu apenas marginalmente, e permaneceu quase o dobro da média global em 2022,

(f) A região enfrenta uma lacuna de financiamento anual substancial estimada entre 670 bilhões e 848 bilhões de dólares dos Estados Unidos, face a uma necessidade de investimento anual global entre 802 bilhões e 1,67 trilhão de dólares dos Estados Unidos, apenas para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável,

(g) Os fluxos financeiros para a região aos níveis nacional e local permanecem voláteis, incluindo flutuações no investimento estrangeiro direto e na assistência oficial ao desenvolvimento, enquanto o aumento da dívida restringiu ainda mais o espaço fiscal e colocou vários países em risco elevado de sobre-endividamento,

Observando também com profunda preocupação os desafios e retrocessos significativos e interligados decorrentes da desigualdade e da pobreza multidimensional e intergeracional,

Expressando profunda preocupação pelo fato de milhões de crianças africanas continuarem a enfrentar acesso limitado a água potável e saneamento, fornecimento de energia não confiável para alimentar os serviços de saúde e educação, infraestruturas inadequadas e ambientes urbanos inseguros e mal servidos, e que existe, portanto, uma necessidade de garantir a equidade e a inclusão, inclusive para aqueles em

áreas rurais, assentamentos informais e contextos frágeis e afetados por conflitos, e comunidades expostas a choques relacionados com o clima,

Reafirmando o nosso compromisso com a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 e as aspirações da Agenda 2063, juntamente com os objetivos estratégicos do segundo plano decenal de implementação, e a implementação integrada e completa da Agenda 2030 e da Agenda 2063, inclusive através de ações transformadoras e coordenadas em escala e velocidade,

Reafirmando também a declaração ministerial adotada pela Conferência de Ministros Africanos das Finanças, Planejamento e Desenvolvimento Econômico e outros resultados da quinquagésima oitava sessão da Comissão Econômica para a África, realizada em Tânger, Marrocos, de 28 de março a 3 de abril de 2026, os resultados do Fórum de Negócios da África 2026, realizado em Adis Abeba em 16 e 17 de fevereiro de 2026, a Declaração de Nairóbi adotada no Segundo Fórum Urbano da África, realizado em Nairóbi de 8 a 10 de abril de 2026, o relatório de resultados e outras decisões acordadas na trigésima sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, realizada em Belém, Brasil, de 10 a 21 de novembro de 2025, o Compromisso de Sevilha adotado na Quarta Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, realizada em Sevilha, Espanha, de 30 de junho a 3 de julho de 2025, o relatório de resultados da Conferência das Nações Unidas de 2025 para Apoiar a Implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14: Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável, realizada em Nice, França, de 9 a 13 de junho de 2025, a Declaração Política de Doha da Cúpula Social Mundial sob o título Segunda Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, adotada na Segunda Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, realizada em Doha de 4 a 6 de novembro de 2025, e a declaração ministerial adotada no fórum político de alto nível sobre desenvolvimento sustentável convocado sob os auspícios do Conselho Econômico e Social, realizado em Nova York de 14 a 23 de julho de 2025,

Reafirmando ainda as mensagens-chave e declarações adotadas nas sessões anteriores do Fórum Regional Africano sobre Desenvolvimento Sustentável, Reiterando o nosso compromisso com a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas como um pilar central do desenvolvimento sustentável,

Saudando as discussões realizadas e decisões adotadas na trigésima nona sessão ordinária da Assembleia de Chefes de Estado e de Governo da União Africana, realizada em Adis Abeba em 14 e 15 de fevereiro de 2026, sobre o tema Garantir a disponibilidade de água sustentável e sistemas de saneamento seguros para alcançar os objetivos da Agenda 2063,

Saudando também o fato de a Etiópia vir a sediar a trigésima segunda sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, que proporcionará uma oportunidade para a África impulsionar a passagem dos compromissos para a implementação, promover soluções lideradas pela África sobre adaptação, resiliência e financiamento climático, e produzir resultados climáticos que respondam às realidades africanas e promovam os caminhos de desenvolvimento a longo prazo do continente,

Saudando ainda a Conferência da Água das Nações Unidas de 2026 para Acelerar a Implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 como uma oportunidade oportuna para galvanizar os esforços globais para acelerar o progresso na consecução do Objetivo 6, promovendo ao mesmo tempo as prioridades de água e saneamento na África em linha com a Agenda 2063,

Sublinhando a importância da Cúpula dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a ser convocada sob os auspícios da Assembleia Geral em 2027, como uma plataforma vital para a África moldar caminhos de desenvolvimento sustentável pós-2030 que estejam alinhados com a Agenda 2063 e se baseiem nas lições aprendidas,

Cientes de que as tecnologias de fronteira e a inovação podem ser utilizadas para desbloquear o potencial de crescimento da África e aumentar a competitividade das economias africanas através do crescimento da produtividade e da diversificação,

Reconhecendo o papel crítico do setor privado, incluindo investidores, empresas lideradas por mulheres e empresas lideradas por jovens, não apenas como fonte de capital, mas também como impulsionador de empregos, inovação tecnológica, cadeias de valor, transformação industrial e soluções práticas nos setores que mais importam para o desenvolvimento sustentável,

Sublinhando a oportunidade oferecida pelo Fórum de Impacto do Desenvolvimento da África, liderado pela Comissão Econômica para a África, para impulsionar a implementação e traduzir compromissos políticos em resultados escaláveis e de alto impacto, inclusive através da criação de emprego, crescimento econômico inclusivo e o alcance acelerado dos objetivos da Agenda 2030 e da Agenda 2063,

Saudando o lançamento de laboratórios de impacto para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o segundo plano decenal de implementação como uma iniciativa do Fórum Regional Africano sobre Desenvolvimento Sustentável, concebida para impulsionar a inovação e liderança lideradas pela África na aceleração do progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e ao cumprimento da Agenda 2063, através da cocriação, pilotagem e expansão de intervenções transformadoras,

Pela presente:

1. Instamos os membros da Comissão Econômica para a África, as organizações regionais, o setor privado, a sociedade civil e os parceiros de desenvolvimento a intensificarem a ação transformadora e coordenada e a criarem um ambiente político propício à aceleração da consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

2. Apelamos aos participantes na reunião de 2026 do fórum político de alto nível sobre desenvolvimento sustentável, na Conferência da Água das Nações Unidas de 2026 para Acelerar a Implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 e em outros fóruns globais, regionais e sub-regionais relevantes para considerarem e assumirem, como parte dos seus respectivos resultados, os seguintes compromissos alinhados com as prioridades de África:

(a) Em relação à água limpa e saneamento e à garantia de disponibilidade de água sustentável e sistemas de saneamento seguros para alcançar os objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2063: A África que Queremos, da União Africana:

(i) Mobilizar e reforçar a liderança e o compromisso político e técnico inclusivo aos níveis regional, sub-regional, nacional e local, a fim de acelerar o progresso rumo ao Objetivo 6, juntamente com os objetivos da Visão da Água para África 2063 e sua Política;

(ii) Formular e implementar políticas, planos e programas de desenvolvimento de capacidades robustos e baseados em evidências aos níveis regional, nacional e local para alcançar resultados mensuráveis relacionados com o Objetivo 6 e os objetivos da Visão da Água para África 2063 e sua Política;

(iii) Promover o estatuto da água como um pilar estratégico da criação de emprego, do crescimento e do desenvolvimento sustentável global, aproveitando o seu valor político, econômico e social em todos os quadros de desenvolvimento nacionais e regionais;

(iv) Mobilizar financiamento sustentável e inovador, inclusive do setor privado, e adotar modelos de financiamento personalizados para apoiar a implementação da Visão da Água para África 2063 e sua Política e do Objetivo 6;

(v) Alavancar a Visão da Água para África 2063 e sua Política e a Estratégia de Água e Saneamento para todo o Sistema das Nações Unidas, juntamente com o Quadro de Aceleração Global do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6, a fim de reforçar a governança e os investimentos intersetoriais e inclusivos na água e impulsionar a coerência, a coordenação e o impacto mensurável nas comunidades rurais e aos níveis subnacional, nacional e regional;

(vi) Reforçar os arranjos operacionais para recursos compartilhados de águas superficiais e subterrâneas através de esforços conjuntos para harmonizar a recolha e o uso de dados, planejamento conjunto,

financiamento sustentado e cooperação institucional, posicionando assim as águas transfronteiriças como ativos para a resiliência climática, segurança alimentar e consolidação da paz;

(vii) Conceber intervenções sensíveis ao gênero na área de água, saneamento e higiene que sejam lideradas por mulheres e jovens, baseadas em experiências vividas e adaptadas às necessidades de jovens, mulheres, pessoas com deficiência e outros grupos marginalizados;

(viii) Integrar intervenções de água, saneamento e higiene sensíveis ao gênero em políticas, orçamentos e padrões de saúde holísticos para garantir serviços de água e saneamento seguros, acessíveis e dignos para mulheres, jovens, adolescentes e pessoas com deficiência;

(ix) Integrar a adaptação climática e a redução do risco de desastres na gestão dos recursos hídricos e no planejamento de água, saneamento e higiene, priorizando a gestão do risco de seca e inundação, a resiliência das águas subterrâneas, a proteção dos ecossistemas e os esforços ao nível da bacia, a fim de reduzir a vulnerabilidade e reforçar a resiliência;

(x) Proteger, restaurar e gerir de forma sustentável rios, lagos, zonas úmidas, florestas e ecossistemas de recarga de águas subterrâneas como infraestrutura natural para a segurança hídrica, biodiversidade e resiliência;

(xi) Prevenir ou reduzir significativamente a poluição da água por águas residuais, plásticos, produtos químicos perigosos, mineração, agricultura e fontes industriais através de uma regulamentação reforçada e abordagens de economia circular;

(xii) Ampliar o tratamento e a reutilização de águas residuais e a recuperação de recursos hídricos, a fim de expandir a disponibilidade de água, reduzir a poluição e gerar empregos verdes;

(b) Em relação à energia acessível e limpa:

(i) Expandir soluções descentralizadas de energia renovável, inclusive através de modelos de negócios viáveis, de modo a acelerar o desenvolvimento de energia sustentável;

(ii) Incorporar a sustentabilidade do ciclo de vida e os princípios de uma transição justa em todos os investimentos em energia, garantindo que os benefícios sejam amplamente partilhados e que os jovens, as mulheres, as pessoas com deficiência e outras populações vulneráveis sejam protegidos;

(iii) Promover modelos e parcerias que mobilizem financiamento em escala para investimentos em energia acessível e limpa para alimentar serviços sociais essenciais;

(iv) Mobilizar capital internacional e doméstico acessível, inclusive do setor privado, para soluções integradas e inclusivas de energia sustentável;

(v) Reforçar os pools regionais de energia e as conexões transfronteiriças para melhorar a partilha de recursos, reduzir custos e aumentar a confiabilidade para a indústria e os grandes consumidores;

(vi) Integrar a eficiência energética e a digitalização em todos os aspectos do planejamento e implementação de energia;

(vii) Elevar a cozinha limpa inclusiva e sensível ao gênero como uma prioridade central de desenvolvimento e saúde pública, com financiamento dedicado e apoio institucional;

(c) Em relação à indústria, inovação e infraestrutura:

(i) Adotar estratégias industriais viradas para o futuro e regionalmente alinhadas que abordem megatendências, incluindo a transição para energia verde, inteligência artificial e conectividade digital, mudança nas cadeias de suprimentos, mudanças demográficas e transformação do sistema alimentar, a fim de promover uma industrialização inclusiva, focada localmente e sustentável;

(ii) Reforçar a estruturação, a bancabilidade e a entrega de projetos industriais e de infraestrutura, explorar inovações de financiamento, incluindo soluções de financiamento misto e troca de dívida, e estabelecer mecanismos de monitoramento eficazes;

(iii) Ampliar o investimento direcionado e centrado na comunidade em infraestrutura resiliente ao clima e integrar o planejamento energético na implantação e operação de infraestrutura digital;

(iv) Priorizar uma economia digital inclusiva e sensível ao gênero como um motor da industrialização, criação de empregos decentes e diversificação;

(v) Tomar medidas urgentes para implantar tecnologias emergentes, como a inteligência artificial, desenvolver competências digitais e apoiar a plena participação das empresas em todos os aspectos da atividade digital;

(vi) Colmatar as lacunas de infraestrutura, com vista a permitir que os países beneficiem plenamente da integração regional e do Acordo que Estabelece a Área de Livre Comércio Continental Africana;

(vii) Promover o consumo e a produção sustentáveis, aplicando os princípios de uma economia circular inclusiva e de um bom design de produto e através de estilos de vida sustentáveis, políticas de eficiência de recursos, iniciativas de resíduo zero, redução da exposição a produtos químicos perigosos e ações que minimizem a poluição do ar, do solo, da terra e da água;

(viii) Promover o acesso à ciência e tecnologia para mulheres, jovens e crianças, reforçando a sua capacidade, incluindo a sua capacidade de aprendizagem digital e literacia digital;

(d) Em relação a cidades e comunidades sustentáveis:

(i) Integrar o planejamento econômico e espacial para que as cidades possam gerar ativamente empregos decentes, apoiar a manufatura e os serviços e impulsionar a transformação estrutural;

(ii) Promover o planejamento econômico e espacial integrado e coordenado através de abordagens participativas e baseadas em evidências, permitindo assim que as cidades gerem emprego decente e produtivo e serviços de cuidados, promovam a industrialização e setores de serviços dinâmicos, e impulsionem a transformação estrutural inclusiva, verde e sustentável;

(iii) Aumentar os investimentos direcionados, inclusive do setor privado, para impulsionar o desenvolvimento urbano centrado nas pessoas e inclusivo e uma mudança da gestão do crescimento urbano para o uso das cidades como motores de transformação inclusiva e estrutural que podem alavancar os corredores da Área de Livre Comércio Continental Africana, com vista a facilitar a participação em cadeias de valor regionais e transições digitais;

(iv) Ampliar as estratégias de habitação inclusiva que melhorem a acessibilidade financeira, a segurança da posse, a qualidade da construção e a disponibilidade de serviços públicos, combinando proteções legais com métodos de construção resilientes e energeticamente eficientes para requalificar favelas e assentamentos informais;

(v) Institucionalizar o planejamento integrado do uso da terra e o desenvolvimento orientado para o transporte, no qual a infraestrutura verde está inserida, e proteger os ecossistemas periurbanos, de modo a frear a expansão desordenada, reduzir a poluição e reforçar a resiliência climática;

(vi) Estabelecer plataformas multissetoriais de resiliência urbana para a gestão do risco de desastres e riscos transfronteiriços, alinhadas com o Acordo de Paris, a Agenda 2030, a Agenda 2063 e o Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, e ampliar a aprendizagem entre pares através de iniciativas como a Tornando as Cidades Resilientes 2030;

(vii) Implantar infraestrutura pública digital para cidades inteligentes inclusivas;

(viii) Reforçar a receita própria das cidades, aproveitando plenamente o seu potencial econômico, apoiado pela digitalização, governança fundiária inclusiva e sensível ao gênero, captura de valor da terra e gestão financeira subnacional digitalizada, e mobilizar parcerias público-privadas para habitação, infraestrutura e tecnologia urbana;

(ix) Promover investimentos em cidades inclusivas, seguras, acessíveis e sustentáveis, nas quais crianças, jovens, mulheres, pessoas com deficiência e outras populações vulneráveis sejam protegidas de riscos físicos e ambientais, deslocamento e insegurança;

(e) Em relação às parcerias para os objetivos da Agenda 2030 e da Agenda 2063:

(i) Envolver-se efetivamente na Plataforma de Ação de Sevilha, lançada na Quarta Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, liderando e contribuindo para iniciativas que promovam a mobilização inclusiva de recursos domésticos, a reforma sistêmica e o financiamento sustentável, incluindo financiamento misto, trocas de dívida e outras soluções de dívida, impulsionando assim a ação transformadora e coordenada para implementar a Agenda 2030 e a Agenda 2063;

(ii) Mobilizar a poupança doméstica e atrair investimento privado nacional e internacional e financiamento misto através de mecanismos regionais e instrumentos inovadores, inclusive através da implantação estratégica de recursos públicos, a fim de melhorar significativamente o cenário de financiamento do desenvolvimento de África;

(iii) Operacionalizar a agência africana de classificação de risco para atenuar os preconceitos sistêmicos nas avaliações de crédito globais, reduzir os custos de empréstimos e melhorar a confiança dos investidores;

(iv) Ampliar o financiamento misto sensível ao gênero e desenvolver mercados de capitais em moeda local, a fim de melhorar o acesso ao financiamento inclusivo na África;

(v) Desenvolver carteiras de projetos integrados e prontos para investimento alinhados com os planos nacionais, a Agenda 2030 e a Agenda 2063, inclusive reforçando a capacidade de planejar projetos, estruturar riscos e construir parcerias público-privadas;

(vi) Reconhecer a infraestrutura digital como um facilitador estratégico e essencial do crescimento econômico e integrar a expansão de tal infraestrutura no planejamento de desenvolvimento nacional, juntamente com a de outros setores de infraestrutura central, com vista a priorizar o investimento e abordar as lacunas de conectividade, inclusive, quando apropriado, através de apoio público direcionado;

(vii) Acelerar a implementação do Acordo que Estabelece a Área de Livre Comércio Continental Africana e seu Protocolo sobre Comércio Digital, a redução de barreiras não tarifárias, a ampliação da facilitação do comércio e o fortalecimento dos sistemas de comércio digital;

(viii) Investir em infraestrutura de dados e tecnologias emergentes, tratando os sistemas de dados como infraestrutura pública crítica, e colmatar a divisão global de dados através da integração de fontes de dados emergentes nas estatísticas oficiais;

(ix) Ampliar os esforços de desenvolvimento de capacidades integrados, coordenados, liderados pelos países e focados nas instituições, com vista a impulsionar a implementação centrada nas pessoas e baseada nos direitos humanos e produzir resultados mais sustentáveis, especialmente nas áreas de integração regional, resiliência climática inclusiva, transformação digital sensível ao gênero e gestão da mudança;

(x) Dotar as organizações voluntárias e da sociedade civil dos recursos necessários para contribuir para a implementação da Agenda 2030 e da Agenda 2063, integrar o voluntariado nas medições estatísticas e reforçar a defesa dos programas nacionais de voluntariado, com vista a otimizar tais contribuições e melhorar a recolha de dados;

(xi) Institucionalizar o orçamento sensível ao gênero e as reformas da gestão financeira pública, garantindo que recursos adequados sejam alocados às prioridades de igualdade de gênero nos orçamentos nacionais e subnacionais;

(f) Em relação à trigésima segunda sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima:

(i) Mobilizar e garantir a participação inclusiva, coordenada e eficaz da África na trigésima segunda sessão da Conferência, incluindo o engajamento de Chefes de Estado e de Governo e partes interessadas importantes;

(ii) Garantir que as promessas de financiamento climático se traduzam em entrega em escala com maior previsibilidade, acessibilidade e responsabilidade;

(iii) Alinhar o financiamento climático com as prioridades de resiliência e desenvolvimento sustentável, inclusive através de uma mudança de abordagens de curto prazo, baseadas em projetos, para um financiamento programático e de longo prazo que fortaleça os sistemas financeiros nacionais, apoie as prioridades regionais e trate o investimento em adaptação e resiliência como objetivos centrais de financiamento do desenvolvimento, não como ação climática suplementar;

(iv) Reconhecer a água como um caminho central para a adaptação climática, resiliência, redução do risco de desastres e recuperação de ecossistemas na África;

(v) Promover a equidade, transparência, acessibilidade e confiança como pilares na entrega do financiamento climático, garantindo que tal financiamento chegue a crianças, jovens, mulheres, pessoas com deficiência e outras comunidades vulneráveis;

(vi) Promover reformas da arquitetura financeira internacional visando aumentar o acesso ao financiamento climático e aumentar a sua acessibilidade para os países africanos, inclusive através de modalidades de acesso simplificadas, aumento da concessionalidade e o alinhamento do financiamento multilateral e bilateral com as prioridades relacionadas ao desenvolvimento e resiliência na África;

(g) Em relação ao alcance do pleno emprego e trabalho decente para todos, redução da pobreza e proteção social na África, com base nos resultados da Segunda Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social:

(i) Desenvolver e apoiar iniciativas regionais e nacionais para implementar efetivamente os compromissos estabelecidos na Declaração Política de Doha da Cúpula Social Mundial sob o título Segunda Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social e avaliar periodicamente o progresso feito, as lacunas que permanecem e as oportunidades para tomar as ações necessárias para cumprir esses compromissos;

(ii) Reforçar a cooperação regional e a aprendizagem entre pares sobre igualdade de gênero, proteção social, criação de emprego e crescimento inclusivo;

(iii) Reforçar os sistemas educativos em África, a fim de apoiar os jovens na transição da esfera da educação para o mercado de trabalho;

3. Instamos os países africanos a reforçarem a implementação integrada e eficaz da Agenda 2030 e da Agenda 2063 no período que antecede 2030, e a envolverem-se ativa e coletivamente na definição do quadro de desenvolvimento global pós-2030, garantindo que as prioridades, experiências e lições aprendidas africanas sejam plenamente refletidas;

4. Apelamos aos participantes na Cúpula dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a ser realizada em 2027, para considerarem e assumirem, como parte dos resultados da Cúpula, os seguintes compromissos alinhados com as prioridades de África:

(a) Em relação ao avanço do desenvolvimento sustentável até 2030:

(i) Reafirmar a implementação plena e acelerada da Agenda 2030, em alinhamento com a Agenda 2063, reconhecendo a complementaridade das duas agendas e a sua visão partilhada de desenvolvimento inclusivo, resiliente e sustentável;

(ii) Acelerar o progresso em direção à transformação econômica inclusiva e baseada nos direitos humanos e o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no período que antecede 2030, priorizando o financiamento adequado, previsível e acessível para o desenvolvimento, inclusive através de reformas da

arquitetura financeira global, o aumento do financiamento concessional e a redução dos custos de empréstimos para os países africanos;

(iii) Promover soluções de dívida ordenadas e abrangentes para os países africanos, incluindo reestruturação da dívida, dívida por desenvolvimento e trocas de dívida por clima, em apoio ao desenvolvimento sustentável inclusivo, sensível ao gênero e baseado nos direitos humanos, resiliência climática e estabilidade econômica a longo prazo;

(iv) Envolver-se ativa e estrategicamente na Plataforma de Ação de Sevilha, inclusive liderando e contribuindo para iniciativas que promovam o financiamento inclusivo, soluções de dívida e reforma sistêmica, com vista a impulsionar a implementação transformadora e coordenada da Agenda 2030 e da Agenda 2063;

(v) Promover a transformação econômica estrutural inclusiva, sensível ao gênero e baseada nos direitos humanos e o emprego produtivo como base para o desenvolvimento sustentável na África e, nesse sentido, ampliar os investimentos em caminhos para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que priorizem o empoderamento de jovens, mulheres e grupos marginalizados, o desenvolvimento de infraestrutura resiliente, industrialização, agregação de valor, processamento agroalimentar e de minerais, cadeias de valor regionais, implementação eficaz do Acordo que Estabelece a Área de Livre Comércio Continental Africana e seu Protocolo sobre Mulheres e Jovens no Comércio, e criação de empregos, em particular para jovens e mulheres;

(vi) Reforçar o apoio às empresas lideradas por mulheres e por jovens através de instrumentos de financiamento adaptados, maior apoio ao ecossistema, maior participação na tomada de decisões econômicas e maior envolvimento em parcerias baseadas na confiança;

(vii) Promover a ação climática como uma prioridade de desenvolvimento integral, ampliando o financiamento climático focado na adaptação, operacionalizando plenamente os arranjos de financiamento para perdas e danos e integrando a resiliência climática sensível ao gênero e a redução do risco de desastres nas estratégias nacionais de desenvolvimento e nos esforços para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

(viii) Ampliar o investimento em educação, saúde, segurança hídrica, sistemas alimentares sustentáveis e ecossistemas saudáveis como um facilitador fundamental do desenvolvimento sustentável, incluindo o reforço do investimento no desenvolvimento de competências para a criação de emprego, fabricação local de produtos farmacêuticos, água limpa e saneamento, agricultura inteligente em relação ao clima e restauração de ecossistemas, apoiado por abordagens integradas de água, alimentação e energia;

(ix) Aumentar o apoio prestado às comunidades rurais e aos governos locais e subnacionais, inclusive através do aumento do financiamento e do desenvolvimento de capacidades, e facilitar a expansão de revisões nacionais e locais voluntárias baseadas em evidências que estejam ligadas à reforma oportuna e significativa dos processos de planejamento, orçamento, investimento e prestação de contas para acelerar a implementação da Agenda 2030;

(x) Aumentar o investimento nos sistemas estatísticos nacionais e subnacionais, na infraestrutura pública digital e na transferência de tecnologia, a fim de apoiar o crescimento inclusivo e a elaboração de políticas baseadas em evidências e a implementação de políticas, programas e outras intervenções para o cumprimento da Agenda 2030 e da Agenda 2063;

(xi) Ampliar o investimento em tecnologia e inovação, mobilizando eficazmente os recursos domésticos, inclusive através de tributação digital progressiva, administração pública digital e financiamento inovador;

(b) Em relação às considerações iniciais da África sobre a definição do quadro de desenvolvimento sustentável pós-2030:

(i) Defender que a África lidere e molde proativamente o quadro de desenvolvimento pós-2030 através de uma voz africana unificada que esteja fundamentada na Agenda 2063 e nas lições aprendidas da implementação da Agenda 2030 e que incorpore os direitos humanos e a dignidade no seu cerne,

refletindo as aspirações de desenvolvimento a longo prazo, promovendo ao mesmo tempo caminhos de desenvolvimento coordenados, liderados pelos países, centrados nas pessoas, baseados nos direitos humanos, específicos ao contexto e inclusivos que incorporem a participação significativa dos jovens à luz do seu papel central como impulsionadores da transformação do continente;

(ii) Abordar as principais prioridades da África em relação aos fundamentos do desenvolvimento humano (saúde, educação, igualdade de gênero, erradicação da pobreza e empregos), agricultura sustentável e sistemas alimentares, transição energética, indústria e infraestrutura, biodiversidade, terra, gestão ambiental e economias circulares, cidades sustentáveis, resiliência climática e justiça climática, tecnologia e transformação digital, sistemas de dados, governança, paz e parcerias globais;

(iii) Promover a adoção de métricas de progresso mais amplas, além do produto interno bruto, incluindo medidas de resiliência, inclusão, produtividade e sustentabilidade, a fim de melhor capturar as realidades do desenvolvimento na África;

(iv) Promover a soberania financeira dentro do quadro de desenvolvimento pós-2030, reformando a arquitetura financeira global, reforçando a mobilização de recursos domésticos e tomando medidas decisivas sobre fluxos financeiros ilícitos, incluindo o estabelecimento de mecanismos globais institucionalizados e previsíveis para o financiamento do desenvolvimento sustentável inclusivo pós-2030, incluindo instrumentos de resposta a crises, quadros de reestruturação da dívida baseados em regras e reforço da coordenação dos mutuários;

(v) Promover uma maior responsabilidade em relação aos meios de implementação de políticas, programas e outras intervenções para o cumprimento da Agenda 2030 e da Agenda 2063, incluindo através de compromissos relacionados com finanças, comércio, transferência de tecnologia, desenvolvimento de capacidades, reforço das instituições, transparência e governança baseada na dignidade, contra os quais o progresso é avaliado pelo seu impacto nas pessoas, especialmente os mais pobres, pessoas com deficiência e outros grupos marginalizados;

(vi) Reforçar e implementar mecanismos equilibrados de revisão e acompanhamento que avaliem tanto os resultados do desenvolvimento como os compromissos globais e, em particular, reforçar a visibilidade das revisões locais voluntárias juntamente com as revisões nacionais e melhorar as ligações com os fóruns regionais sobre desenvolvimento sustentável;

(vii) Destacar a necessidade de não deixar ninguém para trás, priorizando mulheres, jovens, pessoas com deficiência, populações deslocadas e comunidades que enfrentam vulnerabilidades climáticas e de subsistência;

(viii) Ampliar o financiamento para as cidades através de uma mobilização reforçada de recursos domésticos, mecanismos de financiamento inovadores e melhor acesso a fundos climáticos e de desenvolvimento, permitindo assim o desenvolvimento urbano sustentável, infraestrutura resiliente e crescimento econômico inclusivo;

(ix) Combater os fluxos financeiros ilícitos;

(x) Reforçar a cooperação regional, a coordenação, a aprendizagem entre pares e a participação em plataformas de revisão entre os Estados-Membros das Nações Unidas, entidades do sistema das Nações Unidas, a União Africana, as comunidades econômicas regionais, os bancos de desenvolvimento e atores não estatais, de modo a catalisar os esforços para enfrentar os desafios transfronteiriços, ampliar o investimento e implementar de forma coerente o quadro de desenvolvimento pós-2030;

(xi) Incorporar a resiliência e a equidade intergeracional, antecipar riscos sistêmicos, incluindo mudanças climáticas, mudanças demográficas e choques econômicos, e salvaguardar oportunidades para os jovens e as gerações futuras;

5. Instamos os membros da Comissão Econômica para a África a intensificarem os esforços, com o apoio da Comissão, de outras entidades das Nações Unidas e das equipes nacionais das Nações Unidas, da Comissão da União Africana, da Agência de Desenvolvimento da União Africana-Nova Parceria para o

Desenvolvimento da África, das comunidades econômicas regionais, do Banco Africano de Desenvolvimento e de outros bancos regionais, e parceiros de desenvolvimento:

(a) Priorizar e ampliar o apoio às comunidades rurais e aos governos locais e subnacionais através do aumento do financiamento, do reforço do desenvolvimento de capacidades e da expansão sistemática de revisões nacionais e locais voluntárias ligadas aos processos de planejamento, orçamento e investimento, reconhecendo que o sucesso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável depende, em última análise, da entrega ao nível local;

(b) Colocar as crianças, os jovens, as mulheres, as pessoas com deficiência e outras comunidades vulneráveis no centro da ação transformadora para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e os objetivos estratégicos do segundo plano decenal de implementação, reconhecendo que essas comunidades não são apenas beneficiárias, mas também cocriadoras, líderes e impulsionadoras do desenvolvimento sustentável, inclusive através de medidas para:

(i) Institucionalizar e reforçar os mecanismos para o engajamento de jovens e mulheres, em particular ao nível local, e garantir que a participação vá além da consulta para a tomada de decisões colaborativa e a prestação de contas, em linha com a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento;

(ii) Integrar os jovens de forma significativa nos processos nacionais, regionais e locais de planejamento, implementação e revisão relacionados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, incluindo as revisões nacionais e locais voluntárias;

(iii) Aumentar o investimento direcionado em iniciativas lideradas por mulheres e por jovens, empresas sociais e sistemas de inovação que forneçam soluções escaláveis em todos os esforços para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e os objetivos da Agenda 2063;

(iv) Facilitar o acesso de mulheres e jovens a financiamento, tecnologia, mentoria e mercados, inclusive através de financiamento misto e parcerias público-privadas;

(v) Alinhar as políticas de educação, formação e mercado de trabalho de modo a dotar as jovens e os jovens de competências orientadas para o futuro, incluindo competências digitais, verdes e empreendedoras;

(vi) Reforçar o apoio aos jovens empreendedores, promovendo um ambiente favorável que incentive a inovação, facilite o uso mais generalizado de soluções digitais e salvaguarde os direitos de propriedade intelectual, inclusive através de melhor acesso a subsídios, capital de risco, mecanismos de financiamento misto e iniciativas de desenvolvimento de capacidades direcionadas, em particular iniciativas para jovens ao nível local;

(c) Facilitar a difusão de tecnologias digitais para empresas no setor informal e para micro, pequenas e médias empresas, inclusive alavancando e ampliando os serviços de extensão digital, em colaboração com o setor privado;

(d) Combater os fluxos financeiros ilícitos;

6. Apelamos aos coordenadores residentes das Nações Unidas e às equipes nacionais das Nações Unidas, trabalhando em conjunto com entidades de todo o sistema das Nações Unidas, tanto a nível global como regional, incluindo a Plataforma de Colaboração Regional para a África e as suas coligações baseadas em oportunidades e questões, a Comissão da União Africana, a Agência de Desenvolvimento da União Africana-Nova Parceria para o Desenvolvimento da África, o Grupo de Trabalho Técnico da União Africana sobre a Agenda 2063, o Banco Africano de Desenvolvimento e outros bancos multilaterais africanos, e outros parceiros a:

(a) Intensificar os esforços para desenvolver planos integrados e mobilizar recursos para implementar esses planos, com vista a acelerar o progresso em direção ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, juntamente com os objetivos estratégicos do segundo plano decenal de implementação, centrando-se nas seis áreas em que as transições são necessárias para acelerar a consecução dos

Objetivos, nomeadamente sistemas alimentares inclusivos, acesso e acessibilidade à energia, conectividade digital, educação, empregos e proteção social, e mudança climática, perda de biodiversidade e poluição;

(b) Integrar plenamente os relatórios e a prestação de contas, inclusive para iniciativas e soluções do setor privado, através do uso sistemático de dados desdobrados por sexo, indicadores de gênero e marcadores de igualdade de gênero, evitando a duplicação e o desperdício de recursos;

(c) Trabalhar em conjunto e não em silos, como base para traduzir o compromisso partilhado em ação conjunta em escala, com vista a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e os objetivos estratégicos do segundo plano decenal de implementação;

(d) Apoiar os membros da Comissão Econômica para a África na mobilização de recursos para a implementação da Agenda 2030 e da Agenda 2063, em alinhamento com o Segundo Plano Decenal de Implementação, a Estratégia de Mobilização de Recursos Domésticos 2025-2033 e a agenda de desenvolvimento global;

(e) Apoiar os membros da Comissão Econômica para a África a tornarem a mobilização de recursos domésticos centrada na juventude, garantindo que tal mobilização proporciona ganhos tangíveis em termos de educação, competências, empregos, empreendedorismo e inclusão digital;

(f) Promover abordagens de nexo clima-água-energia-alimento que reforcem a coerência política, a entrega e o financiamento de todo o governo, e que coloquem a água no centro da construção de resiliência, expandam o acesso à energia sustentável, apoiem sistemas alimentares resilientes e inclusivos, e minimizem os trade-offs (conflitos) entre setores e níveis de governança, com vista a acelerar o progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e aos objetivos da Agenda 2063;

7. Solicitamos ao Governo das Maurícias que apresente as mensagens-chave e a presente declaração em nome da África ao Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável na sua reunião convocada sob os auspícios do Conselho Econômico e Social em Nova York, de 7 a 15 de julho de 2026, à Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima na sua XXXI Sessão, a realizar em Antália, Turquia, de 9 a 20 de novembro de 2026, à Conferência da Água das Nações Unidas de 2026 para Acelerar a Implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6, coorganizada pelo Senegal e pelos Emirados Árabes Unidos, a realizar nos Emirados Árabes Unidos de 2 a 4 de dezembro de 2026, à Cúpula dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a realizar em Nova York em 2027, e em outros fóruns globais, regionais e sub-regionais relevantes, a fim de defender o acompanhamento dos resultados do 12º Fórum Regional Africano sobre Desenvolvimento Sustentável e a implementação acelerada da Agenda 2030 e da Agenda 2063, em particular o seu Segundo Plano Decenal de Implementação.

Na Europa, a guerra na Ucrânia dá sinais de desgaste enquanto tensões globais e alertas sanitários crescem

En Europa, la guerra en Ucrania muestra signos de desgaste mientras aumentan las tensiones globales y las alertas sanitarias

In Europe, the war in Ukraine is showing signs of fatigue while global tensions and health alerts increase

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Resumo. A guerra na Ucrânia apresentou os primeiros sinais concretos de desgaste após quatro anos de conflito, com tentativas de cessar-fogo entre Rússia e Ucrânia mediadas pelos Estados Unidos. Enquanto isso, a Europa vive uma reorganização estratégica. Donald Trump reduziu a presença militar dos EUA na Alemanha após críticas do chanceler alemão Friedrich Merz, levando Berlim a acelerar planos para transformar suas forças armadas no "exército mais poderoso da Europa", com investimentos em tecnologia militar, inteligência artificial e defesa aérea independente. No Oriente Médio, o Irã alertou países europeus contra intervenções militares no Estreito de Ormuz, após a França anunciar o envio do porta-aviões Charles de Gaulle para a região. Paralelamente, o premiê espanhol Pedro Sánchez intensificou críticas a Israel e aos EUA pela guerra em Gaza, defendendo o Tribunal Penal Internacional e homenageando a relatora da ONU Francesca Albanese. Na área da saúde global, o surto de hantavírus no navio de cruzeiro MV Hondius mobilizou autoridades internacionais após mortes e casos confirmados entre passageiros de vários países. A OMS mantém o risco global como baixo, mas monitora possíveis transmissões humanas da rara variante Andes do vírus. Por fim, cientistas alertaram para os impactos das mudanças climáticas no Ártico após a Islândia deixar de ser o único país sem mosquitos. O avanço desses insetos evidencia profundas transformações ecológicas e aumenta preocupações sobre novos riscos sanitários e ambientais globais.

Palavras-chave: União Europeia; guerra na Ucrânia; guerra no Oriente Médio; Hantavírus; Mudanças climáticas.

***Resumen**. La guerra en Ucrania ha mostrado las primeras señales concretas de desgaste tras cuatro años de conflicto, con intentos de alto el fuego entre Rusia y Ucrania mediados por Estados Unidos. Mientras tanto, Europa vive una reorganización estratégica. Donald Trump redujo la presencia militar de Estados Unidos en Alemania tras las críticas del canciller alemán Friedrich Merz, llevando a Berlín a acelerar sus planes para transformar sus fuerzas armadas en el "ejército más poderoso de Europa", con inversiones en tecnología militar, inteligencia artificial y sistemas de defensa aérea independientes. En Oriente Medio, Irán advirtió a los países europeos contra cualquier intervención militar en el Estrecho de Ormuz después de que Francia anunciara el envío del portaaviones Charles de Gaulle a la región. Paralelamente, el presidente del Gobierno español, Pedro Sánchez, intensificó sus críticas contra Israel y Estados Unidos por la guerra en Gaza, defendiendo a la Corte Penal Internacional y homenajeando a la relatora de la ONU Francesca Albanese. En el ámbito de la salud global, el brote de hantavirus en el crucero MV Hondius movilizó a las autoridades internacionales tras muertes y casos confirmados entre*

pasajeros de varios países. La OMS mantiene el riesgo global como bajo, aunque monitorea posibles transmisiones humanas de la rara variante Andes del virus. Finalmente, científicos alertaron sobre los impactos del cambio climático en el Ártico después de que Islandia dejara de ser el único país sin mosquitos. La expansión de estos insectos evidencia profundas transformaciones ecológicas y aumenta las preocupaciones sobre nuevos riesgos sanitarios y ambientales globales.

Palavras clave: *Unión Europea; guerra en Ucrania; guerra en Oriente Medio; hantavirus; cambio climático.*

Abstract: *The war in Ukraine has shown its first concrete signs of exhaustion after four years of conflict, with ceasefire attempts between Russia and Ukraine mediated by the United States. Meanwhile, Europe is undergoing a strategic reorganization. Donald Trump reduced the US military presence in Germany following criticism from German Chancellor Friedrich Merz, prompting Berlin to accelerate plans to transform its armed forces into the "most powerful army in Europe," with investments in military technology, artificial intelligence, and independent air defense systems. In the Middle East, Iran warned European countries against military intervention in the Strait of Hormuz after France announced the deployment of the aircraft carrier Charles de Gaulle to the region. At the same time, Spanish Prime Minister Pedro Sánchez intensified criticism of Israel and the United States over the war in Gaza, defending the International Criminal Court and honoring UN rapporteur Francesca Albanese. In global health, the hantavirus outbreak aboard the cruise ship MV Hondius mobilized international authorities after deaths and confirmed cases among passengers from several countries. The WHO continues to classify the global risk as low but is monitoring possible human-to-human transmission of the rare Andes strain of the virus. Finally, scientists warned about the impacts of climate change in the Arctic after Iceland ceased to be the only country without mosquitoes. The spread of these insects highlights profound ecological transformations and raises concerns about new global health and environmental risks.*

Keywords: *European Union; war in Ukraine; war in the Middle East; hantavirus; climate change.*

A guerra na Ucrânia dá sinais de cansaço pela primeira vez em quatro anos. Depois de duas tentativas de tréguas esta semana, tanto pela Rússia como pela Ucrânia, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou na sexta-feira que um cessar-fogo de três dias entre as duas partes entraria em vigor a partir de sábado. O cessar-fogo, no entanto, foi marcado por acusações de violações por ambas a partes. Apesar da continuidade de atividades de drones e do registro de vítimas civis em ambos os lados, não foram registrados ataques de grande envergadura.

O presidente russo, Vladimir Putin, propôs que o antigo chanceler alemão Gerhard Schröder atuasse como mediador europeu em futuras negociações, afirmando que o conflito estava "a caminhar para o fim". No entanto, a chefe da política externa da União Europeia (UE), Kaja Kallas, rejeitou essa possibilidade: "Primeiro, se dermos à Rússia o direito de nomear um negociador em nosso nome, isso não seria muito sensato. Em segundo lugar, penso que Gerhard Schröder tem sido efetivamente um lobista de alto nível para as empresas estatais russas", afirmou Kallas, acrescentando que a preferência de Putin por Schröder significaria que o antigo chanceler "estaria efetivamente sentado em ambos os lados da mesa". Schröder tem mantido laços estreitos com Putin desde que deixou o cargo e desempenhou funções em empresas

estatais russas de energia, incluindo a Nord Stream AG e a Gazprom. A proposta de Putin também foi rejeitada pela Ucrânia e recebeu uma reação mista em toda a Europa.

O Desfile do Dia da Vitória, tradicional feriado russo, foi marcado por um reduzido desfile militar em Moscou, e por comentários de Putin sugestivos de que a guerra possa estar em sua fase final. Para o evento, a Rússia impôs cortes intermitentes de acesso à internet, antes e durante o desfile, alegando um aumento das ameaças de ataques ucranianos. Pouquíssimas lideranças internacionais se fizeram presentes: apenas os líderes da Bielorrússia, Malásia, Laos, Uzbequistão e Cazaquistão constavam na lista de presenças. A lista de participantes de 2026 divulgada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros russo foi a mais curta da história moderna de Moscou. Pela primeira vez em quase duas décadas, o desfile aconteceu sem carros de combate, mísseis nem outras armas pesadas, à exceção da tradicional passagem de aviões de combate. O porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, afirmou que as autoridades adotaram "medidas adicionais de segurança".

Segundo o analista internacional Oliver Stuenkel, Putin passa pelo momento de maior fragilidade em mais de 20 anos, estando cada vez mais isolado. Segundo o relato, Putin está trabalhando em um bunker no sul da Rússia, se mudou com a família para local secreto, e proibiu qualquer aparelho conectado à internet perto dele. Funcionários próximos, como cozinheiros e faxineiros, têm suas casas vigiadas e não podem usar transporte público. A inteligência ucraniana vem eliminando oficiais, políticos e propagandistas russos, até mesmo no centro de Moscou. Pelo quinto mês consecutivo, o número de baixas é maior do que o número de recrutados. Drones ucranianos já atingem alvos a mais de 1.600 quilômetros de distância da fronteira, atingindo refinarias e pontos críticos para a economia russa.

Mudando de guerra, o Irã advertiu países europeus que o envio de navios para tentar liberar o Estreito de Ormuz só trará mais problemas. O porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Islâmica, Esmaeil Baghaei, afirmou que os países europeus devem "abster-se de tomar qualquer medida que prejudique os seus interesses", argumentando que qualquer intervenção militar no Golfo Pérsico aumentaria os preços da energia e criaria mais complicações. A declaração veio após a França anunciar o envio do porta-aviões Charles de Gaulle ao sul do Mar Vermelho e ao Golfo de Aden, em meio à escalada da tensão no Estreito de Ormuz. Segundo o Ministério da Defesa francês, a embarcação atravessará o Canal de Suez acompanhada de navios de escolta para participar dos preparativos de uma futura missão voltada ao restabelecimento da livre navegação na região. A movimentação integra uma iniciativa multinacional liderada por França e Reino Unido após as restrições impostas pelo Irã à circulação de embarcações no estreito. A embarcação é considerada o maior porta-aviões da Europa Ocidental

O premiê espanhol, Pedro Sanchez, segue sendo a única voz europeia a condenar EUA e Israel por esta guerra e a defender o direito internacional sob uma perspectiva menos parcial. Em recente pronunciamento Sanchez condenou a imposição de sanções pessoais a juízes e fiscais da Corte Penal Internacional, destacando o caso de Francesca Albanese, relatora especial da ONU para os territórios palestinos ocupados, sancionada por exercer sua função. Segundo Sanchez, tais medidas trazem consequências muito concretas: bloqueios de contas, restrições de movimentos, isolamento profissional, impedimento do exercício do trabalho com independência. Ele provoca a União Europeia, dizendo que ela não pode permanecer de braços cruzados frente a tais perseguições e pedindo que o bloco ative o Estatuto de Bloqueio, para

que tias medidas não surtam efeito em território europeu, protegendo assim a independência do Tribunal Penal Internacional e das Nações Unidas.

Sanchez não parou na palavra: a Espanha concedeu uma de suas mais altas honrarias civis à Francesca Albanese, em reconhecimento ao seu trabalho na defesa dos direitos humanos dos palestinos em Gaza e na Cisjordânia. A premiação ocorreu em meio ao aumento da pressão internacional sobre Israel devido à guerra em Gaza e à crise humanitária no território. O governo espanhol elogiou a atuação de Albanese por sua "coragem" e pelo compromisso com o direito internacional e os direitos humanos. Ela se tornou figura de destaque no debate internacional sobre o conflito israelense-palestino após denunciar repetidamente o impacto da ofensiva militar israelense sobre civis palestinos. Ela também acusou a comunidade internacional de falhar em impedir violações graves do direito humanitário. A homenagem provocou reações críticas de autoridades israelenses e de grupos pró-Israel, que frequentemente acusam Albanese de parcialidade. O governo de Israel já havia rejeitado relatórios produzidos pela relatora da ONU, alegando que suas posições seriam politicamente motivadas.

Frases fortes como "a legalidade internacional está sendo violada fundamentalmente por um país, que é o governo de Israel", e "a legislação internacional está sendo atropelada" e os países que se posicionam contra as violações "são submetidos a ameaças", têm sido proferidas pelo mandatário espanhol. Curiosamente, seu avião presidencial apresentou problemas técnicos e precisou fazer um pouso de emergência na Turquia, poucos dias após o premiê espanhol novamente se posicionar como o líder europeu a realizar as mais duras críticas a Donald Trump e Benjamin Netanyahu.

O presidente dos EUA, Donald Trump, reduziu a presença militar dos EUA na Alemanha, país membro da Otan, após declaração do chanceler alemão Friedrich Merz de que os EUA estariam sendo humilhados pelo regime iraniano nas negociações de paz e que faltaria uma estratégia de guerra por parte de Washington. Os comentários irritaram Trump, que respondeu ameaçando reduzir suas tropas na Alemanha e dizendo não ser à toa que a Alemanha está indo tão mal. Dessa vez, Trump cumpriu com o prometido e retirou 5000 soldados estadunidenses da Alemanha. Segundo dados do Pentágono, os Estados Unidos contam com cerca de 35 mil militares da ativa em diversas bases na Alemanha. A Otan está trabalhando com os EUA para compreender os detalhes da decisão de retirada dos soldados, que acontecerá durante um período de 6 a 12 meses. O governo alemão minimizou a gravidade da medida de Trump, descrevendo o reposicionamento como "antecipado" e como um lembrete da necessidade de a Europa investir em sua própria defesa.

A este respeito, a Alemanha pretende ter 'o exército mais poderoso da Europa' e está reescrevendo suas estratégias militares pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial. O ministro da Defesa, Boris Pistorius, anunciou um plano para transformar a Bundeswehr no exército mais forte da Europa, sem depender mais dos EUA. Com o aumento dos temores sobre uma possível ameaça da Rússia de Vladimir Putin e o futuro da Otan, Berlim quer assumir a liderança sobre sua própria segurança. O objetivo central da estratégia é tornar o exército alemão mais ágil, assumir a liderança na Europa e romper com décadas e dependência militar dos EUA. O plano envolve mais tropas, mais capacitação, menos burocracia e um grande esforço para desenvolver sistemas de defesa aérea e tecnologia de ponta. A Alemanha pretende implantar seu próprio sistema de defesa aérea dentro da Otan, priorizando armas de precisão de longo alcance e novas tecnologias como inteligência artificial, computação quântica e robótica. A modernização tecnológica é outra meta, que visa eliminar a burocracia e digitalizar

a administração militar, incluindo o uso de IA. O plano, que tem partes confidenciais, traz ainda os reservistas como um novo pilar fundamental da defesa nacional alemã.

No âmbito da saúde global, o grande destaque da quinzena foi o surto de hantavírus no navio de cruzeiro MV Hondius, da empresa holandesa Oceanwide Expeditions. Três pessoas morreram e ao menos 7 casos foram confirmados entre passageiros e tripulantes. Um casal da Holanda e um alemão morreram. Autoridades da Argentina suspeitam que o casal holandês trouxe o vírus a bordo depois de ter contato com ele durante uma expedição para avistar pássaros. Na Argentina houve 86 casos confirmados em 2025, com 28 mortes. O navio partiu de Ushuaia, na Argentina, em abril com 174 pessoas a bordo e passou por uma operação internacional de evacuação após o agravamento da situação sanitária a bordo. Quase 100 passageiros de 20 diferentes países foram retirados da embarcação em Tenerife, nas Ilhas Canárias, antes de serem enviados aos seus países de origem sob monitoramento médico.

Os primeiros evacuados foram 14 espanhóis, encaminhados ao aeroporto de Tenerife Sul em ônibus da Unidade Militar de Emergência. Antes do embarque para Madri, eles passaram por um processo de desinfecção e troca dos equipamentos de proteção. Na capital espanhola, foram levados a um hospital militar para cumprir quarentena. Cinco cidadãos franceses foram evacuados do navio, sendo que uma passageira testou positivo para o vírus, conforme informado pela ministra de saúde da França. Segundo as autoridades, o estado de saúde da paciente piorou após o retorno ao país. Os outros quatro passageiros estão sendo submetidos a novos exames. As autoridades francesas identificaram 22 pessoas consideradas casos de contato e estão reforçando as medidas de isolamento para tentar conter qualquer possível transmissão. Na Suíça, um passageiro que esteve no mesmo navio foi hospitalizado. Autoridades estão em busca das pessoas que tiveram contato com ele. O último balanço da OMS aponta 7 casos confirmados entre 8 suspeitos. Entre as vítimas fatais estão um casal holandês e uma passageira alemã.

O hantavírus é uma doença considerada rara. Não há vacina nem tratamento específico disponível atualmente. A OMS recomendou quarentena de até 42 dias para pessoas potencialmente expostas ao vírus. Apesar da gravidade do surto, autoridades de saúde afirmam que o risco para a população em geral continua sendo considerado baixo. O hantavírus é uma família de vírus transmitidos principalmente por roedores, como ratos e camundongos, e pode causar doenças graves em humanos. Na maioria dos casos, o hantavírus não é transmitido entre humanos. No entanto, a variante em questão, chamada vírus Andes, encontrada principalmente na América do Sul, é uma exceção rara e pode se espalhar entre pessoas que mantêm contato próximo e prolongado, como familiares ou pessoas que compartilham cabines e quartos. A OMS investiga se esse tipo de transmissão ocorreu no surto do navio.

Os sintomas iniciais costumam parecer os de uma gripe comum: febre, dores musculares, fadiga, náusea e dor de cabeça. Em casos graves, a doença pode evoluir rapidamente para dificuldades respiratórias severas, com acúmulo de líquido nos pulmões. Algumas formas da doença têm taxa de mortalidade próxima de 40%. Apesar da gravidade do surto recente, o risco de uma pandemia é considerado baixo porque o hantavírus se transmite de maneira muito menos eficiente do que o Sars-Cov-2. Autoridades de saúde seguem monitorando passageiros e contatos próximos de diferentes países, incluindo França, Estados Unidos e Reino Unido. O período de incubação do hantavírus varia entre uma e oito semanas, o que significa que o risco está longe de terminar. A vigilância deve ser constante e médicos foram colocados a bordo para garantir auxílio imediato, caso seja preciso.

O governo das Ilhas Canárias, onde o Hondius permanece fundeado, sem atracar diretamente no cais, não gostou nada de receber o navio. O presidente do arquipélago, Fernando Clavijo, criticou duramente a decisão do governo espanhol de autorizar a operação: “com minha autorização e conivência, não vou colocar a população em perigo”, afirmou. Depois da retirada dos passageiros e tripulantes, o navio seguirá para os Países Baixos levando apenas a tripulação essencial e o corpo de uma das vítimas. A embarcação passará por um processo de desinfecção. O primeiro-ministro espanhol, Pedro Sánchez, elogiou a atuação das autoridades durante a crise: “o mundo nos observa novamente. E novamente a Espanha responderá com exemplaridade e eficácia”, declarou durante um ato político na Andaluzia. Já o papa Leão XIV agradeceu publicamente às Canárias pela autorização para receber o cruzeiro.

O pior desta notícia não está somente nas mortes e ameaça à saúde global, mas na especulação financeira em torno de uma ameaça sanitária global: a plataforma de apostas Polymarket registrou quase US$ 3 milhões em apostas sobre a possibilidade de uma nova pandemia da doença ainda este ano. Apostar em tragédias é um fenômeno que expõe uma grave crise de saúde mental e financeira. John W. Ayers, professor de saúde pública da Universidade da Califórnia, explica que apostar na disseminação de um vírus é um forte indicativo de vício severo em jogos de azar, um problema que já afeta cerca de 10% dos homens jovens e está correlacionado a outras dependências.

A Islândia deixou de ser o único país do mundo sem mosquitos após espécimes terem sido detectadas na região. *Segundo artigo publicado na revista Science*, a detecção dos mosquitos reflete uma mudança ecológica já em curso. O achado foi atribuído às mudanças climáticas e ao consequente aumento das temperaturas no Ártico. À medida que o Ártico aquece e a atividade humana se expande pela região, as espécies estão se deslocando de novas maneiras e em novas escalas. Os artrópodes, que incluem mosquitos, aranhas e outros invertebrados, são o grupo animal com maior biodiversidade no Ártico e desempenham papéis fundamentais nos ecossistemas, polinizando plantas, reciclando nutrientes, regulando populações por meio do parasitismo e sustentando teias alimentares que conectam plantas, animais selvagens e pessoas em toda a região. Segundo as autoras do estudo, a disseminação desses insetos invasores tem consequências diretas e visíveis para a fauna local. Os efeitos já são sentidos nas populações de aves migratórias, no comportamento de renas e na dinâmica da vegetação ártica. O principal problema destacado pelas pesquisadoras é a alarmante falta de um sistema coordenado de monitoramento de artrópodes no Ártico. Sem essa rede de observação, é impossível antecipar os riscos biológicos antes que se tornem irreversíveis. Elas enfatizam que o Ártico não possui as ferramentas necessárias para prever onde ocorrerão os próximos surtos ou quais patógenos poderão começar a circular em um ecossistema que antes atuava como uma barreira natural devido às suas baixas temperaturas. “Os novos mosquitos da Islândia são um lembrete de que, embora os artrópodes do Ártico sejam pequenos, seus papéis ecológicos são enormes. Sua chegada sinaliza uma onda mais ampla de mudanças biológicas, algumas óbvias, outras provavelmente ainda não percebidas. A questão não é se a próxima surpresa está por vir, mas se ela poderá ser detectada, interpretada e como podemos agir sobre ela antes que a janela de oportunidade se feche”, dizem as pesquisadoras. As cientistas alertam que a expansão dos mosquitos pode afetar a saúde pública global.

Considerações Finais

Os acontecimentos desta quinzena revelam um mundo atravessado por múltiplas crises simultâneas — militares, diplomáticas, sanitárias e ambientais — que, embora distintas entre si,

compartilham um elemento comum: a erosão das antigas estruturas de estabilidade internacional. O aparente desgaste da guerra na Ucrânia sugere que até mesmo conflitos prolongados possuem limites humanos, econômicos e políticos, mas também evidencia que o fim de uma guerra raramente significa o fim das tensões que a sustentam. A Europa vive uma transição histórica, acelerando sua autonomia militar diante da imprevisibilidade dos Estados Unidos e da crescente percepção de vulnerabilidade estratégica.

No Oriente Médio, a escalada envolvendo Irã, Israel e potências ocidentais mostra que a lógica de confrontação continua predominando sobre a diplomacia, enquanto o debate em torno da legalidade internacional se torna cada vez mais polarizado. Nesse cenário, vozes como a do premiê espanhol Pedro Sánchez demonstram que parte da Europa começa a desafiar consensos tradicionais e a questionar abertamente os limites da atuação ocidental em conflitos internacionais.

Ao mesmo tempo, o surto de hantavírus no navio MV Hondius funciona como um lembrete de que as ameaças globais não se restringem à geopolítica. Em um mundo hiperconectado, uma doença rara pode atravessar continentes em poucos dias, mobilizando governos, sistemas de saúde e organizações internacionais. Ainda mais preocupante é a transformação dessas tragédias em objeto de especulação financeira e entretenimento digital, revelando um processo de dessensibilização coletiva diante do sofrimento humano.

Por fim, a chegada de mosquitos à Islândia simboliza talvez a mais silenciosa — e potencialmente mais profunda — das transformações em curso: a mudança climática alterando ecossistemas inteiros em velocidade inédita. O desaparecimento de antigas barreiras naturais pode abrir caminho para novos riscos biológicos, novas doenças e impactos imprevisíveis sobre populações humanas e animais.

Entre guerras, pandemias potenciais, reconfigurações militares e alterações climáticas, o cenário internacional aponta para uma era de instabilidade estrutural, na qual segurança, saúde pública, meio ambiente e política externa tornam-se cada vez mais inseparáveis.

Trabalho Natural

Natural Work

André Costa Lobato, Anabela Santiago, Rafael Aguilar-Zamudio e Thiago Monteiro

Resumo. Justiça da China proíbe empregadores de justificar demissões com base na substituição de trabalhadores por ferramentas de inteligência artificial, instruindo empregadores a investirem em treinamento e readequação dos postos de trabalho. Brasil se torna maior receptor de investimentos chineses em 2025 e libera visto para cidadãos da república popular por até 30 dias. Ministério do Comércio faz primeira aplicação de pacote legislativo anti-sanções, proibindo empresas de aplicarem restrições unilaterais dos EUA. O 38.º Mês Patriótico da Saúde foi marcado pela passagem de uma abordagem centrada na "higiene" para uma abordagem mais ampla de "saúde". A conferência deu atenção às doenças transmitidas por mosquitos, como a dengue e a chikungunya, defendendo uma estratégia baseada em três medidas práticas: eliminar águas paradas, controlar mosquitos adultos e prevenir picadas. Segundo as novas "Medidas para Avaliação da Efetividade da Construção da Bela China", metas ambientais de províncias e localidades serão observadas diretamente pelo governo central. O documento estabelece que a supervisão será conduzida por órgãos centrais do Partido, responsáveis por monitorar o cumprimento das metas ambientais nas províncias chinesas, incluindo qualidade do ar, água e solo, combate à poluição, preservação ecológica e transição para modelos de desenvolvimento de baixo carbono. Feriado dos trabalhadores marca expansão do setor de serviços na economia.

Palavras-chave: IA e trabalho, meio ambiente e saúde, sanções e proteção legal

Abstract. *China's judiciary has prohibited employers from justifying layoffs based on the replacement of workers by artificial intelligence tools, instructing employers to invest in training and job restructuring.** In 2025, Brazil became the largest recipient of Chinese investments and has granted visas to citizens of the People's Republic for up to 30 days. The Ministry of Commerce made the first application of its anti-sanctions legislative package, prohibiting companies from complying with unilateral U.S. restrictions. The 38th Patriotic Health Month was marked by a shift from a "hygiene"-centered approach to a broader "health" approach. The conference paid attention to mosquito-borne diseases such as dengue and chikungunya, advocating a strategy based on three practical measures: eliminating standing water, controlling adult mosquitoes, and preventing bites. According to the new "Measures for Evaluating the Effectiveness of the Construction of a Beautiful China," environmental targets of provinces and localities will be directly monitored by the central government. The document establishes that supervision will be conducted by central Party organs responsible for monitoring the fulfillment of environmental targets in Chinese provinces, including air, water, and soil quality, pollution control, ecological preservation, and the transition to low-carbon development models. The Workers' Day holiday marked the expansion of the service sector in the economy.*

Keywords: *AI and work, Environment and Health, Sanctions and legal protection*

Diplomacia

Brasil foi o principal destino global de investimentos chineses em 2025

O Brasil tornou-se o principal destino mundial dos investimentos chineses em 2025, recebendo US$ 6,1 bilhões em aportes produtivos, segundo levantamento do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC)1. O valor representa crescimento de 45% em relação ao ano anterior e o maior volume registrado desde 2017. O país concentrou 10,9% de todo o investimento externo chinês no mundo, superando economias como Estados Unidos e Guiana.

Os investimentos chineses passaram a se distribuir por uma gama mais ampla de setores estratégicos. A eletricidade continuou liderando os aportes, mas a mineração registrou forte expansão, impulsionada pela busca chinesa por minerais críticos ligados à transição energética, como níquel e cobre. O setor automotivo também ganhou protagonismo com a consolidação de fábricas de veículos elétricos e híbridos no Brasil por empresas chinesas como BYD e GWM. Segundo o relatório do CEBC, 52 projetos com capital chinês foram registrados em 2025, número recorde na série histórica.

Brasil isenta chineses de visto para estadias de até 30 dias

A partir de 11 de maio de 2026, em reciprocidade[2] à isenção de visto concedida pela China a cidadãos brasileiros, o Brasil passará a permitir que cidadãos chineses portadores de passaporte comum ordinário entrem no país sem visto para visitas de curta duração. A medida autoriza estadas de até 30 dias, não prorrogáveis, com possibilidade de múltiplas entradas, desde que o período total de permanência não ultrapasse 30 dias por ano migratório (contado a partir da primeira entrada no território nacional).

China amplia sua política de tarifa-zero e passa a abranger todos os países africanos com quem mantém relações diplomáticas

No dia 1 de dezembro de 2024 a China implementou um tratamento de tarifa-zero para os 33 países africanos menos desenvolvidos com que são mantidas relações diplomáticas. Em 1 de maio de 2026, a China ampliou[3]. a política de tarifa-zero para um adicional de 20 países africanos que possuem relações diplomáticas com a China e que não são classificados como países menos desenvolvidos.

Segundo o Ministério do Comércio Chinês (MOFCOM), com essa medida a China se torna a primeira grande e de peso no sistema internacional a conceder unilateralmente um tratamento de tarifa-zero para todos os países africanos com quem mantém relações diplomáticas.

A medida, já em funcionamento, é recebida com otimismo por representantes de países africanos. Arkebe Oqubay, ex-ministro sênior e assessor do Primeiro-Ministro da Etiópia,

---

[1] O Brasil foi o país que mais recebeu investimentos chineses no mundo em 2025 – CEBC – Conselho Empresarial Brasil China. https://www.cebc.org.br/2026/05/07/o-brasil-foi-o-pais-que-mais-recebeu-investimentos-chineses-no-mundo-em-2025/ (accessed 10 May2026).

[2] Novas regras de visto para nacionais chineses | 中国公民赴巴签证新规. Ministério das Relações Exteriores. https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-pequim/setor-consular-2/novas-regras-de-visto-para-nacionais-chineses-4e2d56fd516c6c118d745df47b7e8bc165b089c4 (accessed 10 May2026).

[3] China's zero-tariff policy to Africa reinforces multilateralism, creates wider space for Global South partnership: former Ethiopian senior official. Global Times. 2026. https://www.globaltimes.cn/page/202605/1360250.shtml. Acesso em 06/05/2026.

afirmou aos exportadores africanos que os ganhos mais imediatos devem ser vistos em setores que o continente africano já possui um forte potencial de exportação, destacando a agricultura e a mineração. Na África do Sul, o Ministro do Comércio, Indústria e Concorrência, Parks Tau, afirmou que a política de tarifa-zero da China deve tornar as exportações sul-africanas mais competitivas e gerar oportunidades significativas para o crescimento do mercado. Mahmoud Ali Youssouf, Presidente da Comissão da União Africana, afirmou que a política é muito oportuna para um continente prejudicado pelas crises globais e vulnerável ao isolacionismo.

Nova legislação anti-sanções é aplicada pela primeira vez

O Ministério do Comércio da China proibiu[4] empresas operando no país de cumprir com sanções dos EUA sobre cinco refinarias de petróleo. A Casa Branca sancionou essas empresas acusando-as de envolvimento com o Irã. A medida prevê punições para empresas, estrangeiras ou chinesas, que sigam as sanções. A proibição faz parte de um novo arcabouço legal que visa proteger as cadeias de produção do país da jurisdição extraterritorial imprópria.

Em 7 de abril, foi aprovado o "Regulamentos sobre Segurança Industrial e da Cadeia de Suprimentos" (RISCS, na sigla em inglês) e, em 13 de abril, o "Regulamentos sobre Combate à Jurisdição Extraterritorial Estrangeira Imprópria" (RCIFEJ, na sigla em inglês). Desde 2021 o governo vem fortalecendo o marco legal para se proteger das sanções estrangeiras, notadamente as de Washington e Bruxelas. É a primeira vez que o regulamento é aplicado na prática. Além de proibir o cumprimento de medidas extraterritoriais estrangeiras, o pacote legal pode obrigar as empresas a produzir bens considerados necessários, impedindo a disfuncionalidade nas cadeias de produção. Logo após sua aplicação, os EUA lançaram novas sanções, dessa vez contra empresas de imagem satelital[5].

SANITÁRIO

Construção de Cidades Saudáveis e Fortalecimento de Defesas de Saúde: a atualização contemporânea do movimento patriótico de higiene na China

A conferência de imprensa da Comissão Nacional de Saúde da China, realizada em 27 de abril de 2026, apresentou a temática "Construção conjunta de cidades e vilas saudáveis e fortalecimento conjunto das defesas de saúde" como eixo central do 38.º Mês Patriótico da Saúde. O tema insere-se na continuidade do chamado movimento patriótico de higiene ou de saúde, uma tradição chinesa de mobilização pública orientada para a prevenção de doenças, melhoria das condições sanitárias e promoção de comportamentos coletivos favoráveis à saúde[6].A principal mensagem transmitida foi a passagem de uma abordagem centrada na "higiene" para uma abordagem mais ampla de "saúde". Segundo a formulação apresentada na conferência, as cidades e vilas saudáveis são entendidas como uma versão atualizada das antigas cidades sanitárias, com uma dimensão mais abrangente: não se trata apenas de limpar espaços

[4] 商务部首发禁令！《阻断外国法律与措施不当域外适用办法》的制度逻辑和执法实践 - 专业文章 - 上海 - 上海市锦天城律师事务所.
https://www.allbrightlaw.com/SH/CN/10475/23d74f6ce8bd9133.aspx (accessed 10 May2026).

[5] U.S. imposes sanctions on Chinese satellite firms over military aid to Iran. Yahoo News. 2026.https://www.yahoo.com/news/articles/u-imposes-sanctions-chinese-satellite-070710009.html (accessed 10 May2026).

[6] News China. (2026). 共建健康城镇 国家卫生健康委新闻发布会释放这些信号-新华网.
https://www.news.cn/politics/20260427/c8058be5d87941bda0fafd43eb876dc2/c.html

urbanos ou controlar riscos ambientais, mas de integrar a saúde no planeamento urbano, na construção das cidades, na governação comunitária, nos serviços públicos e na vida quotidiana da população[7].

A China tem vindo a desenvolver iniciativas de criação de cidades sanitárias nacionais desde 1989. Ao longo de mais de três décadas, esse processo contribuiu para melhorar as condições de higiene ambiental em zonas urbanas e rurais e para elevar o nível geral de saúde da população. A novidade de 2026 está na evolução deste modelo para a criação de cidades e vilas saudáveis, que procuram incorporar uma lógica de saúde ao longo de todo o ciclo de vida, desde a prevenção e promoção de estilos de vida saudáveis até à melhoria do acesso a serviços médicos e à construção de ambientes urbanos mais seguros, limpos e habitáveis[8].

Figura 1- Poster of the 50's patriotic campaigns:
New China Children's Hygiene Habits Map,
Shanghai New Asia Bookstore



Os dados apresentados na conferência indicam avanços relevantes. Em 2025, a esperança média de vida na China atingiu 79,25 anos. A taxa de cobertura de sanitários higiénicos nas zonas rurais chegou a cerca de 77%, enquanto a cobertura de água canalizada rural atingiu 96%. Outro dado central é a subida da literacia em saúde da população residente para 33,69%, quase dois pontos percentuais acima do valor de 2024[9].

7 National Health Commission of the People's Republic of China. (2026). 国家卫生健康委员会 2026 年 4 月 27 日新闻发布会文字实录.
https://www.nhc.gov.cn/xcs/c100122/202604/3945a950329a48d6abc5792dabe86fcb.shtml
8 Outlook New Era. (2026). The National Health Commission released these signals at a press conference to jointly build healthy cities. https://outlooknewera.com/pcen/about.php?SID=13
9 National Health Commission of the People's Republic of China. (2026). 国家卫生健康委员会 2026 年 4 月 27 日新闻发布会文字实录.
https://www.nhc.gov.cn/xcs/c100122/202604/3945a950329a48d6abc5792dabe86fcb.shtml

Este indicador de literacia em saúde merece destaque. A sua melhoria significa que uma parte crescente da população tem maior capacidade para compreender informação médica e preventiva, adotar comportamentos saudáveis e participar de forma mais consciente na proteção da própria saúde e da saúde coletiva. A conferência sublinhou ações de divulgação científica e promoção da saúde, incluindo campanhas sobre alimentação equilibrada, exercício físico, cessação tabágica, moderação no consumo de álcool, equilíbrio psicológico, gestão do peso, vacinação, prevenção de doenças crónicas e rastreio precoce de tumores.

A promoção da saúde surge, assim, como uma dimensão estruturante da nova fase do movimento patriótico de higiene. A preocupação já não se limita ao combate a focos de sujidade, pragas ou doenças transmissíveis. Passa também por incentivar a população a desenvolver competências de saúde, tomar decisões informadas e incorporar práticas preventivas no quotidiano. Esta orientação aproxima a campanha de uma visão moderna de saúde pública, baseada na prevenção, na educação, na gestão de riscos e na corresponsabilização entre Estado, comunidades e cidadãos[10].

No plano ambiental e urbano, a criação de cidades saudáveis inclui ações de requalificação de bairros antigos, limpeza de aldeias, eliminação de pontos mortos de higiene ambiental, melhoria de ruas secundárias e zonas periféricas, bem como reforço de ambientes adequados para viver e trabalhar. A conferência referiu que os critérios de avaliação das cidades saudáveis passam por aspetos como saúde ambiental, segurança alimentar, saúde da população, saúde social, serviços de saúde, garantias institucionais e satisfação dos residentes[11].

A dimensão preventiva continua a ser particularmente visível no combate às doenças infecciosas. A conferência deu atenção às doenças transmitidas por mosquitos, como a dengue e a chikungunya, defendendo uma estratégia baseada em três medidas práticas: eliminar águas paradas, controlar mosquitos adultos e prevenir picadas. Esta abordagem mostra a continuidade histórica do movimento patriótico de higiene: a mobilização comunitária para limpeza, controlo de vetores e prevenção de surtos permanece central, mas é agora combinada com vigilância epidemiológica, diagnóstico laboratorial, cooperação entre departamentos e comunicação de risco.

Os exemplos locais apresentados reforçam esta leitura. Em Pequim, o distrito de Dongcheng destacou a redução contínua da concentração de PM2.5, a gestão refinada de 982 ruas secundárias e vielas, a transferência de 50% das marcações de hospitais terciários distritais para serviços comunitários e o reconhecimento mútuo de resultados laboratoriais entre instituições médicas. Em Rushan, na província de Shandong, foram apresentados avanços como uma área verde per capita superior em 4,7 metros quadrados à média nacional, uma taxa de 40% da população a praticar exercício físico regularmente e uma literacia em saúde local de 41,54%[12].

---

[10] National Health Commission of the People's Republic of China. (2026). 国家卫生健康委员会 2026 年 4 月 27 日新闻发布会文字实录. https://www.nhc.gov.cn/xcs/c100122/202604/3945a950329a48d6abc5792dabe86fcb.shtml

[11] National Health Commission of the People's Republic of China. (2026). 国家卫生健康委员会 2026 年 4 月 27 日新闻发布会文字实录. https://www.nhc.gov.cn/xcs/c100122/202604/3945a950329a48d6abc5792dabe86fcb.shtml

[12] Outlook New Era. (2026). The National Health Commission released these signals at a press conference to jointly build healthy cities. https://outlooknewera.com/pcen/about.php?SID=13

A estratégia chinesa associa também a construção de cidades saudáveis à modernização dos serviços médicos. O caso de Rushan mostra a aposta em plataformas digitais integradas, diagnóstico remoto, teleconsulta e articulação entre hospitais públicos, instituições de saúde de base e clínicas de aldeia. Esta componente tecnológica procura reduzir barreiras no acesso aos cuidados, permitindo que exames e dados clínicos circulem entre níveis de serviço e que populações locais beneficiem de apoio especializado sem necessidade de deslocações frequentes[13].

A criação de cidades saudáveis representa uma evolução coerente da história dos movimentos patrióticos de higiene na China. Desde as campanhas de mobilização sanitária de massas até às atuais estratégias ligadas à iniciativa Healthy China, há uma linha de continuidade: a saúde pública é tratada como uma tarefa coletiva, dependente da ação coordenada do Estado, das autoridades locais, das comunidades e dos cidadãos[14].

O ponto forte deste modelo está na sua capacidade de mobilização. A China preserva uma tradição administrativa e social capaz de transformar prioridades sanitárias em campanhas nacionais, com metas, critérios de avaliação e envolvimento local. Essa capacidade pode ser especialmente eficaz em áreas como saneamento rural, controlo de vetores, vacinação, limpeza urbana e resposta a surtos.

No entanto, a passagem de "cidade sanitária" para "cidade saudável" exige mais do que a ampliação de indicadores. Uma cidade saudável não deve ser apenas uma cidade limpa, certificada ou bem classificada administrativamente. Deve ser um espaço onde a população tenha acesso real a informação compreensível, serviços de saúde próximos, ambiente seguro, alimentação adequada, oportunidades de atividade física e mecanismos de participação pública[15].

O avanço da literacia em saúde para 33,69% é positivo, mas também revela um desafio: uma maioria da população ainda poderá enfrentar limitações na compreensão de informação preventiva, uso adequado dos serviços de saúde ou interpretação de riscos. Por isso, a literacia em saúde não deve ser tratada apenas como resultado de campanhas pontuais, mas como uma política educativa contínua, adaptada a diferentes idades, níveis de escolaridade, contextos rurais e urbanos e grupos sociais[16].

Há também um risco de formalismo. A história dos movimentos patrióticos de higiene mostra que campanhas amplas podem produzir resultados rápidos, mas também podem favorecer respostas burocráticas, orientadas para metas visíveis e avaliações administrativas. Para evitar esse problema, a criação de cidades saudáveis deve valorizar não apenas números, mas também qualidade, sustentabilidade e participação efetiva da população.

---

[13] Outlook New Era. (2026). The National Health Commission released these signals at a press conference to jointly build healthy cities. https://outlooknewera.com/pcen/about.php?SID=13

[14] Ning et al. (2023). Does the Healthy China 2030 Policy Improve People's Health? Empirical Evidence Based on the Difference-in-Differences Approach. https://www.dovepress.com/does-the-healthy-china-2030-policy-improve-peoples-health-empirical-ev-peer-reviewed-fulltext-article-RMHP?utm_source=researchgate.net&utm_medium=article

[15] Santiago et al. (2026). Integrating Health and Sustainability in China: between Healthy China 2030, Healthy Cities and Eco-Civilization Frameworks. *Springer*

[16] News China. (2026). 共建健康城镇 国家卫生健康委新闻发布会释放这些信号-新华网. https://www.news.cn/politics/20260427/c8058be5d87941bda0fafd43eb876dc2/c.html

A inclusão da satisfação pública nos critérios de avaliação é, nesse sentido, um elemento importante. Contudo, essa satisfação deve ser recolhida de forma transparente e substantiva, permitindo que os residentes não sejam apenas executores de campanhas, mas também participantes na identificação dos problemas locais e na definição de prioridades.

Em síntese, a construção de cidades saudáveis e o fortalecimento das defesas de saúde mostram que o movimento patriótico de higiene chinês está a entrar numa fase mais abrangente e sofisticada. A sua agenda já não se limita à limpeza, ao saneamento ou ao combate a pragas: incorpora literacia em saúde, estilos de vida saudáveis, prevenção de doenças crónicas, vigilância epidemiológica, serviços digitais e governação comunitária. O seu sucesso dependerá da capacidade de transformar uma tradição histórica de mobilização coletiva numa política de saúde pública mais participativa, preventiva e centrada nas necessidades reais da população.

Governo Central fará supervisão direta de avaliação ambiental em províncias e outras localidades

O Comitê Central do Partido Comunista Chinês e o Conselho de Estado divulgaram novas "Medidas para Avaliação da Efetividade da Construção da Bela China"[17], criando um sistema nacional de avaliação ambiental que reforça o papel da agenda ecológica no governo de Xi Jinping. O documento estabelece que a supervisão será conduzida por órgãos centrais do Partido, responsáveis por monitorar o cumprimento das metas ambientais nas províncias chinesas, incluindo qualidade do ar, água e solo, combate à poluição, preservação ecológica e transição para modelos de desenvolvimento de baixo carbono. O documento associa a construção da "Bela China" à melhoria da qualidade ambiental em áreas diretamente ligadas à saúde humana, como qualidade do ar, água, solo, resíduos sólidos e segurança ecológica.

As medidas também criam um mecanismo político de incentivos e punições para dirigentes locais. Os resultados das avaliações passarão a influenciar promoções, remoções e sanções de quadros provinciais, além da distribuição de recursos fiscais ligados à proteção ambiental. O sistema utilizará notas de 0 a 100, classificando as províncias em quatro categorias — excelente, bom, qualificado e não qualificado — e prevê responsabilização em casos de fraude de dados, omissão de informações ou grandes desastres ambientais.

O texto evidencia a tentativa de Pequim de fortalecer o controle central sobre a implementação das políticas ambientais, transformando a agenda da "Bela China" em parte relevante da governança política chinesa. Ao mesmo tempo, o documento revela os desafios de equilibrar metas ecológicas com prioridades econômicas locais, como crescimento, emprego, segurança energética e estabilidade social, fatores que frequentemente entram em tensão na prática administrativa das províncias.

Socioeconômico

Feriado de 1º de Maio na China: Recordes de Mobilidade e Consumo

O feriado do Dia do Trabalhador na China, que decorreu de 1 a 5 de maio de 2026, terminou com números recordes em mobilidade e consumo, demonstrando a vitalidade da economia chinesa.

---

[17] 中共中央办公厅 国务院办公厅印发《美丽中国建设成效考核办法》. https://www.mee.gov.cn/zcwj/zyygwj/202605/t20260507_1151208.shtml (accessed 10 May2026).

De acordo com os dados oficiais divulgados pelos principais órgãos de comunicação do país, foram registadas 1,52 mil milhões de viagens inter-regionais durante os cinco dias[18], um aumento de 3,49% em relação ao ano anterior e o valor mais alto de sempre para o período.[19]

O setor rodoviário foi o principal meio de transporte, com 1,39 mil milhões de deslocações, enquanto as ferrovias transportaram 106,38 milhões de passageiros.[20] Só o número de turistas domésticos atingiu os 325 milhões, gerando uma despesa total de 185,49 mil milhões de yuan, com crescimentos de 3,6% e 2,9% respetivamente.[21]

Segundo dados da Administração Tributária do Estado, as receitas de vendas dos setores relacionados com o consumo aumentaram 14,3% em termos homólogos.[22] O turismo destacou-se com um crescimento de 21,2% nas receitas de serviços de visita turística e entretenimento.[23] A procura por serviços culturais e desportivos disparou 42,3% e 44,1%, respetivamente,[24] refletindo uma mudança nos hábitos dos consumidores chineses, que procuram cada vez mais experiências imersivas em vez do tradicional "turismo para fotos em atrações turísticas".[25]

A "economia do bilhete" foi uma das grandes novidades deste ano. Com base em eventos como concertos da banda Mayday em Pequim ou os jogos das ligas de futebol regionais, cidades como Nanjing, Shenzhen, Suzhou, Hangzhou e Jinan viram um aumento significativo na procura hoteleira e no consumo associado. Os serviços de restauração registaram um crescimento de 31,4%, com bares e casas de chá a aumentarem 51,5%.[26]

O governo central também desempenhou um papel ativo na dinamização do consumo. Foram realizadas cerca de 13.700 atividades culturais e turísticas em todo o país, com a distribuição de mais de 284 milhões de yuan em vouchers de consumo.[27] Muitas províncias prolongaram as férias de primavera dos estudantes para se articularem com o feriado, alargando a janela de tempo para as deslocações das famílias.[28]

---

[18] "Cross-regional trips hit record 1.52b during May Day holiday". Acesso em 8 de maio de 2026. https://ningbo.chinadaily.com.cn/2026-05/06/c_1180600.htm.

[19] "Holiday consumption surges - Chinadaily.com.cn". Acesso em 9 de maio de 2026. https://www.chinadaily.com.cn/a/202605/09/WS69fe78bda310d6866eb479a1.html.

[20] Idem.

[21] 郑成琼. "China's May Day Holiday Trips, Spending Both Rise Year on Year". Acesso em 9 de maio de 2026. http://english.scio.gov.cn/pressroom/2026-05/08/content_118482286.html.

[22] "China's May Day holiday consumption-related sales revenue up 14.3 pct". Acesso em 7 de maio de 2026. http://english.www.gov.cn/archive/statistics/202605/06/content_WS69fb45c4c6d00ca5f9a0ac9f.html.

[23] 李杭育. "（经济观察）中国'五一'旅游热度攀升 消费潜力持续释放". Acesso em 6 de maio de 2026. https://cn.chinadaily.com.cn/a/202605/06/WS69fb3b88a310942cc49aaefe.html.

[24] 李杭育. "体验经济蓬勃发展 '五一'假期文旅消费呈现新亮点". Acesso em 9 de maio de 2026. https://cn.chinadaily.com.cn/a/202605/07/WS69fc479ba310942cc49ab152.html.

[25] 贺霞婷. "Economic vitality reflected in holiday boom: China Daily editorial". Acesso em 9 de maio de 2026. https://www.chinadaily.com.cn/a/202605/05/WS69f9d67ba310d6866eb46efd.html.

[26] 李杭育. "体验经济蓬勃发展 '五一'假期文旅消费呈现新亮点". Acesso em 9 de maio de 2026. https://cn.chinadaily.com.cn/a/202605/07/WS69fc479ba310942cc49ab152.html.

[27] "'五一'假期国内出游 3.25 亿人次 总花费 1854.92 亿元_人民日报". Acesso em 9 de maio de 2026. https://www.peopleapp.com/column/30052078292-500007480812.

[28] Idem.

As travessias de fronteira aproximaram-se dos 1,26 milhões, com 436 mil estrangeiros a entrarem na China sem visto — um aumento de 14,7% — o que demonstra o crescente apelo turístico internacional do país.[29]

O algoritmo não é patrão: como a China travou a demissão por IA

Enquanto no Ocidente a inteligência artificial é frequentemente apresentada como justificação para despedimentos em massa, a China acaba de estabelecer o oposto. Em dezembro de 2025, o Tribunal de Hangzhou decidiu que uma empresa não pode despedir um trabalhador alegando que a IA é mais barata e eficiente.[30] A decisão é mais do que um caso isolado: revela exemplos de gestão da tensão entre inovação tecnológica e proteção da subsistência laboral.

A base legal é clara. A lei chinesa exige justa causa para qualquer despedimento, e a introdução voluntária de IA não constitui a alteração objetiva das circunstâncias, como prevista no artigo 40º da Lei do Contrato de Trabalho.[31] Os tribunais têm repetido que a automação é uma escolha empresarial, não um fenômeno imprevisível como um desastre natural. Por outras palavras, a China tem o dever de justificar a demissão, e a tecnologia não serve como álibi para dispensar um trabalhador sem mais negociação, formação ou recolocação.[32]

A China combina três lógicas diferentes. No setor das plataformas como a Meituan ou a Didi, os entregadores são tratados como «parceiros» sem contrato formal, sendo o algoritmo o verdadeiro patrão — aqui a proteção é quase nula. Nas empresas estatais tradicionais, pelo contrário, vigora uma estabilidade quase vitalícia, com sindicatos internos e negociação coletiva formal. E depois existe um terceiro modelo, visível na decisão de Hangzhou, onde o Estado intervém judicialmente para travar os abusos tecnológicos das empresas privadas. O mesmo Estado que promove a IA como política nacional também usa os tribunais para proteger quem a IA substitui. Não é contradição: é gestão da tensão social.

Para entender o trabalho hoje, é preciso ir além do salário. Na China contemporânea, trabalhar significa ainda ter acesso à cidade através do sistema hukou — perder o emprego formal pode significar perder saúde, educação e habitação.[33] Trabalhar significa também ser medido, classificado e, muitas vezes, punido por algoritmos que monitoram cada movimento, como acontece com os milhões de entregadores de plataforma. Mas trabalhar significa também,

---

[29] 郑成琼. “China’s May Day Holiday Trips, Spending Both Rise Year on Year”. Acesso em 8 de maio de 2026. http://english.scio.gov.cn/pressroom/2026-05/08/content_118482286.html.

[30] South China Morning Post. “AI Cost-Cutting Not a Legal Excuse to Fire Workers, Chinese Court Says”. 4 de maio de 2026. https://www.scmp.com/tech/tech-trends/article/3352327/ai-cost-cutting-not-legal-excuse-fire-workers-chinese-court-says.

[31] alexandra.robel@integreon.com. “China: Replacing Employees with AI Is an Operational Decision, Not Force Majeure or Material Change in Circumstances”. *L&E Global*, 2 de fevereiro de 2026. https://leglobal.law/2026/02/02/china-replacing-employees-with-ai-is-an-operational-decision-not-force-majeure-or-material-change-in-circumstances/.

[32] “明确‘AI 替代岗位≠合法解雇’是一堂精准普法课_中共西藏自治区委员会网络安全和信息化委员会办公室”. Acesso em 7 de maio de 2026. https://wxb.xzdw.gov.cn/wlcb/wsznl/202512/t20251230_637415.html.

[33] Scanlon, Ruby. “The Political Limits of China’s AI Diffusion Ambitions”. *Lawfare*, 3 de maio de 2026. https://www.lawfaremedia.org/article/the-political-limits-of-china-s-ai-diffusion-ambitions.

como mostram os casos judiciais recentes, resistir. Os trabalhadores chineses estão a aprender a usar os tribunais contra a substituição algorítmica.[34]

E a DeepSeek? O modelo de IA chinês, criado pela High-Flyer, é relevante por duas razões. A primeira é que, por ser barato e aberto, acelera a automação de tarefas de colarinho branco — tradução, programação, análise de dados. Mais empresas vão sentir a tentação de substituir trabalhadores pela DeepSeek. A segunda é que a mesma DeepSeek pode ser usada para informar os trabalhadores dos seus direitos, com chatbots jurídicos que citam o precedente de Hangzhou. É a IA contra a IA.

O que o caso nos ensina é que a China inventou uma terceira via: tecnologia acelerada, mas com travão judicial. O trabalhador chinês de 2026 vive numa corda bamba — substituível pelo algoritmo, mas protegido por um tribunal. Por enquanto, o tribunal está a ganhar. Mas até quando, numa economia que precisa de crescer a todo custo, ninguém sabe.

[34] "海南省琼中县人民检察院". Acesso em 6 de maio de 2026. https://www.hi.jcy.gov.cn/webSite/module/M101/view/917071/00680004.

Diário da Flotilha pela Liberdade de Gaza

Diario de la Flotilla por la Libertad de Gaza

Journal of the Freedom Flotilla for Gaza

Juan Garay e André Sales

Resumo. Este artigo apresenta um diário digital com curadoria que documenta a Flotilha pela Liberdade de Gaza, uma missão marítima civil de grande porte com o objetivo de romper o bloqueio de Gaza e entregar ajuda humanitária. Ao combinar a abordagem editorial de André Sales com relatos em primeira mão do ativista Juan Garay, o texto destaca a catastrófica crise de saúde e a negligência sistêmica enfrentadas pelos palestinos. Além disso, a análise estabelece uma ponte entre o ativismo político imediato e uma "utopia viável", propondo que redes globais de ecovilas autossustentáveis e de conhecimento compartilhado possam substituir os atuais sistemas de extração e violência. Em última análise, o texto funciona como um testemunho de resistência, enquadrando a flotilha não apenas como uma jornada física, mas como uma "direção" simbólica rumo a um futuro global mais equitativo e sustentável.

Palavras-chave: Ajuda humanitária; ativismo político; Gaza; ecovilas autossustentáveis.

Resumen. *Este artículo presenta un diario digital que recopila la documentación de la Flotilla de la Libertad de Gaza, una misión marítima civil a gran escala destinada a romper el bloqueo de Gaza y entregar ayuda humanitaria. Mediante la combinación del enfoque editorial de André Sales y los relatos en primera persona del activista Juan Garay, el texto pone de relieve la catastrófica crisis sanitaria y el abandono sistémico a los que se enfrentan los palestinos. Además, el análisis tiende un puente entre el activismo político inmediato y una «utopía factible», proponiendo que las redes globales de ecovillas autosuficientes y el conocimiento compartido puedan sustituir a los actuales sistemas de extracción y violencia. En última instancia, el texto funciona como un testimonio de resistencia, enmarcando la flotilla no solo como un viaje físico, sino como una «dirección» simbólica hacia un futuro global más equitativo y sostenible.*

Palabras clave*: Ayuda humanitaria; activismo político; Gaza; ecoaldeas autosuficientes*

Abstract. *This article presents a curated digital diary documenting the Gaza Freedom Flotilla, a massive civil maritime mission aimed at breaking the blockade of Gaza and delivering humanitarian aid. By combining editorial framing by André Sales and firsthand accounts from activist Juan Garay, the text highlights the catastrophic health crisis and systemic neglect faced by Palestinians. Furthermore, the analysis bridges immediate political activism with a "feasible utopia", proposing that global networks of self-sustaining ecovilas and shared knowledge can replace current systems of extraction and violence. Ultimately, the text functions as a testimony of resistance, framing the flotilla not just as a physical journey, but as a symbolic "direction" toward a more equitable and sustainable global future.*

Keywords: *Humanitarian aid; political activism; Gaza; self-sustaining ecovillages*

Camaradas separados por oceanos

Desde a fundação do Movimento pela Equidade Sustentável em Saúde (SHEM)[1], em 2020, tenho trabalhado com Juan Garay. Nosso percurso ao longo dos anos fez com que a decisão dele de ingressar na *Global Sumud Flotilla*[2] não me surpreendesse. Sua escolha de integrar o maior esforço marítimo civil já coordenado em prol da Palestina só aumentou a admiração e o respeito que tenho pela forma como ele transformou a própria vida em um testemunho dos valores e do mundo que Juan acredita ser possível. Contudo, sua decisão me criava um problema.

Sou o responsável pela comunicação estratégica do SHEM e precisaria inventar um modo de registrar e amplificar a voz dele em meio aos mais de mil participantes de mais de 70 países, espalhados em mais de 70 barcos que compõem a Flotilha[3,4].

Figura 2: Foto enviada por Juan via Whatsapp com a mensagem " um lembrete para os soldados atacando nosso barco". O texto escrito em inglês diz: "Ouça o choro das crianças, veja a sabedoria nos olhos dela. Porque o amor é era, guerra é mentira. Abandone as ordens recebidas, largue sua arma. Junte as suas mãos, lute pela paz"



A missão de primavera da *Global Sumud Flotilla* está organizada em torno de seis objetivos interligados. Em primeiro lugar, enfrentar diretamente o bloqueio ilegal imposto a Gaza, afirmando o direito dos palestinos de acessar sua costa marítima e o mundo exterior.

[1] https://www.sustainablehealthequity.org/
[2] https://globalsumudflotilla.org/
[3] Todas as traduções neste texto foram feitas por mim com auxílio de inteligência artificial
[4] É possível acompanhar a localização dos barcos em tempo real em: https://globalsumudflotilla.org/tracker/

Paralelamente, entregar ajuda humanitária em larga escala, incluindo alimentos, material escolar e medicamentos. Outro pilar da iniciativa é estabelecer um corredor marítimo popular, operado por civis, que assegure acesso irrestrito a suprimentos essenciais e reforce a soberania palestina sobre suas águas. Além disso, equipes especializadas acompanharão a reconstrução de casas, escolas e hospitais. A flotilha também se propõe a expor a conivência internacional que sustenta o bloqueio, mobilizando a sociedade civil global para exigir responsabilização. Finalmente, a ação visa transformar a flotilha em um catalisador de mobilizações coordenadas por terra e mar, amplificando as vozes palestinas e incentivando a participação popular em escala mundial diante da inércia de governos e instituições.

Juan tem denunciado há muito a violência perpetrada por Israel em Gaza. No SHEM, dedicamos as edições 48, 50 e 59 de nossa newsletter mensal, SHEM Highlights, aos efeitos dessa guerra atroz sobre: os trabalhadores da saúde[5], o meio ambiente[6] e a formação dos profissionais da saúde[7]. Uma das primeiras mensagens que trocamos com ele já na Flotilha, era sobre a situação geral da saúde dos prisioneiros em Gaza. Reproduzo a mensagem aqui:

> *Em 17 de abril de 2026, havia mais de 9.600 prisioneiros palestinos — incluindo 86 mulheres e 350 crianças — enfrentando condições caracterizadas por negligência médica sistemática, fome e tortura Relatórios de grupos humanitários como a Sociedade de Prisioneiros Palestinos (PPS) e a Comissão de Assuntos dos Detidos destacam várias questões críticas:*
>
> - *Doenças generalizadas: as infecções por sarna atingiram níveis catastróficos devido à superlotação, à falta de produtos de higiene e à mistura deliberada de prisioneiros infectados com os saudáveis*
> - *Inanição sistêmica: Detentos libertados relatam perda de peso severa, com alguns perdendo mais de 40 kg (quase 90 libras) durante a detenção. Muitos retornam para casa visivelmente desnutridos e emaciados.*
> - *Negligência médica: Grupos de defesa documentam uma política de "morte lenta", na qual tratamentos essenciais, cirurgias e até analgésicos são negados. Algumas clínicas prisionais ganharam notoriedade por oferecer apenas aspirina para todas as doenças.*
> - *Trauma físico e psicológico: Detentos relatam tortura sistemática, incluindo privação de sono, confinamento solitário e abuso físico. Isso levou a problemas de longo prazo, como insônia crônica, dores inespecíficas e transtorno de estresse pós-traumático após a libertação.*

Passado o choque causado pela imagem que aquelas informações criaram em minha mente, notei que a forma como Juan as enviara sugeria que ele usara alguma ferramenta de IA para sintetizá-las. Antes de publicá-las nas redes do SHEM, investiguei a procedência dos dados e percebi que eles vinham, basicamente, das três fontes que Elham Kateeb —co-chair do SHEM ao lado de Juan e reitora de Pesquisa Científica da Universidade Al-Quds, em Jerusalém— me

[5] https://www.sustainablehealthequity.org/s/HL-48-SHEM-Highlights-APRIL-2025-1.pdf
[6] https://www.sustainablehealthequity.org/s/HL-50-SHEM-Highlights-JUN2025.pdf
[7] https://www.sustainablehealthequity.org/s/HL-59-SHEM-Highlights-MAR-2026.pdf

recomendara:

1 *Euro-Med Human Rights Monitor* (https://euromedmonitor.org/en)
2 Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente (https://www.mppm-palestina.org/)
3 *The Palestine Chronicle* (https://www.palestinechronicle.com/)

Enquanto rastreava as origens das informações enviadas por Juan, entendi como poderia amplificar sua voz. A bordo, as emoções eram intensas, a conexão de internet era instável e o domínio das ferramentas tecnológicas, limitado. Juntos, esses fatores ameaçavam restringir o alcance de sua mensagem. Caberia a mim, seu camarada com acesso a informações, tecnologia e recursos, reunir os relatos emocionados, as análises afiadas, os comentários dispersos e os vídeos fragmentados. Minha tarefa era garantir que tudo isso se transformasse em um acervo coerente e compartilhável. Assim, tornei-me guardião de uma narrativa coletiva que tem chegado a mim via mensagem dispersas no *WhatsApp*. Polindo esse conteúdo e selecionando outras notícias para contextualizar o que está acontecendo, minha função tem sido garantir que as experiências de Juan atravessassem oceanos e cheguem ao público que precisava ouvi-las.

Como esta é uma história que ainda se desenrola diante dos nossos olhos, todos os registros estão reunidos no site do SHEM, em uma seção que batizamos de "Notícias da Flotilha". Ali, vídeos, textos, poesias, áudios e fotografias, compõem um mosaico vivo de experiências de Juan e outros tantos que colocaram a segurança em jogo em nome de um compromisso com o fim do genocídio em Gaza. O acervo pode ser acessado pelo seguinte endereço: https://www.sustainablehealthequity.org/news-from-the-flotila.

Nas próximas seções deste texto, compartilho três publicações desse acervo, cada uma delas captura o espírito da jornada e revela o quanto ela tem inspirado Juan e a todos nós no SHEM. A primeira é um relato emocionado da noite que antecedeu a assembleia dos barcos da Flotilla na costa da Turquia — momento carregado de expectativa e medos e esperança. Em seguida, trago a apresentação pessoal que pedi ao próprio Juan quando decidimos transformar seus relatos em narrativa pública. Por fim, incluo uma análise do contexto em que esse genocídio se perpetua, escrita por Juan durante a travessia a partir de outros textos já publicados. Esse texto afiado e preciso se encerra com a descrição indignada da apreensão covarde de parte dos barcos da flotilha por Israel.

Meus dias na Global Sumud Flotilla – Juan Garay, 04/05/2026

Meu nome é Juan Garay. Sou co-chair do Movimento pela Equidade em Saúde Sustentável[8]. Aos 62 anos, troquei meu escritório pela ecoaldeia Valyter[9], na Cantábria, Espanha em busca de autossuficiência energética e respeito ao meio ambiente. Esse mesmo chamado me trouxe aqui hoje, a bordo do *Gaucho* — o barco que agora me leva a Gaza.

[8] https://www.sustainablehealthequity.org/
[9] https://www.valyter.es/

Figura 2: Logo conjunto desenvolvido para a sessão Notícias da Flotilla no site do SHEM



Estamos no mar há três semanas, e o cansaço é uma sombra que não nos abandona. A última noite, sem dúvida, foi a mais longa, tensa e difícil. Permanecemos acordados, com o ânimo abalado, à espera de uma interceptação a qualquer momento. A realidade nos atingiu em cheio: entre 20 e 30 barcos de nossa frota *Global Sumud* foram abordados ou detidos[10]. O que mais me parte o coração é o silêncio: não temos notícias de cerca de 180 pessoas, incluindo a cardiologista Inés Madrazo, que navegava no pequeno veleiro *Batolo*. Embora haja informações de que alguns possam ser libertados, a incerteza pesa mais que o sal em nossa pele.

A bordo do *Gaucho*, divido o espaço com almas corajosas do Líbano, México, Peru, Chile, Polônia e Alemanha. Ao meu lado está a jornalista Alba Hijazi, cuja determinação me lembra por que estamos aqui. O barco é velho, e o trabalho, incansável: navegar, consertar e, no meu caso, atender às constantes necessidades médicas que surgem após quase um mês no mar. Não estamos sozinhos nesta odisseia: ver os navios da *Open Arms11* e do *Greenpeace12* por perto nos dá o fôlego que nos falta.

Nos chamam de ativistas, mas prefiro dizer que somos “mensageiros da paz” — ou até “piratas da paz”. Neste momento, navegamos por águas territoriais gregas, onde a situação, por enquanto, é mais estável. Enquanto rumamos para Creta, não consigo evitar comparar nossa jornada à de Ulisses em direção a Ítaca.

Em poucas horas, nos reuniremos para decidir os próximos passos diante de forças que se revelaram imprevisíveis. Nossa maior esperança não está nos governos, que tantas vezes nos decepcionaram, mas na mobilização dos cidadãos. O risco de confronto é alto. Na verdade, a situação está cada vez mais difícil: a brutalidade de Israel se alastra pelo Mediterrâneo, e suas ameaças de nos atacar com mais força persistem enquanto navegamos rumo a Gaza — e ao mundo. Ainda assim, nosso ânimo permanece inquebrantável.

[10] https://www.amnesty.org/en/latest/news/2026/04/israels-brazen-interception-of-global-sumud-flotilla-bound-for-gaza-sparks-fears-for-175-arbitrarily-detained/
[11] https://www.openarms.es/en/current-events/news/the-open-arms-joins-the-global-sumud-flotilla-on-april-12
[12] https://www.greenpeace.org/international/story/82566/greenpeace-global-sumud-flotilla-gaza-arctic-sunrise/

Em solidariedade a Gaza: A Vigília de humildade e Esperança em Masmaris na Turquia – Juan Garay, 10 de Maio

Hoje, 10 de maio, na quietude costeira de Marmaris, na Turquia, nos reunimos não com júbilo, mas com seriedade. O sol surgiu suavemente sobre o mar Egeu, lançando uma luz terna sobre uma cidade que, há séculos, vê passar viajantes, comerciantes e exilados. Mas hoje Marmaris não é uma encruzilhada de comércio; é uma sala de espera para a consciência.

Amanhã, 11 de maio, realizaremos aqui uma assembleia com os tripulantes de todos os barcos na flotilha. Muitas direções serão propostas, muitos mapas desdobrados, muitas memórias evocadas. No entanto, antes que essa tempestade de vozes comece, quero registrar esse momento de preparação como um ponto de confiança mútua e de humildade profundas.

A esperança, em Marmaris, não é barulhenta. É o pescador consertando sua rede antes do amanhecer, sabendo que o mar pode não dar nada, mas lançando-a mesmo assim. É a mãe, em uma cozinha modesta, assando pão para vizinhos que ainda não conhece. É o jovem traduzindo palavras entre estranhos para que, por trás das diferenças, reconheçam o mesmo cansaço e o mesmo anseio pelo lar. São sinais pequenos, frágeis, mas reais.

Que não haja, porém, arrogância nessa esperança. Que não haja a pretensão de que já sabemos o caminho. O único caminho verdadeiro para a frente começa com a humildade: a humildade de ouvir uns aos outros como se nunca tivéssemos ouvido antes. Não preparar réplicas enquanto o outro fala. Não medir palavras para a vitória. Mas dedicar-se ao trabalho árduo e sagrado de compreender que nossa verdade não é a única verdade e que a dor não pode ser classificada nem descartada.

Acima de tudo, que esta assembleia e todas as decisões tomadas a partir dela coloquem Gaza no centro. Não como um símbolo, não como um tema de discussão, mas como uma ferida viva e uma vontade viva. As necessidades daqueles que vivem em Gaza — água, remédios, abrigo, direito de enterrar seus mortos com dignidade e de criar seus filhos sem medo— não são preocupações secundárias a serem negociadas. São a razão pela qual esta assembleia é importante.

Os direitos de Gaza, afirmados pelo direito internacional e pela simples decência humana, devem ser proclamados em voz alta e defendidos sem vacilar. E a liderança de Gaza, escolhida por seu povo e carregando suas agonias diárias, deve ser ouvida, respeitada e empoderada para falar por si mesma. Ninguém mais pode afirmar querer a liberdade para Gaza mais do que os próprios gazenses.

Portanto, nesta véspera, em Marmaris, abandonamos nossas certezas. Em vez disso, abraçamos uma esperança quebrada, mas viva: a de que amanhã, seja qual for o rumo tomado, não esqueceremos que humildade não é fraqueza, que ouvir não é rendição e que Gaza não é uma peça em um tabuleiro, mas um povo olhando para o mar, esperando que o mundo se lembre de que estão vivos e de que são importantes.

Deste lugar, com esta humildade, que possamos navegar na direção sábia que decidirmos juntos.

Um Novo Horizonte: De Sistemas Quebrados a Comunidades Vivas – Juan Garay, 30/04/2026

Em algum lugar das águas gregas. A flotilha atravessa o mesmo mar que Homero cantou — a jornada para Ítaca. Ao nosso redor, o horizonte aguarda com as formas das forças de ocupação de Israel, com a passividade conivente da União Europeia, que recebeu ordens para

tratar a solidariedade como crime. Um outro mundo não é apenas possível. Já está sendo construído. Como uma rede global de ecovilas, permacultura e flotilhas solidárias pode oferecer uma alternativa radical a um mundo definido pela extração financeira, manipulação da mídia e colapso ecológico?

Em um século marcado por crises em cascata — genocídio em Gaza, aceleração do colapso climático, ampliação da desigualdade e concentração do poder global nas mãos de poucos gestores de ativos — um movimento ainda pequeno, mas crescente, está escolhendo um caminho diferente. Não está esperando que governos ou corporações mudem de rumo. Em vez disso, está construindo a partir da base: ecovilas autogeridas, que em breve serão interconectadas por flotilhas de conhecimento e cuidado, enraizadas na permacultura e guiadas pelo princípio do compartilhamento.

Há um eco antigo nos mares que navegamos. Quando Homero cantou sobre Odisseu lutando para chegar a Ítaca, ele não velejava rumo a um lugar. Sua jornada o conduzia ao relacionamento correto com o lar, com o amor, com a terra. A odisseia descreve o que cada geração precisa aprender: a jornada rumo à justiça é longa, o mar é traiçoeiro e os poderes deste mundo tentarão afogar você. A Flotilha Sumud de hoje, indo em direção a Gaza com remédios e esperança, encontra-se nessa mesma jornada. Seus tripulantes recusam-se a abandonar a crença de que outra margem é possível.

O nome "Europa" vem da princesa fenícia Europa, que, no mito, foi raptada da Ásia e levada através do mar para Creta. Europa deu seu nome a um continente que nunca decidiu completamente se é um refúgio ou uma fortaleza. Durante séculos, as costas da Europa receberam os náufragos e os desesperados. E durante séculos, a Europa também construiu muros. Hoje, a União Europeia observa com passividade conivente enquanto forças de ocupação interceptam barcos que levam remédios e esperança para Gaza. O continente batizado em homenagem a uma mulher raptada agora normaliza o rapto da esperança. Mas o mar se lembra de uma outra possibilidade: Europa também foi uma travessia, uma conexão entre continentes, uma história de movimento e encontro — não de fechamento e exclusão. Essa Europa mais antiga não está morta. Ela navega com esta Flotilha.

E Platão sabia, há muito tempo, que nenhuma sociedade poderia ser justa se uma pequena elite acumulasse além da medida. Na República, ele alertou que a riqueza descontrolada destruiria a pólis — porque os ricos se tornariam um Estado dentro do Estado, leais apenas ao seu próprio tesouro. Essa profecia se cumpriu. Os maiores gestores de ativos hoje detêm mais poder do que a maioria das nações[13,14]

Em todas as tradições que traçam sua linhagem através desta mesma região — desde as colinas da Galileia perto de Gaza até os desertos da Arábia — um único ensinamento se repete, ignorado com muita frequência pelos impérios, igrejas e estados que reivindicam essas tradições como suas. Jesus de Nazaré disse: “Ame o seu próximo como a si mesmo” (Marcos 12,31). O Profeta Muhammad, que a paz esteja sobre ele, disse: “Nenhum de vocês verdadeiramente crê até que ame para seu irmão o que ama para si mesmo” (Sahih al-Bukhari). As mesmas palavras. O mesmo mandamento. Amor pelo outro como se ama a si mesmo. Isso não é um desejo sentimental. É a chave para a paz e a justiça e para a harmonia de todos os povos e todas as religiões. Cada muro, cada navio de guerra, cada bloqueio é uma negação desse

[13] Piketty, T. (2014). O Capital no Século XXI. Editora Harvard University Press.
[14] Garay, J. (2024). Restoring Broken Human Deal https://www.peah.it/2024/04/13164/

ensinamento. Cada flotilha, cada refeição compartilhada, cada ato de solidariedade através das linhas inimigas é sua afirmação. Hoje, a "Fortaleza Europa" constrói cercas, empurra barcos para trás, criminaliza o resgate. As igrejas e as mesquitas muitas vezes abençoam as bandeiras do império em vez do mandamento Daquele que nos criou a todos. Mas esse mandamento nunca foi extinto. Vive em cada flotilha.

Os números, surpreendentemente, apoiam a viabilidade do sonho. Pesquisas mostram que, se a humanidade reservasse dois terços das terras do planeta para a vida selvagem e dedicasse apenas um terço da parte humana restante à permacultura sustentável e comunitária, isso seria suficiente para atender às necessidades de mais de 10 bilhões de pessoas — muito acima das perspectivas demográficas deste século[13]. O obstáculo não é a escassez, mas a má distribuição e um modelo econômico tóxico.

A Máquina da Extração e do Controle

O atual sistema global não cria iniquidades por uma falha neutra. Ele é ativamente estruturado para concentrar riqueza e poder. O lucro sobre o capital tem consistentemente superado o crescimento econômico, levando ao acúmulo de riqueza dinástica. Os mercados financeiros especulativos — hoje dominados por um punhado de mega gestoras de ativos como *BlackRock*, *Vanguard* e *State Street* — capturam cerca de 20 a 30% do PIB global, não por meio da produção, mas da extração[13]. Esse "PIB tóxico" se comporta como um câncer na economia global: alimenta a desigualdade, bloqueia a redistribuição justa e impulsiona a destruição ecológica[13].

A Oxfam mostrou repetidamente que o 1% mais rico detém quase o dobro da riqueza dos 99% mais pobres combinados[15]. Enquanto isso, um tratado da ONU para controlar a especulação e os paraísos fiscais continua bloqueado pelas potências ocidentais[13]. O custo humano não é abstrato: estima-se que 16 milhões de mortes excessivas ocorram a cada ano — cerca de 30% de toda a mortalidade — devido a iniquidades de saúde ligadas à lacuna da dignidade, o déficit abaixo dos aproximadamente US$ 10 por pessoa por dia necessários para uma vida digna[16]. Redistribuir apenas 7% do PIB global — comparável aos subsídios anuais aos combustíveis fósseis — fecharia essa lacuna[14.]

Estudiosos da mídia descrevem há muito tempo como a mídia de propriedade corporativa fabrica o consentimento para políticas que beneficiam interesses elitistas[17]. Hoje, essa manipulação atingiu nova intensidade. A inteligência artificial já está incorporada na mira militar, na especulação financeira e nas comunicações globais — não para avançar o bem-estar humano, mas para acelerar a dominação. "Sem salvaguardas", alerta uma análise, "enfrentamos um mundo onde a desigualdade pode se aprofundar da atual plutocracia de 'um por mil' para uma tecnocracia de 'um por milhão' de trilhardários governantes" [18].

---

[15] Oxfam Internacional. (2024). A Desigualdade Mata: O estarrecedor custo humano da riqueza extrema. https://www.oxfam.org.br/a-desigualdade-mata/

[16] Garay, J. (2023). "Towards a WISE – Wellbeing in Sustainable Equity – New Paradigm for Humanity." PEAH – https://www.peah.it/2023/12/12800/

[17] Chomsky, N. (2002). Controle da Mídia: As Espetaculares Conquistas da Propaganda. Seven Stories Press.

[18] Garay, J. (2025). The Inequity Risks of AI When the Global Good Is Not the Goal PEAH.https://www.peah.it/2025/09/15065/

Os mesmos sistemas que manipulam processos democráticos e espalham desinformação também treinam a passividade, transformando cidadãos em consumidores isolados, desconectados da terra, da comunidade e uns dos outros [19].

A violência estrutural desse sistema não fica mais clara em nenhum lugar do que em Gaza. Investigadores da ONU documentaram evidências contundentes de genocídio, descrevendo as ações de Israel como tendo o objetivo de "destruir fisicamente os palestinos como grupo" [20]. A Corte Internacional de Justiça considerou plausível que os atos de Israel constituam genocídio. No entanto, os Estados Unidos e seus aliados europeus vetaram resoluções de cessar-fogo no Conselho de Segurança e continuaram com a transferência de armas.

Esse duplo padrão — condenar a invasão da Ucrânia pela Rússia enquanto se permite o ataque de Israel a Gaza — destruiu qualquer pretensão remanescente de direitos humanos universais[8]. O anacrônico poder de veto no Conselho de Segurança, detido pelos vencedores da Segunda Guerra Mundial, anula o grito global para parar de bombardear civis[14].

Em resposta, a resistência de base assumiu novas formas. A Flotilha Sumud — Sumud significa firmeza em árabe — é uma dessas iniciativas: navios que transportam ajuda humanitária e ativistas não violentos, desafiando o bloqueio naval a Gaza. Ela incorpora uma recusa em aceitar o deslocamento forçado como normal — e aponta para uma lógica diferente de conexão, não através de fronteiras e bombas, mas através da solidariedade e do risco compartilhado.

Atravessar estas águas gregas em direção a Gaza é navegar nas mesmas rotas que Odisseu percorreu — mas ao contrário. Ele navegou para longe de Troia, em direção ao lar. Esta flotilha navega para longe do conforto da Europa, em direção à ferida do mundo. Ítaca nunca foi um lugar. Era a coragem de continuar. E essa coragem não desapareceu.

A Esperança das Ecovilas

Enquanto os velhos sistemas revelam sua falência terminal, um número crescente de pessoas — especialmente entre os jovens — está se voltando para a natureza, a simplicidade e a comunidade. Buscam vidas que sejam significativas, generosas e relacionais, não competitivas e extrativistas.

Ecovilas — da Europa à América Latina, da África à Ásia — são um nó no que pode se tornar uma rede global[6]. Essas comunidades não são enclaves de escapismo. São laboratórios vivos de resiliência: restaurando a soberania alimentar, praticando governança participativa, regenerando ecossistemas e reduzindo a dependência de um mercado global alienante[21].

Importante: elas não são contra a tecnologia. Softwares de código aberto e bens comuns digitais permitem que essas comunidades compartilhem conhecimento, colaborem em bens

---

[19] Garay, J. (2026). "We have a dream." PEAH. https://www.peah.it/2026/01/we-have-a-dream/

[20] Albanese, F. (2024). Relatório da Relatora Especial sobre a situação dos direitos humanos nos territórios palestinos ocupados desde 1967. Conselho de Direitos Humanos da ONU. https://www.ohchr.org/en/documents/country-reports/a79384-report-special-rapporteur-situation-human-rights-palestinian

[21] Garay, J. (2026). "Health, Hope, and Resistance in an Age of War, Inequity, and Ecological Breakdown." PEAH. https://www.peah.it/2026/01/health-hope-and-resistance-in-an-age-of-war-inequity-and-ecological-breakdown/

públicos globais e neutralizem os efeitos manipuladores de plataformas proprietárias[21]. Elas oferecem aos jovens algo cada vez mais raro: uma sensação tangível de que suas ações importam, que a dignidade pode ser defendida coletivamente e que outro caminho é possível.

A visão se estende para além das ecovilas individuais. Uma rede global de comunidades soberanas e inter-relacionadas — enraizadas em seus territórios, mas abertas umas às outras — poderia ser interconectada por flotilhas. Não navios militares, mas barcos carregando sementes, histórias, música, ferramentas e práticas de cura. Essas flotilhas fariam a polinização cruzada de conhecimento, cultura e visões existenciais, construindo solidariedade sem dominação.

Assim como a Flotilha Sumud desafia o cerco a Gaza, uma rede de flotilhas solidárias poderia desafiar o cerco mais amplo da imaginação: a crença de que não há alternativa ao capitalismo, ao nacionalismo e ao suicídio ecológico.

Uma Utopia Factível

O que torna este sonho tangível é seu fundamento em realidades mensuráveis. A pesquisa mostra que abaixo de um limiar de dignidade de cerca de US$ 10 por pessoa por dia, nenhum país jamais alcançou os melhores níveis possíveis de saúde. Acima de um limiar de excesso de cerca de US$ 50 por pessoa por dia, nenhum país respeitou os limites planetários, e os ganhos de saúde se estabilizam. O PIB acima desse nível de excesso — aproximadamente 60% do PIB mundial — é efetivamente desperdício, responsável por 90% das emissões de carbono.

Se esse desperdício fosse redirecionado, vidas mais simples em termos de produção e consumo poderiam reduzir as emissões abaixo do limiar ético de cerca de 1,3 tonelada de CO2 por pessoa por ano (para manter o aquecimento abaixo de 2°C) ou até mesmo 0,3 tonelada (para 1,5°C). Nas taxas atuais, as emissões excessivas devem causar 218 milhões de mortes prematuras neste século, principalmente em países de baixa poluição[22].

Mas a alternativa — uma rede global de ecovilas praticando permacultura sustentável em apenas um terço da parte humana da terra — não apenas preveniria essa catástrofe. Também permitiria o melhor nível possível de saúde para todos, ao mesmo tempo que deixaria dois terços do planeta para a vida selvagem[16]. Isso é chamado de “revolução global e pacífica”[22]. Não se espera substituir instituições existentes da noite para o dia. Mas rejeita a ideia de que a violência e a extração são inevitáveis.

Como diz um manifesto: “Temos um sonho de que a humanidade se lembrará de que toda vida é sagrada, e de que os humanos são parte da teia da vida — não seus donos, não seus senhores. Temos um sonho de comunidades que regeneram ecossistemas em vez de exauri-los… Temos um sonho de uma rede global de comunidades soberanas e inter-relacionadas — enraizadas em seus territórios, abertas umas às outras, compartilhando conhecimento, sementes e solidariedade para o bem comum” [14].

Numa era de genocídio, desigualdade e colapso ecológico, esse sonho não é uma fuga da realidade. É o caminho mais realista que resta para preservar a vida, a saúde e o significado no século que se avança.

---

[22] Garay, J. (2024). "Human Ethical Threshold of CO2 Emissions and Projected Life Lost by Excess Emissions." PEAH. https://www.peah.it/2024/07/13556/

Nota Final

As forças de ocupação de Israel, com a passividade conivente da União Europeia, são visíveis no horizonte. Quer esta mensagem chegue até você ou não, saiba disto: a flotilha não é um barco. É cada pessoa que se recusa a desviar o olhar. Cada comunidade que escolhe o compartilhamento em vez do acúmulo. Cada mão que ainda se estende para outra, através de qualquer muro, qualquer mar. Ítaca não é um lugar. É uma direção. E nós ainda estamos navegando.

A flotilha foi interceptada pelo exército israelense. O que acontece depois — detenção, deportação, violência — não posso saber. Mas as palavras acima não foram escritas para o momento da chegada. Foram escritas para o momento da partida. E esse momento não pode ser apagado.

Se você está lendo isto, a mensagem sobreviveu — ou alguém se lembrou.

Diga aos outros: havia um barco. Havia um sonho. Havia pessoas que se recusaram a aceitar que Gaza deve passar fome em silêncio, que o mar pertence apenas a navios de guerra, que a solidariedade é um crime.

Diga a eles: a flotilha não foi derrotada. Foi interrompida. Mas a rede de comunidades, de ecovilas, de sementes compartilhadas e água compartilhada e esperança teimosa — essa rede ainda está navegando. Em milhares de outros barcos. Em milhares de outros corações.

“Nós temos um sonho”. E o viveremos até torná-lo realidade — sobrevivam ou não os nossos corpos.

Por Gaza. Pela terra. Pelas gerações que lerão isto e saberão: alguém tentou.

Fim da transmissão.

Problemas y retos de la Salud Pública contemporánea[131]

Problemas e desafios da saúde pública contemporânea

Problems and challenges of contemporary public health

Saúl Franco[132]

Introducción

La salud pública no es un archivo de conocimientos, ni un museo de prácticas. Es una búsqueda – siempre inacabada – de respuestas teóricas y prácticas a las preguntas, los problemas y las situaciones que desafían o ponen en riesgo la vida y el bienestar colectivos. En términos militares: es un campo de batalla permanente para defender lo logrado y conquistar lo que falta cada día para poder vivir bien y dignamente. Precisando, además, que tanto los problemas como las respuestas tienen al mismo tiempo dimensiones locales, regionales y globales. El hambre de los palestinos en Gaza lo padecen ellos, pero tiene responsables en muchas partes y nos interpela a todos. Los civiles muertos en cualquier rincón de Ucrania le duelen a sus familias y a su país, pero cuestionan el ordenamiento global y el (sin)sentido de la guerra. Las muertes por dengue en Cuba evidencian la extrema carencia de recursos y los problemas internos de la Isla, pero desnudan también la inhumanidad del bloqueo impuesto por los Estados Unidos y la impotencia de los organismos y agencias de cooperación internacional.

Ante la obvia imposibilidad de enunciar y abordar *todos los problemas de la salud pública* en la actualidad – todo listado es incompleto y toda selección tiene cierto margen de subjetividad – opto por enunciar *sólo seis de ellos* que considero tienen mayor significado e impacto hoy a nivel global y que constituyen, al mismo tiempo, grandes desafíos y oportunidades para el pensamiento y la acción sanitarias. Como he venido reflexionando y escribiendo sobre estos problemas hace varios años, es lógico que lo que aquí planteo esté animado y sea un desarrollo, en ocasiones crítico, de planteamientos anteriores.

Debo aclarar además que, si bien son claras las diferencias y trayectorias de la Salud Pública, la Medicina Social y la Salud Colectiva, los problemas que enuncio son comunes a las tres y cada una de ellas aporta elementos conceptuales y metodológicos para abordarlos y enfrentarlos. Por considerarlo de mayor capacidad comprensiva, analítica y transformadora, asumo en esta presentación el *enfoque médico social*, caracterizado por su *estructura dialéctica, su enfoque histórico-político-territorial, sus alcances teórico-prácticos y su perspectiva transformadora.*

1. Las guerras

Las guerras son confrontaciones armadas por la riqueza y el poder. Buscan en especial el control de la tierra y su subsuelo -petróleo, minerías, tierras raras - y el territorio, que expresa la

---

[131] Aula proferida en la XII Escuela Abierta de Salud Pública, Universidad de La Frontera, Temuco (Chile), en 10 de abril de 2026.

[132] Médico social, PhD en Salud Pública; Excomisionado – Comisión de la Verdad de Colombia

relación entre la tierra y la cultura. Al anteponer estos intereses a los acuerdos, normas y ordenamientos establecidos, la vida, la tranquilidad y el bienestar de las personas y de los pueblos dejan de ser la prioridad de las sociedades y los Estados y quedan supeditas al juego de los intereses bélicos. Vienen entonces las pérdidas indiscriminadas de vidas humanas a diferentes escalas, según el tipo e intensidad de la confrontación; las heridas, amputaciones y discapacidades; las carencias de servicios básicos como agua, energía, alimentos, transporte, y suministro de medicamentos, con las consiguientes consecuencias en la expansión o el riesgo de diferentes enfermedades; la pérdida de la tranquilidad en la vida cotidiana y sus secuelas en la salud mental de las personas y los colectivos humanos; y las violaciones a los Derechos Humanos, a los Derechos de la Naturaleza y el desconocimiento del Derecho Internacional Humanitario y de la Misión Médica (el conjunto de normas, instituciones, personas y recursos destinados a la atención en salud). La guerra implica entonces la ruptura del orden y la negación de los valores básicos establecidos, y el imperio de la fuerza, la muerte, la enfermedad, la manipulación de la información, la inseguridad e intranquilidad existenciales, la incertidumbre y la desconfianza. Es decir: a más de un problema político-militar, cualquier guerra es también una tragedia cultural y un grave problema de salud pública.

Rusia y Ucrania/ Israel y Gaza/ Estados Unidos, Israel e Irán/ y la persistente confrontación armada en Colombia son ejemplos actuales de lo que significa la guerra como problema de salud pública. En la reciente escalada del viejo conflicto entre Israel y Palestina, Hamás cometió inicialmente actos de barbarie. Pero Israel lo superó con creces, cruzó líneas rojas ya establecidas para los conflictos armados y terminó cometiendo un genocidio que lo marcará por siempre. Según fuentes oficiales, van más de 72.000 palestinos muertos, 80% de ellos civiles, 70% mujeres y niños. Se estima que entre el total de muertos hay al menos 1.600 trabajadores de la salud. A los más de 150.000 heridos – algunos con graves secuelas permanentes – y más de 14.000 desaparecidos, se suman las víctimas de otras dos acciones, reconocidas como crímenes de guerra: el uso por parte del ejército israelí de armas no convencionales, como el fósforo blanco, y la utilización del hambre como arma de guerra. La Franja de Gaza fue privada, intencional y sistemáticamente, de alimentos, agua, luz y medicamentos, con consecuencias devastadoras para toda la población y un impacto aún mayor para la atención hospitalaria y las condiciones básicas de salubridad.

Tras más de cuatro años del ataque de Rusia a Ucrania y de hostilidades permanentes entre ambos países, según estimaciones del Centro de Estudios Estratégicos e Internacionales -CSIS- de Washington, aproximadamente dos millones de soldados han resultado muertos, heridos o desaparecidos. De ellos, 1.3 millones rusos y 700.000 ucranianos. Según la Misión de Observación de los Derechos Humanos de Naciones Unidas para Ucrania -HRMMU- 15.000 civiles han muerto y 41.000 han resultado heridos en ese país durante la guerra. Por su parte, UNICEF estima que más de 3.200 niños ucranianos han muerto o quedado heridos por los bombardeos, los drones y los misiles rusos. ACNUR considera que 3.7 millones de personas en Ucrania han tenido que desplazarse internamente en el país, mientras que más de 5 millones han tenido que abandonarlo. Y casi la totalidad de la población ha tenido que vivir bajo amenazas e incertidumbres permanentes y padecer los rigores del frio o del calor por las afectaciones de la infraestructura eléctrica y el suministro de gas y electricidad en extensas regiones.

La guerra recientemente iniciada por Israel y los Estados Unidos contra Irán, bajo el pretexto de imponer por la fuerza un nuevo régimen que corte el apoyo a grupos terroristas de la región, controlar su inmensa riqueza de gas y petróleo y frenar su desarrollo nuclear, escala un nivel muy alto en la tecnología y la denominada “inteligencia” militar, implica directamente

varios bloques de países y puede tener consecuencias impredecibles en la geopolítica mundial, en costos humanos, culturales y económicos, y en la eventual y devastadora utilización de armas nucleares.

En Colombia, según el Informe Final de la Comisión de la Verdad divulgado en 2022, en seis décadas el conflicto armado interno ha producido más de 700.000 muertos, el 80% de ellos población civil, en especial hombres campesinos, jóvenes y adultos. Según el mismo Informe, 121.763 personas fueron víctimas de desaparición forzada, más de 50.000 fueron secuestradas, 8 millones desplazadas, cerca de un millón tuvieron que exiliarse, y más de 400.000 han quedado discapacitadas. El Informe señala también que se han cometido sistemáticamente infracciones contra la Misión Médica: un promedio de 45 por año durante más de medio siglo; que el personal de salud ha sido víctima de estigmatizaciones, amenazas y persecución; que los distintos actores armados tomaron en algunas regiones el control de las instituciones y los recursos sanitarios, y que la naturaleza ha sufrido graves daños y muchos de sus defensores han sido perseguidos, desaparecidos y asesinados.

En sus distintas modalidades, las guerras desafían a la salud pública. De entrada, exigen a los sistemas y servicios de salud atención adecuada e inmediata para las víctimas fatales y los heridos, lesionados y afectados física y psíquicamente. Pero, al mismo tiempo, el sector salud debe participar activamente en la exigencia y la garantía del suministro de insumos médicos, medicamentos, agua potable y alimentos. Debe, además, contribuir a un registro confiable de víctimas, tanto muertos como heridos y afectados, que permita tener y transmitir una idea clara de la magnitud de estos efectos de la guerra ante la presión de las partes enfrentadas que pretenden minimizar sus bajas o su responsabilidad en las del adversario, en especial cuando se trata de población civil, mujeres, niños y niñas. Otro gran desafío para la salud pública en condiciones de guerra es velar por el cumplimiento del conjunto de normas y acuerdos logrados a lo largo de la historia por el Derecho Internacional Humanitario y, en particular, la Misión Médica. Si bien han sido concebidos justamente para ponerle límites y tratar de reducir la barbarie de las guerras, en todas ellas y con múltiples pretextos se siguen violando o desconociendo. Denunciar estas violaciones y desconocimientos y reafirmar la validez e importancia de estas normas y los principios que las sustentan es una tarea a veces incómoda y riesgosa, pero siempre necesaria y muy valiosa. Finalmente, ante el imperio de la fuerza, la relativización del valor de la vida en general y de la vida humana, y el desconocimiento de los Derechos que implica la guerra, corresponde también a la salud pública y a sus trabajadores/as mantener firme la defensa de la vida, el respeto a los Derechos de las personas, la naturaleza y las sociedades, y el valor de las negociaciones y los acuerdos para evitar la guerra y mantener la paz. Como lo he venido repitiendo insistentemente: *sin paz no hay salud, y sin salud no hay paz*.

2. El hambre

El hambre ha acompañado a los sectores pobres y marginados de la sociedad a lo largo de la historia. Y las hambrunas, sociopolítica y ambientalmente producidas, han atacado periódicamente a regiones y países enteros. Las inequidades en la distribución y el uso de la tierra y en el acceso a los mercados nacionales e internacionales; los extractivismos mineros y agroindustriales; los desastres naturales, debidos con frecuencia a relaciones inadecuadas con la naturaleza, y las guerras siguen produciendo y manteniendo el hambre y las hambrunas.

Según el más reciente informe del Programa Mundial de Alimentos, 318 millones de personas en el mundo enfrentan en la actualidad niveles críticos de hambre, casi el doble de la población que padecía hambre al empezar la pandemia de Covid19. De ese total, 33 millones

(10.4%) viven en América Latina -AL-, región que, no obstante, ha logrado reducir el hambre, en especial América del Sur, en donde su prevalencia ha bajado al 3.8%. En términos de inseguridad alimentaria para el 2.024 aproximadamente una cuarta parte de la humanidad la padecía, pero su distribución es una expresión más del incremento de las inequidades y la concentración desmedida de la riqueza en el mundo.

Chile presenta una situación alimentaria mejor que la del promedio de AL. De hecho, está clasificado entre los países del mundo con un nivel bajo – menos del 5% - en el Índice Global de Hambre, que combina el porcentaje de población desnutrida y la situación de los menores de cinco años en términos de mortalidad, retraso del crecimiento y emaciación.

Como se anotó, las guerras siguen siendo una de las situaciones que con mayor frecuencia generan el hambre y las hambrunas, tal como lo evidencian en los últimos cuatro años los casos de Sudán, Sudán del Sur, Yemen y Gaza. En ésta última región, y en contra de las más elementales normas humanitarias, Israel no sólo utilizó el hambre como arma de guerra sino que convirtió la búsqueda desesperada de ayuda alimenticia humanitaria en una trampa mortal para los palestinos, tal como lo constataron e informaron los organismos de Naciones Unidas.

Frente al hambre y la desnutrición, la Salud Pública/Medicina Social/Salud Colectiva no pueden limitarse a crear y aplicar indicadores y a medir incidencias y prevalencias. Eso hay que hacerlo, obviamente. Pero hay que ir mucho más allá – como ya lo vienen haciendo algunos grupos – con el estudio de la determinación social del problema; la defensa del derecho a la soberanía alimentaria y a la alimentación adecuada; la formulación y aplicación de políticas y prácticas alimentarias; la denuncia del problema, sus raíces y responsables; el apoyo a los organismos y organizaciones sociales y populares que trabajan en este campo, y en el planteamiento de alternativas en los foros regionales y mundiales.

3. Las epidemias y pandemias

Periódicamente, y a lo largo de toda la historia, la humanidad ha padecido epidemias y pandemias que, en algunos casos, han marcado inclusive el rumbo de la historia. Constituyen uno de los riesgos clásicos y más antiguos de la salud de las poblaciones. La expansión rápida y masiva de determinadas enfermedades infecciosas no sólo han costado millones de muertes y enfermos, sino que han transformado las sociedades. La edad media, por ejemplo, se inició según algunos historiadores, con “la peste de Justiniano” en el año 543, con más de cuatro millones de personas muertas, y terminó en el siglo XIV con “la peste negra”, de origen animal (las ratas), y que produjo la muerte de más de 25 millones de europeos.

Por su parte la viruela, con una letalidad del 30%, fue traída a América por los conquistadores europeos y mató más de la mitad de la población indígena. A pesar de contar con la vacuna específica desde finales del siglo XVIII, produjo más de 300 millones de muertes en pleno siglo XX y sólo en 1.980 pudo la Organización Mundial de la Salud declarar su erradicación completa.

A pesar de que la transmisión de animales a humanos del VIH se estima que sucedió hace aproximadamente un siglo en Africa, la epidemia de SIDA sólo se registró a partir de los casos de la enfermedad observados en los Estados Unidos en 1981. Desde entonces y hasta 2024 un total de 91.4 millones de personas se han infectado con el VIH y 44.1 millones han muerte de SIDA según la Oficina de las Naciones Unidas para el SIDA -ONUSIDA-. Según la misma Oficina, sólo en 2024, 1.3 millones de personas contrajeron la enfermedad y 630.000 murieron de SIDA

(más de 1.700 personas por día). Desde finales de los ochenta del siglo pasado se dispone de los antirretrovirales para el tratamiento no curativo de la enfermedad, pero hasta hoy no se dispone de una vacuna preventiva. A más de la elevada mortalidad y morbilidad que ha producido, el VIH-SIDA plantea cuestionamientos muy serios en términos de las interacciones entre distintas especies de seres vivos; del estigma y la discriminación que han padecido las principales víctimas de la enfermedad – en especial los grupos de homosexuales – y de la inequidad entre continentes, países y grupos humanos en el acceso a los medicamentos.

Entre el 31 de enero de 2019 y el 4 de mayo de 2023, cuando la OMS declaró el fin de la emergencia sanitaria, la epidemia de COVID-19 (generada también al parecer en ciertas interacciones entre seres humanos y animales) produjo 765 millones de casos y 6.9 millones de muertes en todo el mundo. Sólo en Brasil, y como consecuencia del negacionismo de algunos sectores y de políticas y medidas sanitarias equivocadas por parte del gobierno federal, la pandemia causó 600.000 muertes, muchas de ellas evitables. A nivel global, la pandemia (considerada inclusive como una *sindemia)* desnudó y agudizó las mayores inequidades de la sociedad actual; cuestionó el ordenamiento económico y político y los fundamentos éticos de la humanidad; desafió la capacidad y la pertinencia de los servicios de salud; puso a prueba el conocimiento científico y la disponibilidad tecnológica; obligó al aislamiento y al distanciamiento sociales, e introdujo cambios de fondo en las formas de vivir y relacionarnos. Y es preciso reconocer también que la pandemia de Covid-19 terminó por colocar en el primer plano de la agenda global la cuestión del riesgo de las enfermedades, inducido por la manera de entenderlas y las formas de vivir, ejercer el poder, distribuir la riqueza y el conocimiento, y relacionarnos con la naturaleza. La pandemia puso también de presente la importancia de la Salud Pública y le planteó desafíos de fondo tanto en el campo conceptual como en el político y en el de sus prácticas. Enfrentar crítica, creativa y local y globalmente esos desafíos es parte importante de nuestras tareas actuales y futuras.

4. ***El cambio climático***

Mucho menos antiguo que el hambre y las epidemias, este fenómeno se viene incrementando aceleradamente y pone en riesgo la vida misma en el planeta. El aumento de la temperatura de los mares y de la tierra – que según investigaciones muy recientes ha incrementado su ritmo en la última década y parece que llegará a niveles inusuales en el quinquenio 2024-2028 - debido al incremento de gases de efecto invernadero, la tala de los bosques y los extractivismos, genera sequías, incendios, deshielo de los glaciares, inundaciones, aumento del nivel del mar, tormentas, huracanes y temperaturas extremas, con consecuencias devastadoras tanto sobre la vida, la salud y la calidad de vida de los seres humanos, en especial poblaciones pobres de países empobrecidos, como sobre diversas especies animales y vegetales, la agricultura y la producción de alimentos, con el consiguiente aumento de la inseguridad alimentaria, y el adecuado suministro de agua y servicios básicos.

Pero, como lo hemos aprendido con altísimos costos, el daño climático, no es producto de la fatalidad o sólo de "fenómenos naturales". La participación humana en términos de la manera como la sociedad se relaciona con la naturaleza: primacía de intereses económico-políticos trasnacionales, procesos productivos, patrones de consumo y modos de vida, es definitiva en la producción, la aceleración y el manejo del fenómeno. Mientras para algunas agencias internacionales y líderes mundiales este problema constituye el mayor desafío global actual, persiste y se expande el negacionismo de muchos otros, que siguen anteponiendo el enriquecimiento desbordado, el poderío militar, el consumismo y el individualismo a cualquier

otro valor, en especial, al cuidado de la vida – no sólo la humana -, el bienestar y el buen vivir de la humanidad.

América Latina padece en este campo lo que algunos han llamado una "doble asimetría", que se expresa también como un efecto en embudo: al tiempo que tiene una responsabilidad relativamente baja en la producción de emisiones de gases de efecto invernadero, tiene una alta vulnerabilidad a sus consecuencias, que en la región se traducen en especial en sequías, inundaciones, inseguridad y falta de soberanía alimentaria.

Desde la salud pública, y en particular desde el campo de la medicina social latinoamericana, se viene investigando, reflexionando, denunciando y formulando propuestas tanto para una comprensión de fondo del problema, como para la formulación de acciones y políticas públicas que apunten a sus raíces y a la reducción y el manejo de sus efectos negativos sobre la vida y la salud. De hecho, en el reciente congreso de la Asociación Latinoamericana de Medicina Social – ALAMES- en Brasil, se hizo un reconocimiento de los avances logrados por la Asociación en este tema en la última década y se reconoció como uno de los campos estratégicos para el futuro del pensamiento y la acción médico-social latinoamericana, dentro del lema sintetizado por la cumbre COP16 realizada en Colombia: *paz con la naturaleza.*

5. ***Los sistemas de salud***

El concepto, la conformación y el funcionamiento de sistemas de salud que logren responder adecuadamente a las necesidades de la atención y prevención de las enfermedades ha sido una de las principales preocupaciones de la sociedad, los Estados, el sector salud y la salud pública. Los grandes temas de fondo al respecto han sido: i) Si la salud se concibe efectivamente como un derecho humano fundamental -DHF- o como una mercancía y un negocio que permite alta rentabilidad, con la consiguiente acumulación de riqueza. ii) Si la orientación y el control del sistema deben estar en cabeza del Estado o de los sectores privados-productivos. Iii) Si el financiamiento debe ser estatal, individual o mixto. iv) Si la prestación de los servicios la debe realizar el Estado, el sector privado o ambos. v) Si la cobertura debe ser universal o es necesario priorizar grupos, regiones y/o tipos de problemas a atender? Y vi) En la práctica, ¿el sistema debe centrarse en la atención de las enfermedades o debe atender también su prevención, la promoción de la salud y el estímulo a las mejores condiciones para el buen vivir?

Las respuestas a los anteriores cuestionamientos no pertenecen sólo al campo de la racionalidad o de las tecnologías. Pasan por los valores, las cosmovisiones, las corrientes de pensamiento, las fuerzas políticas de cada país y, sobre todo, por los intereses económicos nacionales y trasnacionales, haciendo posible una amplia gama de alternativas. No obstante, con diferencias de matices y énfasis, pueden perfilarse en América Latina dos grandes tendencias. Una orientada por el criterio mercantil, que prioriza la atención individual de la enfermedad, el manejo por parte del sector privado del funcionamiento del sistema y de los fondos del sector -provenientes tanto del Estado como de las personas -, el acceso y el tipo de atención diferenciados en función de la capacidad económica individual, y la valoración de resultados más en términos de rentabilidad económica que de efectos positivos sobre la salud y las condiciones de bienestar colectivo. La otra, también con matices, parte de la comprensión de la salud como un DHF, se orienta no sólo a la atención de la enfermedad individual sino también a la transformación de las condiciones que la hacen posible, defendiendo el papel irrenunciable del Estado en la orientación, regulación y control del sistema, tratando de ofrecer una cobertura

universal y acceso sin barreras económicas, culturales o geográficas, permitiendo una participación del sector privado en la prestación de servicios asistenciales y administrativos bajo control público, con financiamiento mixto -estatal e individual -, pero con criterios de equidad y solidaridad, y sin exclusiones por motivos económicos, y valorando tanto la efectividad en los servicios como los resultados en salud y bienestar de las personas y de la sociedad en su conjunto.

La corriente médico-social latinoamericana le ha apostado teórica, política y prácticamente a impulsar y defender sistemas nacionales de salud que, dentro de las particularidades nacionales, concreten las orientaciones de la segunda tendencia. Pero los escenarios son muy difíciles ante el auge privatizador y de reducción del papel del Estado, el peso del gran capital trasnacional que viene invirtiendo y lucrando bimillonariamente en el sector, las inercias burocrático- administrativas, los intereses corporativos y, hay que reconocerlo, los errores políticos en la tramitación de algunas reformas o en el manejo del sector cuando se ha tenido la opción en gobiernos alternativos en la región. La tarea, por tanto, sigue en pié y demandará cada vez mayor maduración teórica, suficiente formación y experiencia técnico-operativa y, sobre todo, movilización social persistente y organizada, con adecuados canales y articulaciones para convertir sus proyectos en conciencia colectiva, mandatos constitucionales y ordenamientos legales e institucionales.

6. La formación e investigación en salud pública

Como todo campo de conocimiento, la salud pública/medicina social/salud colectiva requieren mantener y renovar procesos de formación e investigación para profundizar y ampliar el saber acumulado, explorar nuevos temas y contenidos y tratar de convertir el conocimiento en prácticas sociales y en aportes a la transformación de la realidad.

Un reciente mapeo de los programas de formación en salud pública en América Latina, publicado por la Revista Panamericana de Salud Pública en 2023, da cuenta de 2.296 programas activos en 29 de los 33 países de la región, sin precisar cuáles podrían catalogarse como pertenecientes al campo de la medicina social/salud colectiva. El estudio llama la atención sobre la necesidad de adecuar los programas a las demandas de la población y orientarlos “al enfrentamiento de los procesos de determinación socioambiental de la salud y de producción y reproducción de desigualdades”. Esta adecuación y reorientación debe pasar por los métodos de enseñanza y de producción del conocimiento, por la epistemología que los sustenta, por los temas que aborda y por las prácticas que utiliza para contribuir a transformar la realidad.

La medicina social y la salud colectiva han venido aumentando su presencia en los campos de la formación y la investigación en salud pública en la región y en el último medio siglo han creado sus propios programas en países como Brasil, México, Argentina, Ecuador y Colombia, con mayor énfasis en los niveles de posgrado – maestrías, doctorados y posdoctorados –, lo que indica también la importancia dada a la investigación. La comprensión dialéctica de la determinación social de los procesos de vida/muerte y salud/enfermedad, el enfoque crítico/socio-histórico/territorial, el enriquecimiento pluricultural y multidisciplinar con las denominadas ciencias sociales, y la progresiva ampliación temática - partiendo del proceso de trabajo y las relaciones Estado/salud, pasando por un nuevo enfoque de las enfermedades tropicales, los accidentes de tránsito, la violencia y las epidemias, hasta las relaciones de género y salud, ambiente y salud y el nuevo horizonte de la salud digital – han caracterizado esta búsqueda académico-política.

Con matices y énfasis distintos, tanto la formación como la investigación en estos campos han tenido – y ojalá fortalezcan cada vez más – una sólida fundamentación ética, anclada en valores como la equidad, la igual dignidad humana, la salud como Derecho Humano Fundamental, la solidaridad y el respeto a los Derechos Humanos. Y, coherente con estos principios, la meta también ha sido clara: contribuir en algo a la comprensión de fondo de los procesos y condiciones que alteran el bienestar humano y a impulsar las transformaciones que lo facilitan. La prueba de fuego del saber en salud pública/medicina social/salud colectiva no está sólo en su rigor académico-científico sino, y principalmente, en su potencialidad para transformar la realidad al servicio de la vida, el buen vivir y la vida en paz. A un nivel más amplio, y ya no sólo de la salud colectiva, lo he venido expresando así: *"Nuestro horizonte como humanidad debe ser la vida en paz".* Hoy lo repito desde aquí, en la frontera sur de nuestro continente y a contravía de lo que nos está tocando vivir en un mundo convulsionado en el que nos quieren imponer la teoría y la práctica de *la paz por medio de la fuerz**a***, devolviendo la historia casi dos mil años, cuando Tácito – el famoso historiador romano - definió la paz como "*la desolación que queda después de las operaciones arrasadoras realizadas por un poder inmisericorde".* No es esta la paz que queremos. Es la de la tranquilidad y el buen vivir, la del respeto a la dignidad del otro y la otra, la del reconocimiento de la soberanía de los países, de la igualdad y la democracia deliberativa, la de la vigencia de los Derechos Humanos y los Derechos de la Naturaleza, la que no nos imponen o regalan, sino que construimos entre todos. Porque, como lo escribí hace ya casi diez años en una columna periodística en Colombia: *"Las guerras las terminan los guerreros. La paz la construimos los ciudadanos"*. Ojalá sigamos empeñados cada día en el cumplimiento de esta meta y tarea humana y ciudadana: *lograr vivir en paz.*

Nossa homenagem ao Dia das Mães

Feito rocha

Firme feito rocha
Posta e encravada
No sopé da montanha
Sustentando
Amparando
Sendo
Erguendo
Eivando
Elevando
Feito rocha
Um salve às mães!

Mãe
Mães
Para todas as mães
Às mães que são pais
Que são mais
Bem mais
Que são solo
Chão
Que é pão
Pães
Mães

Um feliz dia
Para todas as mães
Mães de aqui
Ali
Acolá
Mãe xavante, tupi, bororó
Mãe do nhame
Mãe yanomami
Mãe preta
Mãe do quilombo
Das serras
Das gerais
Do sertão

Mãe japonesa
Mãe russa
Mãe ucraniana
Mãe Ana
Iraniana
De fuzil empunhado
Pela escola infantil
Tão só
Que virou pó
Poeira
Sem eira
Sem beira
Com 180
crianças-
bebês

Mãe Maria
Maria de
Nazaré
Da Síria
Mariana
Paula
Laura
Maura
Moura
Benedita
Bendita
Aquela que
mora
Que des-mora
Que demora
A outra que não mora
Que vive
Que habita
Sob a ponte
No desmonte
Do morro
Do monte
Da favela
Da bala perdida
Que abriu o muro
Um furo na cabeça
Do seu bebê

Mães brasileiras
De uma ponta a outra
Dos campos ao litoral
Das serras
Escarpas
Mães sem-fim
Dali
Do Oiapoque ao Chuí
São mães
Muitas



Escultura "La Mujer Que Nunca Hizo Nada", de José Luis Fernández (2001) – Saragoza, Espanha

Milhares e milhões
Mães ricas
Sem tostões
Mães plenas
Incompletas
Desfeitas
Parte por parte
Sem arte
Só um traste
Lançadas para Marte
Pelo amor não cumprido
Ferido
Descumprido
Ido ao largo, ao longe
Homicídio
Feminicídio
Desse Brasil adoecido

Um brinde heróico
Às mães de Gaza
Da Cisjordânia
Mães

Mãe que enfrenta
Que aguenta
O fogo
O lodo
O nojo
No bojo de tanta destruição
Que resiste
Sob a pedra
A ruína
E que sorri
Sem alarido
A ausência do marido
Sem suicídio
Que enfrenta o genocídio
Que escorre
Que despenca em tiros
Em bombas
Que caem do céu
Do inferno
De Israel

Um viva às mães
Esses seres intraduzíveis
Meio gente
Meio céu
Infinito
Força
Semente
Somente
Ser da gente

Vá saber
Desse ser!

Viva!
Vivas!

Para a minha mãe!
Para a sua mãe!

Saudemos esse tempo
Tempo de delicadezas perdidas, arrasadas, destroçadas.

Lembremos do colo quente, abençoado e benfazejo de nossas mães.

VIVA!
Se ainda puder...
VIVA!

Ângelo Cavalcante
Itumbiara, 10 de maio de 2026

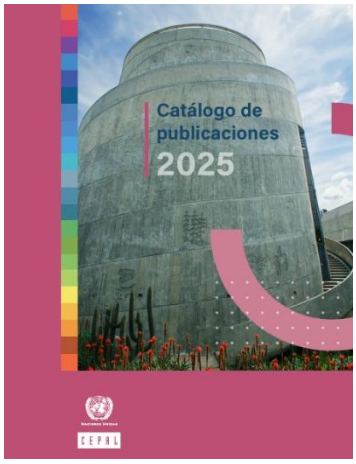
==========



Ângelo Cavalcante *é economista, professor da Universidade Estadual de Goiás (UEG), em Itumbiara, e da PUC-GO. Autorizou a publicação com um simpático: o artigo é de vocês. Mas caso não o tivéssemos conseguido consultar, ainda assim publicaríamos o poema; nesse caso, cobertos apenas pelo 'direito natural' concedido às 'publicações do bem' de circular poemas que são belos* (N. da R.). Foto do autor retirada do seu Facebook.

Estante de livros, vídeos e outros que tais

*A seção **Estante** traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras. Sua nota deve ser enviada para o e-mail do editor do Caderno* paulo.buss@fiocruz.br



CEPAL. Catálogo de Publicaciones 2025. 53 pp. Publicación de las Naciones Unidas LC/M.2026/2 S.2500187. As publicações do catálogo da CEPAL de 2025 abordam uma variedade de temas que contribuem, entre outros aspectos, para fortalecer a capacidade dos países da região de enfrentar as três armadilhas de desenvolvimento identificadas pela Organização: baixa capacidade de crescimento; alta desigualdade, baixa mobilidade e fraca coesão social; e baixa capacidade institucional e governança ineficaz – e de gerenciar as transformações essenciais para superá-las, com atenção especial ao fortalecimento das capacidades técnicas, operacionais, políticas e institucionais prospectivas. Além disso, foram adicionadas publicações sobre o acompanhamento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável na região, bem como sobre reflexões que integram o pensamento da instituição em áreas como desenvolvimento social e econômico, questões ambientais e recursos naturais, questões de gênero e políticas de desenvolvimento produtivo, entre outras. Também reúne séries especializadas, documentos de projeto, estudos técnicos, análises estatísticas e uma ampla variedade de boletins temáticos, além de ferramentas metodológicas e relatórios emblemáticos, documentos preparados para sessões, conferências e reuniões intergovernamentais da Comissão. Um lugar de destaque é ocupado por publicações acessíveis, reflexo do compromisso institucional com a inclusão e o acesso equitativo à informação. O Catálogo fornece uma visão geral do dedicado trabalho intelectual e técnico da CEPAL, visando avançar, nesta era de incerteza e polarização global, rumo a um desenvolvimento mais produtivo, inclusivo e sustentável para toda a região. O download gratuito pode ser feito em: CEPAL content.

CEPAL. América Latina e o Caribe diante das Armadilhas do Desenvolvimento: Transformações Essenciais e Como Gerenciá-las. Santiago de Chile, CEPAL, 300 pp, 2024.



A América Latina e o Caribe enfrentam várias armadilhas de desenvolvimento, que constituem enormes obstáculos para construir um futuro mais produtivo, inclusivo e sustentável. Essa crise de desenvolvimento coincide com um contexto internacional que mudou significativamente na última década, tanto em termos geoeconômicos quanto geopolíticos, e que está em transição para novas regras para comércio e investimento. A CEPAL apresenta uma proposta que examina três transformações essenciais para avançar a um novo padrão de desenvolvimento: (i) uma transformação produtiva para alcançar

um crescimento maior, mais sustentável, inclusivo e sustentável; ii) uma transformação para reduzir a desigualdade e promover inclusão e mobilidade social, e iii) uma transformação que impulsione a sustentabilidade e combata as mudanças climáticas. Este documento formula propostas para realizar essas transformações. Essa gestão exige a melhoria da governança; fortalecendo as capacidades técnicas, operacionais, políticas e prospectivas das instituições, e promovendo o diálogo social. Acesso: América Latina y el Caribe ante las trampas del desarrollo: transformaciones indispensables y cómo gestionarlas

CEPAL. América Latina y el Caribe y la Agenda 2030 a cinco años de la meta. ¿Cómo gestionar las transformaciones para acelerar el progreso? Santiago de Chile, 179 pp, 2025.



Cinco anos antes do prazo estabelecido para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos países da ALC, o progresso não era o esperado quando o caminho começou há uma década. Diversos fatores dificultaram um progresso mais satisfatório: fracas capacidades institucionais, financiamento e espaço fiscal limitados, baixas taxas de crescimento dos principais parceiros comerciais, o choque da pandemia da doença do coronavírus (COVID-19) e outros que se desenrolaram após ela. Em 2025, haverá um aprofundamento das tensões e perturbações geopolíticas que podem representar novos obstáculos para a realização dos ODS, mas também novas oportunidades. Diante desse cenário complexo e cinco anos antes de 2030, é urgente que os países tomem medidas para acelerar o ritmo, o que exige uma combinação de ações internas e externas. Internamente, é essencial aumentar as capacidades para gerenciar transformações fortalecendo os mecanismos de governança em cada área de política; das capacidades técnicas, operacionais, políticas e prospectivas das instituições responsáveis, bem como dos processos de diálogo social e colaboração entre atores-chave: governos nacionais e subnacionais, setor privado, sociedade civil, poder legislativo, setor acadêmico e cooperação internacional. Externamente, é essencial que os países atuem juntos em fóruns internacionais para trabalhar nas questões levantadas pelo Pacto para o Futuro, em particular a reforma da arquitetura financeira internacional para mobilizar mais recursos financeiros para o desenvolvimento e para os investimentos exigidos pelos Objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

O conteúdo contém: Prólogo; Introdução; Capítulo I. Os desafios da América Latina e do Caribe: baixa capacidade de crescimento, alta desigualdade, insustentabilidade ambiental e fracas capacidades institucionais; Capítulo II. Progresso em direção às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na América Latina e no Caribe: perspectivas de cumprimento em 2030; Capítulo III. Progresso nos Objetivos 3, 5, 8, 14 e 17 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável; Capítulo IV. Envolvimento de outros atores governamentais e não governamentais na aceleração e monitoramento do progresso rumo à conquista dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Documento imprescindível para os interessados em acompanhar boa parte dos determinantes sociais da saúde na região, tomando os ODS como tal. Acesso: América Latina y el Caribe y la Agenda 2030 a cinco años de la meta: ¿cómo gestionar las transformaciones para acelerar el progreso?



EDITORES E AUTORES DOS CADERNOS

Paulo Marchiori Buss – Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, diretor do Centro Colaborador da OPAS/OMS sobre Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina

Erica Kastrup – Doutora em História das Ciências e da Saúde pela COC/Fiocruz, além de bacharel em Relações Internacionais e mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde pela ENSP/Fiocruz. Responsável pela Cooperação Sul-Sul/África na VPSGRI/Fiocruz.

Fabiane Gaspar – Bacharel em Direito, Tecnóloga em Comércio Exterior; Mestre em Direito Internacional. Assessora Internacional na VPSGRI/Fiocruz.

Alexandra Rodrigues Sanches – Mestranda em Economia Política Mundial pela UFABC. Graduação em Relações Internacionais pela UNISO. Pesquisadora do Grupo de Trabalho Brasil-China da OPEB/UFABC.

Anabela Santiago – Doutora em Políticas Públicas e mestre em Estudos Chineses pela Universidade de Aveiro (Portugal). Investigadora do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Membro da PICTIS, parceria entre a Fiocruz e a Universidade de Aveiro.

Ana Carol Aldapi Vaquera – Doutoranda em Ciências Políticas (UFSCar); bolsista CAPES em intercâmbio pelo PDSE na Universidad de Salamanca, Espanha; mestre em Ciência Política e Relações Internacionais (UFPB) com graduação em Ciência Política (UCB, Bolívia/UFPB).

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire – Mestre em Relações Internacionais e especialista em Popularização e Divulgação da Ciência. Analista de Gestão em Saúde na VPSGRI/Fiocruz.

André Lobato – Doutor em Políticas Públicas Estratégias e Desenvolvimento (UFRJ, Chinese Academy of Sciences). Mestre em Mídia e Globalização (London School of Economics, Fudan University). Especialização em Gestão Ambiental (COPPE/UFRJ).

Armando De Negri Filho – Médico, doutor em Medicina Preventiva, mestre em Epidemiologia, pesquisador visitante sênior da VPSGRI/Fiocruz.

Augusto Paulo José da Silva – Biólogo, mestre em biologia pela Moldova State University. Responsável pelo Escritório da Fiocruz para África da VPSGRI, cooperação com África e CPLP, no PECS/CPLP, 2023-2027. Foi Vice-Ministro da Saúde da Guiné-Bissau.

Bárbara Nogueira – Estudante de Relações Internacionais na UERJ, estagiária da VPSGRI/Fiocruz.

Bernardo Bahia Cesáreo – Pesquisador sênior, CEE Fundação Oswaldo Cruz

Bruno Neves – Mestrando em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Pesquisador do Núcleo Economia Política das Relações Sul-Sul (BRICS Policy Center/PUC-Rio).

Claudia Chamas – Pesquisadora do CDTS/Fiocruz, professora do PPED/Instituto de Economia da UFRJ. Doutora em Engenharia de Produção, com graduação em Engenharia Química (UFRJ). Assessorou o MS em propriedade intelectual e acesso e copresidiu grupos de trabalho na OMS.

Claudia Hoirisch – Engenheira química (UFRJ), mestre em Administração com foco em Políticas de Saúde (FGV). Pesquisadora da VPSGRI/Fiocruz. Coordenadora da Rede de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde do BRICS.

Cristiane Pereira – Doutoranda e mestre em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Centro de Pesquisas em Direito Sanitário da USP (CEPEDISA).

Danielly P. Magalhães – Doutora em Química Ambiental, mestre em Saúde Pública, especialista em Saúde Global e Diplomacia em Saúde. Diretora sênior de projetos no Consórcio Global de Educação em Clima e Saúde da Universidade de Columbia, NY; pesquisadora da Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030.

Deisy de Freitas Lima Ventura – Doutora em Direito Internacional e mestre em Direito Europeu pela Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Professora titular da FSP/USP, vice-coordenadora da Pós-Graduação em Saúde Global e Sustentabilidade; professora da Pós-graduação em Relações Internacionais da USP.

Denise Oliveira e Silva – Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas – Médica, doutora em Saúde Pública na área de Epidemiologia (UFBA), mestre em Medicina e Saúde (UFBA). Realizou pós-doutorado no ISC-UFBA e atualmente é bolsista de pós-doutorado júnior do CNPq na Fiocruz Bahia.

Eduardo Nilson – Biólogo, doutor em Saúde Global; pesquisador e docente em saúde pública na Fiocruz Brasília e pesquisador associado do Nupens/USP. Foi coordenador adjunto de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde do Brasil por 15 anos.

Federico Tobar – BS, MPA, PHD, Consultor de Finanças Sustentáveis, Fundo de População das Nações Unidas. Quênia. Nairóbi.

Felix Júlio Rosenberg – Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Frederico Peres – Biólogo, mestre e doutor em Saúde Pública, com pós-doutorado em Saúde Ocupacional e Ambiental pela Icahn School of Medicine at Mount Sinai, onde atua como *fellow researcher*. Pesquisador Sênior do Cesteh/Ensp/Fiocruz e professor associado visitante da ENSP/Universidade NOVA de Lisboa

Giacomo Giannelli – Graduando em Saúde Pública na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Giovana Guiciard – Mestranda em Política Internacional na Shanghai International Studies University; Graduação em Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bolsista PIBIC em Política Externa Brasileira e Direitos Humanos da ONU.

Gisele Sanglard – Pesquisadora em saúde pública da Fiocruz, atualmente chefe do Departamento de História das Ciências e da Saúde da COC. Possui doutorado em História das Ciências da Saúde (COC/Fiocruz) e mestrado em História Social da Cultura (PUC-Rio).

Giulia Mariano Machado – Graduanda em Saúde Pública na FSP USP e aluna de iniciação científica em Saúde Ambiental

Heliton Barros – Pesquisador do Museu da Vida, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz

Hiago André Duarte de Albuquerque – Assessor de Relações Institucionais em Bio-Manguinhos. Doutorando em Relações Internacionais (PUC-RIO). Mestre em Estudos Estratégicos da Defesa e Segurança (UFF). Cientista Político (UNIRIO). Autor do Livro Humanitarismo e cooperação regional: uma experiência da América Latina e Caribe

Isis Pillar Cazumbá da Cruz – MBA em Gestão de Projetos e bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de Pesquisa e Colaboradora dos Cadernos da VPSGRI/Fiocruz.

Jesús Enrique Patiño Escarcina – Médico, doutorando em Saúde Pública no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, mestre em Medicina e Saúde pela UFBA, Pós-graduação em Gerenciamento de Serviços de Saúde e Gestão da Qualidade em Saúde pela Universidad Nacional de San Agustín.

João Miguel Estephanio – Doutorando em Relações Internacionais (UnB), mestre em Políticas Publicas em Saúde (EGF-Brasília), bacharel em Relações Internacionais (UFRJ) e técnico em Biotecnologia (Cefet). Assessor da presidência da Fiocruz para assuntos internacionais.

Juan Garay – Co-chair Health, Ecology, Equity, and the Sustainable Health Equity Movement (SHEM); Professor/Researcher of Health Equity, Ethics and Metrics (Spain, Mexico, Cuba, Brazil); Founder of Valyter Ecovillage (valyter.es)

Júlia Moraes e Silva – Graduada em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP (FSP-USP) e Mestranda em Saúde Pública na FSP-USP

Laura Tavares – Enfermeira com Habilitação em Saúde Pública pela UERJ. Doutora em Economia pela UNICAMP (Área de Concentração em Política Social). Especialista em Saúde Pública pela ENSP/FOCRUZ e em Planejamento de Saúde pelo IMS/UERJ. Professora aposentada da UFRJ.

Laurenice Pires – Assistente Social, doutora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), mestre em Serviço Social (PUC-Rio), especialista em Gestão da Atenção à Saúde (Fundação Dom Cabral). Coordenadora adjunta da especialização em Direitos Humanos, Relações Étnico-raciais e Saúde na ENSP/Fiocruz.

Livia Ferreira – Estudante de Relações Internacionais na UERJ; estagiária da VPSGRI/Fiocruz.

Luana Bermudez – Doutora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), mestre em Saúde Pública e especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Atua na agenda internacional da VPPIS e da Presidência da Fiocruz.

Lúcia Marques – Jornalista, especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde e mestre em Saúde Pública. Analista de Gestão em Saúde Pública, coordenadora conjunta do Programa Fioantar, assessora para Antártica e Oceanos e para Ásia Pacífico e Oriente Médio da VPSGRI.

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza – Sanitarista, doutor em Saúde Pública, professor do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Luiz Augusto Galvão – Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Escola de Saúde Pública de Loma Linda, EUA, e pesquisador sênior da VPSGRI/Fiocruz.

Manuel Mahoche – Doutorando em Epidemiologia (FSP/USP), mestre em Saúde Pública (UFRGS), especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde (FIOCRUZ) e em Economia e Gestão em Saúde (USP).

Marciglei Brito Morais – Doutoranda em Saúde Pública pela UFBA e mestra em Educação (UESB/BA). Enfermeira e docente no ensino superior na área da saúde. Integra o grupo de pesquisa Economia, Tecnologia e Inovação em Saúde (PECS/UFBA)

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes – Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari – Enfermeira, doutora em Saúde Coletiva, mestre em Saúde da Mulher e da Criança, especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Pesquisadora e docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, atua na Coordenação de Ações Nacionais e de Cooperação do IFF/Fiocruz.

Marina Sujkowski Lima – Mestranda em Saúde Pública pela FSP-USP e graduada em Relações Internacionais pelo IRI-USP

Mateus Brito – Doutorando e Mestre em Saúde Coletiva (ISC/UFBA), *alumni* do Certificado em Estudos Afro-Latino-Americanos (ALARI/Harvard University), especialista pela Residência em Saúde da População do Campo (UPE), Bacharel em Fisioterapia (UNISBA)

Matheus dos Santos da Silveira – Doutorando em Relações Internacionais (PUC-Rio), bacharel (UNAMA) e mestre (UNILA) em Relações Internacionais. Editor da Revista Debates Indígenas.

Marcia Chame – Bióloga, Mestre e Doutora em Zoologia. Pesquisadora Titular e Coordenadora da Plataforma Institucional Biodiversidade e Saúde Silvestre da Presidência, Fiocruz

Nina Bouqvar – Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (PUC-Rio) e bacharel em Ciência Política (UNIRIO). Coordenadora de projetos do Youth Voice Brasil, embaixadora da Politize! e assistente de pesquisa na Fiocruz.

Patrícia Lewis Carpio – Doutoranda em Saúde Coletiva (ISC-UFBA), Mestre em ciências pela USP, Graduada em Psicologia no Peru, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM) e integrante da FENAMI.

Paula Reges – Médica infectologista e pesquisadora, INI/Fiocruz; mestre e doutoranda em Pesquisa Clínica em Doenças Infeciosas pela Fiocruz. Assessora para Assuntos Internacionais da Presidência da Fiocruz, com foco em políticas de saúde global e diplomacia em saúde.

Paulo Esteves – Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Pedro Burger – Doutorando em Saúde Pública (ENSP), mestre em Economia Política Internacional (UFRJ), especialista em Saúde Pública e em Gestão de Organizações de CT em Saúde (ENSP) e licenciado em História (UFBA). Coordenador de Cooperação Internacional na VPSGRI/Fiocruz.

Pedro Diaz – Doutor em Ciência da Informação PPGCI/USP; pesquisador em História da Ciência no MAST-RJ, Grupo de Pesquisas Patrimônio e Memória Digital do Grupo de Estudos Preservação Digital da Rede Cariniana.

Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos – Psicóloga, sanitarista, mestre em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz) e doutoranda em Saúde Coletiva no IFF/Fiocruz. Analista de gestão e atenção em saúde na Coordenação de Ações Nacionais e de Cooperação do IFF/Fiocruz.

Rafael Aguilar Zamudio – Estudante da especialização em Estudos Chineses na Universidad Nacional de la Plata. Especialização em Gestão Ambiental na Universidad Autónoma de Baja California e graduação em Biotecnologia Genômica na Universidad Autónoma de Nuevo León.

Rafael Gomes França – Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da USP; mestre em Gestão e Saúde Coletiva (Unicamp) e bacharel em Relações Internacionais (UnB).

Rafaela Venturella De Negri – Mestra em Desenvolvimento e Segurança pela Universidade Jaguelônica, graduada em Jornalismo e especialista em Relações Internacionais pela UFGRS. coordenação do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social na ALC.

Regina Ungerer – Médica pediatra, doutora em ciências pela USP, pesquisadora sênior da VPSGRI/Fiocruz, coordenadora adjunta do Curso de Atualidades em Saúde Global e Diplomacia da Saúde/Fiocruz e do Centro Colaborador da OMS para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul.

Renan Amaral Oliveira – Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade (FSP/USP) e mestre em Relações Internacionais (UFBA), possui bacharelado interdisciplinar em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais (UFABC).

Rychard de Lima Monteiro – Bacharel em enfermagem, especialista em relações internacionais.

Sâmia de Brito – Mestre e bacharel em Relações Internacionais, possui MBA em gerenciamento de projetos. Coordenadora adjunta do Núcleo de Apoio à Internacionalização do Instituto Renê Rachou/Fiocruz Minas

Santiago Alcázar – Diplomata de carreira aposentado. Pesquisador honorário, VPSGRI/Fiocruz.

Sebastián Tobar – Sociólogo, doutor em Saúde Pública, pesquisador sênior da VPSGRI/Fiocruz, assessor sênior da Aliança Latino-Americana de Saúde Global – ALASAG.

Tatiana Cerqueira Machado Medrado – Doutoranda em Saúde Coletiva e mestre em Saúde Coletiva (ISC/UFBA). Graduada em Ciências Biológicas e Medicina Veterinária, especialista em Análise de Dados e Monitoramento das Ações de Saúde e Gestão Estratégica do SUS (UFBA).

Thaiany Medeiros Cury – Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (IRI/PUC-Rio), especialização em Saúde Pública em andamento (ENSP/Fiocruz) e bacharel em Relações Internacionais (UFRJ).

Tomé Cá – Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitor Rodrigues – Graduado em Relações Internacionais, assistente de pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz

Vitória Kavanami – Doutoranda em Relações Internacionais pela PUC-Rio e Visiting Fellow do IHEID, em Genebra; Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais pela PUC-Rio, formada em Relações Internacionais (UFU-MG).

PRODUTOS DO OBSERVATÓRIO DE SAÚDE GLOBAL

E DIPLOMACIA DA SAÚDE

Os produtos do ***Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz (VPSGRI)*** e do ***Centro Colaborador da OPAS/OMS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz (VPSGRI)*** são:

Cadernos Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020, a Fiocruz vem produzindo os **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Entre 2020 e 2025 foram produzidos **129** fascículos quinzenais. Para 2026 está programada a edição de **23** fascículos. Os interessados na coleção podem acessar ou fazer download de artigos ou edições completas em:

https://fiocruz.br/cadernos-cris-fiocruz-informes-sobre-saude-global-e-diplomacia-da-saude

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, a Fiocruz vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde,** sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. Entre 2020 e 2025 foram realizados **140** Seminários e, em 2026, estão programados **23** Seminários. Os Seminários são acessíveis para audiência e download em:

https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN

Próximos Seminários

Dia 20 de maio – *Território, sociedade e saúde: Homenagem da Fiocruz ao Centenário de Milton Santos*

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais
Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde
Número: 07/2026
Período de 30 de abril a 12 de maio de 2026

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, FABIANE GASPAR e SEBASTIÁN TOBAR
Fundação Oswaldo Cruz; Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Centro Colaborador da OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul. Rio de Janeiro, 15 de maio de 2026
277 pp; il.
Bibliografia: Inclui Bibliografias.
1. SAÚDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos *Cadernos FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde* são de responsabilidade de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou da Presidência da Fiocruz.